

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**CIDADES NA SELVA:
URBANIZAÇÃO DAS AMAZONAS**

JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor.

SÃO PAULO

1994

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

CIDADES NA SELVA:
URBANIZAÇÃO DAS AMAZONAS

JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA

Orientadora: Prof^a. Dra. ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

SÃO PAULO

1994

Na floresta devastada, poucas árvores.
Na estrada de terra, minério, poeira e miséria.
Na terra de índios, poucos, quase nenhum.
No rio de peixes, nem tanto, a água límpida poluíram-na.
Nisso tudo surge uma cidade.
A floresta dá-lhe o contorno como uma moldura.
Ninguém a entende ou poucos.
Na cidade de homens humanos, nem tanto.
Náiaide reina em seus igarapés.
Natio é o sinal de vida.
Nada a faz resistir ou desistir, nem a explica
Apenas uma cidade, nem tanto.

Para:

Minha mãe que nos deixou tão cedo. Rita, Dessana e Raôni,
amores do coração da Amazônia sem fim, dedico este trabalho
como uma flor;

D. Jorge, Bispo de Itacoatiara, sinal de resistência da
Igreja na Amazônia, ofereço este trabalho como quem semeia um
grão na terra.

Agradecimentos

A elaboração de uma tese, embora simples, é sempre uma caminhada cheia de obstáculos que são mais facilmente transpostos quando se pode contar com o apoio de pessoas. Muitas pessoas ajudaram nesta caminhada e a elas, mesmo com o risco de cometer injustiças, quero externar o meu mais profundo agradecimento.

À Dona Nazaré, amiga querida que com dedicação foi minha procuradora em Manaus no tempo que estive ausente;

À Paulina e ao Fon, companheiros de lutas pela acolhida primeira, à Naza, sogra fraterna, pelas inúmeras acolhidas, ao Zé Maria e ao Cortez, empresários à moda antiga que ainda acreditam nas pessoas, meu muito obrigado por terem viabilizado em diferentes momentos o morar em São Paulo;

Ao Pe. Humberto, Pe. Dionísio e Irmã Alzira, antigos companheiros da CPT pelo incentivo e apoio sempre;

Ao Egídio e Doroti Schwade pela acolhida em Presidente Figueiredo, pela possibilidade de acesso ao arquivo da Casa da Cultura e sobretudo pela lição de vida;

Ao Mário e a Maria de Jesus, amigos da Amazônia encontrados na Metrópole, ao Ricardo e Amélia, colegas que dividiram o viver numa grande cidade;

Dentre tantas coisas importantes na USP, destaco o convívio e as discussões com colegas e professores ligados ao Laboratório de Geografia Urbana;

Aos colegas de colóquios Bel, Céu, Cristina, Denise, Eustógio, Glória, Lucy, Ricardo, Simone e Tomoko pelo companheirismo de todas as horas e pelas sugestões na 1ª versão do Trabalho;

À Prof. Dra. Maria Elena e a Gisele pelas sugestões e correções cartográficas;

Ao pessoal de casa, pai e irmãos em Manaus e sogra e cunhadas em São Paulo pelo apoio constante;

Aos amigos do pedaço, Jânio e Dulce pela solidariedade no retorno e ao Álvaro pela amizade de sempre;

Ao Luiz Carlos Santos que pacientemente busca as informações sobre a Amazônia na grande Imprensa e me envia, e ao Plínio poeta do pincel que fez as ilustrações;

Ao Departamento de Geografia da Universidade do Amazonas e a CAPES - PICD por terem proporcionado apoio institucional e financeiro para a realização deste trabalho;

Agradecimento especial à Prof. Dra. Ana Fani, orientadora sempre rigorosa, competente e crítica, porém sempre terna. Qualquer palavra pouco ou quase nada expressará o meu reconhecimento pelo muito de tudo que ela fez por este trabalho;

Finalmente ou primeiramente, à Rita que foi como sempre inspiração para tudo.

Como de praxe, todos foram muito importantes, porém os erros e omissões são de minha inteira responsabilidade.

S U M Á R I O

Índice de Mapas, Plantas e Figuras.....	i
Índice de Tabelas	ii
Siglas	iii
1. Dimensões do espaço vivido	5
2. A produção de um lugar na Amazônia	27
2.1. O ir ou o não sair do lugar - a BR-174 ..	29
2.2. No "Reino das Náiades": a cidade na selva	65
2.3. A criação do município de Pres.Figueiredo: fronteira em expansão	98
2.4. A vila de Pitinga: a ilusão da busca	104
2.5. Vila de Balbina: espaço e tempo recortados	125
3. O espaço do cotidiano e a existência humana nos trópicos	140
3.1. O desenraizamento e o cotidiano reinventado: a migração	147

3.2. A produção do espaço novo e a população indígena	179
4. O Estado e a produção do espaço na Amazônia	206
4.1. Os Grandes Projetos: espaço homogêneo e fragmentado	227
4.1.1. A Usina Hidrelétrica de Balbina	227
4.1.2. O Projeto Mineral de Pitinga	245
5. O horizonte da cidade ou a cidade no horizonte do provável	259
5.1. A expansão da fronteira	260
5.2. Dos aldeamentos às vilas: a urbanização das Amazonas	274
6. Impressões inconclusas	303
7. Bibliografia citada	307

Í N D I C E S

M A P A S

	Página
N° 1 - Localização da área de estudo	16
N° 2 - Amazonas - Município de Presidente Figueiredo 1994	17
N° 3 - Brasil - Programa de Integração Nacional: Sistema Rodoviário da Amazônia 1992	55
N° 4 - Amazonas - Roraima - Território Indígena Waimiri/Atroari 1971-1990	190
N° 5 - Amazonas - Parte da bacia hidrográfica do Uatumã 1971-1978	194
N° 6 - O Estado e Capitânicas do Grão-Pará 1778	279

P L A N T A S

N° 1 - Amazonas - Cidade de Presidente Figueiredo ...	66
N° 2 - Amazonas - Vila de Pitinga	105
N° 3 - Amazonas - Vila de Balbina	127

F I G U R A S

N° 1 - Amazonas - Esquema do rompimento de barragens no Projeto Pitinga 1993	248
N° 2 - Amazônia - Esquema de planejamento urbano-rural para colonização em rodovias pioneiras	270

ÍNDICE DE TABELAS

N°		Página
N° 01	Moradores das vilas A/B/C em Pitinga por faixa etária - 1990	119
N° 02	Local de nascimento dos moradores do Município de Presidente Figueiredo 1990/1991	150
N° 03	Local de origem do responsável pela casa da vila Waimiri/Balbina - 1991	154
N° 04	Local de origem do responsável pela casa da vila Atroari/Balbina - 1992	155
N° 05	Origem da mão-de-obra da Mineração Taboca em Pitinga - 1991	164
N° 06	Local de origem dos moradores das vilas A/B/C de Pitinga - 1990	166
N° 07	Estimativas da população Waimiri-Atroari 1983	186
N° 08	Estimativas da população Waimiri-Atroari 1990	186
N° 09	Evolução da população Waimiri-Atroari 1983-1993	203
N° 10	Posição do Brasil no mercado mundial de bens minerais - 1992	218
N° 11	Preço médio do estanho no mercado internacional 1980-1994	218
N° 12	Principais descobertas minerais na Amazônia 1952-1974	224
N° 13	Geração média anual de energia da UHE de Balbina 1989-1993	231
N° 14	Produção de Estanho de Pitinga 1982-1994 ..	246
N° 15	Percentuais de Arrecadação líquida de Impostos do Interior do Estado do Amazonas 1989-1993	253
N° 16	Percentual da arrecadação de ICMS Normal Mineral 1991-1993	257

SIGLAS

AEEL: Associação dos Empregados da ELETRONORTE.
BEC: Batalhão de Engenharia e Construção.
BASA: Banco da Amazônia S/A.
CPRM: Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais.
CDDH: Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.
CPT: Comissão Pastoral da Terra.
CPA: Centro de Pesquisa Ambiental.
CE-AM: Companhia Energética do Amazonas.
CELETRAMAZON: Centrais Elétricas do Amazonas.
CIMI: Conselho Indigenista Missionário.
CNEN: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente.
DERAM: Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas.
DNER: Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.
DGPI: Departamento Geral do Patrimônio Indígena.
DNPM: Departamento Nacional de Produção Mineral.
ELETRONORTE: Centrais Elétricas do Norte.
ELETROBRAS: Centrais Elétricas Brasileiras.
EMATER/AM: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amazonas.
ENERAM: Comitê Coordenador dos Recursos Energéticos da Amazônia.
ESG: Escola Superior de Guerra.
FNS: Fundação Nacional de Saúde.
FUNAI: Fundação Nacional do Índio.

GEC: Grupamento de Engenharia e Construção.

GEBAM: Grupo Executivo do Baixo Amazonas.

GETAT: Grupo Executivo de Trabalho do Araguaia-Tocantins.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICOTI: Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal.

IMA: Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INPA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

ITERAM: Instituto de Terras do Amazonas.

MAREWA: Movimento de Apoio e Resistência Waimiri-Atroari.

MINFRA: Ministério da Infra-estrutura.

PIN: Plano de Integração Nacional.

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento.

PROTERRA: Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste.

RADAM: Projeto Radar da Amazônia.

SAAE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

SEFAZ: Secretaria de Estado da Economia, Fazenda e Turismo.

SEMSAC: Secretaria Municipal de Serviço Social e Ação Comunitária de Presidente Figueiredo.

SPVEA: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

SUFRAMA: Superintendência da Zona Franca de Manaus.

TELAMAZON: Empresa de Telecomunicações do Amazonas.



4/54

Rivis 4/94

1. Dimensões do espaço vivido

Não chorem por nós, porque a América Latina não é um funeral. A América Latina é uma festa, mesmo quando estamos sepultando nossos mortos.
José de Souza Martins. **A chegada do estranho.**

O caminhar que se faz para alcançar um lugar na Amazônia é uma longa trajetória comparável ao processo de elaboração do pensamento.¹ Penosamente palmilhada, se vai superando obstáculos que se torna menos obnubilar e o sentido vai sendo construído.

Pouco a pouco, não tão pouco assim, o caminhar é uma estrada esburacada permitindo um passar que, se não é tão rápido, possibilita o ir e o vir. Uns fazem o caminho de ônibus, outros de caminhão, uns poucos de automóvel e alguns a pé. De qualquer forma, se vai ou se vem. Ao longo do caminho há boas casas, outras nem tanto, sendo a maioria casebres. Depois de muito caminhar, não tanto pela distância percorrida, mas pelo tempo gasto, a monotonia de uma paisagem de floresta aparentemente uniforme é quebrada. Avista-se um posto de gasolina e um pedaço de estrada

¹. Neste capítulo introdutório são apresentados o conteúdo temático, os conceitos analíticos e a maneira como pretendo desenvolver a tese da minha pesquisa. A elaboração teórica acompanha a apresentação do material empírico e se desenvolve à medida que o texto exige uma explicitação conceitual, procurando não separar a análise da realidade investigada e a teoria que a explique.

asfaltada como marcas de uma "modernidade caótica", anunciando "cidade à vista".

Nada de extraordinário. É necessária boa vontade do caminhante para superar o primeiro impacto e identificar na paisagem da pequena cidade cor de terra, (onde a poeira impregna as casas e as árvores, magoa a vista e atinge o olfato, ferindo a alma), algo que possa ser designado como belo. Embora esta paisagem da pequena cidade nada tenha de específico, pois se assemelha a tantas outras áreas da fronteira ou às periferias das grandes e médias cidades da Amazônia, a primeira impressão é que ela é única.

"O imediato é o (relativamente) simples; por conseguinte é também o começo. Mas a simplicidade da sensação revela-se aparente...",² pois há espanto, surpresas e descobertas a fazer, já que a cidade não se resume à paisagem aparente. Ela se produz e reproduz a partir do cotidiano de quem a constrói, contendo vida, fragmentos de vida e a dimensão do uso do espaço e do tempo. Só a partir do reconhecimento disso é que se pode compreender a cidade para além da aparência.

Aqui, mais do que em qualquer lugar, a memória não se encontra no espaço social que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que se produz contém uma parte de quem o faz. É o processo do construir construindo-se, dando a dimensão do não acabado. Neste

². Henri Lefebvre. *Lógica formal lógica dialética*, p. 271.

sentido, a cidade é o lugar do vivido, mas de um vivido espedaçado em que a memória não detém a ação do produzir o espaço, havendo no processo de criação da cidade a predominância do esquecimento e do desenraizamento.

Esta pequena cidade, como tantas outras criadas recentemente na Amazônia, surgiu a partir da aplicação da política de "desenvolvimento" que produziu espaços e tempos diferentes dos até então vividos pelas populações amazônicas, os quais passaram a ser vistos com novos valores e novas funções. Espaços e tempos que foram produzidos através da atuação do Estado e da expansão do capital na Amazônia. Porém, dizer só isso não basta. O que se pretende é tentar explicitar de que capital, de qual Estado e de qual Amazônia se está falando para que a análise do processo de construção do espaço não se transforme numa abstração.

Para tanto, é necessário verticalizar a análise visando compreender o processo que só tem sentido quando tomado no contexto dos vários elementos que se articulam para a produção do espaço, tais como os pequenos agricultores, os pescadores, as populações ribeirinhas, os assalariados, trabalhadores autônomos sem terra³, especialmente os posseiros, peões, os caboclos e as populações indígenas. Pressupõe também os capitalistas que estão nas grandes, médias e pequenas empresas e uma extensa rede de intermediários situados na própria Região e que se completa

³. José de Souza Martins. **Expropriação e violência: a questão política no campo**, p. 79.

fora dela através do capital financeiro e das empresas multinacionais.

O processo de produção do espaço ocorre a partir da ação de todos esses atores e da relação entre si e com a natureza. Completa-se com a atuação direta do Estado num complexo e extenso sistema burocrático, criado e reformulado nos últimos 50 anos para possibilitar a produção da Amazônia como fronteira.

Mas o processo não se esgota aí, é preciso ir além e considerar outras dimensões. A Amazônia de hoje é um lugar bem diverso do que era no início do século, para não retomar tempos mais remotos, não só porque a floresta, os rios e o solo foram profundamente modificados, mas principalmente porque a cultura mudou de modo considerável, a partir da transformação de hábitos e costumes, sobretudo no decorrer das últimas cinco décadas. Este processo evidenciou que a relação homem natureza que passou a predominar na Amazônia teve e continua tendo como principal característica a tendência à degradação do homem e da natureza. De antemão esclareço que este trabalho não assume uma posição ecológico naturalista, mas a verdade é que, a persistência do mito da produtividade ilimitada, apesar do vergonhoso fracasso de todas as iniciativas em grande escala para desenvolver a Região, constitui-se em um dos mais notáveis paradoxos do nosso tempo,⁴ culminando num emaranhado de ações que

⁴. Betty J. Meggers. **Amazônia: a ilusão de uma paraíso**, p. 28.

determinaram novas mediações nas relações sociais, modificadoras não apenas da natureza, mas principalmente dos modos de vida.

O espaço que se produz no interior da Amazônia, influenciado pela expansão do capital, ocorre num contexto de uma mais abrangente visão de produção em que homens enquanto seres sociais produzem sua história, sua consciência e seu mundo para além da produção natural. Nada existe na história e na sociedade que não seja produzido, mesmo a natureza tal como se apresenta foi também modificada,⁵ fazendo parte de um espaço social que é produto de múltiplos aspectos e de movimentos significantes e não significantes, percebidos e vividos, ligados à prática social.

Neste sentido, é necessário contrapor uma visão de espaço como palco onde se desenrolam e se localizam as atividades e os fenômenos humanos à idéia do espaço produzido através do trabalho humano. Na primeira predomina a concepção de um espaço organizado e de uma exterioridade em relação ao homem, na segunda ocorre a interiorização da produção humana, sendo o espaço um produto social não apenas por ser habitado pelo homem mas por ser produto e condição de produção para o homem.⁶

O espaço é produzido pelo homem não como um objeto qualquer, tampouco como um meio mas como requisito da própria

⁵. Henri Lefebvre. **La production de l'espace**, p. 83.

⁶. Ana Fani Alessendri Carlos. **A (re)produção do espaço urbano**, p. 33.

condição humana, num processo de produzir, produzindo-se, reproduzindo-se. O modo pelo qual os homens produzem o espaço depende das condições concretas dos meios de produção como também da forma de manifestação da vida que determina de certa forma a natureza do espaço. Por isso, o espaço não pode ser reduzido nem à natureza nem ao ambiente construído, mas às formas de controle que se adequam à produção dos meios materiais para a existência do homem, ampliando-se num processo geral de produção da sociedade.⁷

As relações sociais de produção na Amazônia têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do capitalismo que avança, fragmentando-a e homogeneizando-a, estabelecendo condições de controle para inseri-la na escala global.

O espaço urbano que se produz num lugar qualquer da Amazônia não é único, ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento recente para a Região como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: de um lado, as ilhas de luxo, riqueza e bem estar e, de outro, os arquipélagos de extrema miséria.

Todavia, existem as especificidades decorrentes da história do lugar, da capacidade de resistência e da forma não equânime de como as inovações atingem o lugar e de como

⁷. Ibid., p. 15.

as pessoas se relacionam com o novo. Todos estes aspectos, mediados pelos usos e costumes, determinam a forma de produção do espaço que se traduz na articulação entre o lugar, o nacional e o global.

Um trabalho de pesquisa é sempre o reflexo do que está ao seu redor. Neste sentido, a análise da produção do espaço na Amazônia e das substanciais modificações ocorridas nos últimos 30 anos no Estado do Amazonas só serão entendidas em suas complexidades se houver a inserção do pesquisador no processo. Por isso, personalizo-me e busco, no entendimento do processo de produção do espaço amazônico, traços e marcas que possam caracterizar as mudanças ocorridas não apenas no espaço, mas na vida de pessoas que, como eu, nasceram no interior da Amazônia, viveram e vivem o processo de transformação do espaço e da vida.

Para tanto, é preciso retornar ao lugar a fim de rever pessoas novas e velhas, o lago, o rio e o mato. O lugar de onde eu venho fica num canto qualquer onde parece que tudo parou. Só as pessoas envelheceram rapidamente e continuam com o olhar perdido no infinito. No tempo em que estive ausente, esperanças chegaram, mas rapidamente se foram sem deixar marcas. Apesar das mudanças, o lugar do futuro continua como sempre esteve: o lugar do passado. Ninguém fala mais do futuro nem do passado e o presente passa simetricamente como a acompanhar as águas do rio. Como antigamente, todas as pessoas se conhecem, são solidárias,

dividem o pouco que têm. A conversa é sempre a mesma. Fala-se quase sempre sobre os outros, sem maldades. O lugar tem a marca da solidão talvez porque todos se esqueceram dele num canto qualquer, tão pequenino, contrastando com a imensidão do rio, a exuberância da floresta e o azul do infinito. Apesar do tamanho, é no lugar que está a dimensão da vida, o que não é suficiente para atenuar o esquecimento. Para falar a verdade, eu também já estava um pouco esquecido do lugar e da vida que se levava lá. Por isso, volto sempre, para não esquecer do lugar e para lembrar da vida que se vive e se sobrevive na Amazônia, tentando refazer o lugar, a vida e a Amazônia. Ir ao lugar é voltar para continuar indo sempre.

Nasci nas barrancas do rio Solimões onde a correnteza levava os sedimentos num movimento incessante de destruição e construção. As terras caídas fluíam no nosso próprio ambiente, dando a alguns desde cedo a compreensão de que a natureza da Amazônia estava se modificando não só pela corredeira do rio, mas pela ação dos homens. A correnteza modificava a paisagem e dava dinâmica à vida que caminhava como se a natureza determinasse os nossos passos. Nada além da capacidade de compreendê-la, absorvê-la e superá-la. Já as ações do homem modificaram a natureza e mudaram nossas vidas, determinando nova dinâmica, diferente do tempo em que estávamos acostumados a compreender. Nosso tempo já não era determinado somente pelo grande rio e sim por novos valores. O uso, pouco a pouco, foi sendo superado pelo valor de troca.

As terras caídas não apenas determinavam o constante deslocamento de nossas casas, cada vez mais se distanciando das margens dos rios. Passaram também a ser vistas como fenômeno importante pela capacidade de sedimentação do solo, aumentando sua fertilidade e contribuindo para a maior produção agrícola, ao mesmo tempo que influía na estrutura fundiária. Estas mudanças conferiram forma e energia a nossas vidas. Nas barrancas dos rios, a vida já não andava tão lentamente como antes. Agora parecia haver certa harmonia entre a vida e a velocidade das águas seguidas pelo movimento da retina que buscava além do horizonte encontrar um ponto de chegada que parecia não existir.

Nossos sonhos eram limitados ao fim do mundo. Lá onde a linha do horizonte se encontrava com as águas barrentas do rio Solimões. As mudanças na natureza também atingiram os nossos sonhos que ultrapassaram esta linha na busca de um tesouro que alguém falou existir além do horizonte. Nós o buscamos. Assim como a vida e as águas dos rios não têm volta, o lugar passou a não comportar o nosso olhar e a não conter nossos projetos de vida. O rio que parecia só ter fim quando suas águas se reencontravam com as nuvens para novamente se transformarem em rios e a exuberância da floresta que ultrapassava nossa capacidade de abstração ficaram pequenos. "Baixamos" o rio à procura do tesouro. Fomos para a cidade.

O rio não é o mesmo, a Amazônia não é a mesma e eu não sou o mesmo. Envelhecemos todos, ou apenas eu? O que

ocorreu foram transformações importantes que determinaram um novo tempo, um tempo de mudança, "não aquele de uma modificação local, parcial, mas o tempo das transições e dos transitórios, o dos conflitos, da dialética e do trágico".⁸ Na nossa temporalidade simbolizada pelo rio, o real e o sonho não se separavam.

Por isso, ao traçar as transformações do espaço amazônico nas últimas décadas, estarei traçando um retrato de mim mesmo, identificado no processo que fragmentou o espaço, vendido aos pedaços. Ao mesmo tempo que retomo o passado através de coisas e sentimentos que mudaram ou se refizeram num outro patamar, não pretendo ser mero espectador, mas um participante ativo de um processo que dilacera o coração e fere a alma. Contudo, tento me conter, pois se de um lado esse processo tem uma grande carga de tragédia, por outro tem a capacidade de embalar novos sonhos e novas ilusões sem melancolias nem saudosismos, mas com "ódio sossegado e com paciência", paixão e desmedido amor pelas coisas da Amazônia, índios, posseiros, peões, construtores do espaço e quase sempre dele excluídos. Tenho esperança de que eles despertem de rolar brandura.

Ao mesmo tempo deixo claro que não se trata de devaneio. Ao contrário, como adverte Foot, "todos nós sabemos a barra de viver sem chão, o peso de cada minuto nesses tristes trópicos, a desolação que é ver a cidade virada pelo avesso; todos nós sentimos, um dia qualquer, a

⁸. Henri Lefebvre. **A vida cotidiana no mundo moderno**, p. 8.

vertigem do vazio, num cenário que já não cabem mais as mecânicas".⁹

Parte-se de pressupostos que não são arbitrários nem dogmáticos, mas reais dos quais não se pode fazer abstração. Parte-se de "indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas que eles já encontraram como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são verificáveis por via puramente empírica"¹⁰, o que pode ser feito através da Geografia.

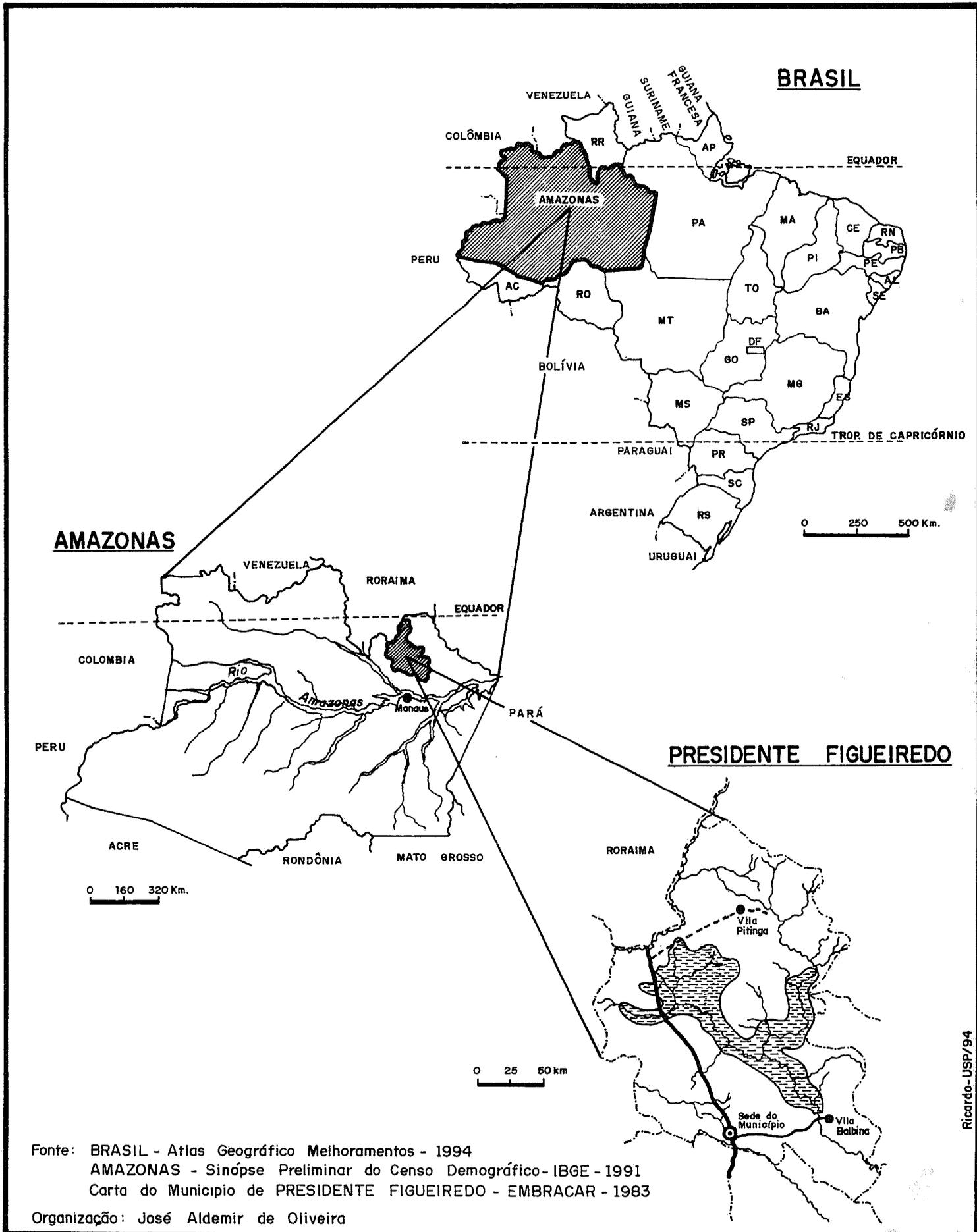
O que se coloca como questão é a explicação de um determinado fenômeno: o processo de construção do urbano na Amazônia tomando como referência o município de Presidente Figueiredo no Amazonas, (Mapa n° 1) tendo como ponto de partida a análise da espacialidade da sede do município e de duas vilas que são suportes aos Grandes Projetos situados na área, Balbina e Pitinga. (Mapa n° 2)

A cidade de Presidente Figueiredo é sede do município do mesmo nome situado na parte nordeste do Estado do Amazonas. Nela tudo se opõe à multidão das grandes cidades cujo movimento foi simbolizado por Jane Jacobs como um balé. "Podemos talvez um pouco caprichosamente chamá-la a forma artística de uma cidade comparando-a à dança. Porém,

⁹. Francisco Foot Hardman. **Trem fantasma: a modernidade na selva**, p. 14.

¹⁰. Karl Marx. & Friedrich Engels. **A ideologia alemã**, p.. 26-7.

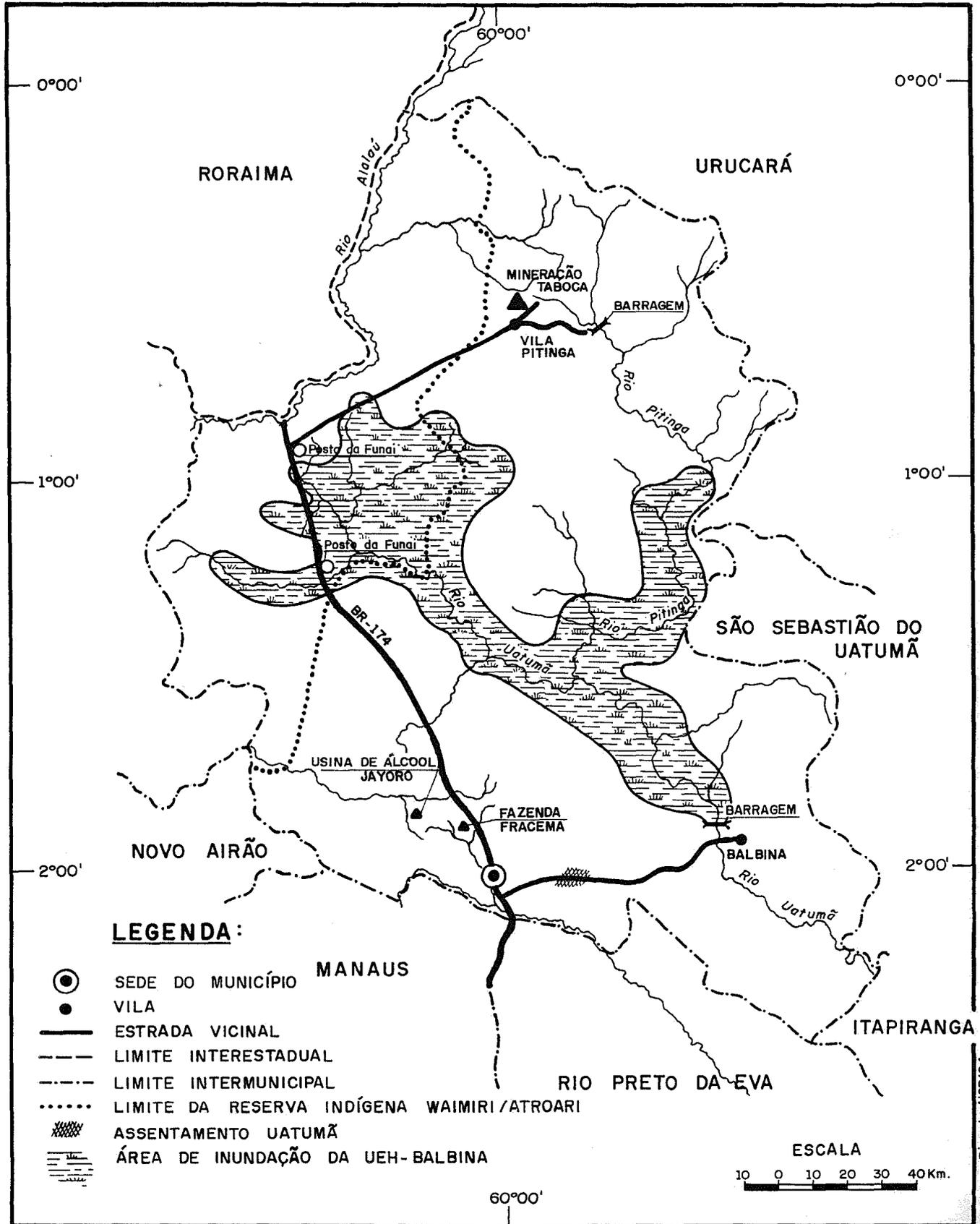
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



Fonte: BRASIL - Atlas Geográfico Melhoramentos - 1994
 AMAZONAS - Sinótese Preliminar do Censo Demográfico-IBGE - 1991
 Carta do Município de PRESIDENTE FIGUEIREDO - EMBRACAR - 1983

Organização: José Aldemir de Oliveira

AMAZONAS MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO 1994



não uma dança de precisão ou uniforme (...) senão a maneira de um intrincado balé no qual cada dançarino individualmente e no conjunto manifestam claramente os papéis específicos, que milagrosamente se dão com vigor e densidade uns aos outros, compondo um todo harmônico e ordenado".¹¹ No caso em análise parece não se aplicar a visão de que a cidade é um balé pois nada nela é ordenado e harmônico, a recorrência à citação de Jacobs é para enfatizar que em Presidente Figueiredo o único balé possível de ser identificado só poderá ocorrer por uma obnubilação que o calor escaldante parece produzir ao contato com a terra batida ou com o asfalto e o calçamento de umas poucas ruas, movimentos rápidos como se o ar estivesse a dançar, ocupando um folgado palco, dando-nos a impressão de que tão largas ruas só podem ser ocupadas pela natureza e não pelos homens. É como se a enigmática sugestão de Joyce de "que Deus está lá fora, no grito da rua"¹² aqui tivesse um significado oposto: Deus está lá fora, no atroador silêncio da rua.

A vila de Pitinga é a sede do complexo mineral do mesmo nome situado ao norte do Município onde a Empresa de Mineração Taboca do grupo Paranapanema, desde 1982, faz extração de minerais num complexo polimetálico com reservas

¹¹. **Muerte y vida de las grandes ciudades**, p. 54.

¹². Apud Marshall Berman. **Tudo que é sólido desmancha no ar**, p. 300.

estaníferas e de zircônio, nióbio, tântalo, ítrio e criolita.¹³

A vila de Balbina está situada na parte leste do Município, cerca de 88 quilômetros da sede, e dá suporte à Usina hidrelétrica de Balbina da ELETRONORTE, empresa pública do grupo ELETROBRAS.

Por que estudar o processo de produção do espaço urbano na Amazônia tendo como ponto de partida essa área? O município de Presidente Figueiredo sintetiza o processo de transformação recente na Amazônia, constituindo-se, atualmente, no principal pólo econômico do interior do Estado do Amazonas. A sua criação ocorreu no início da década de oitenta após a construção da BR-174 que o atravessa no sentido sul/norte, ligando a cidade de Manaus-AM a Boa Vista-RR, e da instalação dos dois Grandes Projetos já referidos. Há ainda no Município a reserva indígena Waimiri-Atroari, o Projeto de Assentamento Uatumã, Grandes Projetos agropecuários e a expansão da atividade turística com a construção de hotéis-fazendas e de selva.

O lugar encerra contradições e possibilidades da produção do espaço decorrentes da expansão da fronteira para a Amazônia que pretendemos discutir, analisar e apreender.¹⁴

¹³. Walid el Koury & Aldo Antonietto Jr. "Mina de Estanho de Pitinga-Amazonas", p. 210.

¹⁴. A pesquisa de campo foi realizada entre junho de 1990 e fevereiro de 1993. No ano de 1990 foi feita uma viagem à área durante o mês de maio com a participação de alunos do Curso de Geografia da Universidade do Amazonas. No final do mesmo ano foi realizada mais uma viagem com permanência média de 30

A partir dos dados obtidos através de entrevistas, levantamento de documentação e observação direta estabeleceu-se um quadro aproximado da realidade e problematizou-se um tema: a construção do urbano. Elaborou-se um objeto possível pressupondo a interrelação permanente entre o marco teórico conceitual e os dados de campo que não se separam, completam-se, sendo estes os determinantes daquele.

Optou-se por um método que apontasse para uma caminhada visando a análise da vida social que se desenrola no espaço, buscando compreender não apenas o possível, mas o impossível, não apenas o que é, mas principalmente o que poderia ser. Com isso se chegou a um trabalho cuja base de análise é geográfica, tentando superar a Geografia que não alcançou o entendimento da deterioração do espaço social, pois se deteve à descrição dos fenômenos no espaço, para concebê-la enquanto ciência capaz de explicar a produção do espaço a partir de fatos reais postos pela vida concreta dos homens. Esta visão aponta para uma concepção de Geografia cuja base é a compreensão do uso do espaço.

Portanto, neste trabalho emprego o rigor científico que o meu atual nível de reflexão pode ter, para alcançar uma dimensão da Geografia que não esteja somente preocupada com a descrição dos fenômenos no espaço, mas com a produção do

dias. Nos anos seguintes as viagens ocorreram sempre nos meses de janeiro a março com estada média de 45 dias entre os três núcleos urbanos. Finalmente em maio de 1994, quando praticamente estava concluído o texto, foi realizada uma viagem à área para cotejar algumas informações.

espaço para a vida. Uma Geografia Humana no sentido mais profundo, o de ser capaz de captar sentimentos, emoções e desejos. Uma Geografia que entenda o homem como produtor no sentido mais amplo, produtor da vida.

A hipótese é que a expansão da fronteira na Amazônia se dá a partir de um processo contraditório, baseado num tripé: a **destruição** das formas espaciais existentes, a criação das **resistências** e a **reconstrução** de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados. Não se trata de uma visão nostálgica, pois considero que o espaço está sendo produzido, reproduzido e recriado, configurando-se não apenas como lugar das perdas, mas também e principalmente como possibilidade de uma nova vida. A dimensão social desse processo é também uma dimensão espacial, sendo por isso concebida como uma prática sócio-espacial tendo o espaço como o lugar geográfico da ação. A forma como o espaço é produzido na fronteira pode ser um instrumento de perda, mas também pode se constituir numa alternativa de libertação.

Este processo está mediado pelo espaço da prática, do vivido que permite constatar as perdas e perceber as possibilidades de libertação. É um processo assinalado pelo movimento triádico: **destruição, resistência e reconstrução**.

A resistência não é uma dádiva, pressupõe de um lado que as pessoas tenham condições de sobrevivência, de outro, que se contraponham ao que se lhes é imposto sem perder a capacidade de indignação e de revolta "não só contra

as condições particulares da sociedade existente até então, mas contra a própria produção da vida vigente e contra a atividade total em que se baseia".¹⁵

Explicar como tais elementos se concretizam em Presidente Figueiredo e como se explicitam enquanto prática sócio-espacial é a questão central deste trabalho.

A produção do espaço na Amazônia cria a possibilidade de novos modos de vida resultantes do embate entre as várias formas de relações sociais imbricadas no novo e no velho que se opõem, se contradizem e se completam, dando origem a outras formas de viver. Nesta perspectiva, o espaço é o produto do trabalho humano concebido a partir da relação que o homem enquanto ser social mantém com a natureza.

A análise privilegia o entendimento do espaço urbano, tendo como ponto de partida a paisagem urbana, visando atingir o entendimento da reprodução espacial e de seu conteúdo.¹⁶ Esta paisagem em si nada tem de excepcional, apesar da vila de Balbina apresentar diferenciações em relação à cidade de Presidente Figueiredo e à vila de Pitinga no que se refere à arborização, ao traçado das ruas, tornando-se equânime quanto à falta de movimento e à monotonia. Temos a perspectiva de que a paisagem urbana

¹⁵. Karl Marx. & Friedrich Engels. Op. cit., p. 57.

¹⁶. Ana Fani Alessandri Carlos. Op. cit., p. 52.

não se resume apenas ao aparente, ao construído, ela também contém história, sendo produto do trabalho do homem.¹⁷

A paisagem é o resultado das relações sociais de produção e, principalmente, contém vida, sentimentos e emoções que se traduzem no cotidiano das pessoas. Tais relações são portadoras de profundidade e leveza, valendo a pena, por isso mesmo, compreendê-las. É possível que este cotidiano seja malditamente enfadonho para as pessoas que moram no município de Presidente Figueiredo ou talvez nem exista, mas quem sabe não tenha lá seus encantos.

O importante é procurar a beleza onde não se pensa que esteja. Mais que isso, é preciso procurá-la onde pouco se falou dela ou talvez onde nem exista. Buscá-la no olhar, no sorriso, gestos e ações que abrem a porta para o infinito, tornando a vida menos feia e triste, as distâncias e os instantes mais breves. A beleza é o que está no estado da alma e não nas formas aparentes, é mais que um modelo de perfeição, é uma condição de vida, concretizada através das cantigas, dos versos, dos gestos e do fazer simples para celebrar a festa, para exprimir solidariedade, fraternidade e dissimular as perdas. A Beleza está na essência de uma gente que produz um espaço cuja dimensão da ética supera à da estética.

Qual o motivo desta busca? Tentar captar o essencial no acidental, perceber a instância do possível sem ignorar que além do racional há também o não racional,

¹⁷. Ibid., p. 56.

ultrapassar a dicotomia de considerar a expansão da fronteira na Amazônia só positiva ou só negativa, quase sempre separando as pessoas de seu espaço, como se fosse possível compreender as relações humanas sem o espaço. Busca-se superar uma visão da Amazônia como exuberante, grandiosa, folclórica, fotogênica concebendo apenas a paisagem aparente, não considerando as relações sociais que a produzem, sem cair no outro extremo, o da crítica impotente tendendo ao negativismo que privilegia o feio em vez do belo, concebendo o espaço como uma instância inumana.

A questão que se coloca é a explicação da produção do urbano no interior da Amazônia não apenas enquanto lugar da repetição e reprodução, mas como possibilidade da criação. É possível que ao término se perceba que o real e a fantasia não se separam e que há muito mais "rachaduras nos espelhos e fusões nas extremidades"¹⁸ do que se imagina.

Tenta-se responder às questões postas através das contradições decorrentes da produção do urbano na Amazônia articulado a partir dos seguintes aspectos: a) como a Geografia poderá analisar a produção do espaço urbano na Amazônia, tendo como ponto de partida o caso específico de Presidente Figueiredo no Amazonas? b) Como se articula a produção desse espaço específico no contexto mais geral do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil especialmente a partir de 1964? c) Quais as dinâmicas sócio-espaciais que se estabelecem com o avanço de novas relações sociais de

¹⁸. David Harvey. **A condição pós-moderna**, p. 323 et passim.

produção destruindo a natureza, os usos e os costumes? Como compreender e explicar que este processo não é irreduzível nem irreversível pois ao mesmo tempo que aniquila e destrói cria meios de resistência para reconstruí-los? São questões que a investigação busca explicar.

No entanto, este trabalho é o resultado do atual nível de reflexão sobre a Amazônia, não tendo pretensões de apresentar conclusões prontas e acabadas. Ao contrário convivo em todo o desenvolvimento do mesmo com a possibilidade feliz de cometer enganos, pois as transformações não estão no que somos capazes de interpretar como mudanças da realidade, mas o que as pessoas que participam do processo consideram como tal. As mudanças podem estar ocorrendo e podem não ter sido compreendidas e captadas em sua concretude. Disso decorre a necessidade de um incessante movimento entre os pressupostos teóricos e as observações de campo. É preciso introduzir o rigor na invenção e o conhecimento na utopia.¹⁹

É importante assinalar que a minha visão de urbano não é necessariamente a mesma dos vários agentes que participam do processo de produção do espaço em Presidente Figueiredo, embora tente respeitá-la, compreendê-la e explicá-la mostrando a inserção dos mesmos na construção da resistência. Tentar compreender o outro, mesmo que não consiga integrar-se nele, é apontar diferenças que devem ser respeitadas, não significando, por isso, uma visão de fora.

¹⁹ Henri Lefebvre. *El derecho a la ciudad*, p. 128

Por fim, este trabalho tem um compromisso, o de resgatar na banalidade aparente a Geografia e a História dos pobres que já estão e dos que chegam à Amazônia, pois "resgatar a História do oprimido é resgatar a verdade do vencido contra a prepotência ideológica do vencedor, o grito frágil contra a mordada do forte".²⁰

*Assim sendo, escolheu um
caminho qualquer e começou a
andar.*
Kafka, **América.**

²⁰. José de Souza Martins. **Escravidão em São Caetano.**



2. A produção de um lugar na Amazônia

"Há um local de destino, mas não há um caminho que nos leve até ele. O que chamamos de caminho é apenas indecisão".
Kafka. **Cantos, fábulas e aforismos.**

Calvino descreve como o viajante vê uma cidade ao longe: "Há duas maneiras de se alcançar Despina: de navio ou de camelo. A cidade se apresenta de forma diferente para quem chega por terra ou por mar".¹

Chega-se à maioria das cidades da Amazônia pelo rio e delas é possível se contemplar uma paisagem cujo limite é o reencontro das paralelas no horizonte em que o céu e as águas parecem se abraçar, quer se olhe em direção ao Ocidente ou ao Oriente. A paisagem citadina avista-se ao longe, aparecendo aos poucos, preguiçosamente aos olhos de quem se aproxima sem pressa de chegar. Quase sempre, o primeiro sinal é a torre da igreja, tão distante que até parece nunca será alcançada. Assim vista, a maioria destas pequenas cidades situadas às margens dos rios se constituem numa "pausa repousante da monótona sucessão de matas que cobrem as margens do Amazonas. Destacam-se, nítidas e coloridas, do fundo verde-escuro da vegetação. A igrejinha branca e luminosa com o seu telhado cor de barro (...) e uma fila de casas baixas, pintadas de cores claras, de frente para o rio. (...) Assim vista do rio, a cidade parece um

¹. Ítalo Calvino. **As cidades invisíveis**, p. 21.

quadro emoldurado pela folhagem verde-escura das mangueiras enormes e das palmeiras majestosas que lhes guarnecem as beiras. Parece um recanto sedutor".²

No entanto, uma estreita "prancha" que liga o meio de transporte, o motor de recreio, ao trapiche se encarrega de estabelecer a realidade e o quadro de moldura passa a ter outra dimensão. Quase sempre localizadas em terrenos altos,³ as cidades têm um padrão urbano característico com ruas e caminhos que terminam invariavelmente no porto.⁴ A rua da frente ou a rua primeira tem as melhores casas e as ruas de trás, casebres cobertos de palha.

As cidades amazônicas, pelo menos as localizadas às margens dos grandes rios, parecem ter sido criadas para serem vistas de longe, pois de perto toda a dimensão de beleza que existia no primeiro olhar esvai-se no arruamento caótico, nas casas novas, mas com as fachadas desbotadas e precocemente envelhecidas. Talvez fosse melhor que delas só tivéssemos a primeira impressão.

Neste sentido, a cidade de Presidente Figueiredo não é condescendente com o viajante, não lhe fazendo nenhuma concessão idílica. Ela não se aproxima aos olhos do viajante,

². Charles Wagley. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**, p. 45.

³. Os terrenos altos são os terraços ou tesos e estão limitados a uma estreita faixa de terra situada a 1 ou 2 metros acima das águas altas. Os tesos são formados por material argilosos. Os terraços Holocênicos são de idade mais recente que os terraços Pleistocênicos.

⁴. Caryl P. Haskins. **O Amazonas que eu vi**, p. 151.

ele a vê quando chega, advertindo-o: aqui não há lugar para contemplação. Ao contrário de Despina que se apresenta diferente ao visitante, venha ele por terra ou por mar, Presidente Figueiredo não se diferencia, pois só é possível chegar a ela por um lado, por terra. Mas ela se difere das outras cidades porque tem especificidades que não estão na paisagem aparente, mas na dimensão concreta da cidade enquanto resultado da produção e da reprodução da sociedade.

2.1. O ir ou o não sair do lugar - a BR-174

A estrada modifica a paisagem tendo uma repercussão geográfica que não se limita ao superficial, indo além, indicando a intensidade e a importância das relações entre os homens. A própria estrada, sua construção, seus declives, as condições anteriores a ela e as relações que se instalaram no lugar a partir da possibilidade de circulação constituem-se num fato geográfico.⁵

A estrada BR-174 tem grande importância na análise da espacialidade do município de Presidente Figueiredo, pois foi com sua construção que se criou o Município e viabilizou a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, instalaram-se projetos agropecuários e implantou-se o Projeto de Mineração do Rio Pitinga.

⁵. Jean Brunhes. **Geografia Humana**, p. 94-5.

É através da estrada BR-174 que se vai e se vem de Presidente Figueiredo. Os 107 quilômetros que vão de Manaus à sede do Município constituem-se num caminho de terra batida interiorizado no sentido norte para atravessar 785 quilômetros de floresta, ligando as cidades de Manaus e Boa Vista.

Uns poucos privilegiados podem alcançar Balbina ou Pitinga por via aérea. Entretanto, para a cidade de Presidente Figueiredo, a via de acesso é sempre a estrada, embora as pessoas se utilizem de formas diferenciadas de transporte que estão relacionadas à capacidade de pagamento de cada uma, indo do caminhar a pé à carona nos caminhões, passando pelo transporte coletivo até os carros particulares.

Apesar de o caminho para Presidente Figueiredo não ser o rio e sim a estrada, o deslocar-se ocorre da mesma forma que para outros lugares da Amazônia, explicitando as precárias condições de deslocamento existentes na Região, onde "no convés superior das embarcações (1ª classe) viajavam (e continuam viajando) os bemaventurados (sic) da sorte e do dinheiro; no convés de baixo (3ª classe), a plebe se amontoa como verdadeiro gado humano".⁶

A precariedade do transporte fluvial de passageiros que existe atualmente na Amazônia, difere das condições que existiam, especialmente no rio Amazonas, no século passado. "É impossível estar mais bem aparelhado para

⁶. Djalma Batista. **O complexo Amazônico: análise do processo de desenvolvimento**, p. 231.

a comodidade do viajante do que os vapores do Amazonas. São admiravelmente mantidos e com asseio extremo (...) a mesa é perfeita e cuidadosamente servida, e a comida excelente, se bem que pouco variada".⁷ Embora seja necessário considerar que este tipo de transporte atendia uma minoria, é preciso reconhecer serem os vapores que faziam a ligação entre as principais cidades localizadas no rio Amazonas e seus afluentes bem diferentes dos motores de linha que fazem a mesma ligação atualmente. Em vários aspectos qualitativos, o transporte fluvial de passageiros na Amazônia é inferior ao da navegação do século passado e do início do século XX.

Apesar das condições inaceitáveis de segurança, rapidez, higiene, preços e conforto que caracterizam o transporte de passageiros nos rios da Amazônia, viajar num desses barcos de linha que fazem a ligação entre as principais cidades do Amazonas tem um estranho encanto.

Quando o barco vem para a capital, homens e mulheres de todas as idades, de rostos queimados e um olhar de intensa profundidade, com suas poucas roupas quase sempre molhadas, misturam-se aos frutos de seu trabalho. Ao tomarem o barco, armam a rede onde repousam seus cansados corpos. Os barcos menores não oferecem refeições, sendo necessário trazer uma pequena marmitta improvisada, uma dessas latas de leite em pó, com um pouco de peixe frito, farinha e frutas. Esta alimentação é compartilhada numa corrente de

⁷. Luiz Agassiz & Elizabeth Cary Agassiz - **Viagem ao Brasil**, p. 129.

solidariedade. Ao se aproximar da capital, os atravessadores invadem o barco e compram o que as pessoas trazem, quase sempre por preços ínfimos.

O retorno não é muito diferente, a não ser quando o barco se aproxima das cidades onde as pessoas desembarcarão. No período que antecede a chegada ao porto, as pessoas envolvem-se numa intensa preparação. Perfumam-se, colocam a melhor roupa, preparam a criançada num burburinho de festa. O regozijo não é menor entre os que esperam o barco no porto. Apesar de todas as dificuldades, no convés dos barcos que cortam os rios da Amazônia a vida se desenrola, correndo parada como a água do rio que tem paciência e vai passando sem fim.

Este sentido de festa, pelas próprias características do meio de transporte, não existe quando se vai para Presidente Figueiredo. A similaridade está na precariedade do ônibus, no desrespeito aos direitos do cidadão e no custo relativamente elevado da passagem.

Para se deslocar para Presidente Figueiredo saindo de Manaus, o ponto de partida é a estação rodoviária de onde saem os ônibus que fazem a ligação às poucas localidades em que é possível ter acesso por estrada no Amazonas. A estação rodoviária pouco se assemelha às existentes em cidades do porte de Manaus.⁸ Ao contrário, apresenta um pequeno

⁸. Segundo o Censo Demográfico de 1991 a população da cidade era 1.006.585 habitantes. A Prefeitura Municipal e outros órgãos estimavam que a população da cidade em 1991 era de 1.350,000 hab.

movimento de ônibus e passageiros.⁹ Mal cuidada, a estação reflete o abandono que sofre a "coisa pública", não exclusiva, mas principalmente aqui, em especial quando se destina aos pobres. Esta parece ser uma das características marcantes da Amazônia: os prédios e logradouros públicos estão sempre em ruínas, não por serem antigos, mas por estarem abandonados ou mal utilizados. A estação se enquadra nesta regra, pois aqui parece que apenas os pobres utilizam o transporte coletivo intermunicipal.

O ônibus invariavelmente atrasa e embora se compre o ticket de passagem de um determinado horário, as pessoas o identificam como o "primeiro ônibus" ou o "ônibus da manhã", mesmo que este atrase, saindo somente à tarde. O número da poltrona também vem impresso, mas isto não tem a menor importância por uma razão elementar: o tempo de uso se encarregou de destruir a numeração. As pessoas se acomodam como podem.

Começa-se a ir. Após tomar a estrada propriamente dita, esta torna-se precária. O que já era devagar, quase pára de tão lento. Apesar da precariedade, a estrada se contrapõe aos meandros dos rios amazônicos com as infundáveis curvas que Euclides da Cunha comparou ao roteiro

⁹. A média de movimento na estação rodoviária da cidade de Manaus é de 21 ônibus intermunicipais por dia transportando 378 passageiros. O transporte interestadual tem 01 ônibus diário com média de 35 passageiros. Fonte: Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas, dados referentes ao mês de junho de 1992.

indeciso de um viajante perdido¹⁰. A estrada não foi modelada pela sinuosidade do terreno nem pelas asperezas do solo, impõe-lhe antes o acento voluntário da linha reta.¹¹ A estrada é enfadonhamente reta, o que possibilita olhar para a frente e ter a impressão de que nunca se chegará a qualquer lugar, "como se não existisse chegada na estrada distante". A floresta se sucede de um lado e de outro e descansa-se a vista vendo aqui e acolá um pequeno casebre e às vezes a sede de uma fazenda, o que é raro, pois as poucas existentes se colocam afastadas das margens da estrada. A estrada não comporta meio termo, ou é muito empoeirada ou lamacenta. Isto decorre principalmente do tipo de clima e solo.

A área apresenta elevada pluviosidade, em torno de 1.750 a 2.500 mm/ano,¹² com o período mais chuvoso entre os meses de novembro a maio, ocorrendo uma diminuição a partir de junho indo até outubro, sendo que os meses de agosto e setembro são os mais secos.¹³

Segundo o RADAMBRASIL,¹⁴ predomina na área da estrada três tipos de solo:

¹⁰. **À Marjem da Historia**, (sic) p. 21.

¹¹. Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**, p. 62.

¹². Edmon Nimer. **Climatologia do Brasil**, p. 377.

¹³. No ano de 1993 foram obtidos na Reserva DUCKE situada nas imediações da BR-174 os seguintes níveis de pluviosidade: Janeiro: 285,6 mm; fevereiro: 288,3 mm; março: 383,5 mm; abril: 251,7 mm; maio: 160,4 mm; junho: 60,6 mm; julho: 92,0 mm; agosto: 84,2 mm; setembro: 39,8 mm; outubro: 243,1 mm; novembro: 243,4 mm; dezembro: 223,2 mm. Total anual: 2.355,8 mm. Média mensal 196,3 mm. Fonte: INPA.

¹⁴. Projeto RADAMBRASIL, Folha SA.20 Manaus - Volume 18, p.. 267, 272, 276, 280, 283 e 405.

a) Latossolo amarelo álico, com ocorrência principalmente na parte mais ao sul que vai do início da estrada, na bifurcação com a AM-10 até a cidade de Presidente Figueiredo;¹⁵ b) Latossolo vermelho amarelo álico, ocorre especialmente ao norte da cidade, nas áreas mais elevadas e nos interflúvios tabulares;¹⁶ c) Podzólico vermelho amarelo álico, com ocorrência no extremo norte do município.¹⁷

Embora predominem solos bem drenados, nas superfícies tabulares ocorrem solos com deficiência de drenagem devido ao abaciamento que provoca o represamento das águas pluviais. Essa deficiência se acentua nas áreas de maior incidência de argila, ocasionando os problemas de circulação na estrada, especialmente nos meses de maior incidência pluviométrica com o surgimento dos "atoleiros".

As condições naturais tornam-se determinantes no processo de circulação para Presidente Figueiredo, dificultando senão impossibilitando o deslocamento em determinados meses do ano, não pela ausência de tecnologia capaz de se construir uma estrada que supere as adversidades

¹⁵. Desenvolve-se sobre os sedimentos do Grupo Barreiras, bem drenado, com moderada textura, apresentando argila do grupo caulinita. Apresenta alto grau de intemperismo sendo normalmente composto de óxidos de hidratados de ferro e alumínio.

¹⁶. É um solo de baixa textura com uniforme distribuição de argila, com consistência firme ligeiramente plástica e pegajoso e com elevado grau de intemperização.

¹⁷. Este solo é produto da decomposição de rochas do complexo guianense pré-cambriano, apresenta como principal característica a presença de um horizonte B textural ou argílico sob um horizonte A moderado.

naturais, pois se constata, recorrendo apenas ao noticiário da Imprensa amazonense, que apesar das precárias condições de tráfego da BR-174, a liberação de recursos para a pavimentação e conservação da mesma já foi anunciada várias vezes.

Em 1986 o Ministro dos Transportes Reinaldo Tavares anunciou que o DNER alocou recurso no valor de Cz\$4,8 bilhões para a recuperação e pavimentação da estrada. No ano seguinte, o Governador do Estado divulgou, com muito estardalhaço, o asfaltamento da estrada, pois já existiam recursos da ordem de Cr\$150 milhões. Dois anos depois foi novamente anunciada a liberação de NCr\$325 milhões para o asfaltamento da estrada. Em 1991 o atual Governador do Estado Gilberto Mestrinho anunciou solenemente, como de praxe, a pavimentação da estrada no trecho Manaus à divisa com o Estado de Roraima com recursos de Cr\$4,8 bilhões. Alguns meses depois finalmente iniciaram as obras, sendo asfaltado 200 metros de estrada que foram festivamente inaugurados com a presença de uma comitiva de políticos, sob um intenso foguetório e uma multidão que mal cabia na extensão da estrada asfaltada. Posteriormente foram acrescentados mais 8 quilômetros aos 200 metros já asfaltados e parou por aí. Em 1993, vários Parlamentares amazonenses anunciaram recursos alocados pelo Governo Federal para a pavimentação da BR-174. Os recursos nunca chegaram ao seu destino e a estrada

continua um caminho de terra batida, sendo continuamente interdita especialmente, nos meses mais chuvosos.¹⁸

Como a maioria das estradas da Amazônia, a BR-174 tem um baixo tráfego de veículos, embora se observe um número significativo de pessoas caminhando a pé. Ao vê-las, tem-se a impressão de que elas não têm claro de onde vêm nem para onde vão. De quando em quando as pessoas que caminham na estrada acenam para as que vão no ônibus. Elas têm os rostos tristes e o olhar profundo, perdido no horizonte como a estrada que se vai percorrendo. Aqui, o andar na estrada se confunde com o caminhar da vida.

A vida na Amazônia é um caminhar sempre, um caminho sem fim, o caminhar da vida. Buscam-se novos mundos como se vivesse sem rumo. Em alguns momentos parece que se perdeu o sentido da vida. O olhar distante, profundo, examina com minúcia a procurar um caminho nas perigosas retas da estrada. As pessoas sabem de onde vêm e para onde vão, mas por instantes perdem-se no caminho, na estrada, na vida e na Amazônia.

Desde o início da construção da estrada, o ir e o vir passou por mudanças importantes para a maioria da população que mora às margens da rodovia. Atualmente, uma

¹⁸. Egídio Schwade. **BR-174: Uma história de sangue e rapinagem**. Mimeo, inédito.

empresa¹⁹ detém o monopólio do transporte de passageiros com três ônibus diários. Dois fazem o trecho Manaus-Balbina, passando por Presidente Figueiredo e um o trecho rio Abonari até a altura do quilômetro 200. Outra empresa de transporte também passa pelo Município²⁰ fazendo o trecho Manaus-Boa Vista, mas raramente transporta passageiros até a altura do rio Abonari.

Os primeiros moradores chegaram à área que corresponde ao Município de Presidente Figueiredo em 1970 quando do início da construção da estrada. Eles se deslocavam nos caminhões do 6º BEC ou em um ônibus que saía de Manaus e percorria a estrada, à medida que esta ia sendo construída, até atingir, em 1973, o rio Abonari. O primeiro transporte regular para a BR-174 foi implantado em 1973 por uma pequena empresa, a MenaBrasil. No início era apenas 01 ônibus dirigido pelo próprio dono, cobrindo um trecho de cerca de 200 quilômetros duas vezes por semana, transportando passageiros, gêneros de primeira necessidade e escoando a produção agrícola e extrativa dos agricultores. Um dos antigos moradores da BR que chegou à área em 1972 relata: "Quando eu cheguei aqui, tinha muita produção e o MenaBrasil levava tudo. Se tinha dinheiro ia, se não tinha ia também, pois se podia pagar a passagem com a produção".

O ônibus era também o elo de comunicação do lugar, pois além dos serviços normalmente prestados por uma empresa

¹⁹. Empresa de Transporte Coletivo Marlin.

²⁰. EUCATUR - Empresa União Cascavel Transportes Urbanos.

de transporte, comprava, vendia, levava correspondência, tendo neste sentido similaridade com o "motor de recreio" e o regatão que fazem a ligação fluvial entre os vários lugares da Amazônia. O mesmo morador completa: "O MenaBrasil desaperreava a gente, trazia carta, comprava remédio, dava recado, levava os produtos para vender, era um regatão de rodas. Nunca ninguém ficava na beira da estrada por qualquer motivo, muito diferente do que ocorre hoje com os ônibus da Marlin e principalmente com os caminhões da Taboca que pode ter alguém morrendo na beira da estrada que eles não levam". A fala do antigo morador denota uma certa idealização do passado, de um modo de vida que se perdeu, mas principalmente contém sinais importantes das transformações ocorridas em Presidente Figueiredo.

A forma de circulação que se implantou após a "conclusão" da estrada Manaus - Boa Vista²¹ e com a concessão de linhas para grandes empresas de transporte se modificou, pois o deslocar inseriu-se no contexto maior de circulação da mercadoria e, neste sentido, rompeu com o modo de vida existente terminando a unidade que estava na base das antigas relações, dissolvendo os laços de amizade e solidariedade existentes até então. O deslocar-se, para os moradores da estrada, passou de uma condição em que dependiam da forma de relação direta com pessoas conhecidas para relações impessoais em que passa a predominar o dinheiro.

²¹. A estrada foi "concluída" no início de 1977, sendo inaugurada em 06 de março de 1977.

A especificidade do lugar estabelece pontos de interseção entre a empresa que fazia o transporte à época da construção da estrada e as que exercem o monopólio do transporte hoje. Isto ocorre, por exemplo, no plano da relação pessoal entre os motoristas e os moradores da estrada, contrariando as determinações da empresa para quem o passageiro é um número, conforme pode ser aferido no depoimento do Chefe de Tráfego da Marlin: "As precárias condições da estrada torna a manutenção dos carros muito cara. Por isso dá sempre prejuízo. Por outro lado, a empresa tem que economizar com pessoal, não podendo ter fiscal nem cobrador, fazendo com que o motorista assuma estas funções. Temos que fazer um rodízio de motorista, pois quando o mesmo está há muito tempo na mesma linha, ele começa a fazer concessões. Dá carona, dispensa o frete e com isso prejudica o rendimento da empresa". Portanto, para a empresa, o passageiro é visto apenas enquanto um comprador de serviço.

O serviço que a empresa oferece é uma mercadoria e o pagamento que os moradores fazem por isso é dinheiro. Entretanto, um e outro estão situados nos limites de dois mundos diferentes²² pois, para os moradores do lugar, a forma e o conteúdo da mercadoria e do dinheiro não estão necessariamente na mesma lógica da empresa e do capital, pois as relações se flexibilizam no dia a dia da estrada.

²². José de Souza Martins. **Não há terra para plantar neste verão**, p. 15.

Um dos motoristas conhecido como "Maxixe" que já trabalha cerca de 04 anos no local exerce a função de relações públicas da estrada, traz e leva notícias e encomendas. É comum vê-lo parar na frente de um sítio às margens da estrada somente para trocar uma "prosa", tomar um "ponche" ou um "gole" de café.

Já a forma como é efetuado o transporte de minérios (em carretas) ou de passageiros (ônibus) pela Mineração Taboca impossibilita qualquer relacionamento com a população local. É expressamente proibido o contato entre motoristas e moradores pois, para a Mineração Taboca, o transporte é visto enquanto necessidade de produção do capital. Impõe-se por isso um princípio regulador das atividades necessárias ao deslocamento de trabalhadores e transporte de mercadorias e produtos, caracterizando-se como uma forma capitalista avançada. O transporte de Pitinga é realizado por empresas transportadoras com atuação nacional que prestam serviço à Mineradora.²³

A nova lógica de reprodução das relações sociais modificou a forma de circulação. O espaço foi produzido para possibilitar a expansão do capital numa área da Amazônia através de benefícios para as empresas públicas e/ou privadas, em nada melhorando as condições de vida da população que já o ocupava. Este processo criou resistências

²³. A empresa Cattani faz o transporte de passageiros em ônibus especiais e a Transportadora Santa Fé o de minérios em carretas.

que esbarram no poder do Estado, impondo-lhe o novo, a novidade, baseados na destruição do tempo de uso que foi sendo substituído pelo tempo da troca, com mecanismos de controle da vida pela dependência que ela passou a ter do mercado. O deslocar-se em Presidente Figueiredo é um bom exemplo disso: a população não tem outra alternativa a não ser submeter-se à empresa transportadora. Como às vezes os pequenos agricultores têm produtos, mas não dinheiro, ficam impossibilitados de se deslocar por não terem como pagar o transporte. Antes era possível entregar produtos em troca da passagem.

Superando dificuldades de toda as ordens, é pela BR-174 que o viajante, após mais de três horas de viagem chega à cidade de Presidente Figueiredo. O viajante não a vê no horizonte, a cidade não se apresenta à distância, é vista quando se chega. O ônibus pára num casarão que funciona como uma improvisada estação rodoviária. Chega-se à cidade, sendo difícil identificar à primeira vista algo que a qualifique como tal. A improvisação do local onde pára o ônibus dá a quem chega a impressão mais tarde transformada em certeza de que aqui nada é perene.

Ir à Pitinga difere do ir a Presidente Figueiredo, principalmente porque se vai à vila de Pitinga para trabalhar e nunca para visitá-la ou passear. Há ônibus exclusivo com saída diária de Manaus e de Pitinga, sendo que às segundas-feiras o ônibus transporta pessoas que vão à vila pela

primeira vez. São os novos trabalhadores da mina.²⁴ Às quartas-feiras, além do ônibus comum, há um executivo que transporta apenas os empregados que ocupam função de chefia e seus familiares.

O que significa ir a Pitinga pela primeira vez e principalmente para pessoas que são candidatas a empregados da Empresa e possíveis moradores da Vila? Considerando que as pessoas estão indo para um novo emprego, tem-se a impressão que as mesmas têm sonhos e expectativas. Tal expectativa é até certo ponto enganosa pois, para estas pessoas que já têm experiência com o trabalho em outros Grandes Projetos na Amazônia, parece não haver mais lugar para sonhos. A esperança para eles é como parar na beira da estrada que se vai percorrendo e sob um calor de quase 40°C e um sol escaldante tomar um sorvete vagorosamente.

Numa dessas viagens²⁵ iam 35 pessoas, das quais 15 eram pré-selecionadas. Destas, 14 estavam indo pela primeira vez. Pouco conversavam entre si e tinha-se a impressão de que não sentiam nenhuma alegria com a viagem que faziam.

O silêncio incomodava tanto como a floresta que pacientemente insiste em permanecer igual. O silêncio

²⁴. A Mineração Taboca mantém um escritório central em Manaus onde são recrutados trabalhadores e realizados os primeiros testes para os novos empregados. Os aprovados são pré-selecionados e encaminhados à Mina para os testes práticos, podendo ser aproveitados ou não pela empresa. Da viagem que fiz com um grupo de pré-selecionados, 2 não permaneceram.

²⁵. Viagem realizada no dia 10 de fevereiro de 1992.

daqueles homens permitia compreender a fala ausente, como se para exprimir o estado d'alma tivessem que silenciar.

Há paralelo entre esta viagem e a que os nordestinos faziam nos "gaiolas" para seringais da Amazônia no século passado. O vapor "atravessa quinze dias infindáveis a contornar a nossa costa. Entra no Amazonas. Reanima-se um momento ante a fisionomia singular da terra; mas para logo acabrunhá-lo a imensidade deprimida - onde o olhar lhe morre no próprio quadro que contempla (...) Sobe o grande rio; e vão-se-lhe os dias inuteis ante a imobilidade estranha das paizajens de uma só côr, de uma só altura e de um só modelo, com uma sensação angustioza de uma parada na vida: atônicas todas as impressões, extinta a idéia do tempo, que a sucessão das aparencias exteriores não revela (...) não é apenas a saudade da terra nativa, mas da Terra, das fôrmas naturaes tradicionalmente vinculadas ás nossas contemplações." (sic)²⁶

O cansaço da caminhada dá impressão de profunda melancolia contrastando com a majestade da floresta que parece ser implacável com o caminhante. É a selva como forma de "vida desordenada, estuante de força bravia, sem método nem disciplina, ameaçando o homem que se aproxima, com a brutalidade da desproporção".²⁷ A monotonia da paisagem seja no rio, seja na estrada, no mínimo dá ao caminhante uma sensação de pequenez.

²⁶. Euclides da Cunha. *À Marjem da Historia*, (sic) p. 48.

²⁷. Araújo Lima. *Amazônia: a terra e o homem*, p. 79.

Apesar da aparência imponente e fascinante da natureza na Amazônia, é preciso superar uma visão naturalista que concebe o homem como portador do estigma de destruidor. Tal perspectiva é obscurecedora do entendimento do verdadeiro processo de destruição da natureza que está contido nas formas de relações sociais de produção capitalista que se expandem na Região.

É necessário considerar as relações sociais determinantes da atuação do homem sobre a natureza. É preciso compreender o contexto social em que essa ação está inserida e o momento histórico em que ocorre. Ou seja, é necessário considerar o processo de produção social pelo qual os homens produzem e se reproduzem. "Aqui como em toda parte, a identidade entre o homem e a natureza aparece de modo a indicar que a relação limitada dos homens com a natureza condiciona a relação limitada dos homens entre si (...) exatamente porque a natureza ainda está pouco modificada pela história".²⁸

O modo como se dá a relação com a natureza é um processo social e portanto humano. Entretanto, é resultante da contraposição dos interesses do capital e está assentada nas formas como o capitalismo produz o espaço. Desta maneira, o homem tende a destruir a natureza quando está imbuído das determinações de um sistema que a utiliza enquanto possibilidade de obtenção de lucro pelo lucro. Tal compreensão não invalida a sensação que contamina os

²⁸. Karl Marx. & Friedrich Engels. **A ideologia alemã**, p. 44.

viajantes, deixando-os "perplexos ante o esplendor da natureza opulenta e grandiosa (...) e, ao assalto dessas sensações, irrompe a explosão lírica inspirada pela fascinação do colorido",²⁹ esboçado numa paisagem de linhas imprecisas em que o verde de várias tonalidades espalhadas em imagens fugidias dão ao conjunto um aspecto indecifrável.

Aquelas pessoas, apesar de certa desesperança e de se manterem silenciosas num percurso que já durava algumas horas, partilhavam dessas sensações, denotando uma explosão lírica diante do vermelho do solo, do verde da mata e o azul do céu, cores ao mesmo tempo nítidas e indefinidas.

Finalmente o ônibus pára na altura do quilômetro 200, quando se chega ao rio Abonari. Há uma pequena pausa para um lanche e para o controle realizado por militares do BEC. O "controle" assinala que a partir dali se adentra a reserva indígena Waimiri-Atroari. Ao se cruzar o rio, embora se esteja a mais de 200 quilômetros da barragem de Balbina, observa-se a marca desta numa sucessão de árvores "mortas, mas de pé" em decorrência da inundação de uma extensa área às margens da estrada. A estiagem que normalmente ocorre entre os meses de junho a outubro contribui para configurar uma paisagem que contrasta com o restante da área. É como se a natureza denunciasse a forma agressiva da chegada dos Grandes Projetos à Amazônia. Aqui a relação do homem com a natureza aparece como destruição.

²⁹. Araújo Lima. Op. cit., p, 76.

No quilômetro 250 há um posto de "vigilância" da FUNAI que faz o "controle" do acesso à mina de Pitinga. A ligação da área da Mina com a BR-174 é feito por uma estrada vicinal de 77 quilômetros de extensão dos quais 38 estão no interior da reserva indígena Waimiri-Atroari. O posto da FUNAI assinala a presença do Estado e se constitui numa forma dissimulada de controle sobre a entrada e a saída da Mina.

Hoje, após quase 10 anos de construção da estrada vicinal, o passante não encontra marca que assinale estar a mesma encravada numa reserva indígena. O posto da FUNAI nada tem que o identifique como tal. Um funcionário que pouco difere dos operários que estão no ônibus se dirige ao motorista, solicita a relação dos passageiros e simula conferir. Em seguida se dirige aos passageiros e ao motorista e, a pedir-lhes desculpas, informa que estão numa área indígena e necessitam tomar alguns cuidados, tais como não parar na estrada, não jogar lixo, não caçar e evitar contato com os índios.

Após a "fiscalização", o ônibus segue viagem e, antes de adentrar a área da Mina, avista-se uma cancela da empresa mineradora. Nesta, efetivamente há fiscalização. Todos descem, as bagagens são revistadas minuciosamente. Aqui há vigilância em tudo, no olhar, na documentação e nas coisas. Tem-se a sensação que qualquer resquício de cidadania antes existente se perdeu no caminho. As pessoas despem-se de valores e direitos que são transferidos aos guardas como se estes tivessem a capacidade de penetrar na alma de cada um,

revistando-a. É a observação atenta dos guardas sob o olhar complacente de quem chega que parece não ter forças para reagir após quase 08 horas de estrada e muito caminhar na vida. A vigilância na chegada funciona constantemente para explicitar o poder que determina a forma de produção do espaço norteada a partir da imposição de normas que regem a propriedade privada, resultando em determinações a serem obedecidas.

O olhar está alerta em toda a parte. A cancela funciona como um laboratório do poder, graças aos mecanismos de eficácia de observação. A cancela está localizada numa extensa área plana e limpa que dá a quem controla uma visão total do local, possibilitando aos guardas o "exercício do poder" sem o menor esforço, aperfeiçoando todos os mecanismos de fiscalização de quem chega à Mina. A cancela tem a marca do controle, da vigilância, da procura, da verificação de tudo e de todos, como a antever que a Vila é imobilizada no funcionamento de um poder ostensivo que age indiferentemente sobre todos os indivíduos. É a utopia do espaço perfeitamente controlado, como se houvesse um poder exercido automaticamente.³⁰

Após a fiscalização da bagagem, as pessoas passam para o outro lado da cancela. Os guardas fazem uma revista rigorosa no ônibus e nas bagagens maiores. Ao final, o ônibus ultrapassa a cancela e um guarda chama os passageiros um a

³⁰. Michel Foucault. **Vigiar e Punir**, p. 176-7.

um para apresentarem um documento de identificação. Por fim, o ônibus parte.

Parte-se não só porque se vai, mas porque pessoas se partiram e se perderam na estação, na estrada, na cancela e na vida que se vive na Amazônia. Aqui as pessoas se fragmentam não porque perdem pedaços de seus corpos, embora isto às vezes ocorra, (algumas perdem a vida), mas porque estão privadas de suas almas que lhes são arrancadas pelos mesmos que avançam impetuosamente sobre a floresta, devastando-a, extraíndo a riqueza e poluindo os rios. É impossível mutilar tudo isso sem destruir sentimentos, paixões, esperanças e homens.

Ao deixar a cancela, as pessoas estão constrangidas, pois entendem que há exageros no controle. Um senhor de meia idade confessou: "Nunca pensei que depois de velho tivesse que passar por uma humilhação como esta, de ter todas os meus pertences revistados por um segurança como se fosse um marginal". O constrangimento decorre não apenas do exagero de como a revista é feita, mas principalmente do que ela representa enquanto invasão da vida, concretizada na fiscalização de coisas nas quais os sujeitos se objetivam. Há no olhar e nos gestos debilidade, denotando tristeza, perplexidade e impotência.

Ao chegar na Vila, o ônibus pára próximo ao refeitório para deixar as pessoas que vieram pela primeira

vez. Este local funciona como o ponto de partida e de chegada dos transportes que levam ou trazem os operários para as frentes de lavra, e funciona como uma espécie de estação interna. As pessoas que já moram na Vila saltam na área mais central, próxima ao supermercado que funciona como o ponto de chegada e de saída externa. Os futuros empregados da Mina são encaminhados à recepção, recebem uma senha com o número do alojamento e *tickets* para a alimentação por um determinado período. Chegou-se à vila de Pitinga.

O ir a Balbina não se difere muito do ir a Presidente Figueiredo, sendo até certo ponto apenas uma continuidade da viagem. Após a parada na sede do Município as pessoas que continuam a viagem mudam de lugar e "se chegam mais", conversam, criando uma impressão de maior vizinhança no ônibus. Todos, direta ou indiretamente, estão ou estiveram ligados à barragem: o farmacêutico, o gerente da telefônica, o dono do restaurante, o pequeno agricultor que trabalhou na construção e ficou por "opção" ou porque não pôde voltar para seu lugar de origem.

Ao iniciar a viagem na estrada vicinal, o ônibus pára constantemente. Na maioria das vezes não apanha nem deixa nada, apenas um cumprimento, "um dedo de prosa", ficando mais claro o papel de relações públicas dos motoristas. O ônibus transporta pessoas, coisas, notícias, sentimentos, amores, tristezas, desilusões e esperanças.

A estrada de Balbina é mais densamente ocupada que a BR-174, mostrando as cicatrizes na floresta onde paira a imagem do aniquilamento através de troncos carbonizados e outros queimados parcialmente. Poucas árvores foram deixadas e servem de sombra para o gado. Outras, embora queimadas, continuam erguidas e imóveis, pois perderam as folhas, mas lutam contra a morte ou estão se decompondo de pé. Este quadro causa maior impacto pelo contraste entre a área devastada e a floresta exuberante ao redor que, muda e sombria, parece tudo contemplar como a esperar pela sua vez.

A vila de Balbina também tem uma cancela com a mesma finalidade da existente em Pitinga. O controle na entrada das Vilas denota a forma pela qual estes espaços tornam-se a base logística dos Grandes Projetos que produzem vilas planejadas, controladas e hierarquizadas na perspectiva de territórios auto-suficientes.

A Vila está situada num platô e entre ela e a cancela interpõe-se o rio Uatumã como parte de uma paisagem destruída - construída, tendo à esquerda a barragem e à direita a seqüência de seu curso com as águas parecendo aos olhos bastante turvas denotando todo o pesar pelo maltrato, mas mesmo assim conseguindo forças para seguir seu caminho até desaguar no rio Amazonas, cerca de 300 quilômetros à jusante.

Apesar de se estar no meio da floresta equatorial, o que predomina aqui é a paisagem construída que é completada por uma ponte com uma extensão de 410 metros que atravessa o

rio.³¹ O contraste é tanto que a ponte parece muito mais extensa do que realmente é e que foi construída para um rio no mínimo três vezes mais largo.

O chegar à Balbina difere de Pitinga. Embora não exista uma estação rodoviária, a "hora do ônibus" é aguardada por várias pessoas mesmo que não estejam esperando ninguém, conferindo a sensação de "festa" à chegada, guardando ligeira semelhança com o ar de regozijo que é a chegada do "motor de recreio" nas cidades do interior da Amazônia. A primeira impressão é que a vila de Balbina, apesar de todo o artificialismo e de ter sido construída a partir da mesma lógica de Pitinga, apresenta aspectos que denotam um cotidiano diferenciado.

O ir para o município de Presidente Figueiredo passa, portanto, pela BR-174, estrada cujas primeiras tentativas para a construção remonta ao século passado, mais precisamente ao ano de 1847 quando foi estabelecido um plano de ligação entre a cidade de Manaus e o município de Rio Branco que, no entanto, não foi executado. Quase 50 anos depois, a idéia foi revista, sendo os trabalhos de "picada" iniciados em 1893 e concluídos 02 anos mais tarde com um traçado parecido com o atual numa extensão de 761 quilômetros na floresta e 54,5 quilômetros nos campos. Entretanto, a estrada não foi concluída e pouco tempo depois estava completamente intransitável, sendo em consequência

³¹. Jornal "A Crítica", 24.02.1991.

abandonada. Já no século atual, em 1928, o projeto de construção da estrada foi retomado. Nova "picada" foi aberta servindo para o transporte de gado dos campos de Roraima para Manaus.³²

A estrada de 785 quilômetros que existe atualmente teve a sua construção iniciada em 1970 e após várias interrupções foi "inaugurada" em abril de 1977. A estrada BR-174 ou Manaus-Boa Vista é fração importante da produção do espaço recente do Estado do Amazonas e faz parte do Plano de Viação Nacional traçado para a Amazônia na década de sessenta. O objetivo era a expansão da fronteira como estratégia geopolítica de ocupação e integração da Região ao resto do país.

Pode-se assinalar a transferência do Distrito Federal para Brasília e especialmente a construção da estrada ligando-a a Belém como um dos fatores para o início deste processo, pois possibilitou maior integração entre a Região Centro-Sul, econômica e politicamente mais avançada, ao Nordeste como "região problema" e ao Centro Oeste e à Amazônia como "vazios demográficos".³³

A interiorização da capital e a sua ligação rodoviária a Belém desencadeou a construção de uma rede viária que, na visão geopolítica originária da ESG,

³². José Porfírio F. de Carvalho. **Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada**, p. 61-2. BATISTA, Djalma. Op. cit., p. 240.

³³. José William Vesentini. **A capital da geopolítica**, p. 116-7.

significava "vertebrar" o território amazônico, integrando-o ao restante do país.

A construção de grandes estradas na Amazônia correspondeu a uma etapa estratégica que Meira Mattos denominou de Frente Continental do Planalto. Esta Frente descia as linhas secas entre os grandes afluentes da margem direita do rio Amazonas avançando no sentido longitudinal para o interior da Amazônia, através de três rodovias, Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho-Manaus e Cuiabá-Santarém e se completava com a saída para o Caribe através da estrada Manaus-Boa Vista e com os eixos rodoviários transversais, a Transamazônica ao sul e a Perimetral Norte ao norte, (Mapa N° 3) tornando "mais fácil o desenvolvimento da nova estratégia de conquista da Amazônia pela via continental".³⁴

Através do PIN (Plano de Integração Nacional) foi proposto o planejamento da infra-estrutura complementar à rede de comunicação da Região, visando viabilizar as condições necessárias para a ocupação das áreas próximas às estradas, especialmente através da colonização dirigida. O Programa estabelecia, além da construção de estradas, implantação de uma série de políticas que possibilitassem a penetração de novas relações capitalistas para a Amazônia.

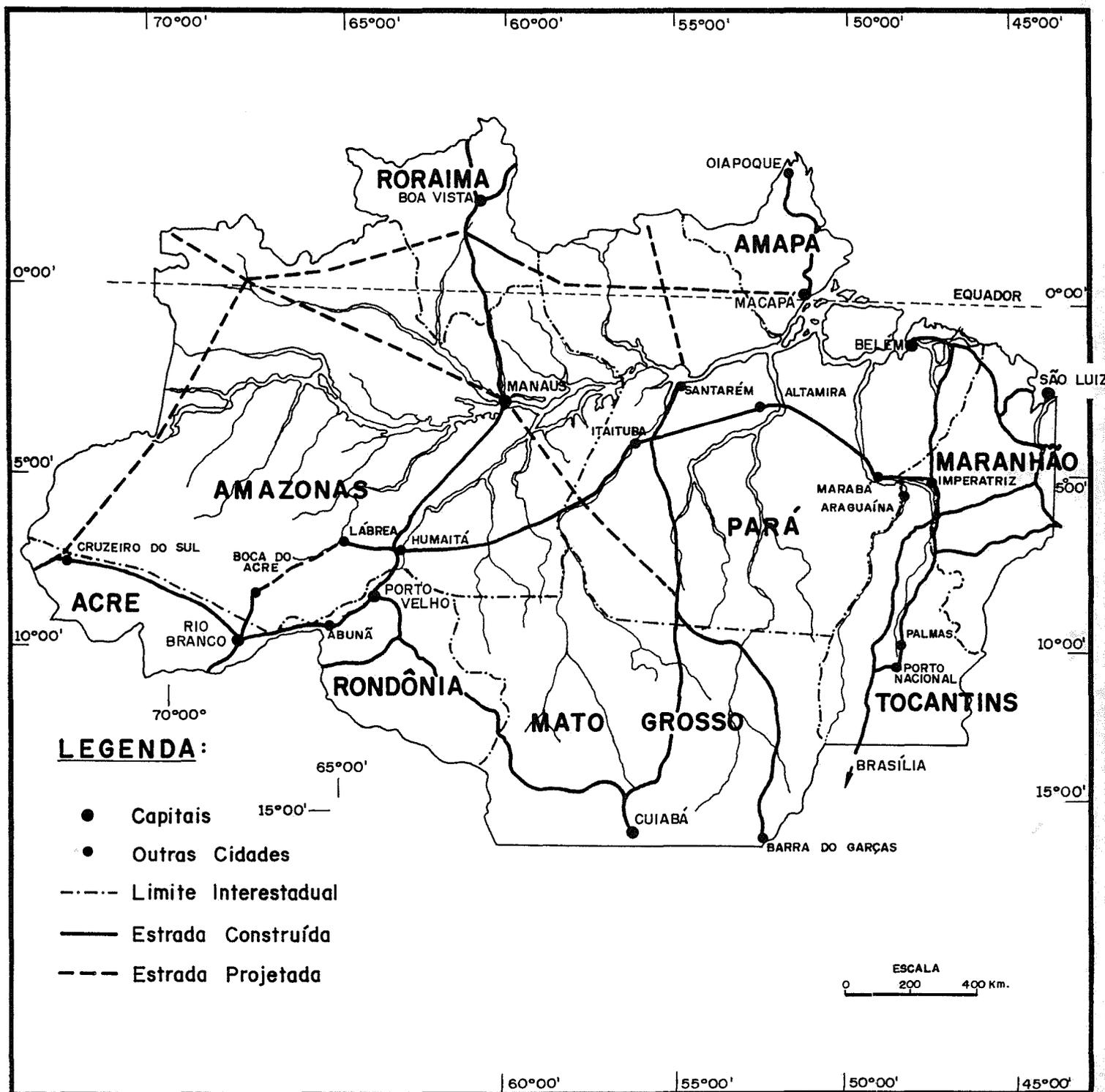
³⁴. Carlos de Meira Matos. **Brasil Geopolítica e Destino**, p. 95.

BRASIL

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

SISTEMA RODOVIÁRIO DA AMAZÔNIA

1992



Fonte: DNER - 1986, Atualizado.
Organização: José Aldemir de Oliveira

Como parte desse processo, a construção da BR-174 teve dupla função. Uma geopolítica, de "ocupação", na perspectiva da sociedade hegemônica, da parte setentrional do país, aumentando a influência na fronteira ao norte da calha do rio Amazonas. A outra, consequência da primeira, de criação de um corredor para o mar do Caribe. Na visão do governo militar da época, essa estrada possibilitaria maior influência do Brasil junto aos países amazônicos, aparecendo no discurso geopolítico como uma necessidade para estreitar os laços com os países vizinhos.³⁵ A estrada "Manaus-Boa Vista se bifurca; o primeiro ramo alcança a fronteira com a Guiana e tem o objetivo de chegar ao porto de Georgetown (oferecido ao governo brasileiro como porto livre); o segundo ramo chegará à fronteira com a Venezuela e levará através da estrada Santa Helena-Ciudad Bolívar-Caracas à capital venezuelana".³⁶ Tais objetivos não se concretizaram na sua inteireza, mas continuaram sendo perseguidos.

Em 1973 foram firmados contratos com os governos da Venezuela e do Brasil visando a construção da estrada BV-8 com investimentos da ordem de US\$320 milhões.³⁷ Quinze anos depois, durante a realização da reunião dos presidentes dos países signatários do Pacto Amazônico, realizada em Manaus, os governos do Brasil e da Guiana assinaram uma Carta de

³⁵. Idem. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**, p. 142-175.

³⁶. Paulo R. Schilling. **O expansionismo brasileiro**, p. 163-4.

³⁷. Ibid., p. 163.

Intenções prevendo a construção de uma estrada de 600 quilômetros ligando a cidade de Boa Vista a Georgetown.³⁸

A construção de estradas na Amazônia contém a estratégia de segurança e de crescimento econômico, criando condições para a ampliação da fronteira. Especificamente a BR-174, articulada com a Rodovia Perimetral Norte, constituiu-se numa tentativa, em parte concretizada, de criar infra-estrutura que possibilite o acesso a importantes riquezas minerais da região.³⁹ Desde a década de quarenta, havia indícios dessas riquezas.⁴⁰ Elas foram confirmadas pelo Projeto RADAM que, ao fazer o mapeamento da área entre 1975 e 1977, detectou anomalias importantes ao norte da calha do rio Amazonas.⁴¹ Isto demandou pesquisas mais sistemáticas por parte do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e da CPRM (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais) que desenvolveram o "Projeto Sulfetos do Uatumã" e o "Projeto Estanho do Abonari", respectivamente, e identificaram dentre outros o complexo mineral do Pitinga, com ocorrência de vários minerais caracterizados pelas excepcionais quantidades e qualidades.⁴²

³⁸. Jornal "A Crítica", 08.05.1989.

³⁹. Shelton H. Davis. **Vítimas do milagre**, p. 121.

⁴⁰. Conforme incidente envolvendo o 4 TH Proto Charting Squadron - do Exército Americano. Relatório do Serviço de Proteção aos Índios - 1945, citado por Egídio Schwade. - **Calha Norte: Waimiri-Atroari - uma experiência ilustrativa**.

⁴¹. Projeto RADAMBRASIL. Folha SA.20-Manaus e SA.21-Santarém, volumes 18 e 19.

⁴². Segundo o DNPM em documento de 1992, p. 15, as reservas minerais de Pitinga já confirmadas são: Estanho, 402.260 t de

Nos discursos aparentemente inquestionáveis que sustentavam a construção da estrada, escondiam-se interesses escusos sustentados pelo governo central e legitimados por políticos tanto de Roraima como do Amazonas. A necessidade de criação de uma alternativa de ligação entre os dois Estados, tirando a cidade de Boa Vista do isolamento ao qual é submetida durante cerca de 06 meses do ano com a vazante do rio Branco e pela possibilidade de acesso a um corredor de exportação através do Caribe, por exemplo, foi o escudo protetor de um discurso político que garantiu a construção da estrada.

Em 1992, políticos e empresários se uniram pelo asfaltamento da estrada com base nos mesmos argumentos utilizados na época de sua construção. "O asfaltamento é importante, uma vez que Roraima será o elo ligando Manaus à Venezuela, com a criação de um pólo exportador", declarou um Deputado Estadual de Roraima. "A BR-174 é uma obra prioritária em termos geográficos e comerciais para o país, atendendo à população da Amazônia ocidental", afirmou o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.⁴³

Nesse mesmo ano, mais uma vez o governo do Estado do Amazonas anunciou o asfaltamento da estrada e as placas colocadas na bifurcação com a AM-10 e próximo à cidade de Presidente Figueiredo anunciavam: **"A Zona Franca de Manaus**

Sn; Zirconita, 1.017.749.897 t de ZrO_2 ; Nióbio, 192.665.531 t de Nb_2O_5 ; Tântalo, 19.860.814 t de Ta_2O_5 .

⁴³. Jornal do Brasil, julho de 1991.

terá em breve uma saída: a BR-174". Esta atitude reforça mais uma vez o discurso da integração como norteador da construção da estrada.

Para os pequenos agricultores, posseiros e peões que sobrevivem às margens dessa estrada, aparentemente pouco importam os objetivos escusos ou os interesses nem sempre transparentes envolvidos na sua construção. Para eles, a estrada garante a ligação com a cidade, é o caminho que lhes possibilita, muito embora precariamente, o ir e o vir. Deslocar-se, para essa gente, é a garantia da resistência, da permanência em suas terras e da continuação da sobrevivência. O deslocamento nem sempre é possível pela inconstância do transporte coletivo, principalmente após o quilômetro 100, ou pela falta do mínimo necessário para arcar com o custo da passagem. A dificuldade de transporte e as precárias condições de conservação da estrada fazem com que pequenos agricultores permaneçam nas suas margens por dois, três dias e até uma semana, esperando uma condução que lhes possibilite transportar o pouco que conseguem produzir.

O relato a seguir talvez seja melhor compreendido se assumido em termos pessoais em que a ação do pesquisador se imbrica com os sentimentos, ódios e rancores de uma gente que resiste.

Parei para conversar com o "seu" Donato, um pequeno agricultor ocupante de um terreno situado num ramal à altura do quilômetro 138, que estava na beira da estrada à

espera de carona para ir à cidade levar a produção de quase um mês de trabalho.

Suas dificuldades denotam o esforço que é viver no interior da Amazônia, pisando esse chão vermelho de uma estrada de terra batida. Levou-me a sua casa onde há pobreza, mas não miséria. Há mesmo fartura, carne de caça, farinha, beiju, frutas diversas. Na fronteira, os pequenos agricultores têm "as condições de vida reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza".⁴⁴ Como a maioria dos moradores da BR-174, dedica-se principalmente à agricultura de subsistência e à coleta de frutos silvestres, escoando o excedente para Manaus ou para a cidade de Presidente Figueiredo. Não utiliza nenhuma técnica moderna e, apesar da baixa fertilidade do solo, tira quase tudo que precisa da terra, embora pudesse produzir muito mais se tivesse facilidade de transporte.

Em sua casa tem tudo e falta-lhe tudo segundo a lógica inconsciente das coisas. Produz basicamente para o seu consumo. O que excede adquire valor de troca e é comercializado quando há condições para tal, "não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho",⁴⁵ mas como forma de aquisição do necessário à complementação alimentar e de utensílios de trabalho. Esses pequenos agricultores da BR-174 tiram da terra e da natureza

⁴⁴. José de Souza Martins. **Capitalismo e tradicionalismo**, p. 46.

⁴⁵. *Loco citato*.

o necessário e utilizam a estrada para completar o processo que lhes garante a sobrevivência e era isso que o "seu" Donato estava fazendo.

A irregularidade do transporte coletivo e o pouco tráfego de caminhões nos primeiros meses do ano aumentam as dificuldades de deslocamento para os agricultores da BR. O "seu" Donato com certeza permaneceria mais um dia à margem da estrada tentando um elo de ligação que lhe possibilitasse vender a produção. De vez em quando passavam as carretas a serviço da Mineração Taboca com carregamento de cassiterita e, mais tarde, o ônibus da mesma empresa aparentemente vazio, todos provenientes de Pitinga com destino a Manaus. Perguntei-lhe meio encabulado: Por que não pede carona destes? Ele respondeu-me, como se diz por aqui, "em cima da bucha": "Estes infelizes não levam a gente nem se tiver morrendo na beira da estrada". Já quase ao cair da tarde, despedimo-nos.

A condição do "seu" Donato e de outros pequenos agricultores e posseiros que moram às margens da BR-174 levou-me a pensar nas contradições que encerram o processo de produção do espaço na Amazônia. Naquele momento, nada explicaria o meu estorvo nem o meu estado d'alma. Como Berman, contive as lágrimas e pisei fundo no acelerador.⁴⁶

Embora as analogias sejam perigosas e devam mesmo ser evitadas, continuei o caminho a lembrar do poema de

⁴⁶. Marshall Berman. **Tudo que é sólido desmancha no ar**, p. 276.

Baudelaire, "Os olhos dos pobres", em que o poeta descreve um novo café num bulevar parisiense e uma família de pobres a observá-lo. "Todos em trapos. Eram fisionomias extraordinariamente sérias, e seis olhos que contemplavam um novo café com admiração (...) Os olhos do menino: - como é belo! como é belo! Mas é uma casa onde só podem entrar pessoas que não são como nós".⁴⁷ Guardadas as devidas proporções, a relação do "seu" Donato com a estrada tem similaridade com o estranhamento da família de pobres a contemplar um novo café. Diante de ambos se encontram formas novas de produção do espaço destruindo modos de vida e produzindo outros. No caso da família descrita por Baudelaire, eram as transformações urbanísticas realizadas por Haussmann em Paris e circunvizinhanças na metade do século XIX. No caso do "seu" Donato foram as mudanças ocorridas a partir da implantação dos Grandes Projetos na Amazônia. Ambos apresentam duas características fundamentais, **a destruição**: o bulevar põe abaixo habitações miseráveis, expulsando os pobres para a periferia de Paris permitindo-lhes apenas olhar as novas formas das quais não poderiam usufruir; os Grandes Projetos (estradas, hidrelétricas e agrominerais) expulsam índios, posseiros e pequenos agricultores de suas terras; **a resistência**: lá como cá, não conseguem afastar os pobres de todo e para sempre. Eles voltarão para viver as transformações.

⁴⁷. Charles Baudelaire. **Pequenos poemas em prosa**, p. 70-1.

O "seu" Donato possivelmente não tinha pela estrada nenhuma fascinação e também não identificava nela nenhuma beleza, mas com certeza passava em seu pensamento que ela não foi feita para pessoas como ele. O seu semblante fechado e a maneira como me respondeu quando indagado por que não pedia carona aos carros da empresa de mineração Taboca dão a certeza de que ele resistirá. A sua resistência está na relação direta da transformação dos Grandes Projetos que não foram realizados para os "pobres da terra", mas criam as contradições, onde os anteriormente expulsos reinventam o seu cotidiano e tentam no novo espaço criado a partir de uma legalidade estabelecida, buscar a legitimidade por seus próprios meios através da garantia da representação de sua particularidade, enchendo "a terra de mistério, de enigmas e, também, de desvendamentos, de descobertas. O cotidiano dos pobres da terra está sendo reinventado".⁴⁸

O "seu" Donato, à margem da estrada, está resistindo e se transformando. Suas ações estão prenes de mudanças. Não uma mudança qualquer, mas uma transformação cujo significado está no vivido, isto é, na vida.

Apesar das dificuldades de deslocamento, a estrada é única ligação do município de Presidente Figueiredo e é a partir dela que se articula a produção e a reprodução do espaço. A BR-174 é uma estrada de terra batida que parece

⁴⁸. José de Souza Martins. **Não há terra para plantar neste verão**, p. 11.

uma serpente cindindo a floresta sem ruídos. Suas infundáveis retas estão repletas de inconstâncias retratadas nos escorregadios declives e aclives abruptos, onde quem passa "recorre ao roteiro indeciso de um caminhante perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à aventura de pequenos atalhos"⁴⁹ que não existem. A estrada é tão precária que, em alguns trechos, o deslocar-se depende mais da força solidária de braços do que da energia dos HP's das máquinas, pois é sempre possível encontrar alguém disposto a dar um "empurrãozinho" para se sair do "atoleiro".

Portanto, é pela BR-174 que, com ou sem majestade, suntuoso ou negligente, rico ou miserável, mas com certeza nunca rápido, se caminha para uma área de expansão da fronteira na Amazônia e se chega à cidade de Presidente Figueiredo.

⁴⁹. Euclides da Cunha. *Um paraíso perdido*, p. 106.

2.2. No "Reino das Náiades"⁵⁰: a cidade na selva

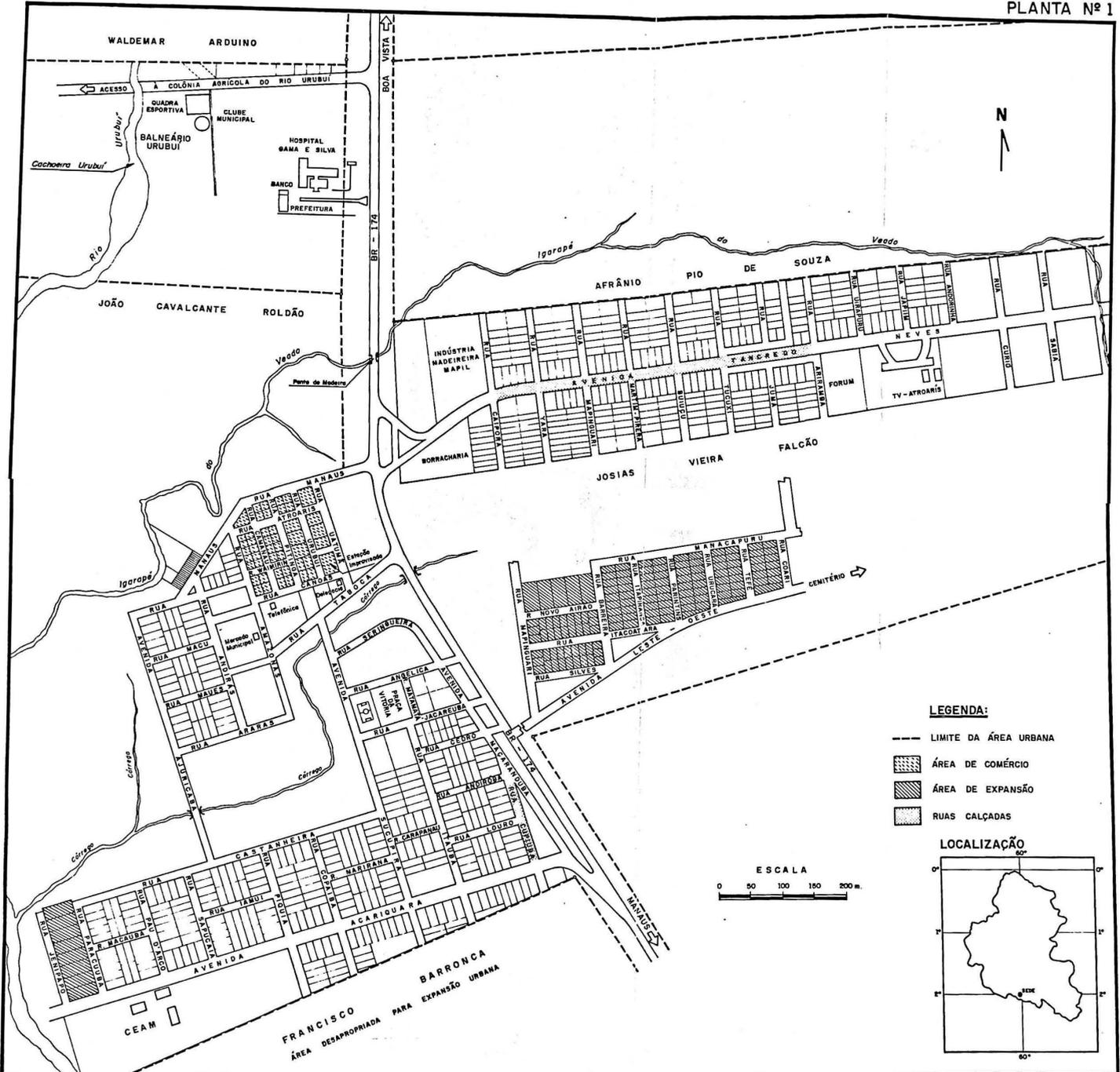
Ao se chegar a Presidente Figueiredo sabe-se que é uma cidade. O difícil é imaginar algo capaz de dar significado a sua forma esparramada num chão vermelho contrastando com o verde da floresta por todos os lados e a BR-174 a cortá-la ao meio. (Planta N° 1) A denominação de cidade cabe-lhe em decorrência de ser a sede da municipalidade. Melhor seria chamá-la de povoado em decorrência da forma, do número de habitantes, da quantidade de casas, do modo de vida e da vida de relações.

Quanto ao número de habitantes, os dados são divergentes. Em 1991, a Prefeitura estimou a população da cidade em 3.500 num total de 22.100 para todo o Município.⁵¹ O censo de 1991 considerou 1.886 habitantes para a cidade e 7.089 para o município de Presidente Figueiredo.⁵² A Prefeitura utilizou como base de estimativa o coeficiente eleitoral por considerar que os dados do IBGE estão subestimados. Da mesma forma, considerar o coeficiente eleitoral pode levar a superestimar a população, em

⁵⁰. "É o Reino das Náiades, personificações dionisíacas com que Martius, numa evocação mitológica, batizou as espécies primácias da flora amazônica ..." Araújo Lima, Op. cit., p. 78. Náiade é uma divindade mitológica inferior, ninfa dos rios e das fontes. É também uma espécie de aranha que mergulha na água.

⁵¹. Prefeitura de Presidente Figueiredo e PLAN CONSULT, 1991, p. 8.

⁵². Censo Demográfico do IBGE de 1991.



decorrência do número de eleitores que não residem no Município, em especial os eleitores da cidade. Os dados de campo permitem estimar a população da cidade em 1992 em torno de 2.106 habitantes.⁵³

De qualquer modo, o número de habitantes *per se* não define a cidade, especialmente quando ela está localizada na Amazônia. Neste sentido, é preciso discutir a noção de cidade na fronteira.

Na fronteira, a cidade pode ser inicialmente concebida como aglomeração predominando os aspectos exteriores da forma baseados no sítio e na posição. As cidades surgem para atender as funções de comércio, administrativas, como fator de atração e distribuição da força de trabalho e recentemente como suporte aos Grandes Projetos, sendo ao mesmo tempo uma inovação técnica de dominação e de organização da produção. Embora estes aspectos devam ser considerados, o ponto de partida para a análise deve ser o entendimento da cidade enquanto produto histórico e social, sendo condição, meio e produto da reprodução da sociedade, o que "leva necessariamente a discutir o papel do homem enquanto sujeito, englobando sua vida, valores,

⁵³. Em fevereiro de 1992 os dados de campo comparados com informações da Prefeitura, CE-AM e Fundação Nacional de Saúde davam conta de 605 edificações na cidade, das quais 5% não eram utilizadas para fins residenciais e 20% estavam desocupadas. Portanto, havia 453 casas ocupadas para fins residenciais. Considerando os dados do IBGE de 4,65, a média de pessoas por domicílios na cidade (Sinopse Preliminar do Censo de 1991, p. 44) chega-se à estimativa da população acima.

cultura, lutas, anseios e projetos, portanto o homem agindo",⁵⁴ enquanto sujeito da história. Neste sentido, a cidade deve ser considerada "como o lugar de uma vida intensa", onde predomina a dimensão do humano, do vivido, da vida.

O surgimento de cidades como Presidente Figueiredo tem uma dimensão econômica. Entretanto, a explicação para sua criação é política e social compreendida historicamente como parte de um processo mais abrangente que se articula com a globalização. Por isso, "é necessário considerar que a cidade só pode ser pensada na sua articulação com a sociedade global, levando-se em conta a organização política e a estrutura do poder na sociedade, a natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais".⁵⁵

É preciso considerar que a articulação com a sociedade global é dinâmica e a cidade na fronteira tem especificidades e peculiaridades do local enquanto espaço vivido por todos que muitas vezes escapam às determinações mais gerais, pois a história de uma cidade como Presidente Figueiredo "não é necessariamente o espelho da História de um país ou de uma sociedade. A história local não é nem pode ser uma história-reflexo, porque se fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos

⁵⁴ . Ana Fani Alessandri Carlos. **A cidade**, p. 70 et passim.

⁵⁵ . Ibid., p. 57.

processos mais amplos que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos".⁵⁶

A cidade na fronteira projeta sobre o espaço uma totalidade social que compreende dialeticamente o global e o local representado não apenas pelo espaço construído mas pela dimensão sócio-espacial que inclui a cultura, as instituições, os valores, e as relações sociais de produção de uma sociedade determinada historicamente.

O casarão por onde se chega a Presidente Figueiredo contém a possibilidade do entendimento da cidade, pois a vida começa na improvisada estação, menos pelo movimento, quase nenhum, mas pelo fato de ela encerrar quase tudo que a cidade possui e que nela falta. A primeira impressão que se tem da cidade, vendo-a a partir deste ponto, é de que tudo parece ter a marca do passageiro, insistindo por permanecer inacabado, transitório e incompleto numa inconstância tumultuária. Assalta a impressão de que a cidade não tem lugar para amores à primeira vista quem sabe reservados para a última.

Num casarão azul se chega e se vai, mas talvez querer-se-ia mesmo é não vir. Não existe tristeza no rosto dos que vão. Ela é tanta no semblante dos que ficam que não se permite dividir. O casarão é triste tanto quanto os olhos que o contemplam. Quantos sonhos se desfizeram aqui e quantos também se iniciaram, não nos que chegaram, mas nos

⁵⁶. José de Souza Martins. *Subúrbio*, p. 12.

que se foram. O casarão é novo, mas já está precocemente envelhecido, como o rosto dos passantes. Apesar da improvisação, a rodoviária não é melhor nem pior do que outros pontos de chegada no interior da Amazônia. Contém e comporta apenas a medida do lugar e dos homens do lugar.

O novo espaço produzido na Amazônia está assinalado pelo fugaz, inacabado e fugidio. Em Presidente Figueiredo, tais características estão em tudo que se constrói ou se tenta construir, como a praça recém construída, mas incompleta, as obras públicas inauguradas inúmeras vezes, mas nunca concluídas, as casas que estão em permanente construção e o traçado das ruas largas e sempre vazias.

A principal rua da cidade é a BR-174 e a partir da mesma pode-se dividir a cidade em duas partes. A leste, localiza-se o bairro Tancredo Neves ou Curupira, onde se encontram duas pequenas indústrias de madeira, uma serraria e uma fábrica de móveis, a repetidora de TV e o Fórum. As pessoas não têm identificação com a categoria bairro, uma denominação apenas formal, utilizada pela Prefeitura e por órgãos prestadores de serviços e não pela população. Na parte oeste encontra-se a maior extensão da cidade, dividida por uma "extensa" área vazia ao centro, tendo no extremo norte a parte administrativa: Prefeitura, Banco, Hospital. Na área central, o comércio, os serviços e o mercado e ao sul, a

usina de luz, a Escola de 1° e 2° graus e a maior concentração de moradias.

A improvisação é a principal marca de Presidente Figueiredo e subjaz uma estratégia de desenraizamento à medida em que a produção do novo espaço, destruindo o preexistente, estabelece novas dimensões para a sociedade. Como o espaço novo é concebido a partir de uma relação particular com a natureza que tende a destruí-la e não reproduzí-la, produz-se um novo que guarda sempre a dimensão do efêmero e tem como característica a fragmentação, onde as relações decorrentes impossibilitam que a população local tenha a dimensão do processo de produção do espaço enquanto possibilidade de construção do sentimento do lugar o que confere certa especificidade no processo de produção do espaço amazônico. Não há, portanto, identificação da população com o espaço que é produzido em função de objetivos que lhes são alheios. A população participa da produção do espaço, pois este é um processo coletivo. No entanto, não se apropria inteiramente dele, visto que a apropriação é um processo individualizado.

A efemeridade confere à cidade um aspecto de envelhecimento precoce. Olhando-a a partir de suas edificações, a cidade parece bem mais antiga do que é na realidade. "Um espírito malicioso definiu a América como sendo uma terra que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização. Poderíamos, com mais razão, aplicar essa fórmula às cidades do Novo Mundo: vão da frescura à

decrepitude sem se deterem no antigo (...) Assemelham-se mais a uma feira, a uma exposição internacional construída para durar alguns meses. Passado este período de tempo, a festa termina e essas bugigangas gigantescas definham: as fachadas estalam, a chuva e musgo enchem-nas de sulcos, o estilo passa de moda, a ordenação arquitetônica primitiva desaparece com as demolições que são exigidas, e também por uma nova impaciência".⁵⁷ A diferença é que em Presidente Figueiredo o construído é destruído pela sua própria fragilidade. O novo já se estabelece efêmero. Constrói-se o presente sem a compreensão do passado nem a dimensão do futuro. Tudo é baseado na cultura do desenraizamento, num processo que se caracteriza pela ausência da dimensão temporal.

A relação que as pessoas têm com a cidade está baseada no transitório, parecendo que poucos vieram para ficar. Os fazendeiros e os ocupantes de cargos públicos, por exemplo, não têm residência fixa na cidade e pouco permanecem nela, preferindo as sedes de suas fazendas ou mesmo Manaus. Quando possuem casas na cidade, estas são a segunda residência e permanecem na maior parte do tempo fechadas.⁵⁸ Às sextas-feiras, os funcionários públicos municipais que correspondem a cerca de 16% da população da cidade, têm um ônibus à disposição para se deslocarem à Manaus.

⁵⁷. Claude Lévi-Strauss. **Tristes Trópicos**, p. 89.

⁵⁸. Pelos dados de campo obtidos em janeiro de 1993, estima-se que 20% das residências particulares permanecem fechadas. O censo de 1991 apresenta um número um pouco superior, 23,3%.

Nos fins de semana, apenas os trabalhadores rurais, "os peões" das fazendas, as pessoas envolvidas no comércio, nos movimentos populares e na organização sindical permanecem na cidade.

Nas entrevistas com pessoas envolvidas nos movimentos populares, especialmente as ligadas às pastorais da Igreja Católica, aparece outra dimensão de cidade, pensada como um processo mais amplo de produção do homem enquanto sujeito histórico. Essas pessoas têm preocupação com a construção da cidade enquanto lugar para morar, brincar e viver. Mas, mesmo entre essas, não há uniformidade de clareza do papel que representam em relação a cidade, aparecendo a forte presença do migrante como marca do transitório. Por outro lado, nas entrevistas com pessoas que não têm participação efetiva nos movimentos populares fica claro que elas têm uma relação ambígua com a cidade, construindo-a sem a perspectiva da permanência.

Uma das causas apontadas para essa ambigüidade, é a falta de opção de lazer. O clube popular existente, "O Clube do Vaqueiro", funciona nos finais de semana e é freqüentado principalmente por pessoas que não moram na cidade. As áreas de lazer praticamente inexistem. Os jovens improvisam quadras de esporte e as igrejas, tanto católica quanto evangélicas, organizam excursões nos finais de semana. Todas as pessoas entrevistadas, especialmente os jovens, citaram como únicas opções de lazer a cachoeira e o igarapé que corta a cidade. A cachoeira mais próxima está localizada a noroeste da cidade

numa área onde a Prefeitura criou uma pequena infra-estrutura visando atrair visitantes. A cachoeira é freqüentada principalmente por jovens e crianças.

Meninos descalços, seminus correm contra o vento, e com toda a força vão ao "banho" na cachoeira. Banham-se a lavar não o corpo, mas o espírito. Brincam e têm a natureza a testemunhar seus sonhos e a oferecer frutas frescas que alimentam seus corpos frágeis. Corpos pequeninos cuja dimensão de liberdade e de grandeza são comparáveis à imensa floresta que parece sorver águas e corpos numa gula insaciável. A vida para esses meninos passa como a água do pequeno rio. Nem tão rápida que não possa ser vivida, nem tão lenta que não se renove. Nessa simetria, o rio engravida a vida que nasce para um novo dia. Mais do que a dimensão natural, a cachoeira é fonte de vida e nela os meninos brincam e vivem.

Essa perspectiva de uso da natureza se contrapõe a uma outra relacionada a sua utilização como fonte de lucro. Outras cachoeiras próximas à cidade já estão sendo apropriadas por particulares que as interditam objetivando a exploração turística posterior. Esta contradição demarca um limite nas concepções dos que produzem o novo espaço na Amazônia. Para uns, a natureza é captada enquanto necessidade para o uso, dela retirando o necessário para a sobrevivência, para a construção de abrigo ou ainda usando-

a como lugar da festa e do encontro. Para outros, a natureza é vista enquanto potencial turístico, mercadoria a ser vendida nos cartões postais.

A relação que as pessoas têm com a cidade se insere numa complexa rede de interesses. As pessoas que ocupam cargos na administração municipal, tanto no executivo como no legislativo, ressaltam sempre seu "apego" à cidade. Um secretário municipal declarou: "Este é o meu lugar, eu adoro isso aqui. A cidade tem futuro, pois está localizada num ponto estratégico e quando o asfalto chegar tudo vai melhorar". Insistindo se ele pretende se fixar permanentemente na cidade, ele completa: "Depende das condições, se a atual administração permanecer, com certeza ficarei. Por quanto tempo, não sei".

Mas, mesmo entre estes, observam-se contradições: "Adoro Presidente Figueiredo, gosto muito da cidade, meus filhos gostam muito, mas preferem passar o fim de semana em Manaus", afirmou um vereador.

Nas entrevistas com pessoas que não têm vínculo direto com a Prefeitura nem participação nos grupos da Igreja ou no Sindicato observou-se que as mesmas não se identificam com a cidade e têm sempre uma visão negativa e não nutrem nenhum otimismo quanto ao futuro. Embora estas pessoas já morem na cidade de Presidente Figueiredo há mais de três anos e não tenham expressado intenção de retornar ao seu local de origem, são migrantes temporários à medida que não

completaram o processo de migração, pois não estabeleceram "a ressocialização nas relações sociais de adoção".⁵⁹

Através da fala é possível perceber a construção de um imaginário do **estar** sem **ser** da cidade. "Esta cidade é devagar quase parando, é conscientemente devagar", comenta uma das pessoas entrevistadas. Perguntada se Presidente Figueiredo é sua cidade, responde: "Que jeito"!

Outros denotam entusiasmo em relação ao lugar de origem e há aquelas cujo processo de desenraizamento está tão acentuado que têm aversão não só à cidade onde moram atualmente como ao lugar de origem, mesmo porque encontram dificuldades em defini-lo e não consideram cidade nenhuma como sua.

Finalmente, existem pessoas cuja luta pela sobrevivência e o contínuo processo de migração não possibilitam criar laços com o lugar: "Não tenho esse lugar como minha cidade, pois a luta para continuar sobrevivendo me leva a não criar laços com nenhum lugar, muito menos com uma cidade. Onde estiver é meu lugar. Aqui está muito difícil, mas aqui tenho que continuar. Não tenho mais para onde ir. Todo lugar hoje é ruim. Estou construindo o meu barraco e quero ficar aqui".

Com exceção dos funcionários da Prefeitura cuja permanência está condicionada ao sucesso eleitoral do seu grupo político, não se observou nas entrevistas que as

⁵⁹. José de Souza Martins. **Não há terra para plantar neste verão**, p. 50.

peças tenham pretensões de sair da cidade. Entretanto, não falam do futuro, todos estão preocupados com o presente, são de "fora", "estranhos", mas querem ficar, pois o permanecer é o que lhes abre possibilidades de serem reconhecidos e de, apesar das dificuldades, terem acesso a um lugar para trabalhar e morar. Não se consideram do lugar mas querem permanecer, assinala uma aparente contradição cuja raiz está no processo de migração que não significa "apenas viver em espaços geográficos diferentes, mas viver temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais".⁶⁰

Estas contradições constituem o ponto de partida para compreender a forma da cidade que se circunscreve na lógica do caótico aparente. Nada parece ter sido preestabelecido e ela é, até certo ponto, extensa para o nível de ocupação, possuindo muitas áreas vagas. Nada de grandeza, mas uma sensação de que sua extensão está determinada por uma dimensão espacial tão particular que coloca o observador fora do mundo próximo, transportando-lhe ao distante que traz o signo do infinito,⁶¹ mas que ao mesmo tempo possibilita entender a concretude do lugar.

Não há uma rigidez na espacialização, seja no nível do uso do solo ou do tipo de construções. Poder-se-ia dizer que nas áreas mais afastadas da estrada localizam-se as melhores casas. Mas isso também não é uma regra geral, pois na área de expansão a sudoeste estão sendo construídas tanto

⁶⁰. Ibid. p. 45.

⁶¹. Gaston Bachelard. **A poética do espaço**, p. 189.

casas simples quanto de "melhor padrão". A Prefeitura tentou, em 1989, estabelecer um Código de Postura, determinando o padrão das construções de cada área. Esta estratégia foi abandonada pela irrealidade das exigências.

A moradia em Presidente pode dar uma visão exata do modo de vida das pessoas. A diferenciação está no tipo e não no local de moradia. Não há, a primeira vista, diferença abissal nos tipos das casas, exceto as edificações onde funcionam os serviços públicos e o comércio. Entretanto, um olhar atento poderá detectar diferenças que podem ser agrupadas da seguinte maneira:

1) Casas de alvenaria, correspondendo a 10% do total, localizadas principalmente na zona comercial e na parte central da cidade. Nem sempre significam um tipo superior de moradia, apresentando às vezes um padrão de construção inferior devido, segundo os moradores, à dificuldade de mão-de-obra especializada em construção civil;

2) Casas de madeira com piso de alvenaria, com média de 05 cômodos ou mais, todos pintados, banheiro interno quase sempre de alvenaria, fossa biológica, correspondendo a 10%;

3) Casa simples de madeira, coberta invariavelmente de telha de amianto, com poucos cômodos, um banheiro externo sobre uma fossa negra, abastecida por energia elétrica mas nem sempre por água, correspondendo a cerca de 60% das residências da cidade;

4) Pequenas casas de madeira ou barracos com apenas um cômodo, em alguns casos apenas cobertas, localizadas especialmente nas áreas de expansão no sudoeste da cidade e no bairro Tancredo Neves. Não têm abastecimento de água. Algumas têm energia elétrica (às vezes utilizam "gatos"). Correspondem a 20% .

A parte interna destas casas se resume a apenas um cômodo. Há ausência quase que total de tudo. Vê-se no máximo um fogareiro, poucas louças, roupas penduradas, redes ou colchões e sobre o assoalho uma mala com "a roupa de ver Deus".⁶² Os materiais utilizados na construção são a madeira e a telha de alumínio e amianto, quase sempre já usados em construções anteriores ou, em casos esporádicos, resultam de doação de políticos em períodos próximos às eleições. A casa tem apenas uma parte das paredes externas, formando um quarto que serve de dormitório e de proteção para toda a família. Estas casas guardam similaridade com os **tapiris** existentes no interior da Amazônia, diferenciando-os o fato de não utilizarem a palha na cobertura ou nas paredes, substituída pela madeira e telhas de alumínio ou amianto.

Dagoberto é um dos moradores que conseguiu um terreno da Prefeitura e está fazendo sua casa na área de expansão do sudoeste da cidade. Tem apenas 20 anos, embora aparente muito mais. É casado, tem dois filhos. Sua mulher, também bastante jovem, o auxilia na construção. Eles chegaram cerca de 7 meses à cidade e estão morando na casa de

⁶². Eduardo Galvão. **Santos e visagens**, p. 35.

parentes. Tanto ele quanto a esposa nasceram em Itacoatiara e migraram para Manaus na tentativa de trabalharem no Distrito Industrial da Zona Franca e não conseguiram. Em 1990, Dagoberto veio para a estrada BR-174 a fim de trabalhar na Jayoro onde ficou um ano, tendo sido demitido. Sem alternativas, segundo ele, veio para Presidente Figueiredo onde, no período chuvoso, trabalha de "biscate" na cidade e, na época da estiagem, faz trabalhos temporários em fazendas. Recebeu um terreno da Prefeitura e comprou telhas e madeira com o dinheiro que tinha. "O material não dá pra nós terminar nossa casa, mas vamos morar assim mesmo, pois onde estamos não dá mais pra ficar. É muita gente e a casa é pequena. Quero morar no que é meu". A casa de Dagoberto representa o modelo de casa 4, o tipo mais simples de Presidente Figueiredo e ele é o típico morador das mesmas.

O processo de construção dessas moradias é permanente, quer pelo motivo de ser realizado por autoconstrução e o material ser escasso, quer principalmente porque, antes de ser concluída, o morador a vende. Dentre oito casas em construção na área sudoeste, três pertenciam ao segundo dono, uma pertencia ao quarto dono, uma estava sendo construída por um parente que a tinha adquirido de outro e três tinham conseguido o terreno e haviam iniciado a construção.

No interior das casas do tipo 3, há dois cômodos no mínimo, sendo que o da frente funciona como sala. Nesta, há quase sempre um aparelho de som ou um rádio, cadeiras ou

sofá e invariavelmente a TV que tem um lugar de destaque e em torno da qual se organiza todo o espaço interno da casa sendo que em algumas casas é o único objeto existente na sala. É a "telepresença".

O que constitui a característica própria da televisão é a transmissão de uma massa de informação que reduz o espectador à passividade do puro olhar, recebendo uma série de mensagem decodificada que implica a aceitação de determinados padrões de comportamento e consumo. Não existe a mediação especialmente para pessoas que não são portadoras de um repertório de informações. Não existe a possibilidade da troca, a televisão é pela própria presença "o controle social na casa de cada um, é a certeza de que as pessoas já não se falam, de que estão definitivamente isoladas face a uma palavra sem resposta".⁶³

Aqui não se vê algo na televisão, vê-se televisão buscando fragmentos do mundo e tendo a sensação de que o mundo está ali presente diante dos olhos.⁶⁴ A TV é o altar eletrônico. O móvel que o sustenta está sempre enfeitado, em alguns casos existem aquelas fitas que antes enfeitavam os altares dos santos nas cidades do interior. Na TV tudo é espetáculo, criando o vazio do real à medida que passa uma imagem totalmente descolada de uma realidade empobrecida da

⁶³. J. Baudrillard, apud Andre Granou. **Capitalismo e modo de vida**, p. 55.

⁶⁴. Muniz Sodré. **A máquina de Narciso**, p. 32 et passim.

fronteira, não sendo "reflexo do real, mas antes real do reflexo".⁶⁵

Conforme dados da CE-AM, 80% das casas da cidade têm aparelho de televisão. No trabalho de campo constatou-se que com exceção das casas do tipo 4 anteriormente descritas todas as casas visitadas tinham televisão.

Aí surge uma outra questão. A maioria das casas de Presidente Figueiredo está longe de ser qualificada como moradia confortável, não possuindo os móveis essenciais, condições higiênicas, além do que os hábitos alimentares não podem ser qualificados como saudáveis. Todavia, exibem orgulhosamente as antenas para televisor. "Seu *status* se transfere para a exteriorização de uma falsa riqueza e de um conforto ilusório. A sua dependência do mercado é patente e agrava-se com a TV que, sendo um instrumento de comunicação, torná-lo-á cada vez mais submetido ao bombardeio publicitário".⁶⁶

Como parte da "telepresença", outro elemento desponta na paisagem, é a antena parabólica. Até janeiro de 1993 apenas nas casas do tipo 1 existiam estes equipamentos. Recentemente observa-se o aumento do número de antena parabólica especialmente nas casas mais simples. Numa rua do bairro Curupira, (Tancredo Neves) uma das áreas mais pobres da cidade, existiam cinco antenas parabólicas numa rua de 20

⁶⁵. Ibid., p. 58.

⁶⁶. Fábio Lucas. "Proposições sobre o formalismo e a literatura comprometida", p. 92.

casas. Em 1993, um comerciante representava uma empresa fabricante destes equipamentos, vendendo-os pelo sistema de consórcio e havia um grupo em andamento com 24 componentes. Atualmente existem vendedores dos próprios representantes de Manaus.

As pessoas justificam a compra da antena parabólica em decorrência da existência de apenas uma estação repetidora de TV na cidade. Esta justificativa é apenas em parte verdadeira, pois a existência da antena parabólica é mais que um desejo porque se configura como um sinal do mundial presente no lugar, impondo e redefinindo relações entre as pessoas e determinando formas e padrões de comportamento que são característicos das grandes cidades.

A antena parabólica passa a fazer parte da paisagem das cidades amazônicas só recentemente, e está inserida numa forma urbana que é definida por padrões que vêm de "fora". Estes padrões de "fora" não estão restritos aos sinais que denotem um determinado nível de modernização, mas podem ser percebidos, por exemplo, no tipo de material utilizado e no "padrão" arquitetônico das construções. A maioria das casas de Presidente Figueiredo se caracteriza pela inadequação do material de construção utilizado nas mesmas, subaproveitando ou desperdiçando recursos existentes na própria região. Esse aspecto é uma característica que se estende a outras cidades da Amazônia. A maioria das casas são cobertas de telha de amianto que é concentradora de calor, tem pé direito baixo, com poucas janelas o que dificulta a circulação do ar. O

nível do telhado está muito próximo das paredes o que ocasiona a deterioração rápida da madeira.

Em 1993 a família Schwade, moradora na cidade de Presidente Figueiredo, construiu a Casa da Cultura Urubuí privilegiando o aproveitamento de material da própria região, fazendo a cobertura com cavaco de madeira. Na época indagávamos a opinião das pessoas a respeito e a maioria duvidava da eficácia. Na última vez que estivemos na cidade (maio de 1994) as pessoas já reconheciam ser possível o maior aproveitamento dos recursos regionais na construção das habitações. A utilização do cavaco ou mesmo a telha de barro para a cobertura das casas seria uma alternativa mais adequada ao clima da região, além de ser mais barato.

As casas das cidades amazônicas não estão preparadas para a chuva nem para o sol, principalmente para o calor. A inadequação das construções tem uma dimensão cultural decorrente da imposição de modelos de moradia caracterizados pelo menosprezo às condições naturais, ocasionando a subutilização de materiais existente na própria Região além do desconforto que quase sempre caracterizam essas casas.

Na cidade de Presidente Figueiredo, a maioria das casas tem o quintal cercado. Nas áreas de ocupação mais antiga é cultivado um canteiro (pequena horta), havendo algumas árvores frutíferas e a criação de pequenos animais. Mesmo naquelas casas que estão sendo construídas na área de expansão, os terrenos são delimitados por estacas e, em

alguns casos, a construção do quintal precede à construção das casas.

Cercar o quintal significa delimitar o seu pedaço, determinando um importante componente da reprodução do espaço na fronteira. Se de um lado a existência do quintal assinala uma característica importante que ainda permanece nas pequenas cidades e que já não existe na metrópole e nas grandes cidades, de outro, denota uma diferença significativa das cidades mais antigas da Amazônia que, até a década de setenta, não tinham os quintais cercados. Esta mudança aponta para a sobreposição da troca em relação ao uso. A cerca passa a ser o símbolo da propriedade privada.

Os lotes são de dois tamanhos. Os maiores de 15x33 metros são concedidos para empreendimentos e para pessoas de maior poder aquisitivo e os menores de 12x20 metros são destinados para população mais pobre.

A casa está sempre centralizada no terreno e não se observam casas nos fundos dos mesmos. No bairro Tancredo Neves existem lotes com duas casas, mas são raros. Os terrenos são concedidos pela Prefeitura, tanto os residenciais como os comerciais. Tal concessão ocorre a partir de um cadastro no Setor de Terra.⁶⁷ Os beneficiários

⁶⁷. Em janeiro de 1992, 19 famílias participavam da construção de um conjunto de 20 casas em regime de mutirão. Além destas, outras 70 estavam cadastradas visando à obtenção de um lote. São moradores da cidade que pagam aluguel ou moram em casas cedidas. Segundo a Secretaria Municipal de Serviço Social, as famílias são selecionadas pela ordem de

têm um prazo de 90 dias para construir. Caso isso não ocorra, terão de devolver o lote.

Embora a Prefeitura sustente que os terrenos são concedidos a qualquer pessoa que queira morar ou desenvolver atividades na cidade e obedeça à ordem de inscrição, na verdade tal prática se contextualiza numa questão mais complexa, tendo uma dimensão política. No nível local, serve como instrumento de dominação por parte do grupo que ocupa o poder, concedendo ou não o terreno de conformidade com os seus interesses eleitorais. "Só dão o terreno quando vão com a cara da pessoa que, às vezes, já tem casa. Estou inscrito há mais de um ano, mas não vou pedir a ninguém. Quando sair, tá bom. Também não posso reclamar, pois trabalho como vigia para a Prefeitura e se reclamar vou perder também o emprego. Mesmo se quisesse, também não sei pra quem reclamar. Falei com um homem lá da Prefeitura. Ele me prometeu, mas até agora nada. Moro aqui nesse barraco pagando aluguel". "Eu escrevi minha filha que tem dois filhos. Perguntaram quantos eleitores eram, como somos só dois, eles disseram que a gente tinha que esperar, pois primeiro eram as famílias que têm mais eleitores".⁶⁸

Os responsáveis pelo Setor de Terra da Prefeitura negaram a utilização de tais critérios. No entanto, confirmaram que a pessoa tem que mostrar algum documento

inscrição. Não há firmas cadastradas, embora existam várias consultas. Fonte: SEMSAC.

⁶⁸. Depoimentos gravados em janeiro de 1992.

comprovando ser moradora da cidade, podendo ser Carteira de Trabalho ou Título de Eleitor. Os lotes urbanos, da mesma forma que o emprego público, especialmente o municipal mas não apenas, inserem-se na lógica do controle do poder e só são concedidos àqueles que possam contribuir para a manutenção do mesmo, sendo trocados pelo voto.

Mas, além de contribuir para a manutenção do poder no plano local, o acesso aos lotes urbanos tem uma outra dimensão na reprodução do espaço, não apenas em Presidente Figueiredo, como em outros lugares da fronteira. A concessão da terra urbana é um fator de controle social, interferindo nas relações sociais, ao mesmo tempo que não se constitui terra para o trabalho. A concessão de um lote urbano cria a ilusão de ter uma propriedade, embora o seu uso seja restrito. O acesso a um lote urbano não significa o direito à cidade e muito menos o direito a morar bem. Ao contrário, significa despersonalizar-se na medida que a aceitação pressupõe a submissão ao poder local, o que aparece com clareza nas entrevistas não apenas das pessoas que são pretendentes ao lote, mas também das responsáveis pelo serviço na Prefeitura. O acesso a um lote na cidade não significa a apropriação da cidade, que só ocorre quando os direitos da cidadania são respeitados. Apropriar-se da cidade tem outra dimensão, qual seja, o direito à liberdade, à individualização, à atividade participante. Isto é, apropriar-se da cidade está além do direito à propriedade.⁶⁹

⁶⁹. Henri Lefebvre. **El derecho a la ciudad**, p. 159.

É somente pela apropriação que a cidade se torna o lugar do cidadão.

A concessão do lote urbano não tem apenas uma dimensão local de garantir a manutenção do poder político para determinados grupos. Possibilita também, e de maneira articulada, a produção ampliada das formas espaciais de outras regiões do país, garantindo a manutenção da mesma estrutura fundiária existente e reproduzindo-a na fronteira. Por isso, é uma forma planejada de controle espacial que garante a ocupação, reprodução e expansão do capital na fronteira. Neste sentido, as cidades passam a ter a função de "uma fronteira urbana como a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, acompanhando ou mesmo se antecipando à expansão de várias frentes."⁷⁰ Reproduz as condições mínimas necessárias para a fixação e a transformação social dos migrantes. A fronteira se expande através do urbano, sendo os núcleos urbanos a base de concentração, organização e distribuição da mão-de-obra.⁷¹

No entanto, não se pode entender a cidade da fronteira apenas como o *locus* de reprodução da força de trabalho para o capital. A concessão de lotes urbanos, em Presidente Figueiredo, enquadra-se no movimento da produção social na fronteira mediado não só pelo econômico, mas também pela cultura, ideologia e poder, mostrando que há de um lado

⁷⁰. Bertha K. Becker. **Amazônia**, p. 44-9.

⁷¹. Idem. **Estudo geopolítico contemporâneo** p. 12; Lia Osório Machado. **Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia**.

as especificidades do lugar e de outro as dimensões do global.

Até dezembro de 1992 não havia dificuldades para se ter acesso a um lote urbano em Presidente Figueiredo. Entretanto, a partir de 1993 a Prefeitura não fez mais concessões. No final de 1993 uma fazenda contígua à cidade foi desapropriada para ser loteada, mas segundo informações do Setor de Terras isto só ocorrerá em 1996 quando das eleições municipais. Porém, o acesso à terra de trabalho é mais difícil, pois as melhores, quer em fertilidade ou em localização, já estão "ocupadas", "têm donos". Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, todas as terras às margens da BR-174 até a altura do quilômetro 200 já estão requeridas e quase todas "ocupadas", o que significa apenas uma pequena clareira para a construção de um casebre, estando a terra totalmente improdutiva, exceto os "terrenos"⁷² dos pequenos agricultores. O mesmo ocorre na estrada de Balbina que já está "ocupada", embora o ocupar aqui se diferencie da BR-174. Só existe alguma possibilidade de ocupação nas terras do "centro"⁷³, ou seja as terras

⁷². Terreno é a designação de um pequeno lote rural adquirido por posse ou comprado de um antigo posseiro. Quase sempre não tem nenhum documento, está localizado num ramal e nunca ultrapassa a 100 hectares.

⁷³. O "centro" é uma designação utilizada especialmente pela população ribeirinha para o lugar mais afastado, no meio da floresta, onde fazem o roçado para inicialmente plantar mandioca e em seguida, culturas permanentes. Está afastado 2 ou mais quilômetros da margem do rio, só sendo possível alcançá-lo a pé através do "varadouro". O "centro" se contrapõe à "beira" que designa às margens dos rios onde se

localizadas nas áreas mais distantes das estradas cujo acesso é, a curto prazo, inviável.

A população adulta da cidade é, em sua totalidade, formada por migrantes que chegaram para trabalhar na construção da estrada ou nos projetos agropecuários instalados após a abertura da mesma. Alguns vieram também para a construção da hidrelétrica e uns poucos para a mina de Pitíngua, onde quase sempre trabalhavam em empreiteiras. Os migrantes foram atraídos pela possibilidade de acesso à terra e alguns vieram para trabalhar em órgãos públicos.

Com exceção destes últimos, o migrante chega ao município de Presidente Figueiredo não pela cidade, mas pelo campo. A perda do emprego, a conclusão das grandes obras, a baixa fertilidade do solo e as dificuldades de escoamento da produção determinaram a vinda para a cidade de toda ou parte da família, normalmente a mulher e os filhos menores, enquanto o pai e os filhos maiores permanecem no "terreno", de onde extraem castanha e madeira, cultivam mandioca e plantam fruteiras. Quando isso ocorre, é comum as pessoas atribuírem um peso acentuado para a separação da família a busca dos serviços básicos (saúde, educação, transporte)⁷⁴

concentra a maioria das atividades. Espacialmente insere-se numa estratégia de descentralização das atividades agrícolas desenvolvidas por pequenos agricultores. No caso de Presidente Figueiredo, o "centro" se contrapõe a uma nova "beira", à margem da estrada.

⁷⁴. Na cidade, existem 03 escolas, sendo a principal a Escola Maria Calderaro, com capacidade para 300 alunos por turno; O hospital é mantido pelo Município. Tem 18 leitos e o corpo clínico é formado por 01 médico e 02 enfermeiras. Na

que, embora sejam precaríssimos na área urbana, são quase inexistentes no campo.⁷⁵ Nesses casos, o chefe da família raramente vem à cidade, ocorrendo o deslocamento da família para o campo no período das férias escolares, na época de fazer farinha ou, dependendo da distância, nos finais de semana.

Na cidade de Presidente Figueiredo os empregos são restritos, sendo os órgãos públicos em especial a Prefeitura e a Câmara Municipal os maiores empregadores. Os que não são funcionários públicos trabalham nos vários estabelecimentos de comércio e serviços onde predomina quase que exclusivamente a mão-de-obra familiar. As pequenas vendas que se dividem com o espaço de morar, se espalham por toda a cidade, são as tabernas. Algumas vendem um pouco de tudo outras não apresentam em suas prateleiras mais de dez itens. Estas últimas são os botequins que tem um pequeno bilhar e vendem principalmente cachaça.

maioria das vezes que estivemos na cidade, não havia médico. Os dados se referem ao mês de janeiro de 1992.

⁷⁵. Existem, na zona rural, 05 postos de saúde que são "tocados" por agentes de saúde. Um desses postos está localizado no quilômetro 137 da BR-174 e é o único a ter um profissional qualificado, uma enfermeira, e recebe eventualmente apoio de um médico que não tem vínculo com a Prefeitura. Existem 20 escolas na zona rural, todas com professores leigos. Um ônibus da Prefeitura transporta os estudantes de uma parte da BR e da estrada de Balbina para a escola da cidade. Existem casos de crianças que caminham 3 quilômetros de suas casas até a escola. Os dados foram obtidos na pesquisa de campo junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal e referem-se a janeiro de 1992.

As tabernas são mais que locais de compras, são pontos da vida social de um pequena cidade, um mundo de múltiplas atividades, local de encontros e de jogos. As pessoas freqüentam as tabernas mais para conversar do que para comprar. É o lugar por excelência para se obter informações. Os botequins têm uns frequentadores habituais que caíram numa espécie de miséria social e moral. São chamados de forma pejorativa de "pés inchados". Não existem opções para estas pessoas, não lhes são oferecidas alternativas e/ou oportunidades.

As tabernas e os botequins são verdadeiros pulsar de intercâmbios humanos, é como se "a miséria efetuassee uma extensão dos limites, sendo o reflexo da mais radiante liberdade de espírito. Comer e dormir não tem hora, muitas vezes nem lugar. Quanto mais pobre ... tanto maior o número de tabernas. Quem pode, vai buscar aquilo de que precisa dos fogões em plena rua".⁷⁶ As tabernas são diferentes das pousadas e dos restaurantes surgidos recentemente na cidade e que se destinam principalmente para os turistas e estão sempre vazios de pessoas e de vida.

As tabernas funcionam, para os seus proprietários, como complemento do orçamento familiar sendo que em alguns períodos fica sob a responsabilidade da mulher e dos filhos menores, quando os homens adultos passam a trabalhar no campo executando serviços eventuais como limpeza de fazendas, "derriba" da mata para implantação de pastos, extração de

⁷⁶. Walter Benjamin. *Rua de mão única*, p. 153.

madeira e extração da essência do pau-rosa ou ainda trabalhando em seu próprio terreno.

A extração de madeira se constitui numa importante atividade para os moradores de Presidente Figueiredo, como forma de sobrevivência e na utilização para construção de suas casas no campo e na cidade. Os trabalhadores da madeira são contratados pelos madeireiros por curtos períodos, não havendo nenhum vínculo empregatício, sendo a base da remuneração a "empeleita".⁷⁷

É possível identificar algumas diferenças na forma de retirada da madeira: Nos terrenos dos pequenos agricultores, os madeireiros retiram a madeira de boa qualidade em troca da limpeza total da área, não cabendo ao proprietário nenhuma receita ou despesa pelo serviço. Em alguns casos, os pequenos agricultores contratam um operador de motosserra em troca de um percentual em madeira. Neste caso é retirada apenas a madeira de lei. Nas médias e grandes propriedades, a madeira é retirada em troca de um percentual que é pago ao proprietário. Quase sempre toda a madeira é vendida a pequenas serrarias ou para intermediários que a repassam às grandes madeireiras de Manaus.

Existe na cidade um reduzido número de trabalhadores assalariados que trabalham em fazendas, nos Projetos do Distrito Agropecuário da SUFRAMA, no projeto de

⁷⁷. Denominação local que significa o mesmo que empreita ou empreitada.

produção de álcool e aguardente Jayoro,⁷⁸ e na Construtora Paranapanema que mantém um acampamento no quilômetro 31 da BR-174. A partir de 1991, observa-se a tendência crescente de emigração para áreas de garimpo, principalmente no rio Negro.

O que se pode chamar de classe dominante local constitui-se de proprietários dos principais estabelecimentos de comércio e/ou serviços e de políticos que são também proprietários de fazendas, "patrões" da madeira. Quanto aos políticos cabe assinalar que eles não são do lugar, não moram na cidade e sua permanência é cíclica, correspondendo ao período de duração do mandato, isto quando se dispõem a morar na cidade. No período de permanência nos cargos, compram propriedades e implantam fazendas.

De uma forma ou de outra quase todos os moradores da cidade de Presidente Figueiredo têm ligações com o campo, conferindo à cidade uma característica eminentemente rural, embora não se possa dizer que seja agrícola.

⁷⁸. Este projeto tem sido denunciado pela prática de trabalho escravo. A primeira denúncia surgiu em dezembro de 1992, através da CUT e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Presidente Figueiredo. Em maio de 1993, a Polícia Federal impediu o embarque de 30 trabalhadores rurais no município paraibano de Santa Rita que estavam sendo enviados para Presidente Figueiredo. No mesmo período, entidades dos direitos humanos localizaram na área do projeto outros 30 trabalhadores sem carteira assinada, sem assistência médica, sem direito a descanso semanal, vivendo em precários alojamentos e há 03 meses sem receber salários. BOLETIM do CDDH, maio de 1993. Jornal "A Crítica", 16.05.1993. IDEM, 02.06.1993. Jornal "Folha de São Paulo", 12.05.1993.

A cidade não possui qualquer forma de saneamento básico. Apenas a rua Cupiúba tem calçamento e a rua Tancredo Neves foi recentemente asfaltada. (Ver Planta N° 1, página 66) Todas as demais ruas são de terra batida e não têm esgoto. Das edificações existentes na cidade, 90,9% têm luz elétrica gerada pela Hidrelétrica de Balbina e distribuída pela CE-AM. A cidade tem um posto da TELAMAZON com 54 terminais telefônicos e 02 serviços de *fax*, tendo disponibilidade para ampliação, porém não há demanda. O serviço de abastecimento de água atinge 79,8% das casas e é operado pelo SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) em convênio com a Prefeitura.⁷⁹

A água que abastece a cidade é captada numa fonte localizada numa área que foi expropriada por uma grande empresa do ramo de refrigerantes e de comercialização de água mineral localizada em Manaus. Em decorrência, o abastecimento já foi interrompido algumas vezes, havendo mobilização da população que conseguiu mantê-lo até agora. Apesar da qualidade da água, o fornecimento é deficiente sendo constante a interrupção do serviço.

A história da fonte se confunde com um dos principais personagens da cidade e um dos seus primeiros moradores. Também reflete as contradições da produção do espaço na Amazônia. A fonte foi descoberta antes da criação do Município, na posse do "seu" Rouco, situada às margens

⁷⁹. Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal e comparados com informações da CE-AM, TELAMAZON e FNS, respectivamente.

da estrada. A qualidade e a quantidade da água atraíram o interesse de uma empresa que realizou pesquisa e requereu o direito de exploração da mina. "Comprou" a posse do "seu" Rouco e o contratou para tomar conta da mesma, com recomendação de não falar sobre a existência da fonte. Após a criação do Município, a Prefeitura acionou a justiça, adquirindo o direito de acesso à fonte para abastecimento da cidade. O "seu" Rouco, que já tinha perdido a terra, perdeu também o emprego. Hoje, o homem que descobriu a mina sobrevive com um salário mínimo pago pela Prefeitura e várias vezes já teve o seu fornecimento de água interrompido por falta de pagamento.

A fonte e a história deste homem marcam a dissolução do antigo modo de vida que foi destruído a partir da introdução de novas relações baseadas nas relações capitalistas que não estão restritas apenas a fatores econômicos, mas abrangem as determinações políticas, ideológicas e culturais fundamentadas em relações sociais antagônicas. A situação do "seu" Rouco é o lado perverso da expansão do capitalismo na Amazônia que transforma os camponeses em trabalhadores autônomos sem terra.

O "seu" Rouco perdeu a fonte, a terra, e quase perdeu a vida pois, para ele, a terra de trabalho e a vida têm sentido análogo. Sua voz quase se foi, atingido por uma moléstia que talvez só por estes trópicos exista. Também perdeu as forças. Seus braços enfraqueceram. As

transformações foram, para ele, uma tempestade que dobrou e quebrou os arbustos finos, sacudiu árvores das quais caíram folhas e flores levadas pela força das águas. Após a enxurrada, as flores fecundam, viram sementes, brotos, árvores e florestas, renovando a natureza para novas tempestades. Como a semente que germina, "seu" Rouco resiste. Sua história é também a de uma gente marcada por tempestades mais fortes que ela, porém incapaz de fazê-la ceder. "Seu" Rouco subsistiu à procela, seu olhar, sua vida têm marcas da experiência, da luta e da resistência que não é só dele, mas de uma gente que não desiste nunca. "Seu" Rouco resiste como as folhas amarelas que morrem e revivem nos frutos como uma dádiva para o alimento. Como a semente que vira árvore e vida, essa gente vive.

As transformações ocorridas na Amazônia que afetam a vida de pessoas como o "seu" Rouco devem ser consideradas e analisadas como elementos do processo de reprodução das relações sociais de produção. As transformações ocorridas são partes de um processo social que ao destruir os antigos modos de vida traz implícito as condições de emergência de um novo modo de vida adaptado às novas determinações existentes. Estas não são apenas econômicas. Estendem-se ao social, ao cultural, ao político e são determinações de uma nova estrutura sócio-espacial, implicando em novas formas de reprodução da vida. Esta possibilidade não está dada em si. Ela surge como o resultado da resistência e da luta que

emergem de modo contraditório através das novas relações sociais estabelecidas como condição da produção espaço.

2.3. A criação do município de Presidente Figueiredo: fronteira em expansão

Apesar de, em termos populacionais, ser uma das 8 menores cidades do Amazonas,⁸⁰ Presidente Figueiredo é sede de um município que tem uma extensão territorial de 24.781km² e representa a 2ª maior arrecadação de impostos do Estado, ficando atrás apenas da capital, recebendo em média 10% do ICMS repassado para todos os municípios do interior.⁸¹

O Município foi criado através da Emenda Constitucional N° 12, de 10 de dezembro de 1981, sendo instalado em 25 de fevereiro de 1982.⁸² Três anos mais tarde, a criação do Município foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, pois a

⁸⁰. As demais são: Careiro da Várzea, com 707 hab; Uarini, com 1.305 hab; Anamã, com 1.331 hab; Japurá, com 1.417 hab; Itamarati, com 1.542 hab; Juruá, com 1.676 hab; Caapiranga, com 1.707 hab. Fonte: Censo Demográfico de 1991.

⁸¹. Fonte: SEFAZ e Jornal "A Crítica" em 16.01.1993.

⁸². Pela Emenda Constitucional N° 12, de 10.12.81, foram criados 27 municípios: Alvarães*, Amaturá*, Anamã*, Amatari, Apuí*, Auxiliadora, Axinin, Bitencourt, Beruri*, Boa Vista do Ramos*, Caapiranga*, Camaroã, Estirão do Equador, Iranduba*, Itamarati*, Guajará*, Iauretê, Manaquiri*, Moura, Presidente Figueiredo*, Rio Preto da Eva*, São Sebastião do Uatumã*, Sucunduri, Tamaniquá, Tabatinga*, Tonantins* e Uarini*. (*efetivamente instalados).

Fonte: ICOTI

população não havia sido consultada através de plebiscito sobre a criação do mesmo.

Em 25 de fevereiro de 1985, o Decreto de criação do Município foi revogado e toda a legislação pertinente foi considerada inválida. Os órgãos públicos municipais foram desativados e os repasses de impostos suspensos. Houve uma intensa mobilização por parte de vereadores, prefeito e de alguns comerciantes locais e principalmente de parlamentares. Não foram detectados documentos, informação na imprensa ou nas entrevistas que demonstrassem qualquer manifestação popular contrária à extinção do Município.

A situação permaneceu inalterada durante todo o primeiro semestre de 1985 quando o Congresso votou a lei complementar N° 49, de 26 de junho de 1985. Por esta lei, os municípios criados e instalados até 31 de dezembro de 1981 e que tivessem realizado eleições municipais não necessitariam de consulta plebiscitária. Finalmente em 1985, por força do Decreto 8.748, de 02 de julho de 1985, o Município foi considerado instalado.

O processo de criação do Município e sua consolidação posterior comportam algumas reflexões. Por que não foi realizada a consulta à população? No caso específico de Presidente Figueiredo, tal processo era quase impossível por estar a população dispersa, não havendo nenhuma aglomeração. O local escolhido para se construir a sede do Município tinha apenas duas casas. Mas, mesmo que as condições possibilitassem a consulta, tal não se realizaria,

como aliás não ocorreu em nenhum dos municípios criados, por estar o processo de redivisão do Estado calcado no autoritarismo, cuja base ideológica desconsiderava a população, não a vendo como sujeito do processo, conforme pode ser aferido no discurso do governador da época: "O processo é de cima para baixo, pois é necessário criar as condições para o desmembramento de municípios visando reorganizar política e economicamente o interior do Estado".⁸³

O poder legislativo também assumiu uma postura favorável. A posição dos Deputados, quando da discussão da Emenda Constitucional N° 12, era invariavelmente de que a "grande extensão territorial da maioria dos municípios amazonenses se constitui no principal obstáculo ao desenvolvimento econômico". Não houve posições em contrário, sendo a Emenda aprovada por unanimidade.

Num dos discursos em defesa da criação de novos municípios, um Deputado, à época pertencente ao PDS, se referiu à área do futuro município de Presidente Figueiredo como tendo um grande potencial de desenvolvimento. "Hoje já estão na área cerca de 7 mil trabalhadores atuando na abertura da estrada e no canteiro de obras da Hidrelétrica de Balbina às margens do rio Uatumã. Só esse dado já justificaria a criação do Município".⁸⁴

⁸³. Discurso do governador do Estado, José Lindoso, quando da apresentação do projeto de redivisão territorial do Estado do Amazonas no auditório do ITERAM, em 13 de agosto de 1981.

⁸⁴. Parte do discurso do Dep. Waldir Barros que, mais tarde, foi candidato derrotado a prefeito de Presidente Figueiredo. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, 1981.

O Estado do Amazonas tem uma grande dimensão territorial, 1.549.586km² correspondendo a 18,4% do território brasileiro. Por outro lado, há um reduzido número de municípios, 45, em 1980, e 62, em 1990, sendo que atualmente, cerca de 40% destes têm extensão superior a 20.000km². Estes números reforçam a postura da grande extensão territorial como fator determinante para sustentar o discurso dos políticos, sempre favoráveis à redivisão territorial pois, segundo eles, possibilitaria uma estrutura mais leve, surgindo daí administrações mais ágeis e modernas, o que seria inviável com municípios tão extensos.⁸⁵

Poder-se-ia argumentar que por trás da preocupação dos políticos com a criação de novos municípios, está o interesse na ampliação de seu raio de poder a novas áreas com garantia de votos para si e de empregos para seus "cabos eleitorais", aumentando com isso sua influência na política local. Esse argumento é em parte verdadeiro mas não é a única explicação.

A criação de novos municípios não pode ser entendida apenas como uma determinação da política local, embora seja legitimada por ela. No caso específico de Presidente Figueiredo tem que ser considerada numa totalidade que inclui o processo de desenvolvimento recente para a Amazônia. Sua criação finca-se numa estratégia cujas

⁸⁵. Mesquita, analisando uma realidade totalmente diversa da Amazônia, também detectou um discurso semelhante. Zilá Mesquita. **Antenas, redes e raízes da territorialidade**, 1992.

dimensões ultrapassam um projeto local, configurando-se num plano do poder nacional que tem como objetivo garantir os interesses de empresas públicas e privadas na região.

A criação do Município não pode ser entendida de forma circunscrita à discussão da lei estadual que o criou. Melhor seria compreendê-la como o fim de um processo que se desenrolou no plano federal. Foram decretos e leis que tiveram implicações na área tornada município.⁸⁶

Também a criação do Município não corresponde apenas a uma determinação linear do sistema capitalista, mas assenta-se numa estratégia unificadora da sociedade nacional que concebe a criação de novos municípios especialmente numa região como a Amazônia, como uma possibilidade de interiorização do poder do Estado, visando garantir a reprodução do sistema como um todo. Deve-se ter claro que a não existência do município de Presidente Figueiredo, por exemplo, não alteraria o processo ampliado de produção do sistema. Entretanto, é graças a inúmeras cidades como Presidente Figueiredo, com os seus aparatos institucionais,

⁸⁶. Os principais instrumentos legais sobre o Município: O Decreto N° 85.898, considerando de utilidade pública, para fins de implantação da hidrelétrica de Balbina, uma área de 1.034.400 ha; o Alvará 2833/81, do Ministério das Minas e Energia, publicado no DOU em 31.08.1981 concedendo à Jatapú Mineração Indústria e Comércio que mais tarde passou à Mineração Taboca S/A, autorização de lavra de cassiterita; o Decreto 86.630/81, de 23.11.81, no qual o Presidente da República revogou todos os instrumentos legais sobre as terras dos Waimiri-Atroari, considerando-a área temporariamente interditada.

que o sistema se produz, reproduzindo-se através da produção espacial.

A criação do Município tem relação direta com a descoberta de minerais na região. Todavia, o processo não se encerra em Pitinga e não se restringe à Paranapanema, mas faz parte de um contexto mais amplo que passa pelo grande capital financeiro nacional, através da bolsa de valores, onde a empresa negocia suas ações, e pelo capital financeiro internacional, através da bolsa de metais de Londres, onde negocia o estanho. Ou seja, o capital cria as condições espaciais que viabilizam a exploração das riquezas minerais, por exemplo, contextualizando-as no processo de mundialização da mercadoria.

Como parte dessa estratégia, há outra dimensão que a completa. À medida que cria condições para a exploração das riquezas minerais, o sistema também garante mercado para os seus produtos,⁸⁷ especialmente de bens duráveis e de capitais. O mesmo raciocínio vale para a ELETRONORTE, através da hidrelétrica de Balbina, cujo custo total da obra, em 1992, sem considerar os juros, estava estimada em US\$1,2 bilhões.⁸⁸

Finalmente, o processo se dá a partir e com a atuação do Estado, seja através dos Grandes Projetos de infra-estrutura que possibilitam a contratação de grandes

⁸⁷. Ver Jean Hébette. "Grandes Projetos e transformações na fronteira", 1985.

⁸⁸. Ver Fórum Permanente em defesa da Amazônia, 1992 e CIMI Norte I, 1989.

empreiteiras para execução de obras públicas, seja concedendo isenções e incentivos fiscais às empresas. O Estado também garante as condições objetivas para o avanço de novas relações capitalistas através de ações repressivas contra as populações locais.

Portanto, a criação do município de Presidente Figueiredo atende a múltiplas determinações, locais e nacionais, mas sobretudo faz parte de uma dimensão global. E se não é um aspecto determinante desta, representa uma estratégia espacial visando facilitar a expansão das atividades capitalistas na área nordeste do Estado do Amazonas.

2.4. A vila de Pitinga: a ilusão da busca.

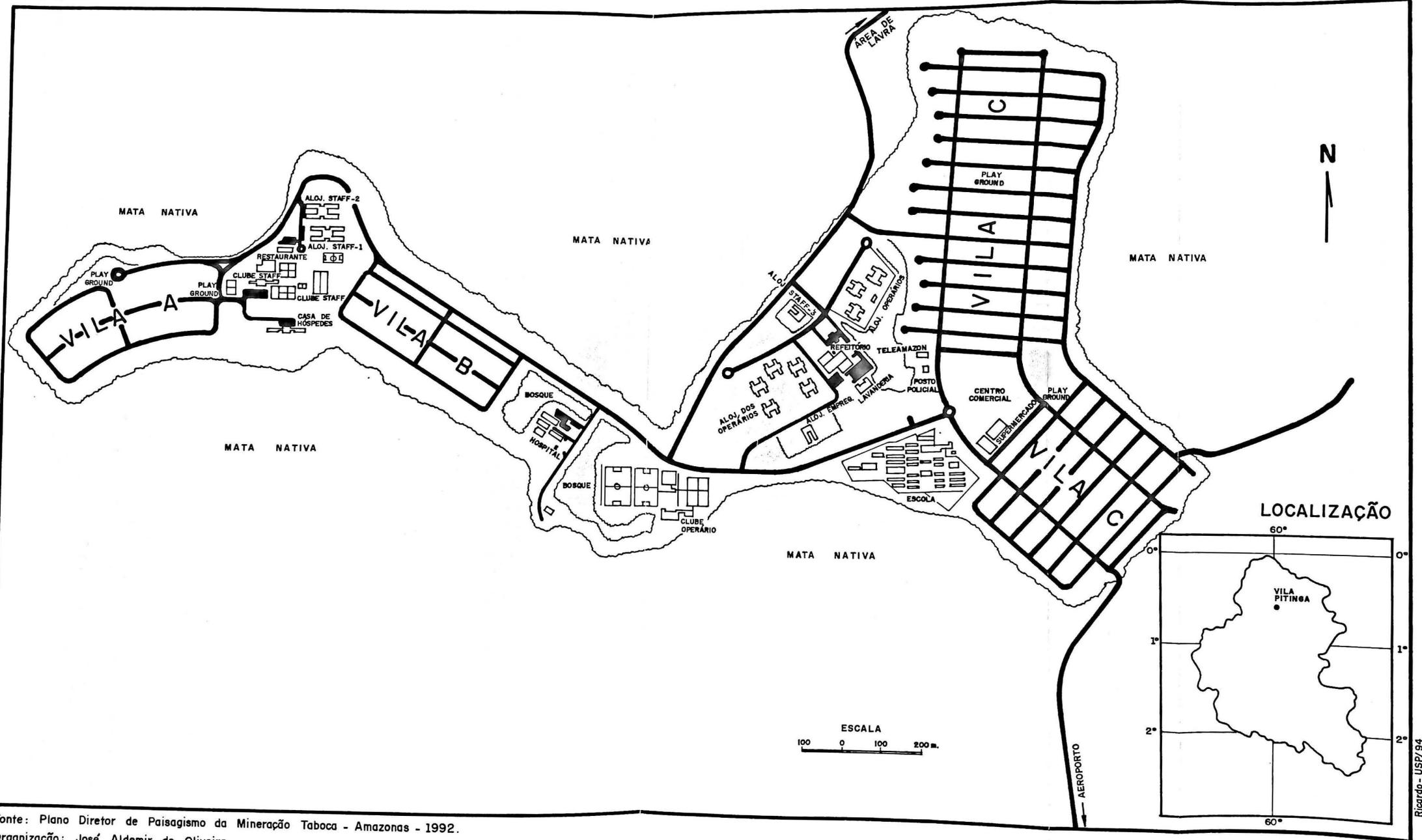
A vila de Pitinga pouca ou nenhuma semelhança tem com outros núcleos urbanos do interior do Amazonas. Criada para abrigar mão-de-obra e infra-estrutura de apoio à Mineração Taboca S/A, empresa do grupo Paranapanema, tudo nela parece exageradamente artificial, rigidamente planejado e controlado, produzindo um espaço urbano normatizado e homogeneizado sem a mediação da espontaneidade. É uma pequena "cidade" para os padrões da região, encravada no meio da floresta a aproximadamente 210 quilômetros ao norte da cidade de Presidente Figueiredo. (Planta N° 2) A Vila dispõe de saneamento básico (rede de esgoto, coleta de lixo, água tratada e energia elétrica), serviços de

AMAZONAS

VILA DE PITINGA

1993

PLANTA Nº 2



Fonte: Plano Diretor de Paisagismo da Mineração Taboca - Amazonas - 1992.
Organização: José Aldemir de Oliveira

telecomunicações, banco, escola, hospital, área de lazer e supermercado.

A Vila foi inicialmente dimensionada para ocupar uma área de 125.001m² com 1.137 casas, 48 apartamentos e 08 alojamentos, podendo abrigar até 10.000 pessoas,⁸⁹ sendo que, atualmente, 3.086 pessoas residem na Vila⁹⁰ distribuídas em 502 casas, 12 blocos de alojamentos com 40 apartamentos por bloco, 02 blocos com 64 apartamentos para técnicos, 01 casa de hóspedes e 03 blocos de madeira destinados a alojamentos das empreiteiras.⁹¹

Como outros núcleos urbanos planejados, construídos e administrados por grandes empresas, a vila de Pitinga se caracteriza pela espacialização estratificada, controlada e hierarquizada. As casas estão distribuídas em 03 vilas que são destinadas a empregados casados que as ocupam de conformidade com a sua função na empresa. A forma espacial da vila é determinada pela hierarquia sócio-profissional, com área destinada ao pessoal técnico administrativo, o *staff* (Vila A, com 50 casas); área para o pessoal de nível

⁸⁹. Boletim Informativo Paranapanema, 1987, p. 7.

⁹⁰. Número de trabalhadores: 1.374 ligados à Mineração Taboca, Administradora Pitinga, e SEQUIMINA; 480 de empreiteiras e prestadoras de serviços: Construtora Paranapanema, Montadora SDEMEP, Mineração Tora e Transportadora Cattani; 1.232 dependentes. Fonte: Departamento de Pessoal da Mineração Taboca S/A, em Pitinga, fevereiro de 1992.

⁹¹. Das 502 casas, 493 estavam ocupadas. As demais fazem parte de uma reserva técnica da empresa e/ou são utilizadas para outros fins que não moradia. Dados da pesquisa de campo em fevereiro de 1992.

intermediário (Vila B, com 73 casas) e a área destinada aos operários, dois conjuntos de 379 casas (Vila C). Da mesma maneira estão distribuídos os alojamentos para empregados solteiros.

A mesma lógica prevalece na separação da área de lazer. Existem dois clubes: o clube A, com quadras de tênis e polivalentes, piscina, salão de danças, sauna e salão de jogos, destinado ao pessoal de chefia; o clube B, com quadra de esporte, campo de futebol e salão de dança para os operários.

A Vila "reproduz o padrão classista da cidade brasileira",⁹² onde o ter determina o lugar de cada um. Na vila de Pitanga, pode-se identificar os galpões rústicos de madeira como a periferia. Nestes, estão os operários das empreiteiras que não têm acesso aos alojamentos dos empregados da Mineração Taboca.

A estrutura espacial da vila de Pitanga reproduz um padrão análogo ao existente em outros núcleos urbanos de Grandes Projetos na Amazônia, como as vilas de Balbina, Tucuruí, Carajás e Porto Trombetas. Nestas vilas, o planejamento do espaço implica não apenas na tentativa de estabelecer uma vida cotidiana programada e manipulada, mas também uma espacialidade hierarquizada que implica na determinação do espaço a ser ocupado por cada um de seus moradores. A estratégia das empresas é produzir um espaço de

⁹². Roberto Lobato Corrêa. "A organização urbana", p. 268.

tal maneira controlado que os seus moradores sejam reduzidos à passividade e ao silêncio.⁹³

A Vila foi construída de maneira a manter os locais de moradia espacialmente separados. As vilas A e B estão próximas (Ver Planta N° 2, página 105) tendo a separá-las o clube que pode ser freqüentado por seus moradores, um barzinho localizado próximo ao alojamento do *staff* e a casa de hóspedes. Mas a distância destas à vila C é considerável, antepondo-se entre elas todos os serviços. Estes estão concentrados próximos à vila C no chamado "centro", onde se localizam supermercado, padaria, lanchonete, correio, telefônica, banco, escola e posto policial e onde será construído o centro comercial. Um pouco mais afastado do "centro", após o alojamento dos operários estão o clube B e o hospital. Ou seja, os operários não têm necessidade de se deslocarem às vilas B e A e os moradores destas não precisam ir à vila C. Embora os serviços estejam próximos desta, localizam-se ao redor, não sendo necessário cruzar a área residencial quando os utilizam.

A Vila foi dimensionada de forma que um técnico possa habitá-la por um certo período, utilizar os seus serviços diariamente sem que seja preciso entrar na vila dos operários, a não ser a serviço, o mesmo ocorrendo com estes. Engels, no século XIX, ao analisar Manchester chamava atenção para algo parecido que se deve, segundo ele, "principalmente ao fato de os bairros operários - quer por um acordo

⁹³. Henri Lefebvre. *De L'État*, p. 293.

inconsciente e tácito, quer por intenção consciente e confessa - estarem separados com o maior rigor das partes da cidade reservadas à classe média, ou, então, quando isso é impossível, dissimulados sob o manto da caridade".⁹⁴ Em Pitinga, a intenção é confessa, dissimulada num discurso de manutenção da privacidade tanto para os técnicos como para os operários.

A paisagem apresenta diferenciação. As vilas A e B possuem terrenos maiores e são mais arborizadas, com um amplo quintal e um jardim. As casas da vila C têm um terreno menor e o projeto de arborização e jardinagem, em fevereiro de 1992, ainda estava em execução, só atingindo as ruas externas dos dois conjuntos. As casas das vilas A e B têm garagem e o acabamento interno é superior ao da vila C, embora estas tenham um padrão que pode ser considerado bom, comparando-as às casas dos trabalhadores das cidades da Amazônia.

Os alojamentos apresentam maior diferenciação, principalmente na parte interna. Nos alojamentos dos operários, os quartos são ocupados por 04 pessoas e a sala de estar, de TV e banheiros são coletivos. O bloco destinado ao pessoal de nível médio não se diferencia muito, apenas o quarto é ocupado por 02 pessoas. Já os apartamentos do *staff* são individuais e só em casos excepcionais são ocupados por mais de uma pessoa.

⁹⁴. Friedrich Engels. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, p. 57.

Os operários e o pessoal de nível médio casados só podem se candidatar à moradia (casa) após 90 dias de permanência na Mina. Isto não significa o recebimento imediato, pois dependerá da disponibilidade da gerência a que está subordinado. O morador de qualquer nível paga uma taxa simbólica, como um contrato de aluguel que é renovada periodicamente. Tal prática, segundo o Gerente Administrativo, é uma prevenção da empresa para evitar o direito ao usucapião.

Os serviços básicos de saúde e educação são fornecidos pela empresa. Há um hospital com 26 leitos, centro cirúrgico, CTI, farmácia e um corpo clínico formado por 06 médicos, 03 odontólogos, 01 enfermeiro, 01 bioquímico e 26 funcionários de apoio. A escola atende da pré-escola ao 2º grau, funcionando nos três turnos com 816 alunos matriculados, 42 professores e 53 funcionários.⁹⁵

A escola pertence ao Sistema Pitágoras de ensino com sede em Minas Gerais que se especializou em prestar serviço educacional em canteiros de obras e em *company town* estando presente em vários Grandes Projetos na Amazônia. Sem aprofundar a análise sobre a educação, dada a sua complexidade e por não ser objeto desse trabalho, foi possível observar que o sistema de ensino tem sem dúvida um alto padrão de qualidade, sendo eficiente no tocante ao atendimento das necessidades de um lugar como Pitinga cujas

⁹⁵. Dados fornecidos pelo Diretor do Hospital e pelo Diretor da Escola, respectivamente, referentes a fevereiro de 1992.

características são a rígida estratificação e hierarquização social. Parece ser um sistema de ensino por demais conservador, restritivo, direcionando a formação não de mão-de-obra, esse não é o objetivo do colégio em Pitinga, mas do homem enquanto parte de um sistema a que deve servir. Outro aspecto observado foi a predominância de professores vindos de outros Estados. Em 1992 o corpo docente da escola era em sua totalidade de outras regiões. Além disso o ensino ministrado não tem nenhuma relação com a área em que a escola está situada. Aos alunos de Pitinga são ministrados os mesmos conteúdos programáticos que os ministrados nos canteiros de obras ou *em company town* onde o Sistema mantém escolas em qualquer parte do mundo seja no Iraque ou em países da África, por exemplo, locais onde haviam escolas do Pitágoras para atender aos dependentes de funcionários ligados às grandes empreiteiras.

Nas entrevistas com moradores da Vila, os serviços de educação e de saúde eram sempre elogiados. Se nos ativermos apenas ao aparente, estes serviços estão muito além dos oferecidos em outras cidades da Amazônia. Porém, a natureza dos serviços necessita ser analisada em decorrência do controle que a empresa realiza sobre os mesmos. No caso do hospital, por exemplo; na entrevista com alguns operários surgiram reclamações sobre o atendimento médico para concessão de licença saúde. Um ex-empregado de Pitinga disse ser comum o médico não conceder licença e o trabalhador desmaiar em serviço.

Os serviços de comércio (supermercado, padaria e posto de gasolina) são explorados pela Administradora Pitinga, empresa do grupo Paranapanema, ou são concedidos a terceiros (lanchonete, armarinhos, vídeo locadora, salão de beleza). Em fevereiro de 1992, a empresa estava analisando propostas de moradores para implantação de vários serviços no centro comercial, tais como: salão de beleza, barbearia, casa lotérica, farmácia, confecções, livraria, discoteca, locadora, lanchonetes, bazar, oficina eletro-eletrônica.⁹⁶

Alguns destes serviços já são oferecidos pelos próprios trabalhadores em suas casas. A empresa tem conhecimento mas, segundo um dos gerentes, "faz vista grossa, pois isso até agora não tem causado nenhum problema". A implantação de um centro comercial, visa a um melhor controle sobre essa atividade informal na Vila". Essas atividades informais, só encontradas na vila C, são desenvolvidas principalmente por mulheres e crianças ou por trabalhadores nas horas de não trabalho, constituindo-se num sobretrabalho. Na vila C moram os trabalhadores que percebem os salários mais baixos, sendo os serviços que oferecem ou o que vendem uma estratégia de complementação do orçamento familiar.

As opções de lazer são restritas. Além dos dois clubes já citados, uma antena de captação da imagem de satélite existente na Vila possibilita sintonizar as principais redes nacionais de televisão. Existe ainda um

⁹⁶. Boletim Informativo de Pitinga. Assessoria de Comunicação Social da Mineração Taboca, 1992, p. 7.

cinema que funciona precariamente, sendo freqüentado principalmente pelos operários solteiros e por jovens, e uma vídeo locadora. A repetição e a monotonia torna as opções de lazer desinteressantes com o passar do tempo, ficando como principal opção a TV. Segundo dados do Serviço Social da empresa, 100% das casas têm aparelhos de televisão.

O serviço de transporte pode ser dividido em dois: o interno e o externo. O primeiro circula regularmente entre as vilas fazendo a ligação com o "centro" e no horário de troca de turnos, faz o transporte de trabalhadores da Vila para as frentes de lavras. O segundo estabelece a ligação externa, com ônibus comum saindo diariamente de Manaus e de Pitinga e um ônibus executivo saindo às terças e quintas de Pitinga e às quartas e sextas-feiras de Manaus.

A empresa exerce um rígido controle sobre a entrada e saída das pessoas, como já vimos anteriormente. O empregado tem direito a transporte gratuito desde que a sua saída seja autorizada. Seus dependentes maiores de 18 anos, exceto a esposa, necessitam de autorização tanto para entrada como para saída e pagam um valor correspondente à passagem.⁹⁷ A visita de parentes à Vila tem que ser submetida à empresa. Caso seja autorizada, esta determinará a data da entrada e o período de permanência. Neste aspecto, também se observa acentuada diferenciação. Para os operários, raramente é

⁹⁷. Pagava-se, em fevereiro de 1992, 65.6% do preço da passagem cobrado pela empresa Marlin até a cidade de Presidente Figueiredo.

autorizada visita de parentes, privilégio concedido mais comumente ao *staff*.

Um operário, ex-morador da Vila por sete anos, relatou a sua tentativa visando conseguir permissão da empresa para que um parente o visitasse, sem entretanto obter a autorização. O mesmo trabalhador descreveu os passos dados para conseguir autorização a fim de um dependente seu, maior de idade, se deslocar para Manaus. "Primeiro eu tinha que preencher um formulário e entregar ao chefe imediato que submetia o pedido para o encarregado e este, caso aprovasse a solicitação, passava ao gerente de manutenção que autorizava e submetia ao setor administrativo que dava o parecer final e encaminhava ao setor de transporte responsável pela elaboração da lista diária de passageiros. Tinha que dizer os objetivos da viagem e data do retorno. A saída era autorizada com a data determinada de retorno. Se por qualquer motivo não fosse possível voltar no dia marcado, tinha que fazer todo o processo novamente".

O controle da circulação para e na área do projeto, faz parte de uma estratégia de domínio do espaço. O ônibus executivo se destina aos funcionários ocupantes de cargos intermediários ou aos de nível superior e às famílias destes. O *staff* se desloca de avião às segundas, quartas e sextas-feiras. Todos os empregados de qualquer nível têm prioridade de saída para si e sua família quando estão de férias ou são demitidos. Novamente operários fizeram a ressalva de que quando a família destes mora na vila, há

dificuldades para conseguir vagas mesmo estando de férias. O transporte rodoviário de passageiros é realizado pela empresa Cattani, contratada pela Mineração Taboca.

Este controle total do espaço produzido, visa programar o cotidiano através de normas rigidamente determinadas visando o domínio da empresa sobre o trabalhador, indo mais além, controlando a vida e tolhendo a liberdade de escolha.

A empresa se utiliza de várias estratégias para a consecução de seus objetivos de controle sobre os trabalhadores, mas o suporte fundamental de controle da vida se dá a partir de um rígido controle do espaço.

O rígido controle mantido pela empresa faz com que a vida comunitária praticamente inexista. Esta constatação faz parte de um relatório elaborado, em dezembro de 1987, por uma consultoria sobre questões urbanas contratada pela empresa⁹⁸ que alertava para a ausência de formas societárias facilitadoras da vida das pessoas na Vila.

As atividades existentes são criadas pela própria empresa na perspectiva do Serviço Social de Empresa, concentrando sua atuação para a filantropia como é o caso do clube de mães que além disso, oferece cursos de prendas domésticas, artes culinárias, etc. Há também clubes de futebol organizados por setor de trabalho ou por local de

⁹⁸. O relatório foi apresentado no seminário O Plano Diretor Ambiental do Complexo Pitinga, realizado entre 19 a 23 de setembro de 1989 na vila de Pitinga.

moradia. A Assessoria de Comunicação Social edita o Boletim Informativo Pitinga, sem periodização determinada, com informações sociais (aniversários, visitas, jogos, visitas de autoridades à Vila) e orientações voltadas para cuidados higiênicos e profilaxia. Não há dados sobre religiosidade. Numa casa cedida pela empresa, funciona o templo ecumênico onde aos domingos se realizam atividades de diferentes religiões com calendário previamente determinado. Na aparência, não existe nenhuma forma de organização comunitária mais consistente.

A segurança da Vila é feita pela SEQUIMINA, uma empresa do grupo Paranapanema especializada em segurança de mina. Para o Gerente Administrativo, a segurança é apenas patrimonial, não tendo poder de polícia. É difícil que isso seja verdade em decorrência da não existência de segurança pública na Vila e de haver um posto policial. Dois dos operários entrevistados declararam que no posto policial existem todas as dependências de uma delegacia, inclusive xadrez, não havendo dúvida de que a segurança da empresa exerce poder de polícia. Em todas as entrevistas com operários, há relatos de fatos relacionados à prisão, e em alguns casos, espancamento de trabalhadores. A segurança é ostensiva e está por toda parte, principalmente nas áreas de maior circulação de operários, como na vila C, nos alojamentos e no refeitório.

Quando da deflagração da última greve em outubro de 1993, vários operários denunciaram a repressão cometida pela

segurança da empresa. Na mesma época um Pelotão de Choque da PM Amazonas foi deslocado para a mina com aparato bélico que incluía armamento pesado e cães, com a finalidade de reprimir o movimento grevista.⁹⁹

A existência de uma segurança própria e a sua presença ostensiva junto às áreas de maior concentração dos operários, além do controle, dá à empresa o poder opressor, vigiando todos os passos e determinando todas as ações, reprimindo tudo que coloca em risco a "ordem" que na visão da empresa significa produzir. A segurança incute nos trabalhadores a incapacidade de reagir e dá como alternativa a passividade que não é simplesmente um conformismo, mas o resultado do processo alienador dos sujeitos.

Além da separação espacial que perpassa o lugar de estar, delimitando o ir o vir, há ainda outra divisão que se coloca na concreticidade, mas cujo resultado se estabelece no imaginário dos sujeitos. Por exemplo, no tipo de carro que a empresa fornece para alguns dos seus empregados ocupantes de funções de confiança. O Gerente Geral da Mina dirige uma determinada marca de carro que é o único na área da mina, os gerentes e os encarregados utilizam um tipo de *pickup* que também é exclusivo, e são diferenciadas pela cor, os chefes de secção dirigem uma determinada marca de camionete, sendo esta a regra geral. São sinais que reforçam a segregação e explicitam o lugar e a função de cada um, conforme a hierarquia e a posição que ocupa no quadro funcional da

⁹⁹. Jornal "A Crítica", 08.10.1993.

empresa. O mesmo raciocínio vale para a espacialização da Vila, onde cada um deve ocupar o seu lugar num espaço urbano que se fraciona e se retalha para garantir o controle social que viabilize o processo de reprodução do capital.

A espacialização hierarquizada da vila de Pitinga deve ser dimensionada como uma estratégia da empresa para fixar um rígido controle do espaço, baseado na divisão do trabalho, visando à obtenção de lucro. A empresa tem poderes de estabelecer uma detalhada divisão organizada do trabalho, reduzindo o trabalhador a um fragmento de pessoa, produzindo e controlando o espaço enquanto meio de garantia do processo de extração mineral. Para tanto, instala seus empregados em habitações de alta hierarquia, pressionando e controlando até os limites da vida privada. "O controle adquire às vezes formas incríveis: nada lhe escapa. À sua maneira, a empresa unifica a vida social, subordinando-a às suas exigências totalitárias que caminha para uma **síntese**".¹⁰⁰ Tudo é planejado, controlado para funcionar de acordo com um modelo de produção, sendo o espaço da Vila uma parte desse processo. No entanto, tal dimensão não é de nenhuma forma total e absoluta. Apesar de todo o controle da empresa, é no nível do vivido que as pessoas relativizam essa dimensão, como pode ser visto nos dois exemplos a seguir.

As áreas de lazer são separadas. Os operários não têm acesso ao Clube A que é, sem dúvida, melhor equipado. Entretanto, é possível observar filhos de operários

¹⁰⁰. Henri Lefebvre. **A vida cotidiana no mundo moderno**, p.75.

freqüentando a piscina deste clube. Isso ocorre quando eles são convidados e/ou acompanhados por filhos de moradores das vilas A ou B. Nas entrevistas com as famílias de operários e de técnicos, foi confirmado que isso realmente ocorre, pois os jovens são todos colegas de aula, sendo mais ou menos comum esta prática.

Mas, qual a dimensão disto? A tabela a seguir mostra o percentual da população residente na Vila por faixa etária.

Tabela N° 01

Moradores das vilas A/B/C em Pitanga por faixa etária - 1990

Faixa de idade	Quant.	%
0 - 4	261	14,3
5 - 9	324	17,7
10 - 14	245	13,4
15 - 19	149	8,1
20 - 24	113	6,2
25 - 29	193	10,6
30 - 34	208	11,3
35 - 39	163	8,9
40 - 44	72	3,9
45 - 49	56	3,1
50 e +	49	2,5
total	1.833	100,0

Fonte: Serviço Social de Pitanga, novembro de 1990.
Org: José Aldemir

Pela tabela acima, é possível observar que 45,4% da população tem menos de 14 anos e que as crianças e os jovens

entre 05 e 19 anos correspondem a 39,2%, demonstrando a predominância de crianças e de jovens na Vila.

Embora a tabela N° 01 não demonstre, é necessário considerar que 75% da população de Pitinga mora na vila C. Como apenas os funcionários casados com filhos têm possibilidade de moradia, é possível inferir que na vila C moram 75% da população jovem residente na vila de Pitinga. Na pesquisa de campo, embora não se tenha um dado quantitativo, foi possível observar que as famílias de moradores da vila C têm em média mais filhos do que as famílias residente nas vilas A e B. Portanto, o acesso dos filhos de operários ao clube A tem grande importância em termos quantitativos e relevância não apenas quanto ao lazer, mas à própria espacialização da Vila, dando possibilidade de flexibilização espacial.

Ainda sobre o lazer, outro aspecto pode ser destacado. Os técnicos de nível superior que estão na área com suas famílias destacaram nas entrevistas como opção de lazer para o casal as festas que ocorrem no clube B que, segundo eles, são mais animadas. Da mesma maneira falam do campo de futebol existente no clube B como outra opção de lazer, não sendo citado o clube A.

Mas todos esses aspectos podem soar como artificiais e superficiais à medida que o lazer aqui mais do que em qualquer lugar é normatizado e controlado, não tendo a espontaneidade característica das festas nas pequenas cidades. Talvez os técnicos entrevistados estejam tentando

passar uma impressão que não corresponde à realidade. Mas, é importante destacar que é apenas no lazer que a norma de estratificação social que determina a espacialização diferenciada da Vila é flexibilizada.

Outra tentativa de rompimento com o rígido controle sócio-espacial da empresa ocorreu no nível da organização sindical. A partir de 1989, um grupo de operários tentou se desligar do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Minérios do Estado do Amazonas, com sede em Manaus, por considerar que o mesmo não defendia seus interesses. As reclamações iam desde a assinatura de quitação em branco, sonegação de informações, falta de assistência jurídica quando da rescisão de contratos até a não defesa dos interesses dos trabalhadores na época dos dissídios coletivos.

Num primeiro momento, o grupo concluiu que era impossível conquistar a direção do Sindicato, mas que era possível a criação de um novo Sindicato, pois a legislação possibilita a organização a partir de uma base municipal e o Sindicato existente é de base estadual. Os operários passaram todo o 2º semestre de 1989 e boa parte do 1º semestre de 1990 em reuniões preparatórias.

As reuniões eram realizadas "clandestinamente", sempre aos domingos, no meio da floresta. O grupo organizava pescaria e se reunia para viabilizar a criação do Sindicato. Todo o processo de organização do Sindicato ocorreu no segundo semestre de 1989 e início de 1990. Após a coleta de

assinaturas de adesão, preparação de documentos, realizaram uma Assembléia com a participação do número mínimo de trabalhadores exigido pela legislação e deram entrada no processo para a aquisição da carta sindical, concedida em março de 1990.

Apesar de já existirem de fato como Sindicato, as lideranças decidiram esperar o melhor momento para se apresentarem e este seria após a aprovação do dissídio coletivo que era sempre um momento de insatisfação, visto que os acordos aprovados não eram discutidos e pouca vantagem traziam para os trabalhadores. A estratégia era esperar a aprovação do dissídio para questioná-lo. O dissídio foi transferido de março para junho e posteriormente para agosto. Então o grupo resolveu aparecer e mostrar à empresa que já havia um sindicato organizado com direção escolhida em assembléia, disposto a negociar o dissídio dos trabalhadores.

A direção da empresa na Mina aceitou negociar e solicitou o comparecimento de 07 dirigentes da executiva do Sindicato, comunicando-os que a empresa aceitava discutir as bases de um acordo trabalhista, mas que isso tinha que ocorrer com a participação do presidente da Paranapanema, em reunião a ser realizada em Manaus. Quando chegaram a Manaus, os diretores da empresa ofereceram vantagens aos membros da direção dos trabalhadores. Como estes recusaram, foram proibidos de retornar à Mina e imediatamente demitidos.

Em seguida foram identificados mais 19 trabalhadores considerados mentores do movimento que foram retirados da Mina pelo serviço de segurança, sendo montada uma operação sigilosa visando não permitir que os demais trabalhadores vissem os membros do Sindicato serem retirados. Todos os sindicalistas foram demitidos por justa causa, tendo a empresa feito, durante todo o ano de 1990, uma "operação limpeza", demitindo os trabalhadores signatários da ata de fundação do Sindicato.

O Sindicato de base estadual entrou na justiça contra a criação do novo Sindicato. Os trabalhadores demitidos também acionaram a justiça visando garantir a legalidade do Sindicato, o que conferiria estabilidade de emprego à direção e sustava as demissões por justa causa.

O processo foi julgado no Fórum de Presidente Figueiredo cuja criação já havia ocorrido desde 1989, mas estava esperando a nomeação de um juiz, fato ocorrido imediatamente. O primeiro processo a ser julgado no Fórum foi o dos trabalhadores de Pitinga, sendo dado ganho de causa em todos os itens à empresa e ao sindicato de base estadual.

Os trabalhadores recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho que considerou improcedentes os argumentos dos trabalhadores.

Este acontecimento mostra que mesmo em condições de rígido controle, é possível estabelecer mecanismos que garantam o espaço do existir, pois o controle não é total, existindo sempre a possibilidade da busca de construção de um

espaço da diferença nas "brechas" onde quer que estas se inscrevam e se realizem. Mesmo que seja "desigualmente explorado, desigualmente acessível, erigido de obstáculos, ele próprio obstáculo face às iniciativas, modelado por elas, o espaço torna-se o lugar e o meio das diferenças".¹⁰¹ Os conflitos enquanto experiências humanas do espaço tendem a coincidir buscando as **aberturas** e as **brechas**. Neste episódio, é significativo que os trabalhadores tentaram tornar real uma possibilidade de garantia da legitimidade e de uma representação particular que estava potencialmente estabelecida no seu cotidiano¹⁰² e utilizaram o conhecimento do espaço e da natureza para a consignação de tal objetivo, como as reuniões na floresta e o uso do rio como dissimulador de uma ação. É o espaço sendo produzido e servindo para produzir uma nova consciência.

Além dessa dimensão, a luta pela organização de um sindicato tem uma outra, a de que o espaço é produzido na Amazônia para garantir a expansão e a reprodução do capital, controlando, aniquilando as possibilidades das camadas populares se organizaram para negociar direitos que garantam dignidade a suas vidas. Para os trabalhadores,¹⁰³ parece ter ficado a lição de que é preciso vencer a correnteza e abrir o espaço a "braçadas", pois conquistá-lo nem sempre pressupõe

¹⁰¹. Henri Lefebvre. **Hegel, Marx, Nietzsche ou o reino das sombras**, p. 258-9.

¹⁰². Claude Lefort. **A invenção democrática**, p. 63.

¹⁰³. Pelos menos para os que entrevistamos e que estiveram envolvidos diretamente no processo de criação do Sindicato.

brandura. A realização de duas greves após a tentativa de criação de um novo sindicato mostra que a luta daqueles trabalhadores, embora tenha ocasionado grandes perdas individuais, não foi em vão. Na última greve paralisaram suas atividades cerca de 1.200 operários.

2.5. Vila de Balbina: espaço e tempo recortados.

Após a cancela, avista-se ao longe, numa elevação, a pequena Vila e, a separá-la, marcas de um processo de "ocupação" que tem sido desastroso para a natureza e cujos indícios estão por todo o caminho. É possível perceber estas marcas através dos sentidos. Dir-se-á que Balbina se identifica pelo odor. A água do rio Uatumã que tem de ser atravessada após a cancela, "fede".¹⁰⁴ Nos quase 2 quilômetros que separam o rio da Vila, a agressão à natureza ou as

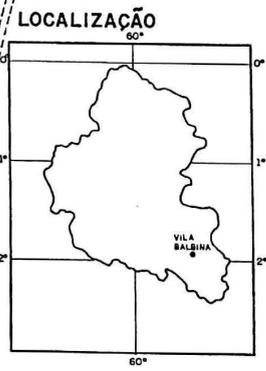
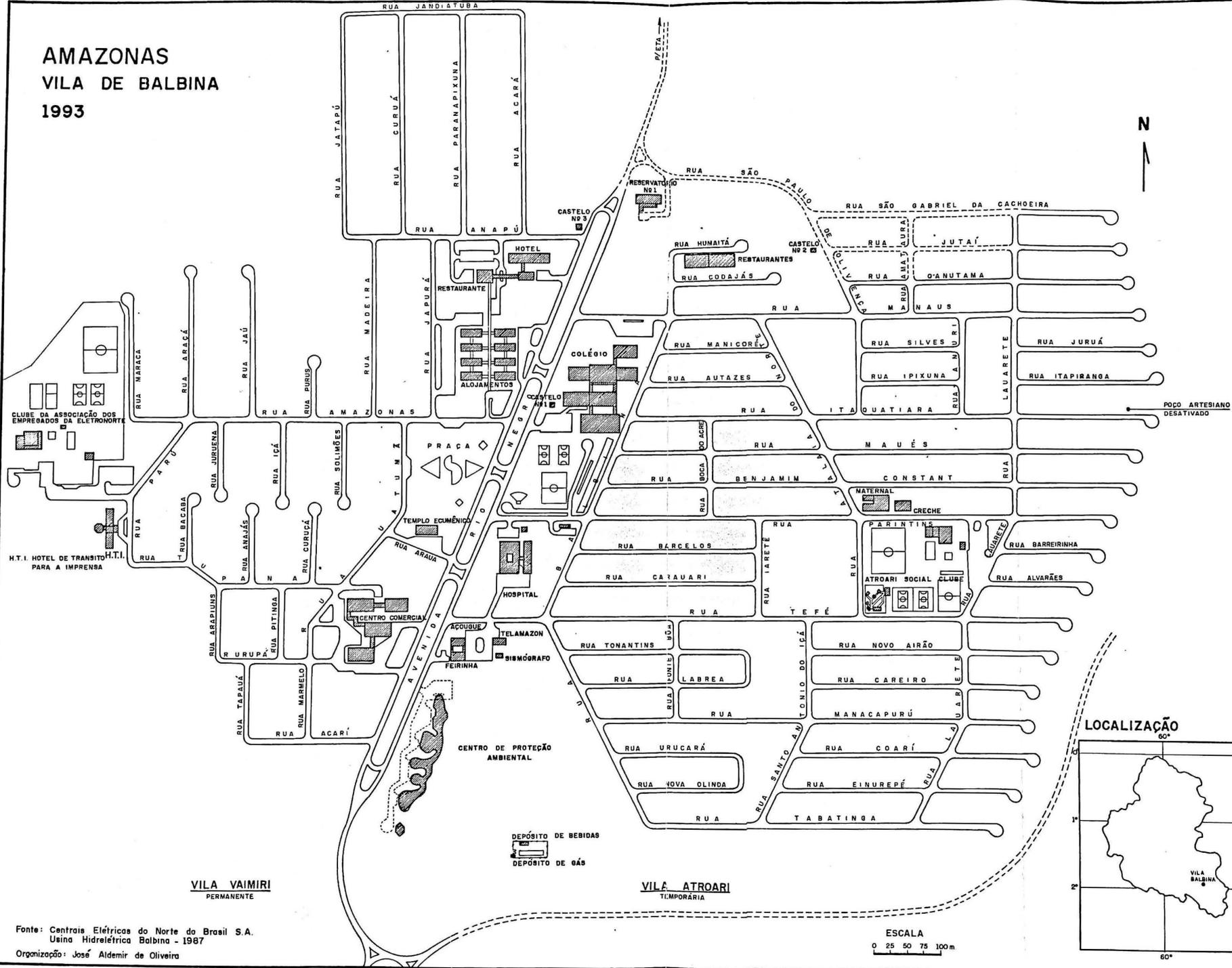
¹⁰⁴. A expressão BALBINA VAI FEDER foi inicialmente sustentada pelo prof. Vicente Nogueira da Universidade do Amazonas durante o 5º Encontro de Pesquisadores da Amazônia realizado em Manaus e ratificado no debate promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros - seção Manaus em 29 de maio de 1987. No ano anterior um jornal de Manaus publicou reportagem com o título "Balbina vai feder e não suprirá de energia a capital", destacando a grande extensão da área a ser inundada pelo reservatório e a pouca produção de energia. Na mesma reportagem, o Assessor de Proteção Ambiental da ELETRONORTE, Willy Antonio Pereira, admitia que a Hidrelétrica de Balbina iria feder. Mas isso, para o referido Assessor, era normal, pois qualquer área verde inundada está sujeita à formação de gás sulfídrico decorrente da decomposição da vegetação que ocasiona a baixa oxigenação da água. Jornal "A Crítica", 30.06.1986.

tentativas equivocadas, como o reflorestamento de uma área com eucaliptos, explicitam-se como exemplos do fracasso de um modelo de ocupação da Amazônia.

Chega-se à Vila e por um instante tem-se a impressão de uma paisagem que se diferencia da vila de Pitinga e da cidade de Presidente Figueiredo. À frente, no sentido norte, (Planta N° 3) surge uma larga avenida com dupla pista e canteiros centrais ajardinados. Na primeira construção que se vê, predomina madeira em blocos arredondados com cobertura de cavacos dispostos em círculo, numa tentativa do arquiteto de assemelhar o seu projeto a uma aldeia indígena. Numa região saturada pela mesmice e caracterizada pela despreocupação com a estética, não deixa de surpreender este tipo de construção que busca os motivos e matérias-primas do lugar para estabelecer um novo padrão arquitetônico, adaptando-o principalmente às condições climáticas. Ao mesmo tempo, esteticamente, busca o equilíbrio recorrente através de traços suaves, visando amenizar o impacto visual da construção de uma cidade no meio da floresta.

O Prédio do CPA, (Centro de Pesquisa Ambiental) tem em suas formas uma tentativa de produzir estética e funcionalmente construções adaptadas às condições da Amazônia. O prédio talvez não tenha nenhuma beleza. Olhando-o de perto percebe-se até um excesso de concreto. A avenida, com as suas largas pistas e seus canteiros centrais, não tem qualquer razão de existir.

AMAZONAS VILA DE BALBINA 1993



ESCALA
0 25 50 75 100 m

Fonte: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Usina Hidrelétrica Balbina - 1987
Organização: José Aldemir de Oliveira

Então, o que explica um espanto inicial quando se chega a vila de Balbina? Sem dúvida, a experiência nos outros dois núcleos. O impacto inicial causado por uma grande ponte a contrastar com um rio quase morto, as ruínas dos velhos acampamentos e a área de reflorestamento de eucaliptos em um verde opaco que se opõe à exuberante floresta equatorial parecem preparar o espírito e os olhos para o pior, tornando, por isso, a primeira impressão da paisagem da Vila bem mais interessante do que realmente é. Superada a primeira impressão, a vila de Balbina mais parece um grande jardim abandonado, o que para as condições da Amazônia já é alguma coisa.

Na Vila também não há estação rodoviária. O ônibus pára numa feirinha que serve como ponto de chegada e de partida do lugar que abriga 1.800 pessoas,¹⁰⁵ direta ou indiretamente ligadas à operacionalização da Usina Hidrelétrica de Balbina.

A construção da vila de Balbina foi iniciada em 1981 para, na época, abrigar parte dos empregados da Construtora Andrade Gutierrez, responsáveis pela construção da hidrelétrica.

¹⁰⁵. Este número de habitantes consta do relatório de ocupação das casas fornecido pelo Setor de Administração da Vila em Balbina, quando da realização do trabalho de campo em fevereiro de 1992. Outros dados da ELETRONORTE apontam para 2.400 habitantes. O Jornal "A Crítica", em 25.02.1992, publicou reportagem sobre Balbina estimando a população da Vila em 1.500 pessoas.

Como em outros núcleos urbanos criados para abrigar Grandes Projetos, a Vila possui toda a infra-estrutura e os serviços básicos controlados e monopolizados pela empresa. Há também uma certa rigidez na espacialização que deriva da relação entre os moradores e a ELETRONORTE. A larga avenida referida anteriormente atravessa a parte central da Vila, dividindo-a em duas partes. A oeste se encontra a vila permanente ou vila Waimiri, onde moram os funcionários da ELETRONORTE e pessoas que prestam serviços considerados essenciais aos interesses da empresa.¹⁰⁶ São 262 casas, divididas em quatro tipos que são ocupadas conforme a relação que cada morador tem com a empresa.¹⁰⁷

A leste localiza-se a vila Atroari, com 840 casas de madeira que abrigaram os empregados da empresa envolvidos na construção da barragem. Com a conclusão da obra, as casas passaram a ser ocupadas de conformidade com os interesses da ELETRONORTE. Em fevereiro de 1992, apenas 201 estavam ocupadas por empregadas domésticas, trabalhadores das empresas prestadoras de serviços (conservação, segurança,

¹⁰⁶. Pessoas ligadas a serviços públicos, prestadores de serviço, ocupantes de cargo de chefia em suas empresas e uns poucos autônomos.

¹⁰⁷. As 10 maiores casas são destinadas às chefias superiores; 10 para engenheiros; 56 para chefias intermediárias e 186 para o pessoal operacional. Fonte: Setor de Administração da vila de Balbina, fevereiro de 1992.

transporte), comerciantes e pescadores ligados à Colônia de Pescadores Z-18 de Presidente Figueiredo.¹⁰⁸

O maior percentual de casas ocupadas se concentra nas ruas mais próximas, à parte central da Vila, a oeste do Clube. Cerca de 76% da Vila está desocupada e há casas em completo abandono e crescente estado de ruína, embora possuam água, luz, esgoto e todas estejam construídas em ruas pavimentadas. Como nada foi viabilizado para dar um destino ao material das casas abandonadas, em 1994 o processo de ruína já atingia mais de 50% da vila. Nas áreas a leste, ao norte e ao sul do clube as casas foram demolidas ou se deterioraram, ficando apenas a marca do asfalto.

A primeira impressão que se tinha ao entrar na Vila se desvanece com o desprezo e desperdício à coisa pública, pois o custo destas casas bem como de toda a infraestrutura está incluso no custo geral de construção da usina. Mas, para a ELETRONORTE, essas casas têm que ser demolidas, pois a maioria das pessoas que as ocupam não tem nenhuma forma de ligação com a empresa.

Os serviços de comércio, escola, hospital, hotel, telefonia, posto policial, correio, posto bancário e setor de administração da Vila estão concentrados no "centro".

A escola funciona em dois turnos com 22 professores e 349 alunos matriculados e era operacionalizada pelo sistema Pitágoras até agosto de 1991, quando foi

¹⁰⁸. Dados obtidos na pesquisa de campo, referentes a fevereiro de 1992.

municipalizada. Além da escola principal, há duas escolas de maternal e uma creche que funcionam em sistema de convênio. O hospital tem 23 leitos, 03 médicos, 01 bioquímico, 02 enfermeiros, 01 técnico em análise laboratorial e auxiliares de enfermagem que mantêm relação empregatícia precária com a ELETRONORTE, baseada na prestação de serviço. Há um posto da TELAMAZON com 64 assinantes, um posto avançado do BANESPA com funcionamento temporário, apenas nos dias 10 e 25 de cada mês, e um posto policial sob a responsabilidade da Polícia Militar.¹⁰⁹

O comércio ocupa três pavilhões denominados de "centro comercial" com supermercado, farmácia, loja de confecções, lanchonete, pizzaria, bar e vídeo locadora. Há, em outros pontos da Vila, determinados tipos de comércio, como a feirinha onde existem restaurante popular, açougue, mercearia e lanchonete. Na vila Atroari localizam-se 03 mercearias e 02 restaurantes. Todos os serviços são explorados por particulares que pagam taxas à ELETRONORTE pelo uso dos prédios.

Também na parte central se localiza o Templo Ecumênico e uma praça tão extensa quanto o silêncio a preencher todos os seus espaços sempre vazios, pois as pessoas não têm o hábito de freqüentá-la. A praça harmoniza-se com as largas ruas da vila Waimiri que nunca se cruzam, dando a aparência de um plano da Vila ordenado, onde tudo parece "ordem, ordenança e poder".

¹⁰⁹. Idem.

As vilas existentes nas áreas dos grandes projetos privilegiam planos e soluções arquitetônicas que não têm nenhuma relação com a área onde são implantados e, em alguns casos, com as pessoas que irão "morar" nestes projetos. O plano urbanístico de uma vila como Balbina, por exemplo, deveria levar em consideração o conhecimento dos indivíduos e dos grupos, as formas de vizinhanças e todas as relações das quais emergem a vida associativa.

A praça vazia e a pouca intensidade de vida na vila de Balbina mostram que o plano urbanístico não é determinado apenas por questões arquitetônicas. Pode-se dizer que a Vila é sem dúvida bonita. O vazio decorre da desconsideração social e cultural, e do desconhecimento das formas de relação que a população tem com o espaço, fatores que são desconsiderados quando se planeja e se constrói uma área residencial no interior da Amazônia, como é o caso de Balbina. Estes projetos privilegiam apenas os aspectos arquitetônicos como se fosse possível produzir um espaço a partir de uma visão racionalista e que só isso possibilitasse morar bem. O plano arquitetônico da vila está numa outra lógica reveladora da estratégia de reprodução do poder no espaço.

No entanto, a Vila não é somente um fato específico e nem tampouco a representação da sociedade traçada no espaço, mas o lugar onde vive um grupo de pessoas cujas vidas se manifestam com a máxima intensidade e dinamicidade, mesmo que este espaço seja uma vila localizada no meio da

floresta no interior da Amazônia e tenha sido planejada e construída a partir de uma visão de controle e de hierarquização do espaço. O vazio da praça mostra tudo isso. Todavia, o seu desenho dá a falsa impressão de que o espaço produzido na Vila, olhado a partir da praça é todo harmonia.

No encanto do banco da praça, vazio. No céu límpido, o horizonte tudo mistura. Na mata pálida, no cheiro do rio, na segurança incerta e na serena intranqüilidade, tudo se harmoniza e se opõe. A Vila é uma pequena cidade sem duração. Na praça, na rua, no asfalto e no concreto falta graça. Perdeu-se a vida no rio e na praça. Na mata ainda há vida que passa ... passada ... passando ... devagar, com todo o tempo. Na noite que lua! Pra quê? Na praça, harmonia, jardins, bancos. Pra quê? Estão vazios.

Na verdade a harmonia não existe, a não ser na aparência de uma realidade que é, em si mesma, contraditória. Pois as contradições do espaço não estão na forma racional do traçado das ruas, dos bancos e jardins da praça, mas na concretude da sociedade que o produz. As formas vazias das ruas e da praça se contrapõem ao conteúdo da vida das pessoas portadoras de história e gestoras de possibilidades.

As formas dos núcleos urbanos planejadas no interior da Amazônia se contrapõem a um tempo de vida diferente àquele dos que tentam impor. A praça, o Templo Ecumênico e as ruas estão sempre vazias, pois fazem parte de

um espaço urbano sem vida vivida, dado o caráter sempre transitório de seus ocupantes que não **são**, nem **estão**, apenas **passam** no lugar.

Tanto na vila Waimiri quanto na Atroari, observa-se que a maioria das pessoas cuida exclusivamente da área interior das casas. Os quintais e os jardins parecem não fazer parte da moradia. Além do aspecto temporário que caracteriza o morar, dois outros fatores contribuem para determinar esse comportamento das pessoas em relação ao lugar. Primeiro, o controle exercido atualmente pela empresa que tolhe a iniciativa dos moradores. O segundo que não se contrapõe a esse, mas o completa, é a experiência da relação anterior que tinham com a Construtora. Esta, além do controle mais rígido, também executava todos os serviços de limpeza das ruas, incluindo jardins e quintais, estabelecendo uma homogeneização do espaço da Vila, pois todos os quintais e jardins de uma determinada área eram rigorosamente iguais: as mesmas plantas, flores, o mesmo tamanho e o mesmo desenho. Tal normatização dava pouca ou nenhuma oportunidade de criação de jardins e quintais diferenciados, impedindo um toque pessoal ao lugar de morar. Nas entrevistas, isto fica patente quando moradores colocam como ponto negativo de morar na Vila hoje, o fato de a empresa não fazer a limpeza das ruas e dos quintais, prática que ainda permanece na vila Waimiri, embora com frequência menor.

As opções de lazer são os clubes Waimiri e Atroari. O primeiro é administrado pela AEEL (Associação dos Empregados da ELETRONORTE) que aceita associados, desde que apresentados e paguem uma taxa mensal. O segundo é explorado por particulares. Ambos têm uma boa infra-estrutura, mas o último é pouco utilizado, inclusive parte de suas instalações está em estado de deterioração. Outra opção é a TV, uma antena possibilita captar sinais das principais redes de televisão, embora não concomitantemente. Em todas as casas da vila Waimiri, existem aparelhos de televisão.¹¹⁰ Há ainda um campo de futebol e duas quadras de esporte localizadas na parte central da Vila que são utilizadas todas as tardes. A pizzaria e a lanchonete do centro comercial são locais de encontro ao anoitecer, especialmente nos finais de semana, enquanto dois restaurantes localizados na vila Atroari têm uma frequência mais seletiva.

Apesar da existência de uma certa infra-estrutura destinada ao lazer, em todas as entrevistas aparece, de uma forma ou de outra, como um dos principais problemas, a falta de opções de lazer. Isto se deve principalmente ao fato de que o lazer é controlado como em Pitinga, apesar de atualmente ser mais flexibilizado do que antes.

Os antigos moradores relatam que à época da construção da barragem, entre 1981 a 1989, havia maior

¹¹⁰. Relatório do setor de administração da vila de Balbina. Não existem dados disponíveis a este respeito da vila Atroari.

controle ao acesso às áreas de lazer e maior hierarquização do espaço, em decorrência de uma rígida estratificação social existente. O clube Waimiri era privativo do pessoal de nível superior das empresas construtoras e da ELETRONORTE, enquanto o Atroari era destinado às demais pessoas residentes na Vila, não sendo permitido o acesso aos dois clubes para os operários que moravam no alojamento próximo ao canteiro de obras. No pico da construção, cerca de 12.000 pessoas estavam na área de construção da barragem, sendo que 6.000 operários ocupavam alojamentos de madeira localizados à margem oposta do rio Uatumã, próxima a barragem. Só os operários qualificados tinham direito de trazer a família e a estes era concedida uma casa.

Não existem, em Balbina, documentos que mostrem as condições de vida dos trabalhadores nos alojamentos.¹¹¹ Todavia, pelos relatos colhidos, pode-se dizer que os quartos eram pequenos, cerca de 9m², onde se alojavam de 04 a 08 operários. Os banheiros eram coletivos, um para cada bloco de alojamento com 10 quartos. Havia um ambulatório e somente os doentes mais graves eram removidos para o hospital. A ida de operários à Vila só era permitida durante a semana quando

¹¹¹. Também não existem dados que confirmem os números referidos obtidos através de entrevistas com pessoas que tinham vínculos com a Construtora, antigos empregados, prestadores de serviços e operários que estiveram nos alojamentos. Os números e os fatos foram depois comparados em entrevistas com pessoas que trabalhavam na Diocese de Itacoatiara, com atuação pastoral na área à época da construção da barragem e com vereadores em Presidente Figueiredo.

a serviço. Aos domingos era reforçada a segurança numa cancela próxima à Vila, onde todos os carros eram revistados, não sendo permitida a passagem de operários, exceto daqueles com autorização.

A opção de lazer dos operários era muito restrita e merece algumas considerações. Quase sempre o lazer estava ligado a existência de uma casa de festa que era instalada nas imediações do canteiro de obra. A primeira funcionou nas margens do rio Uatumã onde um morador do lugar construiu uma casa de festa com apoio financeiro da Construtora Andrade Gutierrez e trazia mulheres de Manaus por via fluvial. Posteriormente, numa área situada a 900 metros a oeste da cancela, a Construtora construiu e repassou a terceiros uma casa noturna que ficou conhecida como "Bregão" ou "Casa da Luz Vermelha". Nesta casa havia festas nos três primeiros finais de semana de cada mês. As mulheres eram recrutadas em Manaus e trazidas ao local às sextas-feiras, com retorno às segundas-feiras. Havia uma seleção prévia em Manaus e, ao chegarem no local, as mulheres eram submetidas a exames laboratoriais e as aprovadas recebiam uma carteira com validade de um mês. Estes exames eram feitos por médicos da Construtora. Em média, vinham 04 ônibus com cerca de 200 mulheres. No pico da construção da barragem, em média 4.500 operários freqüentavam esta casa nos finais de semana.

Em 1986, houve um conflito de proporções consideráveis entre operários e seguranças da Construtora, ocasionando um grande incêndio que destruiu totalmente as

instalações da casa, com apenas uma morte declarada. Entretanto, nas entrevistas com pessoas que trabalhavam na época no canteiro de obras e que ainda permanecem na área, é possível afirmar que morreu um operário e cerca de 10 "meninas de Balbina" como eram conhecidas as mulheres que freqüentavam a boate. Um dos entrevistados declarou: "Todas as vezes que ocorria a interrupção do fornecimento de energia era porque havia ocorrido acidente de trabalho com vítimas. Tal prática era utilizada pela empresa como estratégia para evitar pânico entre os trabalhadores". E completou: "Na noite do conflito no "Bregão", a luz foi embora várias vezes para que os seguranças da empresa pudessem retirar os mortos, eu contei doze vezes e depois perdi as contas". Outros entrevistados que abordaram o tema, sempre fizeram referências a "vários mortos", "muitos mortos", mas todos evitaram quantificar.

Seis meses após este conflito, o proprietário da antiga casa inaugurou uma nova, numa área próxima ao aeroporto que funcionou até 1988. Em ambos os casos ficou claro nos relatos que a Construtora apoiava e dava suporte a essa atividade, construindo a infra-estrutura, garantindo a segurança e realizando os exames laboratoriais. O proprietário da casa era o mesmo que tinha a concessão para explorar um supermercado na vila da Construtora em Manaus.¹¹²

¹¹². O proprietário das duas casas era suplente de vereador em Presidente Figueiredo e, quando da realização do trabalho

A descrição acima ganha maior relevância porque ocorreu na construção de uma obra pública, tendo o envolvimento direto de uma empresa também pública - a ELETRONORTE - que era responsável pela administração da obra. Isso serve para explicitar que no processo de expansão da fronteira para a Amazônia, não há diferença entre empresa pública e empresa privada. Na verdade, ambas se completam visando garantir a ampliação das relações sociais de produção capitalistas.

As vilas criadas pelas empresas nas áreas dos Grandes Projetos são planejadas na perspectiva espacial para que o cotidiano programado atinja o seu ponto máximo. Todavia, a produção do espaço é um processo complexo e contraditório, não sendo apenas uma determinação do controle. O processo de produção contém as possibilidades e as alternativas que se contrapõem ao projeto autoritário que aponta para um projeto libertador.

Os exemplos de Presidente Figueiredo, Pitinga e Balbina mostram as várias maneiras como grandes extensões de terras na Amazônia podem ser utilizadas para funções predominantemente urbanas sem possuir muita coisa que antes caracterizassem esses espaços como tal.

de campo em fevereiro de 1992, estava assumindo mandato. O proprietário da primeira casa localizada nas margens do rio também foi Vereador em Presidente Figueiredo. Ambos não se reelegeram em 1992.



3. O espaço do cotidiano e a existência humana nos trópicos

Siga meus pés, desfazendo meus passos.

Augusto de Campos. "Poema do retorno". **Poesia.**

A análise do processo de produção do espaço num lugar específico da Amazônia pressupõe o entendimento de que a produção do espaço não se encerra em si mesma à medida que é condição, meio e produto da sociedade. Ou seja, a produção do espaço é aqui considerada no seu sentido mais geral, abrangendo a produção e reprodução das relações sociais.

O ponto de partida é o entendimento do espaço enquanto lugar das práticas individuais e coletivas, das experiências materiais, religiosas e culturais que são determinantes das formas de relação e das concepções que cada grupo tem do, com e no espaço. Neste sentido, o espaço é um produto histórico e social resultante de um processo de produção e consequência do trabalho humano, pois "toda sociedade produz seu espaço, ou, se preferir, toda sociedade produz um espaço".¹

Mas o espaço não é um produto qualquer, "ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto a este quanto à sociedade considerada como um todo".² Ou seja, o espaço é produto, mas também se imbrica na produção da sociedade,

¹. Henri Lefebvre. **Espacio y politica**, p. 40.

². Milton Santos. **Por uma geografia nova**, p. 128.

produção tomada no sentido mais amplo, não se restringindo ao econômico, mas à reprodução da vida, pois o espaço não depende apenas das relações de produção, mas abrange outras dimensões como a política, a cultura e o lazer. Então, sua produção possui a dimensão da totalidade que abarca o cotidiano.³

Numa visão inicial, o cotidiano é o repetitivo, o conjunto de atividades com aparências modestas. Ele abrange as coisas, o dia a dia das pessoas; "é o humilde e o sólido, aquilo que vale por si mesmo, é o insignificante (aparentemente); ele ocupa e preocupa e, no entanto, não tem necessidade de ser dito (...) traz o signo do novo e da novidade: o brilho, o paradoxal marcado pela tecnicidade ou pelo mundano".⁴ O cotidiano simplesmente é e está.

Mesmo considerado apenas nesta visão do aparente, o cotidiano pode ser o ponto de partida para a investigação da realidade, pois ela não está à margem da vida de cada dia.

O cotidiano é isso, mas não só. "Esse campo, esse domínio não se resumiria nem a uma determinação da subjetividade dos filósofos, nem a uma representação objetiva (ou "objetal") de objetos classificados em categorias (roupas, alimentação, mobília, etc). Seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo de uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho,

³. Henri Lefebvre. Op. cit., p. 35.

⁴. Henri Lefebvre. **A vida cotidiana no mundo moderno**, p. 31.

diversão, produtos e obras, passividade e criatividade, meios, finalidade, etc), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (totalidade dos possíveis)".⁵

O cotidiano é também o receptáculo da passividade, da desesperança, da repetitividade enfadonha, da falta de perspectiva, enfim, da miséria do dia a dia nos confins da fronteira. Mais, é, sobretudo, o que contém a possibilidade de mudança da vida, pois ele também possui uma dimensão de riqueza não apenas material, concentrada nas mãos de poucos, mas do virtual que reproduz a vida e que aponta para o fato de que o social não se restringe ao econômico, mas se refere às relações sociais entre os indivíduos, entre estes e o grupo e deste com a sociedade. Além disso, é no nível do cotidiano que as relações se humanizam, contrapondo-se a uma globalização que tendencia a homogeneizar os costumes e modos de vida. É no cotidiano que emergem as resistências.

Considerar o cotidiano na fronteira não parece fora de propósito, afinal a fronteira é o lugar onde as pessoas vivem bem ou mal, ricas ou miseráveis. "É no cotidiano que elas ganham ou deixam de ganhar a vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre",⁶ se vive e se busca mecanismos que possibilitem a reprodução de uma nova vida não só econômica, mas social e cultural.

⁵. Ibid., p. 20.

⁶. Ibid., p. 27.

Vida, sempre em sua dimensão mais ampla. Sobretudo, é na fronteira que se coloca de forma mais clara a tendência de imposição do cotidiano como parte de um processo de homogeneização baseado na predominância do valor de troca sobre o valor de uso.

Portanto, tentar compreender o cotidiano é buscar o desvendamento da realidade. Mas, ao mesmo tempo, esse cotidiano pode esconder a realidade. "A análise da vida de cada dia constitui - em certa medida, apenas - a via de acesso à compreensão e à descrição da realidade; além das suas possibilidades, ela falseia a realidade".⁷ Neste sentido, a realidade não pode ser compreendida apenas desvendando-se o cotidiano, mas numa dimensão em que este se inclui na totalidade. O cotidiano tem que ser compreendido no contexto social em que o espaço da fronteira é produzido, não sendo apenas a soma mecânica de atividades diversas, mas a totalidade que as engloba e que determina a produção do espaço.

Há uma tendência do capital em produzir o espaço na fronteira desconsiderando o passado enquanto dimensão do vivido e não levando em conta o futuro enquanto possibilidade. Ambos são aniquilados pelo imediatismo das ações. Neste processo não só se destrói a natureza como, e principalmente, se destroem modos de vida. Em consequência da violência de como as relações sociais de produção passam a ocorrer, há comprometimentos capazes de não garantir a sua

⁷. Karel Kosik. **Dialética do concreto**. p. 72.

reprodução no futuro, em especial das populações locais (índios, posseiros, seringueiros, ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores e trabalhadores assalariados).

Isto ocorre principalmente porque o espaço que se produz hoje na Amazônia introduz a mediação do mercado e da terra como mercadoria na relação do homem com a natureza,⁸ visando garantir a reprodução para o capital na sua forma mais predatória. Em alguns casos, como em Pitinga e em Balbina, cria-se uma moderna tecnologia de extração de minérios e de produção de energia, imprimindo novas formas de disciplinamento da produção do espaço e da organização do trabalho, modificando ou aniquilando as relações anteriormente existentes, produzindo um quadro de insuficiência que inviabiliza a sobrevivência da população que já ocupava o lugar.

A nova dinâmica se "expressa de forma conflitiva, de um lado, pela racionalidade dos grandes empreendimentos que tem como substrato a produtividade e o lucro, valorizando os recursos naturais através do capital e de outro, pela racionalidade fundada no valor da terra pelo trabalho que a ela incorporam os lavradores na agricultura de subsistência".⁹ Os Grandes Projetos modificam o meio ambiente e os modos de vida, produzem um espaço sob o seu controle.

⁸. José de Souza Martins. **Não há terra para plantar neste verão**, p. 35.

⁹. Edna Maria Ramos de Castro. "Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção da identidade", p. 41.

Nas áreas sob a influência dos Grandes Projetos não há desenvolvimento social, entendido não apenas como investimentos e crescimento econômicos mas como transformações estruturais que levem à melhoria de índices qualitativos representados por investimentos sociais sobre os quais se funda um desenvolvimento consistente e duradouro. Neste sentido, é preciso considerar que desenvolvimento social é na sua essência muito mais do que o simples crescimento da produção de uma determinada área. "Não se trata de um processo puramente quantitativo e mecânico, passível de ser medido estatisticamente ano a ano. O desenvolvimento econômico, acima de tudo, constitui um processo qualitativo de mudança estrutural".¹⁰ Portanto, a implantação de Grandes Projetos na Amazônia não significa desenvolvimento social para a Região, pois não existe relação entre as inovações técnicas, o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida das populações locais e o respeito pela sua história.¹¹

A produção do espaço, na fronteira, se dá a partir de um processo conflituoso, onde as novas relações destroem

¹⁰. Paul Singer e Tamás Szmrecsányi. "Perspectiva atual do problema", In: **Dinâmica da população**, p. 275.

¹¹. As principais características dos Grandes Projetos na Amazônia são: a) insignificante internalização do desenvolvimento; b) pouca preocupação com o meio ambiente; c) saque não apenas dos recursos minerais, mas também dos recursos humanos, pelo genocídio às populações indígenas e expulsão de posseiros; d) aumento das contradições que levam à luta pela terra. Amílcar Alves Tupiassu. "Os Grandes Projetos da Amazônia e a questão regional - nacional do Brasil", p. 157.

e reconstróem as antigas relações, pois o novo não exclui o velho. Este processo coloca como tendência a produção de um espaço controlado e homogeneizado que, no entanto, não se concretiza em sua inteireza, à medida que o novo espaço não se produz excludentemente. Ele reproduz as diferenças e as resistências que não restauram as relações sociais anteriores, mas as recriam em outras dimensões.

O novo, completamente novo, não existe e é nas brechas encontradas no processo de produção que a população do lugar e os migrantes criam as condições de resistência, visando alcançar as transformações do espaço produzido. No âmbito da Amazônia como um todo, tais ações podem ser percebidas na resistência da população indígena e dos caboclos tentando interferir na produção do espaço de maneira que o direito à diferença lhes seja garantido. No nível local, pequenas ações têm contribuído para que aflorem formas de lutas visando não permitir que o espaço se produza exclusivamente às feições da classe dominante e de acordo com as estratégias do Estado. Na maioria das vezes são ações localizadas sem conseguir articulação mais ampla. Isso, no entanto, não retira o caráter político que lhes dá sustentação.

3.1. O desenraizamento e o cotidiano reinventado:
a migração.

Considerando como imigrante a pessoa que vive num lugar diferente do que nasceu, a população adulta de Presidente Figueiredo é, em sua quase totalidade, migrante, conforme demonstram os dados da Tabela N° 02, página 150. A migração para a área foi direcionada visando fornecer mão-de-obra para a abertura da BR-174 na década de setenta e para a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina e implantação do Projeto Pitinga na década de oitenta. Também na década de oitenta, foi criado, na área do Município, o Projeto de Assentamento Dirigido Uatumã e, mais recentemente, a implantação de um grande projeto agroindustrial para a produção de álcool e aguardente, a Agropecuária Jayoro. No período que se inicia com a abertura da estrada e permanece até hoje, há que se considerar um fluxo migratório "espontâneo"¹² formado por pequenos agricultores, posseiros que ocupam as margens da BR-174 e a estrada de Balbina.

Não se pode dizer que o fluxo migratório para Presidente Figueiredo seja tão expressivo em termos absolutos. Entretanto, ele é importante para os padrões do Amazonas em termos relativos, considerando as

¹². Migração espontânea é aqui referida para contrapor a migração dirigida e não no sentido da espontaneidade do deslocamento, pois consideramos que a migração está baseada em causas estruturais, sendo por isso um processo social que depende mais do grupo do que do indivíduo. Paul Singer. **Economia Política e Urbanização**, p. 51 et passim.

transformações ocorridas nas últimas duas décadas. No censo de 1980, a área que hoje pertence ao município de Presidente Figueiredo tinha apenas 1.476 habitantes; em 1991, 7.089 habitantes. Observa-se então um crescimento de 383,5%. No mesmo período, a microrregião do Rio Preto da Eva, onde está localizado o município de Presidente de Presidente Figueiredo, teve um crescimento de 124,4%, enquanto o crescimento populacional do Estado do Amazonas foi de 47,03%.¹³

O Município está entre os 08 menos populosos do Estado e a sua população, excluindo os indígenas, se concentra quase que exclusivamente às margens da BR-174, na estrada de Balbina, na cidade de Presidente Figueiredo e nas vilas de Balbina e Pitinga.

O principal aspecto a ser considerado é a relação da migração com o processo de produção espacial que ocorre a partir de dois momentos: do desenraizamento e da criação de novas raízes. Os dois momentos são extremos e excludentes: "a dessocialização, nas relações sociais de origem e a ressocialização nas relações sociais de adoção".¹⁴ O espaço produzido a partir desse processo contém múltiplas relações sociais que o torna difuso pela falta de identificação do migrante com o espaço produzido que tem a marca do esquecimento coletivo. Nada representa tão bem o irrisório da

¹³. Dados extraídos da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991 e Censo Demográfico de 1991.

¹⁴. José de Souza Martins. **Não há terra para plantar neste verão**, p. 50.

vida na fronteira como a massa de imigrantes desenraizados com fragmentos de memórias. Isto ocorre como consequência do processo de perda associado à reprodução de um novo espaço.

Outro aspecto a contribuir para o desenraizamento é o fato das pessoas terem migrado em etapas. No trabalho de campo, constatou-se que as pessoas não migraram diretamente para a cidade. Vieram primeiro para as fazendas, para os Grandes Projetos agropecuários situados na BR-174, para o distrito agropecuário e para a construção da hidrelétrica de Balbina. Além disso, o Município não foi o primeiro lugar para onde migraram. O processo de migração ocorreu em etapas.

A cidade de Presidente Figueiredo não apareceu em nenhuma das entrevistas como o primeiro local de chegada do migrante à Amazônia e ao Município. Embora não corresponda ao ponto de entrada para a migração, a cidade é considerada o lugar dos que não pretendem mais migrar. A cidade não se constitui também num ponto de partida, aparecendo em algumas entrevistas como o ponto final do processo de migração na área. Parte de três diálogos parecem confirmar este aspecto: "Vim do Ceará para o Pará, depois para Roraima, de lá pro quilômetro 23, depois para o 127 e finalmente pra cá"; "Sou de Sena Madureira, depois fui para Boa Vista, voltei para Feijó, de lá para Manaus, de onde vim para uma fazenda na estrada de Balbina, arrumei um trabalho na Prefeitura, mas era por pouco tempo, agora só faço biscate"; "Faz 12 anos que moro por essa área, sou do Maranhão, fui para uma colônia agrícola, depois trabalhei no projeto Jari e vim para ser um

dos primeiros moradores do quilômetro 137. Daqui não saio mais".

A migração em etapas determina perdas de um lado e de outro a aquisição de novas referências contribuindo para torná-las ainda mais difusas. Migrar em etapas não significa apenas estar em lugares diferentes, mas ter contato com modos de vidas diferentes que influencia a atuação dos sujeitos no processo de produção do espaço.

Os dados da Tabela N° 02, comparados com informações obtidas nas entrevistas, mostram a origem da população maior de 18 anos, residente na cidade de Presidente Figueiredo, que se alistou no Serviço Militar do Município nos anos de 1990 e 1991.

Tabela N° 02

Local de nascimento dos moradores do Município
Presidente Figueiredo - 1990/1991.

Estado de origem	quant.	%
Amazonas	126	41,9
Maranhão	46	15,4
Ceará	29	9,8
Pará	29	9,8
Piauí	11	3,8
Minas Gerais	09	2,9
Acre	09	2,9
Rondônia	07	2,5
Pernambuco	07	2,5
Paraná	05	1,7
Alagoas	04	1,4
Outros Estados	19	6,4
Total	301	100,0

Fonte: Junta de Alistamento Militar de Pres. Figueiredo,
1990/1991.

Org: José Aldemir

Embora os dados sejam restritivos, pois correspondem apenas a uma faixa etária da população, e se refiram somente a pessoas do sexo masculino, constata-se que menos da metade dos que procuraram o serviço militar nasceu no Estado do Amazonas e, deste total, só 4,7%, 06 pessoas, nasceram na área que deu origem ao município de Presidente Figueiredo. A tabela mostra também que mais da metade das pessoas é constituída de migrantes vindos de outros Estados, 58,1% e, dentre estes, predominam os nordestinos representando 32,9%, destacando-se os maranhenses com 15,4%.

A média de moradores da cidade nascidos no próprio Estado não está muito distante dos 41,9% da Tabela N° 02, sendo significativo o número dos que tiveram como última residência Manaus. Isso demonstra, em primeiro lugar a crise recente da Zona Franca de Manaus e em segundo lugar a oposição que as pessoas fazem em retornar ao local de origem.

O não retorno ao local de origem se deve à crise que vive o interior do Amazonas que possui a economia baseada no extrativismo e na agricultura de subsistência. Pelo que foi possível observar nas entrevistas, deve-se também ao fato de o migrante não ter mais vínculos nos locais de onde saiu, em especial relações familiares, que lhes garanta a terra e o acesso às condições mínimas de produção. Neste sentido, Presidente Figueiredo aparece como primeira alternativa por sua proximidade de Manaus e pela relativa facilidade de

deslocamento. "Morava em Itacoatiara, vim trabalhar em Manaus, de lá fui pra Jayoro, fui demitido e vim para Presidente Figueiredo".

Nas entrevistas também se observou que os migrantes vindos para a construção da barragem de Balbina ou para a mina do Pitinga provinham de áreas de Grandes Projetos, especialmente no sul do Pará. "Sou do Maranhão, fui trabalhar em Tucuruí, de lá fui para o Mato Grosso e para Balbina. Terminou a obra, eu fiquei aqui". Este aspecto aponta para a existência de um movimento migratório intra-regional acompanhando os Grandes Projetos. Esta tendência é mais clara em áreas fortemente influenciadas por Grandes Projetos. Pelos dados da Tabela N° 02 (página 150) é possível constatar que 72,5% dos alistados são originários da própria região. Com o término das obras e com a crise econômica, alguns trabalhadores permaneceram na área. No caso da cidade de Presidente Figueiredo, ficaram principalmente os trabalhadores da hidrelétrica de Balbina.

Alguns migrantes conseguiram se estabelecer como comerciantes ou fazendeiros e têm uma relação diferenciada com a cidade, assumindo uma posição de maior permanência. Entretanto, mesmo entre estes, é possível encontrar pessoas que, embora estejam bem estabelecidas para os padrões do Município, não se consideram da cidade. O mesmo poder-se-ia dizer dos que ocupam empregos públicos, que sempre condicionam a sua estada na cidade à permanência de seu grupo

político no poder. De modo geral, a relação que as pessoas têm com a cidade é **de estar na, sem ser da.**

A predominância do transitório parece produzir no imaginário das pessoas uma rejeição à cidade que estão construindo. Isto decorre da necessidade de construir novas formas, destruindo as antigas, aniquilando as referências com o lugar. As pessoas não reconstroem o sentido da cidade, algumas pelo fato de tentarem retirar o máximo e o mais rápido possível tudo, sem a preocupação com o futuro, outras porque a luta pela sobrevivência é tão premente que o sentido que os liga ao lugar é muito tênue.

Seja como for, a relação com o lugar não tem a dimensão do amanhã, num projeto de vida cuja principal característica é o aqui, o agora, tendo o individual como centro, e onde a moral e a ética são sempre relativizadas. Numa área de fronteira, onde existem múltiplos interesses, objetivos e pessoas originadas de lugares diferentes, com níveis culturais e sociais bem díspares, não há, a curto prazo, um ponto de convergência que lhes possibilite a construção de uma cidade perene.

Acrescente-se a isso o fato de o poder local, mais do que em qualquer lugar, estar descolado dos interesses da população, pois o papel da população da cidade na determinação do poder político local é mínima, devido o maior número de eleitores de Pitinga e Balbina. Nas eleições municipais de 1992, o prefeito eleito foi derrotado em todas as urnas da cidade e da zona rural do Município. Entretanto,

teve uma expressiva votação em Pitinga, o que lhe garantiu a eleição.

Também na vila de Balbina a maioria dos moradores é migrante, conforme amostragem da tabela N° 03, referente ao cabeça de casal residente na vila Waimiri:

Tabela N° 03

Local de origem do responsável pela casa na vila Waimiri/Balbina - 1991

Local de origem	quant.	%
Amazonas	77	37,3
Pará	44	21,6
Ceará	22	10,8
Minas Gerais	11	5,4
Maranhão	10	4,9
São Paulo	07	3,2
Rio de Janeiro	06	2,7
Acre	05	2,2
Piauí	05	2,2
Outros Estados	16	8,1
Outros Países	03	1,6
Total	206	100,0

Fonte: Relatório do Setor de Administração da Vila de Balbina - ELN, fevereiro de 1992.
Org: José Aldemir

Os dados se referem apenas ao local de origem e como a maioria das pessoas que ocupa as casas da vila Waimiri é composta de funcionários da ELETRONORTE, constata-se que mais da metade dos moradores da vila Waimiri é amazonense e paraense. Isso se deve ao fato de a empresa ter atuação regional, com sede em Belém. Dos responsáveis pela casa da vila Waimiri 11,3% são procedentes do Sudeste. Trata-se

principalmente de pessoal especializado que está na área desde o início da construção da barragem, quando trabalhava em empresas de consultoria. Atualmente, algumas dessas pessoas moram em Balbina e "trabalham" na cidade de Presidente Figueiredo ou exercem mandatos legislativos, sendo que a maioria mantém vínculos empregatícios com a ELETRONORTE como prestadores de serviços no hospital, na escola e no CPA.

Embora o perfil do morador da vila Atroari se diferencie do perfil do morador da vila Waimiri, a origem é mais ou menos parecido, conforme tabela a seguir:

Tabela N° 04

Local de origem do responsável pela casa da vila
Atroari/Balbina - 1992

Estado	local de nascimento		domicílio anterior	
	Quant.	%	Quant.	%
Amazonas	18	36	28	56
Maranhão	10	20	02	4
Ceará	07	14	01	2
Pará	06	12	13	26
Pernambuco	02	4	-	-
Acre	02	4	-	-
Paraíba	02	4	-	-
Paraná	02	4	-	-
Piauí	01	2	-	-
Rondônia	-	-	06	12
Total	50	100	50	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada em fevereiro de 1992.

Org: José Aldemir

Embora se trate apenas de uma amostragem, correspondendo a 24,87% das casas ocupadas na época da pesquisa, os dados da Tabela N° 04 reforçam as informações

obtidas na vila Waimiri. A maioria é migrante, 64%, predominando maranhenses, cearenses e paraenses. Quando se comparam os dados do último domicílio observa-se que a maioria provém do próprio Estado do Amazonas, 56%, e do Pará 26%.

Cruzando as informações das duas vilas observa-se que 66% dos moradores da vila Waimiri é migrante da própria região enquanto que na vila Atroari o percentual é de 98%. A maioria dos moradores desta última é trabalhador sem especialização ou semi-especializado e agricultor que já passou por várias etapas do processo migratório. Outra parte é composta de pequenos agricultores e pescadores que ocupavam as margens do rio Uatumã perderam tudo que tinham e migraram para a vila após a construção da barragem

Mesmo ocorrendo um padrão de migração diferenciado, a relação das pessoas com o espaço urbano de Balbina não difere substancialmente da cidade de Figueiredo. Em Balbina as pessoas fazem questão de assinalar sua condição de "os de fora", de não amazonenses.

Na vila Waimiri, permanecer não significa uma opção de ficar, mas a impossibilidade de sair. Por isso, as pessoas buscam alternativas visando retornar à cidade de origem ou migrar para outro lugar. Para os funcionários da ELETRONORTE, Balbina representa sempre uma passagem, uma possibilidade de se ganhar melhor, fazer economia, ganhar experiência para tentar retornar à Manaus ou para outras Capitais da região Norte.

Na vila Atroari, a insegurança dos moradores em relação à permanência e à sobrevivência não lhes possibilita considerarem-se do lugar. Isto pareceu claro, principalmente entre as famílias de pescadores que foram obrigadas a abandonar suas "colocações" às margens do rio Uatumã à jusante, após o fechamento da barragem, em decorrência da qualidade da água, imprópria para o consumo humano e para o desenvolvimento das atividades que lhes garantiam a sobrevivência, como fazer farinha e pescar. Estas pessoas sobrevivem da pesca do tucunaré praticada à montante da barragem e estão ligadas à Colônia de Pescadores.¹⁵

Os antigos moradores do Uatumã que moram na vila Atroari foram as principais vítimas do processo de construção da barragem. Seu modo de vida, sua relação com o lugar se alteraram substancialmente, embora mantenham pontos importantes, mas já mediados pelo mercado. Enquanto pescadores, não pescam só para a "sobrevivência", eles repassam o pescado à Colônia que controla a quantidade, o local e a época da pesca. A Colônia é parte de um processo

¹⁵. Na área da barragem, a única espécie capturada é o tucunaré (*cichla ocellaris*) que se adaptou às condições do lago. No ano de 1991, a média de produção semanal foi de 05 toneladas que foi diminuindo gradativamente até atingir 01 tonelada em 1993. O pescado era inicialmente comercializado através de atravessadores e consumido nas cidades de Presidente Figueiredo e Manaus. A partir de 1993 toda a produção passou a ser negociada diretamente para um frigorífico e exportada. Informações obtidas junto à Colônia dos Pescadores com sede em Balbina em fevereiro de 1992.

que inclui os frigoríficos. Não é mais a natureza nem apenas as necessidades vitais que determinam as condições da pesca, mas a cotação do pescado no mercado.

O espaço produzido a partir da construção da barragem de Balbina implicou na destruição de florestas, rios, mas sobretudo de modos de vida da população do rio Uatumã. Ocorreu o rompimento do modo de vida tradicional e com isso findou-se a unidade que determinava as antigas relações.¹⁶

Apesar da pobreza destes trabalhadores que vivem na vila Atroari em Balbina, o convívio com eles pode nos levar a descobrir uma vida intensa que desperta uma admiração inquietante.

Numa das primeiras estadas em Balbina, em conversa com uma família de pescadores que morava no rio Uatumã e migrou para a Vila, foi possível observar a relação que essas pessoas têm com a natureza. A família estava reduzida a três pessoas, pois os outros filhos migraram. O pai, um senhor com aproximadamente 50 anos, sua esposa aparentando a mesma idade, e um menino de mais ou menos 13 anos. Durante toda a conversa o casal, especialmente a senhora, mostrava-se preocupado com a ausência do filho. Já ao anoitecer o menino chegou. Indagado sobre onde esteve, respondeu: "**estava no lago olhando o pôr-do-sol e lembrando do nosso rio**".

¹⁶. Ana Fani Alessandri Carlos. "Espaços e tempos sociais no cotidiano", p. 94.

Os três rostos se encheram de "brilho", mas logo se turvaram pelas lembranças do rio que já não é mais deles. Seus semblantes se fecharam e nada falaram, nem era preciso, pois o silêncio, a se imbricar com a mudez do anoitecer na selva, continha os sentimentos e a marca da tragédia. Só quem conhece a Amazônia e, principalmente, quem sabe da importância do rio para a reprodução da vida, é capaz de entender a resposta do menino, a emoção que contagiou os dois velhos e de compreender a vida dessas pessoas, de onde brotam sentimentos tão profundos, mas que quase sempre são desconsiderados, pois estão eivados por coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade pela frequência do estar sempre por aqui.

"Assim, o poeta falará do Sol ou da cidade. Falará de um objeto que será o mesmo para outros, mas não será o mesmo objeto".¹⁷ Aquele menino criado às margens do rio, no meio da natureza, falava de um sol, de um lago e de um rio que não são as mesmas coisas para muitos de nós. "O sol é um símbolo e mais que um símbolo; revela o mundo, exprime o cosmo, o centro de energia e focos de ardor, os ciclos e os retornos, os desaparecimentos trágicos e as ressurreições. (...) O Sol confirma ao olhar o que ensinam (...) uma tripla existência: empírica (nível em que é encarada como objeto da ciência), social (regulador do tempo e do espaço no caso das atividades humanas), poética enfim (simbólica e mítica). Esta

¹⁷. Henri Lefebvre. **Hegel, Marx, Nietzsche ou o reino das sombras**, p. 203.

última é a da mais alta importância (valor)."¹⁸ Para aquelas pessoas, o sol e o rio têm dimensões que ultrapassam o ato de contemplação. A compreensão do ato de observar o pôr-do-sol só será possível a partir do conhecimento da história da terra, senão corre-se o risco de se tentar adivinhar os mistérios que envolvem as relações das pessoas com a natureza.

Mas isso sozinho também não explica, pois há uma dimensão de sentimentos. Então, qual a importância da expressão do menino que vê o sol se pôr num lugar qualquer da Amazônia? Existe o sentido da beleza, da natureza e principalmente da vida, à medida que existe uma estreita relação entre o sujeito que contempla e a natureza contemplada, num êxtase em que se enlaçam ações e reações, com a natureza ativando-se enquanto reguladora da vida e do tempo de quem a observa. O menino não exerce apenas uma atitude contemplativa de meditação e enlevo, ele tem na natureza um fator de vida, isto é, de identificação e por isso sua atitude é na essência uma ação que reflete a relação do homem com a natureza e com o seu espaço. O sol determina a sua hora, a ida ou não à caça, à pesca, serve também de energia para conservar seus alimentos e secar os produtos de sua lavra. O rio serve-lhe à circulação e é o principal fornecedor de proteína animal, sendo também meio de vida.

A atitude contemplativa reflete principalmente as transformações que ocorreram no espaço e conseqüentemente na

¹⁸. Ibid., p. 204.

vida, marcando o processo de estranhamento que se inicia. O rio não é mais o meio de circulação para a população local, nem a principal fonte de sua subsistência, mas a matéria prima para a produção de energia elétrica. A população que ocupava suas margens foi reduzida à abstração dos dados estatísticos ou de categorias não menos abstratas de "atingidos pela barragem", "população à jusante", etc, a enriquecer o vocabulário acadêmico ou os relatórios manipulados nos gabinetes oficiais. O espaço perdeu uma das dimensões da vida, um tempo espontâneo, simbolizado pelo rio.

Antes da construção da usina hidrelétrica, a captura de pescado que garantia a alimentação dos moradores, era obtida com "pouco esforço", em áreas próximas às moradias, constituindo-se numa atividade que podia ser realizada pelas crianças e/ou pelos adultos, antes ou depois da jornada de trabalho na agricultura. O espaço novo modificou esta relação e produziu uma ligação com a natureza que antes estava ausente para o homem do lugar.

É por isso que o sentimento poético traduz com maior agudeza o sofrimento, contribuindo de um lado para externar o inconformismo, de outro para entender as mudanças ocorridas no espaço, no tempo e, mais que isso, serve para entender as transformações da vida decorrentes da introdução de inovações que se de um lado não contribuíram para a melhoria das condições das pessoas que moravam às margens do rio Uatumã, de outro, determinaram profundas transformações na relação que tinham com a natureza. As relações se

perderam, em parte, mas enquanto as pessoas conservarem esta ligação simbólica e mítica, elas estarão resistindo e buscando recuperar não o mesmo espaço, mas um espaço transformado.

"A poesia não interdita o conhecer. Pelo contrário, partindo do vivido, penetra num conhecer qualitativamente diferente do saber. Este conhecer do "viver" e do "vivido" recupera as outras esferas (o empírico, o sócio-lógico, o sócio-político), conferindo-lhes um outro sentido".¹⁹ No caso dos pescadores do Uatumã, o outro sentido é a busca de uma nova vida que ali corre como "o tempo que flui como a imagem de um sonho. Flui no pouco da noite que resta e no instante de luz que anuncia o amanhã".²⁰ Flui na lua, serpente noturna surgida no brilho das águas, sinuosa, acompanhando a correnteza do rio, tão afável, parecendo acariciá-lo. Flui com o sol posto que certamente voltará para anunciar um novo dia pois, para os pescadores que moram na vila Atroari, a fronteira entre o sofrimento e o prazer é tão tênue quanto a profundidade entre o dia e a noite.

Apesar de todas as transformações ocorridas que objetivam integrar a região ao mercado, aniquilando as formas de relações sociais existentes, persiste a dimensão humana simbolizada na contemplação do pôr-do-sol que tem um sentido poético, apesar de quem o faz **talvez** não compreenda

¹⁹. Ibid., p. 205.

²⁰. Milton Hatoum. "Reflexão sobre uma viagem sem fim", p. 65.

essa dimensão. Mas o faz, reinventando formas de relação com a natureza, pois "de qualquer modo a gente sabe: o rumo é o do pôr-do-sol".²¹

Dizer que a população de Pitinga é formada totalmente por migrantes torna-se lugar comum dado que a natureza da Vila determina isso. O que é importante é analisar a origem dessa população e os pontos em comum, se eles existirem, com a população de Presidente Figueiredo e de Balbina.

A tabela a seguir apresenta os dados sobre a origem da força de trabalho envolvida na produção de minério no Projeto Pitinga, referindo-se exclusivamente aos empregados da Mineração Taboca.

²¹. José de Souza Martins. **Os camponeses e a política no Brasil**, p. 137.

Tabela N° 05

Origem da mão-de-obra da Mineração Taboca em Pitinga - 1991

Local de origem	quant.	%
Maranhão	298	21,6
Ceará	275	20,0
Pará	203	14,8
Amazonas	172	12,5
Piauí	107	7,8
Minas Gerais	57	4,1
Pernambuco	33	2,4
Bahia	28	2,0
São Paulo	27	1,9
Paraná	22	1,6
Paraíba	21	1,5
Goiás	21	1,5
Rio G. do Norte	20	1,4
Rondônia	18	1,3
Rio Grande do Sul	09	0,8
Mato Grosso	09	0,8
Amapá	08	0,6
Rio de Janeiro	08	0,6
Distrito Federal	08	0,6
Acre	07	0,5
Outros Estados	12	0,8
Outros Países	11	0,9
Total	1.374	100,0

Fonte: Departamento Pessoal da Mineração Taboca, em Pitinga, fevereiro de 1992.

Org: José Aldemir

Pelos dados da tabela é possível aferir que a maioria dos trabalhadores de Pitinga é originária da Região Nordeste, 56,7%, seguida de 29,9% da Região Norte dos quais menos da metade, 12,5% é amazonense. Como em Balbina, há entre a força de trabalho de Pitinga pessoas oriundas do Sul e do Sudeste, 7,4% que corresponde principalmente ao pessoal de nível superior e os ocupantes dos cargos de chefia.

Os dados da Tabela N° 05, quando comparados com as informações da Tabela N° 06, mostram mudanças significativas no que se refere à origem da força de trabalho e à origem do conjunto dos moradores da Vila. O percentual de nordestinos no total de moradores da Vila é de 23%, portanto, menor do que os 56,7% da força de trabalho. O percentual de nortistas na força de trabalho é de 28,4%, enquanto entre os moradores este percentual sobe para 51%, sendo que deste total 28% são amazonenses. A diferença decorre da predominância da população jovem, 45,4%, com até 14 anos correspondendo a pessoas nascidas na própria região, visto que as casas são concedidas prioritariamente para empregados mais antigos oriundos de outras empresas mineradoras do grupo Paranapanema com atuação na Amazônia.²²

²². Além da mina de Pitinga, a empresa mantém em operação na Amazônia as minas de São Raimundo (PA), Massangana e Bom Futuro (RO).

Tabela N° 06

Local de origem dos moradores das vilas A/B/C de
Pitinga - 1990

Local	Quant.	%
Manaus	405	22
Int. do Amazonas	114	6
Pará	259	14
Maranhão	241	13
Rondônia	164	9
Minas Gerais	121	7
Bahia	79	4
São Paulo	79	4
Ceará	78	4
Paraná	49	3
Piauí	35	2
Pernambuco	34	2
Rio Grande do Sul	32	2
Rio Grande do Norte	28	2
Outros Estados	97	5
Outros Países	18	1
Total	1833	100

Fonte: Serviço Social do Pitinga, em novembro de 1990.
Org: José Aldemir

É necessário considerar que os dados da Tabela N° 06 excluem os moradores dos alojamentos, operários solteiros ou que estão na Vila sem suas famílias e que formam a mão-de-obra menos qualificada onde predominam nordestinos.

Embora os dados das Tabelas N° 05 e N° 06 não sejam do mesmo ano, não existem mudanças significativas quanto ao perfil da força de trabalho e dos moradores, não alterando a comparação feita anteriormente.

Um dado importante da Tabela N° 05, é o número de trabalhadores amazonenses, apenas 12,8% do total. O Gerente Administrativo justificou o pequeno percentual de

trabalhadores do próprio Estado em decorrência da baixa qualificação da mão-de-obra local e da falta de interesse pelo tipo de trabalho executado em Pitinga. Um operário amazonense entrevistado sustentou que há discriminação quando do "fichamento", tendo prioridade os trabalhadores de outros Estados.

Quando conseguimos entrevistar um funcionário que ocupava um cargo intermediário, Chefe de Secção, este declarou: "Se eu tivesse uma firma, não queria nunca um operário do Amazonas, são preguiçosos e por qualquer motivo querem ir embora". Os gerentes não assumem um discurso discriminatório, embora nas entrelinhas se observe a mesma referência.

A predominância de mão-de-obra, especialmente a não qualificada, vinda do Nordeste, é uma estratégia da empresa visando garantir uma política salarial que se caracteriza pelo pagamento de baixos salários e sustentar um percentual de rotatividade que não implique em aumento de custos, com treinamento de pessoal.²³ Embora a empresa divulgue que a média mensal dos salários pagos em Pitinga seja de US\$452, há grande diferença entre os salários mais altos que correspondem ao pessoal especializado e o operariado. O salário de motorista de carro pesado, por exemplo, correspondia a US\$250 em fevereiro de 1992. Entre os

²³. O percentual de rotatividade da mão-de-obra era, em 1992, de 3,6 a 4,0%, com média de 40 a 60 demissões por mês. Esse percentual já foi dez vezes maior. No ano de 1985, a média mensal de demissões foi de 500 empregados. Fonte: Departamento Pessoal da Mineração Taboca.

operários menos qualificados com certeza o salário é menor. Os baixos salários dificultam o retorno do operário ao lugar de origem que terá de fazer um grande esforço para "poupar" recursos que possibilite fazer frente aos custos com o deslocamento. Em decorrência, os trabalhadores de outras regiões se submetem às condições de trabalho oferecidas pela empresa, ao contrário dos trabalhadores do próprio Estado, cujo custo de retorno é praticamente nenhum já que a empresa oferece passagem de Pitinga até Manaus no caso de demissão

Otávio Velho assinala outro motivo para a contratação preferencial da mão-de-obra nordestina pelos Grandes Projetos situados na Amazônia em detrimento dos trabalhadores da própria Região. Para ele, as grandes empresas preferem a força de trabalho vinda diretamente do Nordeste por entenderem ser esta mais disciplinada do que os trabalhadores da Região²⁴ que têm dificuldades de adaptação à rígida jornada de trabalho.

Na entrevista com os gerentes, perpassa implicitamente a visão de que os trabalhadores amazonenses são indisciplinados e não se adaptam ao ritmo ininterrupto de funcionamento da Mina, com jornada de trabalho organizada por turnos de 08 horas. O trabalho da Mina "é dominado por um tempo linear do capital, contínuo (...) não há estações, nem há dia ou noite, pois o capital já subjuguou o tempo".²⁵ O

²⁴. **Capitalismo, autoritário e campesinato**, p. 235.

²⁵. José de Souza Martins. **Não há terra para plantar neste verão**, p. 49.

trabalhador amazonense que chega à Mina tem outro referencial de tempo e o impacto inicial, somado à solidão pelo afastamento da família, contribui para dificultar a adaptação.

Acrescente-se a isso os baixos salários ²⁶ e os altos preços cobrados no supermercado. Um operário, com parte da família morando na Vila e parte morando em outra cidade, declarou: "Estou tendo dificuldades para mandar dinheiro para a família. No final do ano tive que vender as férias de dezembro para poder dar um natal melhor. Mesmo assim não deu para mandar os que estão aqui para passar as férias com os outros, nem deu pra trazer os que estão lá para cá".

Em Pitinga, o caráter transitório é o determinante da relação das pessoas com o lugar, não se observando nenhuma forma de criação de laços da população com a Vila. A casa é apenas a continuação do escritório, da cabine do caminhão, da draga, da usina, enfim, é o complemento do local de trabalho, não sendo, portanto, sinônimo de moradia. Poder-se-ia dizer que o sentido de abrigo lhe seria mais adequado. O morar resume-se a quatro paredes. As pessoas não cuidam do jardim ou do quintal, tampouco plantam árvores. O sentimento de **ser** do lugar inexistente absolutamente, nem mesmo o de **estar**. **Passa-se**. Isto explica a maior ligação que se observa nos moradores de Pitinga em relação ao seu lugar de origem.

Numa das entrevistas, um técnico de nível médio asseverou que a sua esposa havia viajado para o Nordeste a

²⁶. Jornal "A Crítica", em Manaus, 02.10.1993.

fim de dar a luz. Indagado se o hospital local não oferecia segurança, ele respondeu que sim e que possivelmente era melhor e mais equipado do que o hospital onde sua esposa seria atendida. E completou: "Imagina se eu vou deixar meu filho nascer aqui em Pitinga! Quando ele crescer, vão perguntar: Onde você nasceu? Ele dirá: Em Pitinga. Ninguém saberá onde é. Ele vai morrer de vergonha e vai me culpar por isso". A visão deste morador sintetiza a relação que as pessoas têm com o lugar.

Esta relação é contraditória, pois da mesma maneira que as pessoas não manifestam pelo lugar relações mais profundas de sociabilidade, elas querem permanecer, principalmente as que moram nas vilas. As justificativas são variadas, podendo ser resumidas à conjuntura econômica, à violência nas grandes cidades e finalmente à qualidade dos serviços oferecidos. A contradição é aparente, pois o morador se sente, na realidade, fora do lugar. Em Pitinga, o morador é permanentemente temporário, o que significa a não adoção do lugar, a não criação de laços, havendo uma resistência para não criar vínculos. Para a maioria dos moradores, de pouco adianta a Vila ser dotada de toda a infra-estrutura urbanística, pois o espaço urbano é apropriado não apenas a partir do que se edifica e do que se consome enquanto serviço coletivo, mas por outras dimensões que englobam cultura, lazer e sentimentos, passando por valores de uma sociedade capitalista do ser dono, do ser proprietário. Também há questões morais e espirituais que estão arraigadas,

especialmente nas famílias dos operários. Tais valores não fazem parte do planejamento da Mineração Taboca que criou a Vila como meio para viabilizar uma atividade econômica.

Para a empresa, a Vila funciona bem enquanto não obstaculizar o desenvolvimento de suas atividades. Portanto, o lugar onde os seus funcionários "moram" é um meio. Mas, para a maioria das pessoas, morar é um fim. Nesta contradição se estabelece uma desvinculação quase completa da população com a Vila à medida que a empresa também não tem interesse de que as pessoas sintam o lugar como seu. A rígida hierarquização espacial derivada da estratificação social e a cobrança de uma taxa mensal, embora pequena, assinalam que o lugar não pertence às pessoas. É significativo que o "contrato de moradia" tenha que ser assinado periodicamente não só pelo funcionário, mas também pelo cônjuge e que a cobrança da taxa mensal se faça por intermédio de carnês e não através de desconto em folha. São ações que na aparência não têm nenhum significado, mas denotam uma preocupação com o desenraizamento, afastando o máximo possível as pessoas do lugar em que vivem. Isto fica patente na visão que as pessoas têm do lugar, não o identificando como cidade, que realmente não é, como vila ou como povoado. Para elas, é simplesmente Pitinga e em alguns casos chamam-na de Taboca, confundindo a empresa com o lugar. Na realidade é isso que ocorre, pois o lugar não é produzido para produzir a vida, mas para a reprodução específica do capital. É por isso que o lugar passa a ser

denominado pelo nome de empresa. No caso de Pitinga o lugar é a Empresa.

O estranhamento ocorre pelo fato do espaço ser produzido pelo homem, mas não para o homem. A vila de Pitinga não é um lugar produzido para a vida, mas para o lucro. A relação das pessoas com a Vila parece ser a de que nela há tudo, mas ao mesmo tempo tudo lhe falta, caracterizando-se como um espaço que não tem passado nem futuro, pois não foi apropriado pela vida, ou seja, a empresa criou um núcleo urbano fisicamente limpo e espacialmente ordenado, mas social e espiritualmente morto.

Quanto à migração, o que há de comum e de diferente entre os três núcleos? A ocupação da área do Município teve como eixo principal a BR-174 com maior concentração nos três núcleos urbanos, formando "ilhas de ocupação". Em comum, existe o fato de que a maioria da população passou por um processo de migração recente, com exceção de poucos habitantes da sede que já moravam antes da criação do Município. Tal aspecto inclui-se na lógica da "ocupação" da Amazônia que sempre se baseou na transferência de significativos contingentes populacionais do Nordeste para o Norte, aparecendo como causa as secas cíclicas que atingem aquela região e o "vazio demográfico" desta. Foi assim no século passado quando um grande número de nordestinos se deslocou para o interior amazônico, seguindo os vales dos rios, constituindo-se na principal força de trabalho para a

extração de látex. Estima-se que cerca de meio milhão de nordestinos migraram para a Amazônia entre as três últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século atual.²⁷ Quase um século depois, novamente a seca se constituiu no principal pretexto para um novo fluxo migratório do Nordeste para a Amazônia. Na verdade, a seca tem ofuscado a estrutura fundiária do Nordeste e o incentivo à migração, especialmente para a Amazônia, tem sido a estratégia para não se realizarem mudanças estruturais como a reforma agrária, por exemplo.²⁸

Sobre a migração nordestina para a área específica do município de Presidente Figueiredo, é importante assinalar o significativo número de maranhenses nos três núcleos, sendo o principal contingente de trabalhadores de Pitinga, com 21,6%, representando 15,4% dos moradores da cidade de Presidente Figueiredo, correspondendo à maioria de migrantes entre os moradores da vila Atroari com 20%, representando 4,9% dos residentes na vila Waimiri em Balbina. Dados fornecidos pela EMATER/AM dão conta de que metade dos colonos do Projeto Uatumã, localizado no Município, é originária do Maranhão.

Os dados obtidos na pesquisa de campo na área do município de Presidente Figueiredo sobre migrantes vindos do

²⁷. Celso Furtado. **Formação econômica do Brasil**, p. 131; Adélia Engrácia de Oliveira, estima que, entre 1872 e 1910, tenham entrado na Amazônia mais de 300 mil imigrantes provindos do Nordeste. "Ocupação Humana", p. 226,

²⁸. Ver Octávio Ianni. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**, p. 33 et passim.

Maranhão são, de certa forma, similares aos fornecidos pelo Censo Demográfico de 1980 para toda a região Norte, quando eles correspondiam a 52,6% dos migrantes nordestinos na Região.²⁹

Um dos motivos para o aumento deste fluxo migratório é a estrutura fundiária do Maranhão. A área nordeste do Maranhão foi ocupada até a década de 60 por migrantes vindos de outros Estados nordestinos que buscavam na região terra virgem. Ocupavam a região de floresta, faziam a derrubada e no primeiro ano plantavam arroz e em seguida mandioca. Com o esgotamento da terra, derrubavam nova área e as terras que iam deixando para trás eram ocupadas para criação de gado. As terras que no início eram devolutas passaram a ser ocupadas pelos posseiros e posteriormente expropriadas pelas grandes empresas que passaram a ter acesso a incentivos fiscais da SUDENE e SUDAM.³⁰ Como mais da metade dos estabelecimentos agrícolas pertence a posseiros,³¹ o avanço da empresa capitalista sobre as terras dos mesmos, coloca-lhes como opção migrar para a área de fronteira. Esse é um dos motivos, para o aumento crescente de migrantes maranhenses para a Amazônia.

Sobre a migração, é possível observar ainda o grande número de migrantes da própria região que representa

²⁹. Censo Demográfico de 1980, tomo 04.

³⁰. Manuel Correia de Andrade. **A terra e o homem no nordeste**, p. 217.

³¹. José de Souza Martins. **Os camponeses e a política no Brasil**, p. 105.

mais da metade em cada um dos núcleos. Isto significa o movimento do migrante de uma fronteira para outra em decorrência do aumento das dificuldades de sobrevivência e da busca de "terras virgens". É um processo em etapas, como pode ser observado na cidade de Presidente Figueiredo, onde, num total de 301 pessoas, (Tabela N° 02, página 150) 78% ou 235 pessoas assinalam o lugar de origem diferente do local de nascimento. Anthony Hall aponta como causa da constante mudança dos migrantes de um lugar para outro na fronteira, além das questões ligadas à perda da terra pela ação dos grileiros, o fato de os mesmos "participarem da especulação em terras, ainda que em escala insignificante quando comparado com os interesses das grandes empresas".³² Pelas observações feitas em Presidente Figueiredo, pode-se dizer que as constantes mudanças devem-se, em alguns casos, realmente à venda da terra, mas, pela impossibilidade de sobrevivência decorrente do esgotamento do solo, de solos inférteis e de dificuldades de escoamento do que é produzido, dificilmente por especulação.

No caso da Amazônia, é necessário considerar ainda a fragilidade e transitoriedade das atividades econômicas que determinam os grandes fluxos migratórios para a região, como o garimpo, as grandes obras (estradas, barragens). Além disso, as atividades extrativas por serem sazonais também

³². Anthony L Hall. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás** p. 51.

contribuem para esse deslocar constante, na época da safra para as áreas extrativistas e na entre-safra para a região de fronteira.

Os dados obtidos permitem considerar que pelo menos na área em estudo a migração para uma nova fronteira na própria Região se deve ao fato de os migrantes enfrentarem dificuldades de retornar ao local de origem, pois quase sempre estão privados de recursos que lhes possibilitem migrar por longas distâncias e a fronteira na própria região aparece não como alternativa, mas como única opção.

Além disto, o migrante rejeita retornar ao seu local de origem como "derrotado", ou como dizem alguns: "Voltar para o Nordeste com uma mão na frente e outra atrás não adianta. De lá, nós já viemos". Por outro lado, a fronteira ainda se constitui numa possibilidade de acesso à terra.

É possível identificar, dentre aqueles que migraram várias vezes e conseguiram terra para trabalhar em Presidente Figueiredo, que não adianta mais migrar apesar das dificuldades. "Tá ruim em todo lugar, por isso não vamos mais sair daqui. Temos que tentar fazer alguma coisa é aqui mesmo". A tentativa do migrante em permanecer parece apontar para o esgotamento da fronteira enquanto espaço alternativo. O migrante vem para a fronteira com o sonho da terra, trabalho por conta própria, liberdade e autonomia. Quando consegue pelo menos a terra reluta em continuar migrando.

Das observações de campo realizadas, tentando compreender a visão que as pessoas têm da cidade ou da vila onde moram, é possível concluir que há um desenraizamento e um desinteresse pelo lugar, não se colocando para a maioria das pessoas a perspectiva do **ser** do lugar que se desfaz no **estar** no lugar. O **estar** no lugar se dilui numa difusa visão que as pessoas têm do espaço que lhes é imposto. No seu cotidiano, estão fragmentos da vida que foram e vão se perdendo pela estrada como se em cada parada ficasse um pouco de si, levando-os à passividade. Joga-se tudo para outrem. É o poder público na cidade ou são as empresas nas vilas os culpados e os responsáveis por tudo.

O sofrimento que lhes foi imposto num processo do qual Presidente Figueiredo, Balbina ou Pitinga são apenas parte, parece fazer com que as pessoas sintam uma grande necessidade de se submeterem a um poder, preferencialmente autoritário, que é um sintoma do homem desumanizado, ou talvez do homem sem escolha. Apareceram várias vezes, nas entrevistas, frases como: "Eu não sou daqui, o problema, portanto, não é meu". Ou: "Queria ver, se fosse com os militares, se o Prefeito não fazia as coisas". Ou ainda: "O que a gente vai fazer?".

Por outro lado, há sinais de enraizamento que se traduzem em resistências. São lutas que, na maioria das vezes, têm como principal objetivo a superação das carências que são tantas que tornam a resistência difusas, dificultando a identificação da natureza política que a norteia. Pode-se

dizer que são lutas pelo espaço de morar e de trabalhar. O espaço de morar não é apenas o lugar para erguer a casa, mas significa o direito à moradia. Ou seja, a resistência visa à conquista de um lugar na ordem estabelecida e tem um papel relevante no processo de produção do espaço.

As conquistas são pequenas, mas não diminutas, pois significativas. O lugar deixa de ser espaço abstrato, lugar onde só existem as determinações do poder público e/ou privado e passa a ganhar concretude na medida em que é apropriado no plano do vivido. Nada muito rápido, nem sem equívocos. A luta ganha consistência a partir dos limites e dos erros cometidos por seus protagonistas. Isto é observado um pouco na cidade de Presidente Figueiredo, menos em Balbina e quase nada em Pitinga. As pessoas estão, apesar das dificuldades, reinventando o lugar que se lhes impuseram, demonstrando que o espaço urbano, seja de uma vila ou de uma pequena cidade, tem um pulsar que vai além dos planos estabelecidos e que é o cotidiano, mesmo disperso e fragmentado, e não o institucional rigidamente concebido pelos esquemas oficiais, que se faz vida e é vida.

A ocupação recente da área do município de Presidente Figueiredo faz parte da lógica de um modelo de ocupação da Amazônia que predominou a partir de 1960, visando transferir "homens sem terra do Nordeste para terras sem homens na Amazônia", que significou a base da propaganda oficial. Os "homens sem terra" do Nordeste são o resultado da concentração de terras e de políticas públicas que mais

agravaram que atenuaram a situação de pobreza naquela região, pois não foram capazes de atacar as questões básicas de infra-estrutura visando minorar os problemas decorrentes da seca. Da mesma forma, a Amazônia, apesar da baixa densidade demográfica, 3,3 hab/km²,³³ não se constitui no "vazio demográfico" que se apregoa. Muitas das terras onde foram instalados os Grandes Projetos já estavam ocupadas por pequenos agricultores, posseiros e índios. No caso específico de Presidente Figueiredo, parte da área inundada pelo reservatório de Balbina e a totalidade da área do Projeto Pitinga correspondiam à reserva indígena Waimiri-Atroari, como se verá a seguir.

3.2. A produção do espaço novo e a população indígena.

É comum em Presidente Figueiredo, Balbina e Pitinga a existência de logradouros públicos (ruas, vilas, praças) e estabelecimentos particulares (hotel, restaurante, lojas), com nomes que fazem referências aos Waimiri-Atroari. Essa "homenagem" não significa o resgate da memória e da cultura de um povo. Parece isto sim, uma lembrança caricatural que entra no domínio do folclore.

³³. SUDAM. Ação governamental na Amazônia, 1990.

Em várias partes do trabalho, o processo de produção do espaço na Amazônia aparece como destruição da natureza, o que aparentemente pode caracterizar a análise como sendo nostálgica. No entanto, temos assinalado que o processo de reprodução do espaço envolve a articulação dialética entre o novo e o velho. O avanço de novas relações sociais de produção na Amazônia estabelece novas formas e conteúdos espaciais, impondo o novo e destruindo culturas, natureza e modos de vida. Esse processo se não é específico para a Amazônia, tem sem dúvida maior dimensão em decorrência da predominância da natureza e de culturas ainda não adaptadas a uma tendência de homogeneização que ocorre com o avanço do capital. O caso específico dos índios Waimiri-Atroari é o exemplo de um processo de produção espacial que se dá a partir da destruição quase que completa de seu modo de vida e de sua cultura. Esse processo, no entanto, não é irreversível.

Entendemos que a compreensão do processo de produção do espaço numa área como Presidente Figueiredo não pode prescindir de uma análise da questão indígena, especificamente dos Waimiri-Atroari. Esse povo ocupava, num passado não muito distante, toda a área que hoje corresponde ao Município, sendo que a invasão do seu território a partir da década de sessenta está diretamente relacionado com o processo de produção espacial de que estamos tratando.

A primeira questão que se coloca em discussão, e a terra e o território indígena.

É através do uso que o espaço se transforma em território, tornando-se humano e portanto preenche de possibilidades. Neste sentido, não apenas o Estado produz território, mas a população de um modo geral também o produz. O território se produz através de um processo coletivo baseado na prática social de um grupo através da relação com a natureza e da reprodução das relações sociais, o que vale dizer que toda prática sócio-espacial tem como resultado a produção de um território.

Considerar o território deste ponto de vista não significa abdicar de uma noção fundamental, não só do ponto de vista geográfico como jurídico e político, de que o território é um espaço criado e controlado pelo Estado e, mais que isso, o território é "aquilo que é controlado por um certo tipo de poder".³⁴

A noção de território sem dúvida está ligada a um poder centralizador e controlador. Por isso, os assuntos territoriais são quase sempre discutidos no âmbito dos Estados. Entretanto, se quisermos compreender os verdadeiros mecanismos do poder, suas múltiplas facetas e complexidades, não poderemos nos deter unicamente na análise do Estado,³⁵ pois o grupo social não é simplesmente um dado sobre o qual se abate e se exerce o poder. Entretanto, é importante salientar que é através das intervenções do Estado que vai se redefinir o uso do território.

³⁴. Michel Foucault. **Microfísica do poder**, p. 157.

³⁵. *Ibid.*, p. 160.

Quando a questão envolve outra cultura, as noções são complexas e quase sempre não refletem a realidade que a cerca. Em termos econômicos, jurídicos e políticos a terra, para as comunidades indígenas, não é mercadoria, objeto trocável, por isso não pode ser definida por parâmetros homogêneos, mas a partir das condições concretas de cada grupo, do nível de contato com a sociedade nacional e da maneira como os recursos para a sobrevivência do grupo estão distribuídos.³⁶

Do ponto de vista espacial, a terra indígena é o meio de sobrevivência do grupo, compreendendo não apenas a sobrevivência biológica, mas também e, principalmente, cultural. Neste sentido, o grupo social produz seus territórios, embora os limites destes não coincidam, necessariamente, com os propostos pela sociedade envolvente e se coloquem como contraprojetos, constituindo-se como mecanismos de resistência à gestão do território pelo Estado. A terra passa a ser território definido não apenas pelo domínio, embora seja pressuposto de sua existência, mas pelo uso através das práticas espaciais como lugar para caça, para os caminhos, ou seja, para a realização das atividades que reproduzem a vida.

É importante destacar que a terra para os povos indígenas tem outras dimensões, aparecendo "fundamentalmente como meio de re-produção, de recriação das estruturas,

³⁶. Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro. "Terras e territórios indígenas", p. 104 et passim.

relações, ritos, que a simples conversão do território em terra, isto é, em meio de produção ..."³⁷ A terra para os povos indígenas é lugar para a vida e o recanto para repouso dos mortos.

A inserção da questão indígena neste trabalho, especificamente dos Waimiri-Atroari, não tem como finalidade fazer uma retrospectiva histórica desse povo,³⁸ mas compreender a expansão da fronteira na área nordeste do Estado do Amazonas e o processo de ocupação de seus territórios a partir do planejamento e da construção da estrada BR-174, da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina e da invasão perpetrada por mineradoras. Esse processo não é linear, mas de certa forma seqüencial.

A invasão do território dos índios Waimiri-Atroari, a partir da década de setenta, ocorreu de forma mais agressiva e fez parte da estratégia de ampliação da fronteira para a região mais setentrional do Brasil, culminando mais tarde com a implantação do projeto Calha Norte. Ao mesmo tempo, representou parte de um projeto de desenvolvimento

³⁷. José de Souza Martins. **Não há terra para plantar neste verão**, p. 37.

³⁸. Dois trabalhos fazem, de forma mais aprofundada, uma abordagem dos Waimiri-Atroari: Stephen G. Baines. **"É a FUNAI que sabe". A frente de Atração Waimiri-Atroari**; e Paulo Pinto Monte. **Etno-história Waimiri-Atroari (1663-1962)**. O período mais recente é mostrado com riqueza de detalhes nos vários textos de Egídio Schwade, especialmente em "Waimiri-Atroari: A história contemporânea de um povo na Amazônia"; "Le prix des grands projets en Amazonie: l'extermination des Waimiris-Atroaris"; José Porfírio F. de Carvalho. **Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada**.

nacional que substituiu uma abordagem de cunho predominantemente regional, existente até então, por outra de cunho interregional.³⁹

Na verdade, este projeto articulou a exploração de recursos naturais, em especial minerais, como parte do processo de avanço da fronteira. No caso específico, não foi implantado apenas um projeto com dimensões interregionais, pois a criação da infra-estrutura que possibilitou a exploração de recursos minerais foi parte de um processo que objetivou a reprodução do capital no âmbito nacional, e que se completou na mundialização do sistema, determinando uma forma de relação com as populações indígenas caracterizada pela violência.

O marco deste processo para a área nordeste do Estado do Amazonas foi a construção da BR-174, período em que ocorreram "conflitos" dos quais apenas se tem informações das mortes de brancos.

O primeiro destes "conflitos" aconteceu em 1968, quando os membros da expedição do Padre Calleri tentavam contactar os índios foram mortos. Em 1974, novos incidentes foram registrados culminando com a morte de funcionários da FUNAI.⁴⁰

Sobre a expedição Calleri, Carvalho assinala que havia uma estratégia dos órgãos públicos responsáveis pela

³⁹. Otávio Guilherme Velho. **Capitalismo autoritário e campesinato**, p. 209.

⁴⁰. José Porfírio F. de Carvalho. Op. cit., p. 38-60. Shelton H. Davis. **Vítimas do milagre**, p. 122-3.

construção para afastar os indígenas da área por onde passaria a estrada. Ele enumera também os erros cometidos durante a expedição. Quanto aos demais "conflitos", levanta questões sobre o comportamento inadequado do pessoal que estava na área indígena, especialmente os militares do 6º BEC. A respeito do incidente que culminou na morte do sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, Carvalho levanta dúvidas se o conflito envolveu realmente os índios. Shelton faz referência a quatro conflitos com a morte de 19 funcionários da FUNAI.⁴¹

Do lado dos índios, pouco ou nada se sabe, não havendo informações de nenhum morto oficialmente. "Entretanto, desde 1968, nove aldeias desapareceram na margem esquerda do médio rio Alalaú à sudeste da cachoeira Criminosa. Entre 1972 e 1975, desapareceram pelo menos seis aldeias no vale do Santo Antonio do Abonari e uma no baixo Alalaú".⁴² Por outro lado, os dados demográficos referentes aos Waimiri-Atroari mostram que a partir de 1970, quando se iniciou a construção da estrada, ocorreu uma diminuição da população em decorrência da invasão de seus territórios, dos "conflitos" e de epidemias que atacaram o grupo. Os dados das tabelas seguintes, extraídos de fontes diferentes, mostram de

⁴¹. Quanto ao número de mortos e detalhes da operação de resgate dos corpos da expedição Calleri, há o Relatório "Operação de busca" da expedição do Padre Giovanni Calleri, de João Américo Peret, funcionário da FUNAI.

⁴². Egídio Schwade. Depoimento à CPI da Questão Mineral e Energética - Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Manaus, p. 8.

forma mais clara a relação entre a diminuição da população e a invasão do seu território.

Tabela N° 07

Estimativas da população Waimiri-Atroari - 1983

Ano	População	Fonte
1905	6.000	Hübner, G. e Gruenberg-Koch
1968	3.000	Padre Calleri - FUNAI
1972	3.000	FUNAI
1975	600/1.000	Gilberto Pinto - FUNAI
1982	571	Giuseppe Cravero - FUNAI

Fonte: Extraído de **Resistência Waimiri-Atroari**, 1983 p. 12.

Baines, citando outras fontes, apresenta dados (Tabela N° 08) que não diferem substancialmente dos publicados pelo MAREWA. O autor assinala ainda que ocorreu uma recuperação demográfica dos Waimiri-Atroari a partir de 1983.

Tabela N° 08

Estimativas da população Waimiri-Atroari - 1990

Ano	População	Fonte
1959	957	Censo Indígena do SPI
1965	600	Raimundo Pio de Carvalho/SPI
1973	600/1.000	Gilberto Pinto Figueiredo/FUNAI
1977	500	Sebastião Firmo Nunes/FUNAI
1977	638	Giuseppe Cravero/ FUNAI
1982	400/300	Ricardo: Chefe de posto/FUNAI
1983	332	Stephen G. Baines

Fonte: Extraído de Stephen Baines, 1990. Op. cit. p. 75-7.

A Tabela N° 07 mostra o declínio da população Waimiri-Atroari a partir da década de setenta de 3.000, em 1972, para 600 em 1975. O período de diminuição mais acentuada coincide com a abertura da estrada. A Tabela N° 08 mostra a diminuição da população de modo mais gradativo. Não se pode afirmar que a diminuição da população tenha sido causada apenas pela construção da estrada. Todavia, é evidente que a construção da estrada cortando o território indígena, a inundação de parte da reserva pelo lago de Balbina, a invasão das mineradoras, o deslocamento de algumas aldeias, as epidemias que atacaram o grupo e os massacres decorrentes desse processo determinaram uma diminuição acentuada dos índios Waimiri-Atroari.⁴³

No livro **O pajé da beira da estrada**, um dos protagonistas da construção da estrada, um ex-oficial do exército que serviu no Comando Militar da Amazônia na época da construção da estrada, relata um pouco do que foram aqueles acontecimentos para os índios. "Em meio àquela confusão, tive o privilégio de perceber, sentir e registrar os efeitos daquele *Blitzkrieg*⁴⁴ sobre um território desconhecido, enxotando um povo perplexo, que reagia violentamente ante a destruição de seu universo telúrico (...) Ative-me às fisionomias, ao substrato humano, aos sentimentos e aos valores espirituais dos Waimiri-Atroari, aqueles irmãos, personagens de uma nova realidade. Se eles,

⁴³. Stephen G. Baines. Op. cit., p. 78.

⁴⁴. Guerra.

de início, eram penalizados pelo delito de terem suas malocas sobre o eixo da rodovia, mais tarde passariam a ser inculcados(sic) também pelo fato de suas terras constituírem incomparável província mineralógica. E na hora do ângelus e mesmo depois, em plena cegueira daquelas noites equatoriais, comovido, eu cansei de ouvir gemidos pungentes e soluços anônimos, verdadeiros clamores de misericórdia daquela gente cujo cadáver mal enterrado muitas vezes deparamos pela frente".⁴⁵

A construção da BR-174 alterou espacialmente a forma de relação da sociedade nacional com os Waimiri-Atroari. O eixo de penetração para o território indígena, antes alcançado exclusivamente pelos vales dos rios Uatumã, Camanaú e Jauaperi foi modificado. Se os rios não impediam a invasão do território, pelo menos dificultavam o contato, pois possibilitavam aos índios condições mínimas de proteção ao se afastarem das margens e se embrenharem para os altos rios. A estrada atravessou toda a área da reserva, dividindo-a ao meio, facilitando a penetração e dificultando o afastamento dos índios. Espacialmente, os índios foram afastados da área de influência da estrada e também não puderam ocupar as margens dos rios navegáveis em decorrência da frente de penetração que de uma certa forma já havia se consolidado.

⁴⁵. Altino Berthier Brasil. *O pajé da beira da estrada*, p. 25.

Após a criação da reserva, através do Decreto 68.907/71, outros instrumentos legais da década de setenta, como os Decretos 74.463/74 e 75.310/75 e a portaria da FUNAI N° 511N/78 ampliaram e retificaram os limites da área da reserva. Toda esta legislação era uma estratégia do Estado visando garantir a construção da estrada e afastar o máximo os índios do eixo principal da mesma. Com o término das obras de construção da BR-174, em 1977, teve início um processo inverso com o retalhamento da reserva para a construção da Hidrelétrica de Balbina e, posteriormente, com o desmembramento da área nordeste, possibilitando a invasão das mineradoras. (MAPA N° 04)

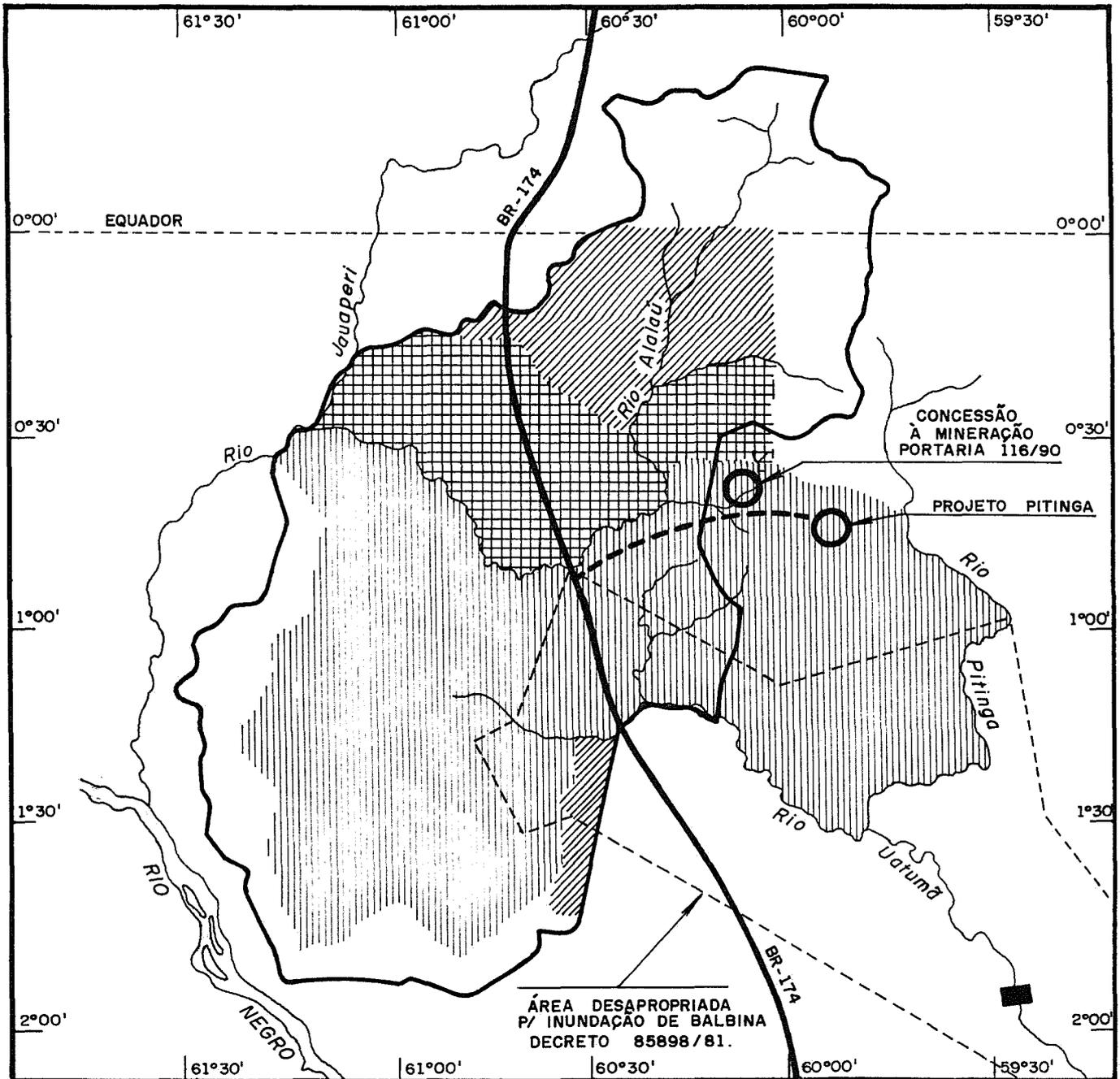
A construção da estrada foi apenas o início do processo que tinha como objetivo a ampliação de relações capitalistas na Amazônia a partir da intervenção direta do Estado que criou, nos anos setenta, todo um arcabouço institucional e legal visando legitimar o processo.

Em 1970, o Decreto 67.113/70 que regulamentava o Programa de Integração Nacional determinava no seu item IV que caberia ao Ministério das Minas e Energia "fazer levantamento da topografia, da cobertura florestal, e da geomorfologia para fins de pesquisas minerais e energética e da natureza do solo." Para a execução dessa tarefa foi criado o Projeto RADAM, subordinado ao Departamento Nacional de Produção Mineral que realizou o mapeamento da região entre os anos de 1975 e 1977 e publicou os resultados no ano de 1978. Concomitantemente, a CPRM e o DNPM desenvolveram

AMAZONAS - RORAIMA

MAPA Nº 4

TERRITÓRIO INDÍGENA WAIMIRI / ATROARI 1971 - 1990



Ricardo - USP/94

LEGENDA:

-  RESERVA INDÍGENA DECRETO Nº 68907/71
-  ÁREA INTERDITADA DECRETOS Nº 74463/74 E Nº 75310/75
-  ÁREAS DE ACRÉSCIMO PORTARIA 511/78
-  RESERVA INDÍGENA - DECRETO Nº 97837/89

Fonte: FUNAI - 1981
CEDI - 1990

ESCALA APROXIMADA

0 18.33 36.66 54.99 73.32 91.65 Km.

Organização: José Aldemir de Oliveira

o "Projeto Estanho de Abonari" e o "Projeto Sulfetos do Uatumã". Em decorrência destes projetos de pesquisa, identificou-se, em Pitinga, a ocorrência de uma província mineral com características excepcionais em qualidade e quantidade, conforme referido anteriormente. Além do mapeamento da área, foi através de financiamento do PIN que a FUNAI desenvolveu a "Frente de Atração Waimiri-Atroari", baseada numa política desenvolvimentista que norteava os planos de governo na década de setenta, "visando integrar os Waimiri-Atroari na sociedade nacional".⁴⁶

A conclusão da estrada BR-174, facilitou a invasão do território indígena. Em 1980, foram protocolados, junto ao 8º Distrito do DNPM em Manaus, documentos da empresa Jatapú Mineração Indústria e Comércio requerendo autorização de pesquisa de uma área de 9.680ha localizada na reserva indígena Waimiri-Atroari. Os dados básicos do plano de pesquisa que acompanhavam o requerimento tinham como parâmetros os levantamentos realizados pelo Projeto RADAM.⁴⁷ Corrido o processo, o Ministério das Minas e Energia concedeu a autorização para a pesquisa, sendo os respectivos alvarás publicados no Diário Oficial da União em 31 de agosto de 1981. Como a concessão era ilegal, em 29 de setembro de 1981, os alvarás foram anulados, pois "o Departamento Nacional de

⁴⁶. Stephen G. Baines. Op. cit., p. 90.

⁴⁷. "As informações básicas sobre o item acima, apresentadas neste plano, são fornecidas pelo Projeto RADAM em seu volume 18 referente à folha SA-20-Manaus". Processo N° 880.406/80-9/DNPM, volume 01, folhas 48-9.

Produção Mineral não fez consulta à FUNAI sobre se a área objeto do requerimento se encontrava em reserva indígena".⁴⁸ A FUNAI já havia informado ao DNPM, em 1979, que a quase totalidade da área pleiteada por mineradoras para realizar as pesquisas estava encravada em reserva indígena.⁴⁹

Mas a empresa já tinha uma estratégia para refutar a alegação de que a área requerida se encontrava na reserva indígena Waimiri-Atroari. Questionar o limite nordeste da reserva, sustentando haver erro na plotagem do rio Uatumã nos mapas da FUNAI. A base de argumentação estava na mudança de denominação dos acidentes geográficos perpetrados pelo Projeto RADAM quando do mapeamento da área.

Na bibliografia cartográfica até 1976, o rio Uatumã tem sua nascente à altura das coordenadas 0°30'27"S e 59°46'36"W, correndo no sentido sul, onde recebe como seu tributário o igarapé Santo Antonio do Abonari na altura das coordenadas 59°45'W e 1°30'S.⁵⁰ Nas cartas do RADAM, na escala 1:250.000, o igarapé Santo Antonio do Abonari

⁴⁸. Idem.

⁴⁹. Stephen G. Baines. Op. cit., p. 97.

⁵⁰. IBGE cartas 1:1.000.000 de 1971-72 e 1976. Conselho Nacional de Geografia/Departamento de Cartografia, escala 1:5.000.000 de 1957. O mapa que acompanha o memorial descritivo do Decreto N° 68.907/71 que criou a Reserva Waimiri-Atroari tinha como base os mapas do IBGE. MAREWA, p. 21. Em Paul le Cointe, texto publicado em 1907, e William Antonio Rodrigues, em 1956, embora apresentem mapas de escala mais reduzida aparece como rio Uatumã todo o trecho do rio com as coordenadas aproximadas das cartas do IBGE. Em todos estes documentos cartográficos não aparece a denominação de rio Pitinga.

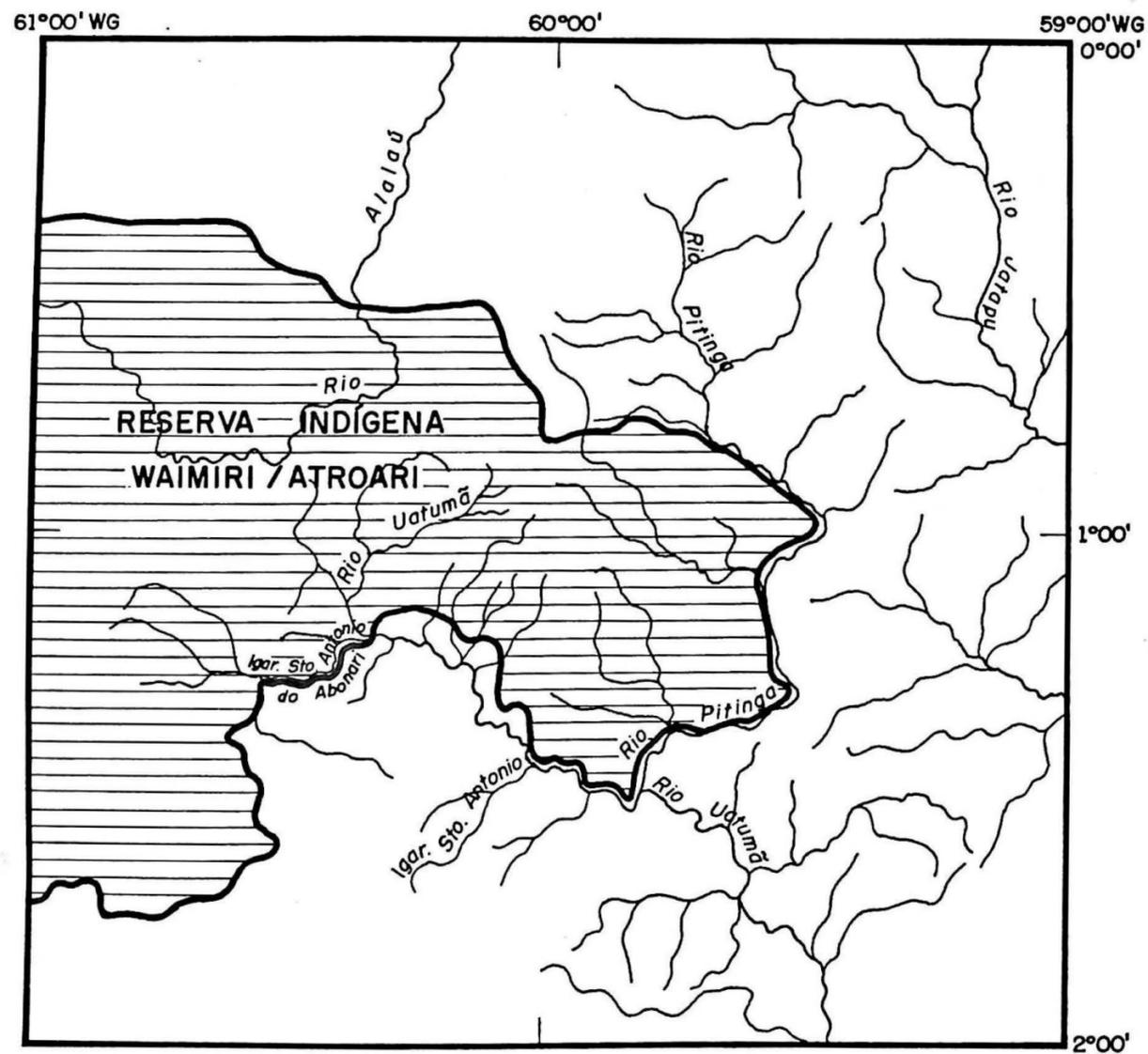
desemboca no rio Uatumã à altura de 60°30'W 1°15'S. Os cursos d'água ao norte, conhecidos anteriormente como alto Uatumã, passaram a se denominar rio Pitinga. As nascentes do rio Uatumã foram deslocadas para oeste, sendo até a bifurcação a sudeste com o rio Pitinga menor do que seu tributário, o igarapé Santo Antonio do Abonari e o próprio rio Pitinga. Estas modificações cartográficas serviram de pretexto para a diminuição da reserva indígena visto que o rio Uatumã que era o limite a nordeste foi deslocado aproximadamente 85 quilômetros no sentido oeste. (MAPA N° 5)

Após a modificação cartográfica, era preciso estabelecer um instrumento jurídico a fim de legalizar a diminuição da reserva, deixando de fora as áreas reivindicadas pela empresa de mineração. Neste sentido, o órgão "responsável" em "proteger e defender" o índio, contribuiu para garantir os interesses da empresa mineradora. A primeira tentativa da FUNAI não foi bem sucedida em decorrência da antropóloga designada para dar o parecer ter contrariado os interesses das mineradoras. No relatório que apresentou ao Órgão, a antropóloga declarou: "Não existe por parte dos Waimiri-Atroari limites territoriais definidos pelo branco, seu território é o lugar onde nasce, vive e morre".⁵¹ E recomendou a realização de estudos mais acurados para que fossem ou não alterados os limites da reserva, sustentando que na época não havia base científica para justificá-los.

⁵¹. Angela Maria Baptista. Relatório de viagem à área indígena Waimiri-Atroari, 17 de junho a 04 de julho de 1981.

AMAZONAS

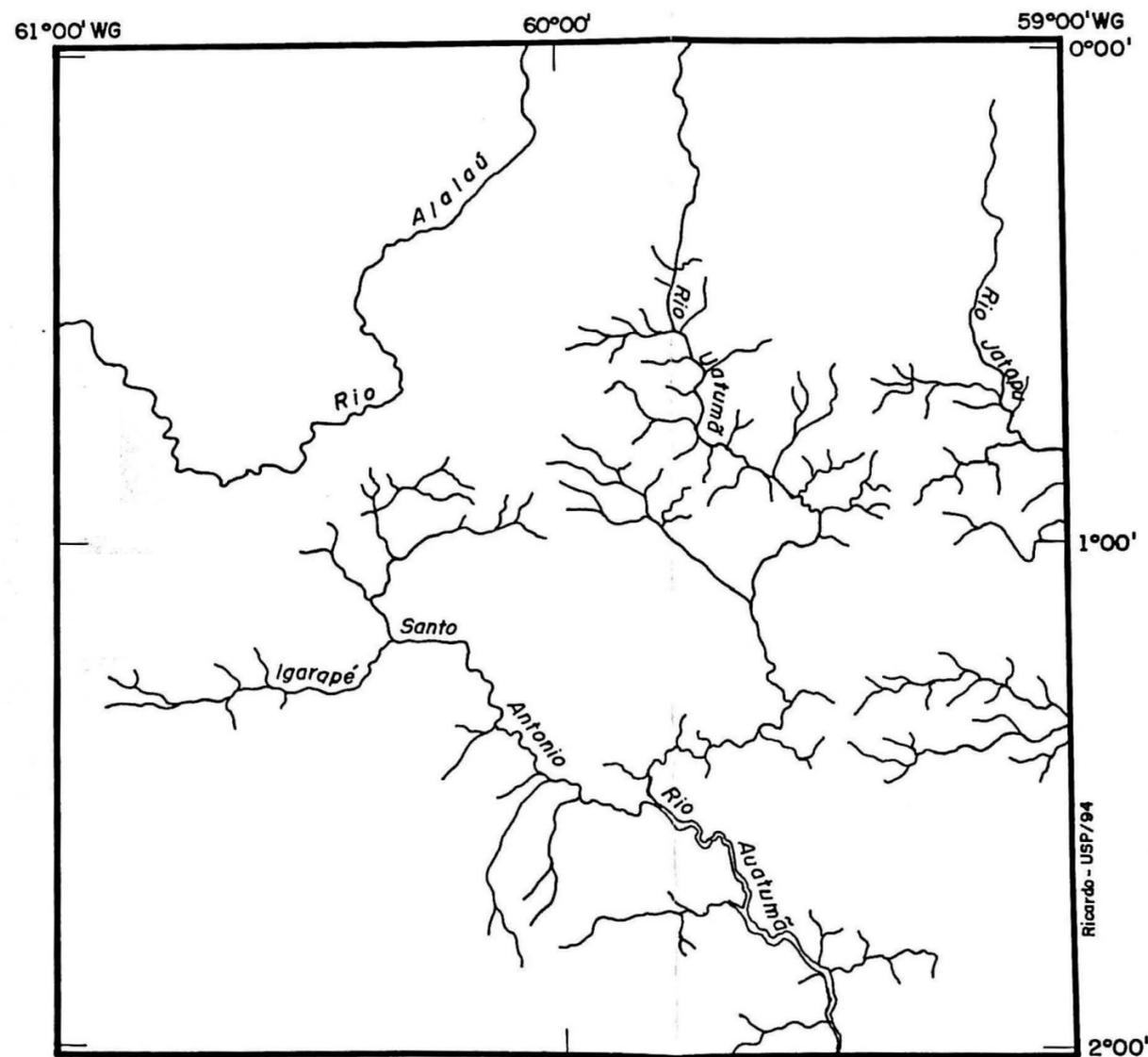
PARTE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO UATUMÃ 1971 - 1978



Fonte: RADAM BRASIL - Folhas SA-20/SA-21 - 1978 - Escala 1:1.500.000

Organização: José Aldemir de Oliveira

ESCALA
1:1.500.000



Fonte: IBGE - Folhas SA-20/SA-21 - 1971 - Escala 1:1.000.000

ESCALA APROXIMADA
1:1.500.000

Ricardo - USP/94

Posteriormente, através de uma ordem de serviço do DGPI (Departamento Geral do Patrimônio Indígena), foram nomeados dois funcionários da FUNAI para viajar à área e emitir parecer sobre os limites a nordeste da reserva indígena Waimiri-Atroari.⁵² Apesar da falta de consistência do relatório,⁵³ o mesmo serviu de base para o Presidente da República assinar o Decreto 86.630/81, revogando toda a legislação anterior sobre a reserva indígena Waimiri-Atroari, considerando-a como "área interditada temporariamente para fins de atração e pacificação dos índios Waimiri-Atroari", modificando os limites a leste deixando de fora 526.800 hectares que era exatamente a área requerida pela Jatapú Mineração Indústria e Comércio.⁵⁴

Consolidados em benefício da empresa de mineração os limites a leste, novas ações foram perpetradas visando a diminuição não da reserva que legalmente já não mais existia, porém da "área interditada temporariamente".

Logo após a assinatura do Decreto que modificou os limites, a empresa Acaraí Indústria de Mineração Ltda solicitou, em 30 de dezembro de 1981, através do processo 880.226/81-DNPM, autorização para pesquisar cassiterita no rio Alalaú em área "totalmente incidente sobre a área indígena Waimiri-Atroari, interditada para fins de atração e

⁵². José Porfírio F. de Carvalho. Op. cit., p. 116.

⁵³. O relatório contendo apenas duas páginas foi apresentado à FUNAI em Brasília pelo Cel. Ney Fonseca e pela Antropóloga Hildegart Castro Rick à época funcionários do órgão. Brasília, agosto de 1980, Processo 3929/81-FUNAI.

⁵⁴. José Porfírio F. de Carvalho. Op. cit., p. 117.

estudos".⁵⁵ No mesmo ano, a empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda solicitou à FUNAI permissão para construir uma estrada de 77 quilômetros ligando a BR-174 à área da Mina, dos quais 38 quilômetros estavam encravados em território indígena.

Apesar de vários pareceres técnicos contrários da própria FUNAI, a autorização para a empresa construir a estrada foi concedida. "Embora não se saiba que haja indígenas exatamente por onde vai passar a estrada, não se pode garantir que não seja área de caça ou de coleta porque não há estudos profundos sobre os costumes dos índios (...) Acredito assim que diante dos fatores apontados, não é aconselhável o empreendimento quanto à abertura da aludida estrada cortando a reserva".⁵⁶ No mesmo período, outro setor da FUNAI também emitiu parecer contrário: "Embora seja dispensável ressaltar a importância do empreendimento ao interesse nacional, convém alertar que apesar de todas as promessas feitas quanto a respeitar a integridade do patrimônio florestal, tais compromissos não costumam ser bem cumpridos e são conhecidos os precedentes (...) Acredito assim que diante dos fatores apontados, é desaconselhável o empreendimento quanto à abertura da referida estrada".⁵⁷ Finalmente, a Procuradoria Jurídica da FUNAI emitiu o seguinte parecer: "Todos os pareceres e informações técnicas

⁵⁵. Informação FUNAI 051/DF/DGPI/82, 17.03.1982.

⁵⁶. Informação 010/82/DGO/82-FUNAI, 26.01.1982.

⁵⁷. Memo. N° 10/82/AGESP/FUNAI, de 10.02.1982, que encaminha o Relatório da antropóloga Olga Cristina Ibanez-Novion.

e científicas proclamam por unanimidade a NOCIVIDADE e a INCONVENIÊNCIA da construção da estrada (...) Este dispositivo legal, se por si só não bastasse, a Constituição Federal e o Estatuto do Índio veda com clareza cristalina a construção da estrada por nociva e inconveniente aos trabalhos de atração e pacificação dos índios, com riscos e perspectivas evidentes de conflitos".⁵⁸

A autorização para a empresa construir a estrada foi concedida. O documento de autorização datado de 18 de junho de 1982 está acompanhado da seguinte justificativa: "Considerando que estudos acurados dos Ministérios do Interior e das Minas e Energia, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão de assessoramento do mais alto nível da Presidência da República, concluíram que o empreendimento minerador da Timbó Indústria de Mineração Ltda consulta os mais altos interesses nacionais".⁵⁹

Esta justificativa explicita os interesses envolvidos. De um lado os mais altos escalões da burocracia federal defendendo e garantindo os interesses das empresas mineradoras pertencentes ao grupo Paranapanema. De outro, alguns setores subalternos da FUNAI, sem poder de decisão, se colocando em defesa dos índios. Isto mostra que a intervenção do Estado para a produção do espaço na Amazônia comporta contradições dentro do próprio aparelho burocrático que por

⁵⁸. Parecer N° 28/PJ/82-FUNAI. Brasília, 21.05.1982.

⁵⁹. Processo FUNAI-3929/81, folha 292.

não ser monolítico representa diferentes interesses que em determinados momentos se colocam em posições antagônicas.

Mesmo antes de obter a autorização, a empresa iniciou a construção da estrada como pode ser constatado através dos radiogramas 223 e 286 da FUNAI, em que as equipes de campo do Órgão informam a abertura de "picada" ligando a BR-174 à altura do quilômetro 250 até a área da Mina, denotando a certeza de que a solicitação seria atendida.

Em 1984, a Mineração Taboca requereu a outorga da concessão para o aproveitamento hidroelétrico de um trecho do rio Pitinga. O Ministério das Minas e Energia através da exposição de motivos EM N° 91/84 encaminhou ao Presidente da República a minuta do Decreto que concedia à empresa permissão para a construção da referida hidrelétrica. O requerimento estava incompleto, pois a empresa não havia apresentado "comprovantes de aquisição do direito de ribeiridade ou do direito de dispor livremente das áreas de terra necessárias ao aproveitamento pretendido".⁶⁰ Também não acompanhavam o processo documentos que comprovassem não ser a área pretendida terra indígena, embora a própria Mineração Taboca reconhecesse em seu requerimento a presença de indígenas nas proximidades do local onde pretendia implantar a usina hidrelétrica.⁶¹

⁶⁰. Exposição de Motivos N° 91/1984 - Ministério das Minas e Energia, folha 2.

⁶¹. Idem.

Os documentos não podiam fazer parte do processo, pois o direito de ribeirividade era fornecido pelo INCRA e este não podia fazê-lo por ser parte da área requerida reserva indígena. Quanto à FUNAI, esta não foi aparentemente consultada, como fica patente no documento datado após a elaboração da minuta do Decreto de concessão, em que o Gabinete Civil da Presidência da República solicitava a manifestação da FUNAI.⁶² Como das vezes anteriores, a mineradora teve a sua solicitação deferida.

À medida que a empresa vê aprovada uma solicitação, imediatamente inicia outra, sempre buscando ampliar a área de domínio sobre o território indígena. Em 1987, a FUNAI assinou contrato com várias empresas de mineração, todas subsidiárias do grupo Paranapanema, para exploração de minerais em terras interditadas e de interesse dos Waimiri-Atroari. No ano seguinte, a FUNAI deixou de fora dos limites da reserva vários igarapés formadores do rio Alalaú, sendo o principal deles o igarapé Jacutinga, onde a empresa de mineração já havia iniciado a extração de cassiterita.⁶³ Já em 1985, em documento encaminhado para subsidiar o relatório do Grupo de Trabalho Waimiri-Atroari,⁶⁴ Schwade alertava sobre as pretensões da empresa mineradora em estabelecer como limite da reserva o igarapé Jacutinga, contrariando a idéia inicial

⁶². Aviso N° 278/84, do Gabinete Civil da Presidência da República.

⁶³. José Porfírio F. de Carvalho. Depoimento à CPI da Questão Mineral e Energética, p. 8.

⁶⁴. O Grupo de Trabalho Waimiri-Atroari foi criado pela FUNAI através da portaria N° 1898 de 03.07.1985.

dos membros do Grupo de Trabalho que pretendiam estabelecer como limites da reserva os igarapés formadores do rio Alalaú. Observava ainda que a empresa estava criando importantes benfeitorias além dos limites estabelecidos como área de influência indígena, e acrescentava: "Tudo isto significa que a empresa já ultrapassou profundamente os limites da área Waimiri-Atroari estabelecidos pelo Decreto N° 86.630/81".⁶⁵

Mas não foram apenas as empresas de mineração as únicas responsáveis pela redução da área Waimiri-Atroari. O próprio Estado, através da ELETRONORTE,⁶⁶ declarou de utilidade pública a área destinada à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina. O reservatório atingiu 1/3 da população indígena da época, inundando duas aldeias que tiveram de ser transferidas.⁶⁷ O governo do Estado do Amazonas também teve participação na diminuição da reserva indígena, concedendo, em 1971, 22 títulos definitivos incidentes sobre o território dos índios. Finalmente existem, protocolados no DNPM de Manaus, 13 requerimentos de pesquisa mineral incidentes sobre a área da reserva Waimiri-Atroari.⁶⁸

⁶⁵. Egídio Schwade e Doroti Schwade. Observações e propostas para o relatório do Grupo de Trabalho Waimiri-Atroari, agosto de 1985, p. 02.

⁶⁶. Decreto 85.898. Brasília, 13.04.1981.

⁶⁷. MAREWA. **Balbina catástrofe e destruição na Amazônia**, p. 18-9. Os próprios órgãos envolvidos reconheceram a existência de índios na área do reservatório. Duas aldeias, Taquari com 72 pessoas e Tabupunã com 35 pessoas foram transferidas. Waimiri-Atroari. FUNAI-ELETRONORTE, 1987, p. 11.

⁶⁸. CEDI/CONAGE, p. 65. O DNPM em Manaus nega essa informação. Entretanto, apresenta apenas uma relação

No processo de invasão do território indígena, há um estreito envolvimento de segmentos burocráticos assentados em órgãos públicos que cometeram inúmeros "enganos" quando se trata de mineração em áreas indígenas. No caso em análise os "enganos" ocorreram desde a concessão do alvará de pesquisa publicado em 31 de agosto de 1981, e anulado em 29 de setembro do mesmo ano, pois a área concedida estava em terras indígenas. Mais tarde, em 18 de julho de 1985, foi confeccionada no DNPM de Brasília a minuta da portaria de autorização de lavra para a Mineração Taboca, antes mesmo da referida empresa solicitar a aprovação do plano de lavra ao DNPM em Manaus. A portaria N° 1.180/DNPM que tratava da concessão de lavra foi assinada em 07 de agosto de 1985 e tornada sem efeito através da portaria 1395/85 do Ministro de Minas e Energia, de 11 de setembro de 1985.

Na análise do processo 880.406/80-9/DNPM chama a atenção o fato de que nos requerimentos para pesquisa mineral que incidiam sobre áreas indígenas, feitos por empresas do Grupo Paranapanema, não aparecem o nome da principal empresa do grupo, nem da Mineração Taboca.⁶⁹ Somente quando

genérica dos requerimentos sem especificar as áreas requeridas.

⁶⁹. O pedido de autorização de pesquisa que consta do referido processo foi solicitado pela Jatapú Mineração; a solicitante da retificação dos limites da reserva no processo FUNAI/1461/80 foi a Timbó Indústria de Mineração Ltda que também solicitou a autorização para construir uma estrada vicinal, conforme Processo 3929/FUNAI-BSB/81; a Acaraí Indústria de Mineração Ltda solicitou em 30 de dezembro de 1981, através do processo 880.226/81 do DNPM, autorização para pesquisar cassiterita no rio Alalaú. Além das empresas

todo o processo está consolidado, a partir de 1983 é que aparece o nome da empresa Mineração Taboca S/A nova titular da lavra e comercialização da Mina de Pitinga por força da transferência de direitos por parte da Jatapú Indústria e Comércio Ltda. Em 27 de fevereiro de 1985, a Mineração Taboca passa a deter todos os direitos sobre a província mineral de Pitinga e pela primeira vez no processo aparece referência ao Grupo Paranapanema.

A ocupação das terras Waimiri-Atroari por Grandes Projetos públicos e/ou privados foi empreendida a partir da atuação direta do Estado. Houve ações da FUNAI, em estreita articulação com as forças de segurança, principalmente o Exército, através do 2º GEC, com os órgãos ligados à política mineral e aos transportes, (DNPM e DNER, respectivamente), que contaram com apoio do Governo do Estado, através do DER-AM. Não foram ações isoladas, mas de uma política do Estado que visava à integração acelerada dos

acima, Carvalho relacionou as seguintes empresas ligadas ao Grupo Paranapanema: Mineração e Comércio Anauá Ltda, Mineração e Comércio Maracajá Ltda e a Abonari Mineração Ltda como signatárias de um contrato assinado com a FUNAI em 1987, para a exploração mineral em área interdita para fins de demarcação da reserva indígena Waimiri-Atroari. José Porfírio F. de Carvalho. Depoimento à CPI da Questão Mineral e Energética, p. 8. Com exceção da Paranapanema S/A Mineração Indústria e Construção, Inscrição Estadual 4169690.5 e Mineração Taboca S/A, Inscrição Estadual 4185835.9, as demais empresas, não constam da relação das indústrias de extração mineral localizadas no Estado do Amazonas, conforme documento encaminhado à CPI da Questão Energética e Mineral da Assembléia Legislativa pela SEFAZ. Secretaria de Estado da Economia, Fazenda e Turismo. Produção Mineral e Energética do Estado do Amazonas, 1992, p.1-2.

Waimiri-Atroari, inserindo-os de forma coercitiva à sociedade nacional.⁷⁰ Mais do que isso, visava fundamentalmente à expropriação das terras indígenas, possibilitando a exploração de suas riquezas.

Um dos coordenadores da Frente de Atração Waimiri-Atroari declarou em 1975, quando estava sendo iniciada a ocupação do território indígena: "Hoje em dia vamos em missão de paz, de amizade com os índios, mas na verdade estamos trabalhando como ponta de lança das grandes empresas e dos grupos econômicos que vão se instalar na área. Para o índio fica difícil acreditar em missão de paz se atrás de você vem um potencial de destruição".⁷¹

O processo de destruição contém a possibilidade da reconstrução que se dá a partir da resistência. Por isso, apesar de tudo, os índios resistem. A sua reação pode ser vislumbrada através da ligeira recuperação nos índices de crescimento populacional conforme mostra a Tabela N° 09.

Tabela N° 09

Evolução da População Waimiri-Atroari 1983-1993.

Ano	Quant.	Fonte	% crescimento
1983	332	Baines	
1987	420	Márcio Silva	26,5
1991	505	Programa Waimiri-Atroari	20,2
1993	600	"A Crítica" 02.05.93	18,8

Org: José Aldemir

⁷⁰. Stephen G. Baines. Op. cit., p. 95.

⁷¹. Apud. Egídio Schwade. **Calha Norte: Waimiri-Atroari - uma experiência ilustrativa.**

A tabela mostra que o percentual de crescimento populacional dos Waimiri-Atroari não é tão elevado o quanto apregoado por aqueles que tentam ver nisto um aspecto positivo do avanço da fronteira sobre o território indígena. Há um processo de recuperação demográfica. Entretanto, as taxas de crescimento têm sido gradativamente decrescentes, 26,5% de 1983 a 1987, 20,2% entre 1987 a 1991 e 18,8% entre 1991 a 1993. Em 1991, Márcio Silva chamou atenção para a diminuição dos índices de recuperação demográfica da população Waimiri-Atroari que além de decrescerem nos últimos anos são menores que os índices de crescimento existente no período anterior à construção da estrada.⁷²

Existiu, nos diversos momentos do processo de ocupação das terras dos Waimiri-Atroari, uma rede de colaboradores das empresas interessadas,⁷³ em especial da Paranapanema, atuando nos vários órgãos públicos, defendendo os interesses das empresas em detrimento dos interesses dos índios. Esta rede de colaboradores está na reserva indígena, em Presidente Figueiredo, em Manaus e principalmente, nos mais altos escalões burocráticos de Brasília. É um processo em que o Estado participa diretamente da expropriação dos territórios indígenas, a partir de determinada estratégia de

⁷². Taxa de crescimento da população Waimiri-Atroari cai nos últimos quatro anos.

⁷³. Segundo José Porfírio de Carvalho, Depoimento à CPI da Questão Mineral e Energética.

dominação que se dá através da interferência na produção do espaço. Esta estratégia obedece a lógica de reprodução de valores da produção capitalista.



1/11

Revista 11/1

4. O Estado e a produção do espaço na Amazônia

- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

- Sem pedras o arco não existe.
Ítalo Calvino. **As cidades invisíveis.**

Desde a chegada dos europeus na Amazônia, foram produzidas diferentes formas espaciais para servir de base ao desenvolvimento de novas atividades econômicas que se chocaram com as relações de produção até então existentes. Estas estavam fundamentadas em relações simples do homem com a natureza de onde era retirado o necessário à sobrevivência do grupo. Não significa dizer que as relações sociais predominantes estivessem isentas de conflitos e tampouco eram harmoniosas, mas estavam orientadas pelo uso.

Em 1859, após mais de dois séculos de contatos, é significativo a respeito das relações de troca o que relata um viajante europeu. "Comprei de um índio Ticuna um arco e uma bela flecha para pescar pirarucu. Quando ia saindo com esses objetos, o índio me disse com tristeza: Mas você não pesca pirarucu e eu não posso mais ir a pesca. Deixei-lhe então a flecha, recebendo em troca duas inferiores e dei-lhe ainda uma pequena gratificação. O índio manifestou grande alegria porque podia ir pescar e tinha ganho algum

dinheiro".¹ As relações de troca estavam baseadas no uso. Para o índio, a flecha tinha um valor inerente ao uso enquanto instrumento necessário à sua sobrevivência. Portanto não compreendia a utilidade de um utensílio de pesca nas mãos de um estrangeiro que não sabia pescar.

O espaço estava "organizado" para garantir formas simples de sobrevivência do grupo. Mas estas relações se transformaram quando passaram a ser mediadas por interesses longínquos, cada vez mais afastados das possibilidades de relação com o espaço próximo. As relações sociais de produção passaram a depender de fatores externos que ultrapassaram o lugar.² O espaço passou a ser penetrado e moldado por interesses distantes dele,³ predominando relações sociais mediadas pelo mercado. Não foi um processo diacrônico, nem atingiu ao mesmo tempo todos os lugares da Amazônia. Porém configurou-se numa tendência que no final do século XX revela contradições calcadas na lógica do avanço de novas relações sociais de produção que de um lado introduz tecnologia, modernização dos meios de produção e do outro caracteriza-se pelo genocídio às populações indígenas e degradação do meio ambiente, destruindo as relações sociais existentes e sendo incapaz de criar novas que signifiquem a melhoria das condições de vida das populações locais à medida que destrói suas bases culturais.

¹. Robert Avé-Lallemant. **No rio Amazonas**, p. 174-5. (Grifos meus).

². Milton Santos. **Redescobrimo a natureza**. USP, 1992.

³. Anthony Giddes. **As conseqüências da modernidade**, p. 27.

Nesse processo, o Estado fixou sua "racionalidade", explodiu as relações sociais preexistentes, reorganizando-as em função das novas necessidades e para isso teve no espaço um elemento privilegiado.⁴ Na Amazônia, em diferentes épocas, o Estado produziu um espaço revelador de sua natureza imanente.

Tomando como exemplo o período da borracha, que vai de meados do século XIX até o final da primeira década do século XX, pode-se dizer que as relações sociais predominantes na Amazônia foram determinadas à região em última instância por interesses exógenos, mais precisamente dos países centrais, em especial Inglaterra e Estados Unidos. As relações sociais de produção que vigoraram na Amazônia no período da borracha não podem a rigor ser classificadas como relações capitalistas, embora a lei mais geral de reprodução fosse calcada no mercado e atendesse às exigências que o capital mercantil impunha para a comercialização de matérias-primas.⁵ O uso do dinheiro como moeda era restrito, sendo as relações de troca baseadas no escambo. O capital do seringalista era fictício, pois na maioria das vezes era emprestado e creditado à casa aviadora⁶ que por seu turno dependia de crédito dos grandes exportadores. Além disso, praticamente inexistia o trabalho assalariado.

⁴. Henri Lefebvre. **De L'État: Les contradictions de l'État moderne dialectique et de l'État**, p. 262.

⁵. Ver a análise de Francisco de Oliveira. **Elegia para uma re(li)gião**, especialmente sobre o algodão no Nordeste, p. 31

⁶. Roberto Santos. **História econômica da Amazônia**, p. 151.

Por outro lado, a atividade de extração do látex era feita de forma dispersa e isolada nos altos vales dos rios especialmente do Purus, do Juruá e do Javari contribuindo para a existência de um vínculo exclusivo do seringueiro com o barracão, o que restringia as possibilidades da utilização do dinheiro. Em decorrência, generalizou-se o aviamento como meio de troca nos seringais, contribuindo para a preservação da hierarquia do poder existente, reforçando e garantindo a dependência do seringueiro ao barracão. O trabalho nos seringais estava muito mais baseado em relações de "compadrio" do que em relações capitalistas. Em decorrência, se "engendrou uma moralidade própria eminentemente característica dos seringais em que se instituíam uma disciplina extra-financeira com catálogo de punições e a condenação dos desvios de produção".⁷

Mas o capitalismo não se restringe apenas às determinações do lugar. É preciso assinalar as determinações concretas que fazem um movimento de produção e reprodução e que extrapolam o lugar. No período da borracha foram criadas as condições que possibilitaram a internalização das atividades econômicas nos lugares mais centrais especialmente da Amazônia Ocidental através da introdução da navegação a vapor em 1853 e da abertura do rio Amazonas à navegação internacional em 1867, representando determinações exógenas. Tais determinações produziram uma nova espacialidade para

⁷. Ibid., p. 152.

atender às necessidade das relações sociais de produção que passaram a existir a partir de então.

O espaço foi engendrado em redes, ou seja, os rios se transformaram nas vias por onde se estabeleceram rotas, possibilitando a exploração dos seringais na busca do látex. Estabeleceu-se uma rede de circulação reveladora das relações de poder que não estava estrito mais às casas aviadoras locais mas se ligava aos interesses de grupos econômicos nacionais (Mauá, por exemplo), revelando o domínio do espaço por um certo segmento da classe dominante. Produziu-se um espaço social, que não perdeu as qualidades naturais intrínsecas. Os rios tornaram-se tanto meio como fim das determinações sócio-espaciais produtoras de um novo território.⁸ As grandes distâncias não foram obstáculos quando se tratou de estabelecer condições necessárias à exploração dos recursos naturais que em diferentes períodos eram explorados na Região.

No entanto, o espaço não se produz apenas pelas relações de classes, nem apenas pela relações de produção, mas pelas especificidades de sua própria produção⁹. São as relações sócio-espaciais resultantes do conhecimento acumulado que criam as possibilidades de estabilidade e de ruptura. Tais relações foram destruídas mas foram recriadas a partir de novas dimensões. Entretanto, "se por um lado era necessário que as condições de existência do antigo modo de

⁸. Claude Raffestin. *Por uma Geografia do Poder*, p. 158.

⁹. *Ibid.* p. 291.

vida fossem destruídas, com efeito, era igualmente necessário que preexistissem os elementos constitutivos do novo modo de vida, materialmente e em idéia".¹⁰ É este processo com múltiplas contradições e conflitos que dá a dinâmica da sociedade e que explica, no caso da borracha da Amazônia, a criação de mecanismos alternativos capazes de superar a crise da borracha, por exemplo.

No período mais recente, o papel do Estado no processo de produção do espaço na Amazônia é, em primeiro lugar, o de criar as condições gerais para atender às novas necessidades de expansão e reprodução do capital na região. Mas existem também objetivos geopolíticos baseados na ideologia da segurança e integração nacional e no controle das crises sociais. Essa ação do Estado toma forma a partir da criação ou reestruturação de vários órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e de empresas estatais cuja atuação não ocorreu de maneira episódica, mas constante como produtores e gestores do espaço.

Na década de 40, visando fazer frente à demanda internacional pela borracha natural, foi criado o Banco de Crédito da Borracha S/A, "conferindo-lhe a exclusividade das operações financeiras de compra e venda de borracha de qualquer tipo e quantidade, quer se destinasse o produto à exportação, quer ao suprimento de indústria nacional. Além dessa atribuição, competia ao Banco prestar assistência

¹⁰. Andre Granou. **Capitalismo e modo de vida**, p. 63.

financeira para extração, comercialização e industrialização da borracha".¹¹ No mesmo período foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública, cuja finalidade era prestar assistência médica e prover saneamento básico na Amazônia especialmente nas áreas urbanas.¹²

Com o término da 2ª guerra mundial cessa o interesse, especialmente dos Estados Unidos, pela borracha da Amazônia e novamente a crise se abate sobre a região. Novas medidas são adotadas visando a adoção de uma política econômica de valorização da Amazônia. A Constituição de 1946 estabeleceu mecanismos para a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e determinou à União, Estados e municípios da zona beneficiária a aplicar 3% do total da receita tributária, durante pelo menos 20 anos, no desenvolvimento regional. Sete anos depois foi estabelecida a área de abrangência do Plano e criada a Superintendência do

¹¹. O BASA e o desenvolvimento da Amazônia, p. 11.

¹². Adélia Engrácia de Oliveira. "Ocupação Humana", p. 264-6. A autora faz referência aos "Acordos de Washington", que além dos dois órgãos acima, criou a Rubber Reserve Company, responsável pelo transporte e suprimento de bens para os seringais; o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia e a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, responsáveis pelo recrutamento de mão-obra no Nordeste; a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico; a Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios com a finalidade de incrementar a produção agropastoril; o Instituto Agrônomo do Norte. Além disso foram instaladas Colônias Agrícolas e construído o Aeroporto de Ponta Pelada em Manaus. Ver também Miranda Neto. **O dilema da Amazônia**, p. 103/4.

Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, com a finalidade de executar o referido Plano.

A atuação do Estado para a produção do espaço representa uma intervenção intencional numa dada realidade gerando conflitos sociais, políticos e ideológicos. A determinação da área de abrangência do Plano de Valorização da Amazônia foi um processo cercado de intenso debate e embate político no parlamento, o que determinou sucessivas ampliações da área de atuação da SPVEA até atingir cerca de 60% do território brasileiro, constituindo-se no que ficou conhecida como Amazônia Legal.¹³

O dispositivo legal e a criação da SPVEA não surtiram os efeitos esperados quanto ao desenvolvimento da Amazônia. Os recursos financeiros investidos pela União na região ficaram aquém dos garantidos legalmente. Estima-se que entre 1955 a 1959 apenas 60% dos recursos orçamentários tenham sido destinados e aplicados na Amazônia.¹⁴ Além disso, a SPVEA não teve condições (organizacional, técnica e

¹³. A área de jurisdição da SPVEA, a Amazônia Legal, abrangeu os 3,5 milhões de km² da Região Norte mais a área ao norte do paralelo 16°S do estado de Goiás, além da área a oeste do meridiano 44°W do estado do Maranhão, o que significou a incorporação de mais 1,4 milhões de km² elevando a área total para cerca de 5 milhões de km² que foi sendo sucessivamente aumentada correspondendo a quase 60% do território brasileiro. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Amazônia: Monopólio expropriação e conflitos**, p. 11-2; Djalma Batista. **O complexo da Amazônia**, p. 34-5.

¹⁴. Anthony L. Hall. **Amazônia desenvolvimento para quem?**, p. 25.

política) para incorporar criativamente os efeitos de sua própria finalidade.¹⁵

Apesar de seus modestos resultados, a SPVEA representou uma tentativa de ação mais sistemática de atuação do Estado na Amazônia. A partir da década de sessenta essa atuação passou a ser mais agressiva e a SPVEA foi transformada na SUDAM com a ampliação e dinamização da sua ação visando criar as condições para o desenvolvimento das relações capitalistas na região.

O Governo Militar, pela sua natureza autoritária, conseguiu impor os instrumentos necessários à "integração" da região aos mercados nacional e internacional. A atuação do Estado foi direcionada à criação das condições de infraestrutura e de ação política visando incluir de forma cada vez mais explícita e profunda a região no contexto do "modelo econômico", ou seja, ao tipo de "capitalismo dependente" que o Estado brasileiro passou a adotar a partir de então.¹⁶

É necessário assinalar em primeiro lugar que esse processo é anterior ao Golpe Militar. Contudo, especialmente após 1966, passou a ocorrer de forma mais articulada; segundo, o processo de expansão do capitalismo para a Amazônia desencadeado na década de sessenta teria ocorrido com ou sem a Ditadura. É evidente que o desenrolar dos acontecimentos seriam diferentes,¹⁷ pois possivelmente haveria

¹⁵. Octávio Ianni. **Estado e capitalismo**, p. 167.

¹⁶. Idem. **Ditadura e agricultura**, p. 66.

¹⁷. José de Souza Martins. **Caminhada no chão da noite**, p. 75.

maior participação dos segmentos organizados da sociedade civil no controle da aplicação dos recursos e na cobrança dos direitos das populações locais.

Esses dois aspectos mostram que a expansão das atividades econômicas, embora fosse uma estratégia de integração nacional, na verdade criou as condições para uma integração mais ampla da Região à economia que se mundializa. É o que vai ocorrer com a implantação de Grandes Projetos minerais destinados basicamente à exportação.

A partir da década de sessenta, com a implementação da política de incentivos fiscais, foram criados ou redimensionados vários órgãos com atuação exclusiva ou não na Amazônia, tais como: SUDAM, SUFRAMA, BASA, INCRA, FUNAI e programas como o PIN, GETAT, GEBAM, PROJETO RADAM, PROTERRA, ENERAM, além dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia e da reestruturação do setor militar, com a criação do IV Distrito Naval e a transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus. Todo este aparato visava pôr em prática uma estratégia nova de expansão do capital para a Amazônia sob o comando do Estado e baseada no "modelo de desenvolvimento" econômico e de segurança nacional. Estabeleceu-se uma estreita relação entre o Estado e o espaço, ocorrendo o engendramento de um pelo outro. Como conseqüência, produziu-se uma paisagem com amplitude e profundidade que não existia anteriormente, tornada conhecida e disponível à exploração, sendo para

isso preciso dotar a região da infra-estrutura necessária à consecução desta estratégia.

O Projeto RADAM, por exemplo, constituiu-se no suporte técnico que a partir dos recursos tecnológicos mais avançados da época, estabeleceu o primeiro levantamento aerofotogramétrico de porte na região capaz de possibilitar o conhecimento de recursos naturais, confirmando a existência de recursos minerais, solos com potencial agrícola, bem como o potencial de riqueza da flora. Este mapeamento abriu caminho para que se considerasse o espaço disponível à apropriação para usos privados e para a determinação do planejamento estatal, acentuando de forma mais rigorosa o processo de "ocupação" da Região que havia se constituído prioridade máxima a partir de 64.

A estratégia do Estado estava baseada na doutrina da segurança nacional, em princípios geopolíticos e na ideologia de integração da região aos centros hegemônicos. Isso visava atingir dois objetivos: internamente, estabelecer um fluxo migratório controlado, aliviando tensões sociais em outras regiões do país; externamente, além da preocupação com as fronteiras setentrionais, havia questões econômicas como a exploração de riquezas minerais e a criação de mercado para escoamento de bens de produção dos centros industriais para a Região.¹⁸

¹⁸. Ver a respeito principalmente: Octávio Ianni. **Ditadura e agricultura e Colonização e contra reforma agrária**; Bertha K. Becker. **Amazônia**; José de Souza Martins. **Os camponeses e**

A partir da década de oitenta, a produção do espaço na Amazônia enquadra-se na economia de exploração de recursos minerais em grande escala nos países subdesenvolvidos. A exploração mineral em grande escala está na lógica de uma economia que se mundializa, em que países centrais transferem atividades poluidoras do meio ambiente e grandes consumidoras de energia aos países subdesenvolvidos enquanto estes geram divisas que aliviem o pagamento do serviço de suas dívidas externas e transferem matérias-primas a baixos preços àqueles.

Na década de oitenta, aumentou significativamente a participação do Brasil no mercado mundial de produtos minerais. Esta tendência continua na década de noventa com o Valor da Produção Mineral Brasileira atingindo US\$ 12,5 bilhões em 1991 e uma ligeira queda em 1992 com a marca de US\$ 12,2.¹⁹

Os dados da Tabela N° 10 mostram que o Brasil ocupa posição de destaque no mercado internacional no que se refere à reserva e à produção de bens minerais.

a política no Brasil; Jean Hébette. "Grandes Projetos e transformações na fronteira".

¹⁹. MME - DNPM. Sumário Mineral, 1993, p. 09.

Tabela N° 10

Posição do Brasil no mercado mundial de bens minerais - 1992

Mineral	RESERVAS		PRODUÇÃO	
	Posição	Partic.	Posição	Partic.
Nióbio	1	86%	1	79%
Estanho	6	8%	2	14%
Ferro	5	8%	2	16%
Alumínio	3	12%	3	9%
Caulim	2	13%	-	-
Manganês	-	-	4	9%
Níquel	7	5%	-	-

Fonte: Sumário Mineral, 1993.

Por outro lado, à medida que aumenta a oferta de produtos minerais, diminuem os preços dos mesmos no mercado internacional, conforme mostra a Tabela N° 11 para o caso específico do estanho, cujo preço caiu a menos de 1/3 entre os anos 1980 a 1991

Tabela N° .11

Preço médio do estanho no mercado internacional 1980-1994

ANO	US\$/Tonelada
1980	16.700
1981	13.636
1982	12.949
1983	12.728
1984	12.224
1985	11.493
1986	6.469
1987	6.895
1988	7.059
1989	8.896
1990	6.100 (1)
1991	5.500 (2)
1992	6.000
1993	5.230 (1)
1994	5.615 (1)

(1). Referente ao mês de junho; (2). Idem do mês de março
 Fonte: London Metal Exchange publicado no Jornal "Folha de São Paulo", 1991-1994. Revista EFICAZ, 1990.
 Org: José Aldemir

A tabela N° 11 mostra que os preços do estanho diminuem mais significativamente a partir de 1985, quando aumenta a produção de Pitinga. É claro que a queda dos preços não foi motivada unicamente pela produção de Pitinga, mas é importante assinalar que a exportação de estanho pelas empresas do Grupo Paranapanema representou 11,75% em 1985 e 13,0% em 1986 da produção mundial de estanho. Este período correspondeu à maior queda de preços no mercado internacional.

O planejamento do Estado emergiu como uma forma de intervenção no espaço, fragmentando-o e produzindo-o para fazer frente às novas necessidades de reprodução do capital em escala regional, nacional e internacional. Não ocorreu apenas a presença de um Estado mediador mas de um Estado capturado por interesses que levassem a Região à integração nacional.

O caráter regulador do Estado estabeleceu uma separação social que espacialmente se explicita através das diferenças sócio-econômicas e culturais configuradas numa complexa hierarquia social que se evidencia mais do que nunca como hierarquia espacial. O exemplo disso são as vilas de Balbina e Pitinga onde cada morador ocupa o seu "pedaço" de acordo com a sua relação com as empresas.

Por outro lado, a ação do Estado não se limitou a gerir as relações sociais pelas vias das instituições. Sua atuação para o controle da vida social e privada das pessoas

se deu por uma via indireta mas não menos eficaz, servindo-se de um instrumento privilegiado, o espaço.²⁰ A construção da BR-174, o mapeamento realizado pelo RADAM e os projetos de pesquisa mineral desenvolvidos no alto Alalaú, a construção da hidrelétrica de Balbina, a delimitação da reserva indígena e seu desmembramento para atender aos interesses das empresas mineradoras são ações diretas do Estado sobre o espaço.

O espaço que resultou desse processo caracteriza-se pelo controle estatal que tende a impor um caráter homogêneo, ao mesmo tempo que fragmentado. A tendência à homogeneização ocorre porque o espaço passa a ter uma equivalência, é trocável podendo ser comprado, vendido ou concedido. Em decorrência, fragmenta-se, passando a ser tratado como lote, parcela, gleba, reserva, módulo etc. Passa a se constituir num espaço lógico, embora a lógica do conjunto homogêneo seja desmentida pela fragmentação do detalhe.²¹

A fragmentação do detalhe dá a dimensão do conflito que se estabelece no lugar. O espaço local é o espaço da vida, da resistência, colocando-se como uma contraposição à homogeneização. Neste sentido, o mesmo processo que tende a homogeneização produz o seu contrário, a resistência e a luta pelo direito a um espaço social diferenciado.

A produção do espaço não se dá dissociada da conjuntura acima analisada. A atuação do Estado sobre o

²⁰. Henri Lefebvre. Op. cit., p. 303.

²¹. Ibid., p. 291.

espaço visa o controle sobre as atividades sociais, estabelecendo um espaço político. Esse espaço político comporta conflitos. O espaço passa a ser vendido e comprado, passa a ter valor de compra que se sobrepõe ao valor de uso. Ao mesmo tempo que o espaço se insere no mundo da mercadoria, ele possibilita a emergência das forças sociais que passam a se opor ao poder estabelecido.²² A tentativa da organização do Sindicato em Pitinga, a lutas dos moradores do Uatumã são pequenas grandes lutas que mostram o inconformismo dos pequenos com o poder dos grandes. "Nós aqui somos os pequeninos a lutar contra os grandes. Só tem grande pra brigar contra nós, a ELETRONORTE, a Prefeitura e agora a Jayoro. Não temos nenhum poder, mas muita fé, pois se a gente juntar nossa grande fé a gente vence o poder dos grandes".²³

As novas relações sociais de produção não se instalaram no vazio. Em decorrência, conflitos se estabeleceram com o Estado impondo a sua "racionalidade" com o objetivo de controlar e de estabelecer as condições que tendenciem a homogeneização do espaço, dominando-o para viabilizar o avanço da fronteira para o capital. Este processo de produção e reprodução não ocorre de forma autônoma nem homogênea, nem concomitante em todos os lugares da Amazônia. Ele se realiza em alguns lugares onde existem as condições necessárias a sua reprodução. Produz-se um espaço

²². Ibid., p. 313.

²³. Depoimento de um morador da BR-174 na altura do quilômetro 137.

político a partir de um processo conflituoso, mas persistem os resíduos.

E quais são estes resíduos? O capitalismo não se produz somente pelas relações econômicas, mas também pela reprodução das relações sociais específicas que resultam não apenas da produção e reprodução do espaço, mas também da e na repetição dos gestos, dos atos, da cultura e do cotidiano das pessoas. É neste espaço fragmentado e tornado mercadoria, que as relações sociais são destruídas e recriadas. As formas de produção do espaço criam as condições de passividade e de ruptura. Explodem os espaços anteriores e emerge o espaço possível que não restaura o lugar como era antes, mas o recria em outras condições. Este processo de recriação tem outras dimensões que fogem ao controle e à determinação estatal.

Um dos fatores que materializam a tentativa do Estado em produzir um espaço hegemônico, hierarquizado e controlado é a criação dos Grandes Projetos públicos e/ou privados que funcionam como verdadeiros enclaves, como é o caso do Projeto de Pitinga e da Usina Hidrelétrica de Balbina.

A criação dos Grandes Projetos já estava delineada no Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA-1975) que enfatizava a importância e a necessidade da exploração mineral na Região e recomendava a intensificação da pesquisa do subsolo, bem como da criação da infraestrutura necessária a atender às novas demandas decorrentes

da instalação de Grandes Projetos, especialmente estradas, portos e energia. Através do POLAMAZÔNIA, "pretendia-se ampliar a exploração dos recursos naturais da região e com eles abrir novas frentes para a conquista de mercados externos".²⁴

A criação dos Grandes Projetos não estava restrita à Amazônia nem ao Brasil, pois se constituía numa estratégia de planejamento econômico adotado para vários países periféricos, atendendo a recomendações de organismos financeiros internacionais, visando garantir o abastecimento de matérias-primas essenciais aos países industrializados, bem como enfraquecer o poder de barganha dos países produtores em decorrência do aumento da oferta de produtos minerais no mercado internacional.²⁵

O Estado criou condições que possibilitaram a modificação da legislação mineral facilitando a atuação de empresas estrangeiras. Através do Decreto-Lei 227 de 28 de fevereiro de 1967 foi modificado o Código de Mineração, permitindo o acesso ao subsolo às empresas estrangeiras, tanto para pesquisa como para lavra mineral. Pela nova legislação²⁶ a atividade de mineração poderia ser realizada por firma individual de brasileiro ou sociedade organizada no País que estivesse autorizada a funcionar como empresa de mineração. Pela mesma lei, Empresa de Mineração é toda "...

²⁴. Adélia Engrácia de Oliveira. Op. cit., p. 274.

²⁵. José Marcelino M. da Costa. "Crise, Grandes Projetos e perspectivas da Amazônia", p. 11.

²⁶. Art. 79 do Decreto-Lei 227, Código de Mineração, p. 78.

firma ou sociedade constituída e domiciliada no País, qualquer que seja sua forma jurídica, entre cujos objetivos esteja o de realizar aproveitamento de jazidas minerais no território nacional".

A nova lei garantia o acesso de empresas estrangeiras aos recursos minerais existentes no Brasil, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela N° 12

Principais descobertas minerais na Amazônia 1952-1974

Ano	Local	Subst. Mineral	Descobridor
1952	Rondônia	Cassiterita	Garimpeiros
1955	Médio Amazonas	Salgema	Petrobrás
1958	Médio Tapajós	Ouro	Garimpeiros
1963	Tapajós	Cassiterita	Garimpeiros
1966	Sereno-PA	Manganês	CODIM-Union Carbide
1966	Trombetas-PA/AM	Bauxita	ALCAN
1967	Carajás	Ferro	Meridional (USS)
1967	Buritirama-PA	Manganês	Meridional (USS)
1968	Amapá	Caulim	Grupo Ludwig
1969	Maraconai-PA	Titânio	CODIM-Union Carbide
1969	Maicuru-PA	Titânio	Meridional (USS)
1970	V. Guilherme-PA	Cassiterita	IDESP/PROMIX
1970	Mocabo-PA	Cassiterita	PROMIX
1970	Paragominas-PA	Bauxita	RTZ
1970	Capim-PA	Caulim	CPRM/Mendes Júnior
1971	Azul-Carajás	Manganês	AMZA/CVRD
1971	Quatipuru	Níquel	DOCEGEO
1972	Paragominas	Bauxita	DOCEGEO
1972	Almerim-PA	Bauxita	DOCEGEO
1973	Almerim-PA	Bauxita	DOCEGEO
1973	Onça-Puma-PA	Níquel	INCO
1974	Itamaguari	Gipsita	CPRM
1974	A. Vicente-PA	Cassiterita	DOCEGEO
1974	Vermelho-Carajás	Níquel	AMZA-CVRD
1974	Bahia-Carajás	Cobre	DOCEGEO
1974	N5 - Carajás	Bauxita	AMZA-CVRD
1975	Seis Lagos-AM	Nióbio	RADAMBRASIL
1975	Surucucu-RR	Minérios Radioativos	IDEM
1976	MM1- Carajás	Cobre	AMZA-CVRD
1976	Andorinhas-PA	Ouro	DOCEGEO
1977	Solobo-Carajás	Cobre	DOCEGEO
1979	Comoai-PA	Bauxita	DOCEGEO
1980	Serra Pelada	Ouro	Garimpeiros

Extraído de: Breno Augusto dos Santos, 1983 p. 12-3

A tabela demonstra que entre 1964 e 1974, período que vai do golpe militar à elaboração e implantação do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, ocorreram as maiores e principais "descobertas" de jazidas minerais na Amazônia. Das 34 jazidas descobertas, 23 foram neste período representando 67,64%, sendo que, destes, 43,47% foram descobertas por empresas estrangeiras individualmente ou em associação com empresas nacionais.

A partir das descobertas dessas jazidas e da conjuntura interna e externa, a produção do espaço visou atender a uma perspectiva da economia que se mundializa pela transferência progressiva da localização de indústrias de beneficiamento de minérios, fechando usinas em países desenvolvidos reimplantando-as nos países periféricos, em decorrência dos custos de produção especialmente de energia.²⁷ Por outro lado, atende também a uma afirmação do Estado Nacional pela forte atuação de empresas estatais cuja postura vai além de uma empresa pública nacional, passando a atuar associadas a empresas estrangeiras, criando condições para a produção de espaços transnacionais dentro do território nacional em projetos que atendem muito mais aos interesses externos do que as reais necessidades do país.²⁸

²⁷. Marcos Dantas. "A questão do alumínio", p. 17-8.

²⁸. Bertha K. Becker. "Grandes Projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia", p. 8/12.

A produção do espaço na Amazônia, mais que uma ação do Estado, é também a construção do Estado na região. Este aspecto torna a Amazônia vital para a consolidação de um projeto de Estado baseado na unidade e na integração do território. Daí decorre o empenho na produção de um espaço não apenas do ponto de vista econômico, mas também social, cultural e ideológico. Esta ação do Estado se viabilizou através do financiamento às empresas e da criação de condições para que as mesmas se apropriassem de grandes extensões de terras, pela concessão de incentivos e isenção fiscais e pelo planejamento e construção de uma extensa rede de transporte, comunicação e telecomunicação.

O controle sobre o espaço possibilitou que tal ação estivesse sempre voltada para atender aos interesses dos poderosos em detrimento dos interesses dos índios, posseiros, pequenos agricultores, que foram e estão sendo continuamente empurrados para novas fronteiras. Esta estratégia não é exclusiva para a Amazônia, mas estava e está baseada no modelo de crescimento econômico existente no país, que teve, recentemente, nos Grandes Projetos um de seus pilares pela possibilidade de exportação de minerais em grande escala.

No caso específico do Estado do Amazonas, este processo se intensificou a partir da década de oitenta, mantendo a tendência na década atual. Excetuando o Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, cujas primeiras empresas se implantaram no final da década de sessenta, os Grandes Projetos só começaram a ser instalados no Amazonas na década

de oitenta. Dois deles são analisados neste trabalho: a Usina Hidrelétrica de Balbina e o Projeto de Mineração Pitinga.

4.1. Os Grandes Projetos: espaço homogêneo e fragmentado

No capítulo 2 foram analisados os núcleos urbanos que dão suporte aos Grandes Projetos: as vilas de Balbina e de Pitinga. Retomo-os aqui na perspectiva de aprofundar a discussão sobre suas origem e natureza visando atingir a concretude da produção do espaço a partir de um caso específico em que a atuação do Estado ocorre na direção da homogeneização, através do planejamento, controle e hierarquização sócio-espacial. Ao mesmo tempo viso compreender as contradições e conflitos decorrentes desse processo, bem como as formas de resistência da população frente ao que lhe é imposto.

4.1.1. A Usina Hidrelétrica de Balbina

A construção de uma usina hidrelétrica para abastecer a cidade de Manaus começou a ser pensada quando o ENERAM realizou os primeiros estudos visando ao aproveitamento energético dos rios da Amazônia. No Estado do Amazonas, os estudos foram desenvolvidos entre 1970 e 1971 e

se limitaram ao levantamento do potencial do rio Jatapu. Na época, a CELETRAMAZON, empresa estadual de energia antecessora da CE-AM (Companhia Energética do Amazonas), realizou o reconhecimento sumário do rio Uatumã. Em 1972, a ELETROBRAS retomou os estudos anteriores com base no documento "Estudos Amazônia" que apresentava a viabilidade do aproveitamento hidroelétrico dos rios Uatumã e Jatapu, objetivando o suprimento de energia para a cidade de Manaus.

Com a criação da ELETRONORTE, em 1973, foi contratado o consórcio MONASA/ENG-RIO para proceder o inventário hidroelétrico da região e fazer estudos de viabilidade econômica do rio Uatumã. A partir desses estudos foi decidida a construção de uma usina hidrelétrica no rio Uatumã, sendo a concessão outorgada através do Decreto 79.321/77, visando o aproveitamento do trecho correspondente à cachoeira de Balbina. O mesmo consórcio responsável pelos estudos de viabilidade econômica foi encarregado de executar o projeto básico e a construção da infra-estrutura necessária ao início das obras. O consórcio MONASA/ENG-RIO repassou à Construtora Andrade Gutierrez a construção da estrada de acesso, da pista de pouso e dos serviços preliminares que antecederiam a pré-qualificação do contratante principal das obras civis e montagens eletromecânicas.²⁹

²⁹. ELETRONORTE. Usina Hidrelétrica de Balbina, outubro de 1979.

A partir de 1978 teve início a construção da estrada vicinal, com extensão de 72 quilômetros, ligando a BR-174 às margens do rio Uatumã, onde seria construído o canteiro de obras. Três anos após o início dessas obras, o Decreto N° 85.898/81 considerou de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras particulares localizadas num raio de 1.034.400 hectares, necessárias à implantação da hidrelétrica de Balbina. As obras da usina propriamente dita foram iniciadas em 1981 com previsão de conclusão inicialmente para 1985.³⁰ Este cronograma foi sucessivamente alterado e, somente em março de 1989, entrou em funcionamento a primeira turbina.

A hidrelétrica de Balbina foi, dos projetos públicos executados recentemente na Amazônia, o mais criticado. As críticas iam da inviabilidade econômica, ao impacto causado ao meio ambiente e ao desrespeito aos direitos das populações atingidas. A sua construção mostrou de forma inequívoca os resultados e os contrastes de um planejamento centralizado, autoritário e excludente que norteou a ação do Estado para Amazônia a partir da década de sessenta.

Todo o processo de construção da Usina foi caracterizado pelo desencontro de informações e por divulgação de informações que nem sempre correspondiam à verdade. No período de planejamento era dado como certo que a usina abasteceria cerca de 80% da demanda energética da

³⁰. Ibid., p. 3.

cidade de Manaus no período de 1985 a 1994 com uma potência instalada de 250MW.³¹ Depois este percentual foi sendo gradativamente reduzido, primeiro para 65,5% no período de 1987 a 1993³² e, finalmente, após o desvio do rio Uatumã, para 55%.³³

Mesmo considerando os dados iniciais ou as informações contidas no estudo de viabilidade econômica elaborado pela ELETRONORTE e pelo consórcio MONASA/ENGE-RIO em 1976, a Usina Hidrelétrica de Balbina é questionável do ponto de vista técnico e econômico³⁴ em decorrência da baixa vazão do rio Uatumã que não permitia que a potência instalada fosse atingida.

As estimativas iniciais de produção de energia feitas pela ELETRONORTE eram de 250MW. Fearnside questiona esta estimativa e sustenta que a produção é em média de 112.2MW.³⁵ Pelo dados de campo obtidos em fevereiro de 1992, a produção de energia de Balbina em 1991, atingiu a média anual de 133MW, sendo que no período de maior estiagem, esta média foi de 70MW.³⁶ A tabela a seguir mostra a produção média de energia da Usina de Balbina entre 1989 a 1993.

³¹. Ibid., p. 12.

³². ELETRONORTE, outubro de 1985.

³³. Idem. Boletim Informativo. Desvio do Rio, outubro de 1985.

³⁴. Philip M. Fearnside. **A hidrelétrica de Balbina: o faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia**, p. 3.

³⁵. Ibid., p. 6.

³⁶. Setor de Operações/Balbina, fevereiro de 1992.

Tabela N° 13

Geração média anual de energia da UHE de Balbina 1989-1993

Ano	Geração em MW
1989	110,8
1990	140,6
1991	133,8
1992	66,5
1993	136,2

Fonte: Setor de Operações UHE Balbina - 1994.

Mesmo considerando que os dados da Tabela acima são oficiais e em se tratando da ELETRONORTE nem sempre são confiáveis, é possível observar que eles estão aquém dos estabelecidos inicialmente. A média dos 05 anos foi de 117,5 MW significando 47% da geração prevista de 250MW.

Após a entrada em funcionamento da usina hidrelétrica, não foram publicados ou fornecidos dados oficiais do custo total das obras. Informações divulgadas por técnicos da ELETRONORTE em 1987 estimavam o custo da obra em US\$839 milhões e um ano depois em US\$ 1 bilhão.³⁷ Entidades não governamentais estimam o custo total da obra, excluindo os juros de empréstimos externos, em US\$1.2 bilhões.³⁸

Além da exclusão dos juros externos, no total acima também não estão incluídos o custo de manutenção da usina. Apesar da ELETRONORTE sustentar que as turbinas foram adaptadas às condições do rio e não apresentam os problemas

³⁷. Frank Tadeu Ávila, da ELETRONORTE, no Seminário sobre Energia na Amazônia Ocidental. Manaus, 28.11.1988. Anais na Revista Amazônia Brasileira em Foco, p. 84.

³⁸. CIMI Norte I, março de 1989.

de corrosão que atingiram os equipamentos de Coruá-Una,³⁹ em fevereiro de 1992, parte da tubulação apresentava corrosão. Em decorrência, uma turbina estava em manutenção para substituição de peças por material galvanizado com revestimento de fibra de vidro. Os técnicos da ELETRONORTE sustentaram que a corrosão atingiu apenas pequenas peças e não as turbinas como foi o caso de Coruá-Una.

Se, do ponto vista eminentemente econômico, Balbina é questionável, o impacto que causou à natureza é insustentável. O reservatório da hidrelétrica inundou uma área de 2.360km² de floresta equatorial,⁴⁰ sendo que apenas uma pequena área próxima da usina foi desmatada, submergindo 58.541mil m³ de floresta, dos quais 6.797.000 m³ são de madeira de lei.⁴¹ Toda essa madeira deixou de ser retirada, gerando um desperdício da ordem de US\$231 milhões.⁴² A ELETRONORTE tentou várias alternativas, como incentivar a exportação de madeiras em tora e até a utilização do "agente laranja",⁴³ pois o objetivo era limpar a área do reservatório

³⁹. Hidrelétrica situada perto de Santarém no Pará que teve a geração de energia interrompida por diversas vezes em decorrência de reparos feitos nas turbinas.

⁴⁰. ELETRONORTE, 1985. Os dados são controversos, mas todos estimam uma área de inundação igual ou superior aos dados oficiais. MAREWA estimou a extensão do lago de Balbina em 4.000km².

⁴¹. Inventário florestal da UHE de Balbina, p. 1 e 20 respectivamente.

⁴². O preço médio para a venda do metro cúbico de madeira de lei, em 1984, era de US\$34. Jornal "A Crítica", Manaus, 22.09.1984.

⁴³. Agente laranja é uma droga teratogênica composta de tetraclorofenoxiacetato (2-4-5-T) e diclorofenoxiacetato e

de qualquer maneira. Dois editais foram divulgados, reuniões com madeireiros foram realizadas sem resultados.

Ainda na fase de construção da barragem, tentando justificar para a opinião pública a utilização da madeira da área de inundação do lago, a ELETRONORTE divulgou várias reportagens com informações de que Balbina não era apenas uma hidrelétrica, mas um complexo energético com usinas movidas à lenha que era retirada da área do futuro reservatório. Passava-se a impressão de que toda a madeira existente na área a ser inundada estava sendo e continuaria a ser utilizada numa usina termoelétrica. "O complexo de Balbina é formado pela usina hidrelétrica no rio Uatumã com 250MW de capacidade, conjugada com uma usina térmica à lenha de 50MW (duas unidades de 25MW)".⁴⁴ No ano de 1993 a questão da madeira do lago de Balbina voltou a ser discutida pela ELETRONORTE que estava negociando a assinatura de um contrato operacional com uma *holding* italiana para a retirada de madeira do lago.⁴⁵

Mais do que a questão econômica, a grande área de floresta inundada tem implicações ambientais. O represamento ocasionou a morte da vegetação e o conseqüente desfolhamento das árvores, motivando um processo de decomposição. Junta-se a isso a baixa vazão do rio Uatumã, 19,7m³/segundo, que proporciona um tempo de residência bastante elevado, 14

tem sido utilizado como desfolhante. Júlio José Chiavenato. **O massacre da natureza**, p. 87.

⁴⁴. "Jornal do Comércio", 14.01.1984.

⁴⁵. Jornal "A Crítica", 14.03.1993.

meses,⁴⁶ resultando na diminuição da quantidade de oxigênio da água, especialmente na parte mais profunda do lago. Como a captação das turbinas ocorre exatamente na parte mais profunda do reservatório, a qualidade da água liberada na bacia de dissipação tem baixo teor de oxigênio, alta condutividade, além de forte odor. Disso resulta que a qualidade da água à jusante até a confluência com o rio Jatapu é imprópria para o consumo humano e para a sustentação da vida aquática.⁴⁷

A poluição do rio Uatumã à jusante explicita as contradições de um modelo de crescimento econômico que tem na natureza um objeto de intervenção e na população um instrumento do processo. Desde a fase de planejamento da Usina de Balbina, a ELETRONORTE desconsiderou a população à jusante, subestimando-a quantitativamente⁴⁸ ou minimizando o impacto que a barragem lhe causaria. Todavia, as entidades do movimento popular com o apoio da Igreja Católica através

⁴⁶. Philip M. Fearnside. Op. cit., p. 8.

⁴⁷. Fórum Permanente de Debates da Amazônia. Balbina 3 anos depois, 1992, p. 50.

Um ano depois, um Grupo de Trabalho da Universidade do Amazonas elaborou o relatório "O Diagnóstico Ambiental da Qualidade da água do rio Uatumã", concluindo que: "A qualidade da água do rio Uatumã à jusante da UHE-Balbina, não apresenta condições para o consumo sem tratamento convencional". **Monitoramento ambiental do Rio Uatumã**, p. 21.

⁴⁸. Número de pessoas à montante, 42; à jusante, 100. Informativo Corrente Contínua, maio de 1986. Posteriormente, a empresa reconheceu um número maior de pessoas a serem atingidas à jusante. Da barragem até a cachoeira Morena, 350; Da cachoeira Morena até o Igarapé do Abacate, 237. Informativo ELETRONORTE, Manaus, s/data.

da Diocese de Itacoatiara mostraram que a barragem atingiria mais pessoas do que a ELETRONORTE estava anunciando.⁴⁹

Com tantos "erros", fica uma questão: O que determinou a construção de uma obra com tantos equívocos? Balbina não se explica per se. Embora existam as especificidades, Balbina só se explica quando analisada como parte de um contexto mais amplo que inclui a produção e a reprodução do espaço para atender ao processo de integração nacional que significa enquadrar o território a um único e global modelo capitalista cada vez mais exigente de infraestrutura para fazer frente às necessidades de exploração dos recursos naturais da Amazônia.

Neste sentido, Balbina atendeu aos interesses de grandes indústrias produtoras de máquinas pesadas nacionais e estrangeiras.⁵⁰ Atendeu aos interesses comerciais do governo da França que concedeu créditos para a compra de

⁴⁹. Levantamento realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Figueiredo, com o apoio da Diocese de Itacoatiara, constatou 434 famílias num total de 1003 pessoas atingidas, incluindo a população da estrada. O Relatório do 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens apresenta 276 famílias.

⁵⁰. As principais empresas fornecedoras de equipamentos eletromecânicos para a hidrelétrica de Balbina foram: Mecânica Pesada, Asea Elétrica, Bardella Indústrias Mecânicas, BSI Indústria Mecânica, CGEE Alsthom do Brasil Indústria e Comércio, Inebrasa - Indústrias Eletromecânicas Brasileiras, Brown Boveri, Lorenzetti, Sigla Equipamentos, TUSA Transformadores, Villares Geração Elétrica, Alsthom Atlantique, Jeumont Schneider, Merlim Gerin, Neyrpic, Spie Batignolles e Thematome. Fonte. ELETRONORTE, 1985.

turbinas fornecidas por empresas francesas, subsidiárias do grupo Creusot Loire.⁵¹

Como outros Grandes Projetos, Balbina envolveu os interesses de grandes construtoras e consultores brasileiros. O consórcio que fez o inventário hidrelétrico da região Norte em 1973 foi o mesmo que realizou o inventário hidroenergético e o estudo de viabilidade econômica em Balbina e, mais tarde, desenvolveu o projeto básico e o projeto executivo. Portanto, só por conta da hidrelétrica de Balbina, o consórcio MONASA/ENGE-RIO permaneceu na região por mais de 15 anos: de 1973, quando realizou os primeiros estudos, até a conclusão da obra em 1989. Todas as obras civis foram executadas pela Construtora Andrade Gutierrez que instalou o canteiro de obras em fins de 1978, só saindo da área 11 anos depois.

No caso das grandes obras, há uma estreita relação entre os tecnoburocratas e as empresas construtoras que são beneficiadas com recursos públicos, em decorrência da criação de necessidades nem sempre voltadas para atender à população. Um bom exemplo disso, na mesma área, e como parte do mesmo projeto foi o asfaltamento da estrada vicinal e a construção do aeroporto de Balbina.

O aeroporto de Balbina, é sem dúvida, o exemplo mais fiel de como os tecnoburocratas tratam o dinheiro público. Durante a construção da usina havia uma pista de

⁵¹. A Neyrpic na França e a Mecânica Pesada no Brasil. FEARNSIDE, Philip M. op. cit., p. 16.

pouso num trecho da estrada próxima à cancela, servindo como base de apoio. Quando da conclusão da obra, o INFRAERO interditou esta pista por considerá-la clandestina. Imediatamente foi iniciada a construção de um aeroporto na área com custos estimados de US\$4 milhões,⁵² obra executada pela Construtora Andrade Gutierrez. Este aeroporto, muito bem equipado para os padrões da Amazônia, recebe um avião bimotor fretado à ELETRONORTE uma vez por semana e está praticamente abandonado.

Os interesses das grandes empresas, fornecedores, construtores e consultores mostram que os Grandes Projetos se enquadram numa determinação que articula a produção do espaço na Amazônia a uma reprodução mais ampla do sistema. Entretanto, este processo tem um correspondente local que o legitima e o reproduz, visto que garante a manutenção do poder de determinada fração da classe dominante. No caso de Balbina, esta fração de classe é um amplo leque que juntou segmentos gerenciais das empresas localizadas no Distrito Industrial, entidades empresariais ligadas ao antigo extrativismo, ao comércio tradicional de importação e de alimentação e o setor industrial representado na Associação Comercial e na Federação das Indústrias e finalmente segmentos de classe média ligados à estrutura de poder que deram sustentação aos vários governos nomeados pelos militares e, a partir da década de oitenta (1982), ao grupo político que se concentra em torno do governador Mestrinho.

⁵². Jornal "A Crítica" 24.12.1991.

Os interesses locais não são conflitantes com os mais gerais. Ao contrário, confundem-se e convergem atuando como legitimadores e justificadores da ação. Suprir à demanda energética da cidade de Manaus a partir de uma "fonte renovável de energia não poluidora" era a base do discurso oficial divulgado amplamente na Imprensa através de uma campanha publicitária denominada "**Balbina é nossa**", que tinha como *slogan*: "Quem está contra Balbina está contra você".⁵³ Além disso, eram realizadas palestras, especialmente em escolas, contando com o apoio dos segmentos empresariais e de políticos do PDS e mais tarde do PMDB.

Os políticos locais assumiram o discurso de que Balbina era a única grande obra federal para o Amazonas e, portanto, tinha que ser sustentada. "O governo queria dar uma grande obra ao Estado do Amazonas. O local alternativo mais próximo com potencial substancialmente melhor, Cachoeira Porteira, fica no Estado do Pará".⁵⁴ Portanto, Balbina tinha que ser construída a qualquer custo. Esse posicionamento pode ser avaliado pelo discurso de um ex-senador pronunciado no parlamento sobre a possibilidade de

⁵³. ELETRONORTE. A maravilhosa viagem da luz até a sua casa; Idem. Estação de piscicultura; Idem. Vamos conhecer nossa usina; Idem. Centro de Proteção Ambiental. Este último *folder* trazia na capa o Muiraquitã que, segundo o texto, havia sido resgatado pelo Projeto de Arqueologia. O amuleto que se encontrava no CPA desapareceu no final do ano de 1991, conforme reportagem do "Jornal do Brasil", de 03.11.1991, notícia confirmada no trabalho de campo por um dos pesquisadores citados na reportagem.

⁵⁴. Philip M. Fearnside. Op. cit., p. 3.

desativação da hidrelétrica, considerando que esse procedimento do Governo Federal visava "destruir o Estado do Amazonas (...) Todos devem se levantar para evitar a consumação de mais esse crime contra o povo amazonense",⁵⁵ ou na estratégia dos convencionais do PDS que ao apoiarem o candidato indicado pelo partido à Presidência da República levaram como reivindicação a garantia do cumprimento do cronograma de liberação de verbas para Balbina.⁵⁶

Os interesses econômicos locais também estavam relacionados à inundação de uma extensa área de floresta. Surgiram informações de que a inundação de uma área tão extensa com uma lâmina de água medindo em média 7 metros de profundidade era uma estratégia para facilitar a exploração de minérios, principalmente cassiterita.⁵⁷

A exploração mineral da área do reservatório ainda não se confirmou. Todavia, pesquisas neste sentido foram realizadas, como pode ser constatado através do Memo 97-1*/DR/84, em que a Delegacia Regional da FUNAI em Manaus comunicou à Brasília que a ELETRONORTE e o DNPM solicitaram autorização para pesquisar recursos minerais na área a ser inundada e que fazia parte da reserva indígena Waimiri/Atroari. Noutro comunicado, o DGPI, órgão da FUNAI em Brasília, informou que a ELETRONORTE e o DNPM pretendiam realizar pesquisas na área indígena Waimiri-Atroari, no mesmo

⁵⁵. Jornal "A Crítica", 11.06.1985.

⁵⁶. Jornal "A Crítica", 22.11.1981.

⁵⁷. Valdo Garcia. Jornal "A Crítica", 24.06.1985.

local. Na mesma época, a imprensa divulgou informação de que o DNPM estava pesquisando mineral na área do futuro reservatório de Balbina.

Os interesses econômicos locais também estavam relacionados à questão fundiária e a construção de Balbina poderia viabilizar a indenização de grandes latifúndios existentes na área da barragem. Com exceção das terras retiradas dos índios Waimiri-Atroari, quase toda a área inundada pelo reservatório pertencia a particulares. Em maio de 1986, a Justiça Federal publicou na imprensa de Manaus editais citando os proprietários da referida área.⁵⁸

A hidrelétrica de Balbina constitui-se numa sucessão de erros. Após a conclusão e a entrada em funcionamento da usina, técnicos da ELETRONORTE que defendiam a obra como de fundamental importância começaram a criticá-la. "A hidrelétrica de Balbina é um pecado. Hoje, sob qualquer hipótese, a ELETRONORTE não construiria uma outra Balbina, pois o projeto é economicamente inviável. Para cada quilowatt instalado, gasta-se US\$3.200 e fornece-se apenas 1/5 da energia que Manaus necessita".⁵⁹ Os mesmos técnicos também reconheceram as falhas de planejamento. "Esse

⁵⁸. Foram publicados 20 editais dos quais 14 lotes eram de proprietários conhecidos. Destes, 02 mediam 24.000.000 e 12 3.000.000 hectares; Dos 06 lotes de proprietários desconhecidos, 02 mediam 24.000.000 e 04 3.000.000 hectares. Dentre os proprietários citados, estão Francisco Scarpa, com um lote de 24.000.000ha e ADEMPAR Agropecuária com o mesmo tamanho. Jornal "A Crítica". Caderno de Editais, 08.05.1986.

⁵⁹. Jornal "A Crítica", 19.03.1989.

atraso pode ser atribuído à falta de experiência da ELETRONORTE em levantamentos cartográficos na região amazônica, o que, por muitas vezes, determinou alterações substanciais no projeto inicial".⁶⁰

Os erros ocorridos em Balbina tiveram, e continuam tendo, graves implicações sociais. Desde o fechamento das comportas, a população residente nas margens do rio Uatumã à jusante teve seu modo de vida alterado e não recebeu nenhuma compensação por isso. A ELETRONORTE não garantiu os direitos dos antigos moradores e não lhes restituiu as condições iguais às anteriormente existentes. Pessoas que moravam às margens do rio Uatumã há mais de 30 anos⁶¹ foram desalojados de suas colocações e não tiveram seus direitos reconhecidos.

Qual a situação da população que foi atingida pela barragem de Balbina após três anos da entrada em funcionamento da Usina? Prejuízos ocasionados aos moradores do rio Uatumã à jusante não significam apenas perdas materiais quantificáveis monetariamente, mas principalmente as perdas não visíveis de quem tem uma relação com o rio enquanto vida que se renova como as águas correntes. Só que o rio não mais existe enquanto centelha de vida. Perder o rio para o homem da Amazônia é quase como perder o ar que se respira.

⁶⁰. Jornal "O Liberal", 31.08.1988.

⁶¹. Tempo médio de residência das pessoas na área à jusante: 77% reside há mais de 10 anos; 25%, há mais de 30 anos; 8%, há menos de 2 anos. BERMUDES et alii. p. 11.

Mexeram com o rio e levaram parte da vida das pessoas que tinham pouco. Hoje não têm nada. Mexeram com o rio e acabou a quietação da vida que passava como a correnteza. O rio foi transformado e a vida nunca mais foi a mesma, mas ela precisa ser inventada, reinventada, revivida. Aquela gente às margens do Uatumã quer tão pouco, apenas viver. Não, aquela gente quer um rio.

A realidade do rio Uatumã após a entrada em funcionamento da UEH de Balbina está registrada em relatórios produzidos pelo Fórum Permanente de Debates da Amazônia e pela Universidade do Amazonas já referidos, em que são analisadas as condições ambientais e sociais existentes à jusante da barragem.

A população resiste recriando formas de sobrevivência. A caça e a criação de animais de pequeno porte substituí o peixe que se tornou escasso ou quase inexistente. Cacimbas e fontes existentes no interior da floresta são as alternativas para a busca de água, pois a água do rio continua imprópria para o consumo e os poços construídos pela ELETRONORTE não funcionam ou sequer foram concluídos. Plantam-se mais e em maior quantidade não só culturas temporárias, mas permanentes, para a alimentação e um pequeno excedente é vendido. Criaram-se práticas visando enfrentar a carestia e a dificuldade de circulação, pois os regatões praticamente sumiram da área. Com isso, alguns produtos de necessidade básica como açúcar e café passaram a

ser substituídos pelo cultivo da cana-de-açúcar e do café nas próprias comunidades.⁶²

Aos poucos estão sendo criados níveis de auto-suficiência. Para tanto, surgem formas de trabalho bem diferentes das anteriormente adotadas e buscam-se alternativas que possibilitem fazer frente a um novo espaço. Enfim, os moradores do rio Uatumã estão criando novas condições de sobrevivência sem nenhum tipo de compensação pelos prejuízos que tiveram. Isto, entretanto, não impede que continuem lutando para que seus direitos sejam reconhecidos e reparados, para que sejam restabelecidas as condições no mínimo iguais às anteriores.

A situação dos moradores do rio Uatumã revela uma relação entre o reconhecimento dos direitos e o espaço onde as pessoas vivem. Essa é uma das características fundamentais da Amazônia, a imposição de baixos padrões de cidadania às pessoas que moram no interior da região. Wanderley G. dos Santos fala de uma **cidadania regulada** cujas "raízes encontram-se não em um código de valores políticos mas num sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, (...) é definido por uma norma legal",⁶³ ou seja, cidadãos são aqueles que fazem parte de um grupo cuja ocupação está garantida em lei. Portanto, "a cidadania está embutida na profissão e os direitos de cidadão restringem-se aos direitos

⁶². Fórum Permanente de Debates da Amazônia, op. cit., p. 13-5.

⁶³. Wanderley Guilherme dos Santos. **Cidadania e justiça**, p. 75.

do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido em lei".⁶⁴ No caso dos moradores do Uatumã, o exercício da cidadania estaria aquém de uma regulamentação, pois o poder público impregnado de violência, intolerância e demais formas de controle e de intimidação, articulado com o populismo, o clientelismo impõe a "cidadania limitada",⁶⁵ cuja principal característica é a ausência de direitos.

A "cidadania limitada" se constitui num dos problemas fundamentais a ser considerado na construção de uma nova sociedade na Amazônia que só será realmente democrática quando for capaz de produzir um espaço onde os direitos de cada cidadão sejam considerados, respeitados e garantidos. No caso de Balbina, o Estado afunilou e concentrou as decisões num único centro de poder visando disciplinar as decisões que diziam respeito aos moradores atingidos pela barragem. Este poder não estava na área da barragem nem em Manaus, mas em Brasília, o que dificultou o acesso da população a quem realmente poderia decidir sobre as questões relativas, especialmente às indenizações.

⁶⁴. *Loco citato*.

⁶⁵. Ernesto Renan Freitas Pinto. "O Brasil mais esquecido", p. 20.

4.1.2. O Projeto Mineral de Pitinga

A exploração mineral na Amazônia faz parte da estratégia de uma economia que se mundializa cujos objetivos podem se resumidos em três aspectos: controle da oferta internacional de produtos primários por parte de países periféricos; manutenção e expansão do domínio sobre mercados consumidores existentes e potenciais; rebaixamento de custo de capital variável em decorrência da abundância da força de trabalho, produtividade adequada e remuneração salarial relativamente baixa.⁶⁶

O projeto de Pitinga se enquadra neste perfil e se constitui num complexo mineral explorado desde 1982 pela Mineração Taboca S/A, empresa do grupo Paranapanema que tem concessão para a lavra de cassiterita, zirconita, tantalita, columbita, e reservas já avaliadas de nióbio e tântalo e, em avaliação, de ítrio. Em 1992 foi descoberta criolita com reservas estimadas em 4 milhões de toneladas,⁶⁷ cujo processo de exploração através de uma mina subterrânea já teve o RIMA aprovado pelo IMA (Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas).

A cassiterita é o principal mineral produzido em Pitinga com 17.3 mil toneladas de estanho contido em 1991, representando 59% da produção nacional. Em 1992 a produção totalizou 14.853 toneladas de estanho contido que representou

⁶⁶ José Marcelino M. da Costa. Op. cit. p. 5.

⁶⁷ . Jornal "A Crítica", 15.02.1992.

54,5% da produção nacional. Esta produção se manteve mais ou menos estável de 1986 a 1991 com queda a partir de então (Tabela seguinte), acompanhando a tendência da produção brasileira que caiu em 1991 25,3% em relação ao ano anterior e em 1992 6% em relação ao ano de 1991.⁶⁸

Tabela N° 14

Produção de Estanho de Pitinga 1982-1994

ANO	Produção
1982	525 t
1983	4.963 t
1984	10.143 t
1985	15.711 t
1986	17.695 t
1987	17.342 t
1988	17.879 t
1989	15.320 t
1990	18.669 t
1991	17.300 t (1)
1992	14.853 t
1993	12.417 t
1994 (até julho)	5.549 t

(1) DNPM em Manaus 15.537t.

Fonte: DNPM 1994.

Sumário Mineral 1992-1993.

O projeto está localizado a cerca de 210 quilômetros ao norte da cidade de Presidente Figueiredo, próximo à divisa com o Estado de Roraima. (Mapa N° 2, página 17) Pitinga está inserido numa grande unidade morfo-estrutural denominada Planalto Dissecado Norte da Amazônia. A mina propriamente dita situa-se na porção norte do Cráton

⁶⁸. A produção nacional de estanho contido em 1991 foi de 29,2 mil toneladas e em 1992 de 27,5 mil toneladas. SUMÁRIO MINERAL 1992, p. 49. SUMÁRIO MINERAL 1993, p. 33.

Amazônico, na Província Amazônica Central e as mineralizações estaníferas estão relacionadas a dois corpos graníticos denominados Água Boa e Madeira.⁶⁹ A cassiterita é extraída em duas frentes de lavra: a de aluvião e a do jazimento primário da Serra do Madeira. No primeiro, os cursos d'água são desviados através de canais construindo-se lagoas para a prospecção do minério e posterior decantação. No segundo, é feito o desmonte por escavadeiras sendo os rejeitos depositados num vale. Ambos os processos estão sujeitos a impactos ambientais ocasionados pelo rompimento de diques, como já ocorreu em 1989, 1990, 1991 e 1992.⁷⁰

O último acidente ocorreu em abril de 1993 com o rompimento de cinco barragens de lagoas de decantação localizadas na área de lavra do igarapé Jacutinga, um dos tributários do rio Alalau que atravessa toda a reserva dos índios Waimiri/Atroari,⁷¹ conforme pode ser visualizado na Figura N° 1.

Na comunicação que a Mineração Taboca encaminhou ao IMA, a empresa revela a ocorrência de liberação de 2,3 milhões de metros cúbicos de água e aproximadamente 500 metros cúbicos de lama. Informa ainda que os diques rompidos

⁶⁹. Walid el Koury & Aldo Antonietto Jr. "Mina de Estanho de Pitinga", p. 202-4.

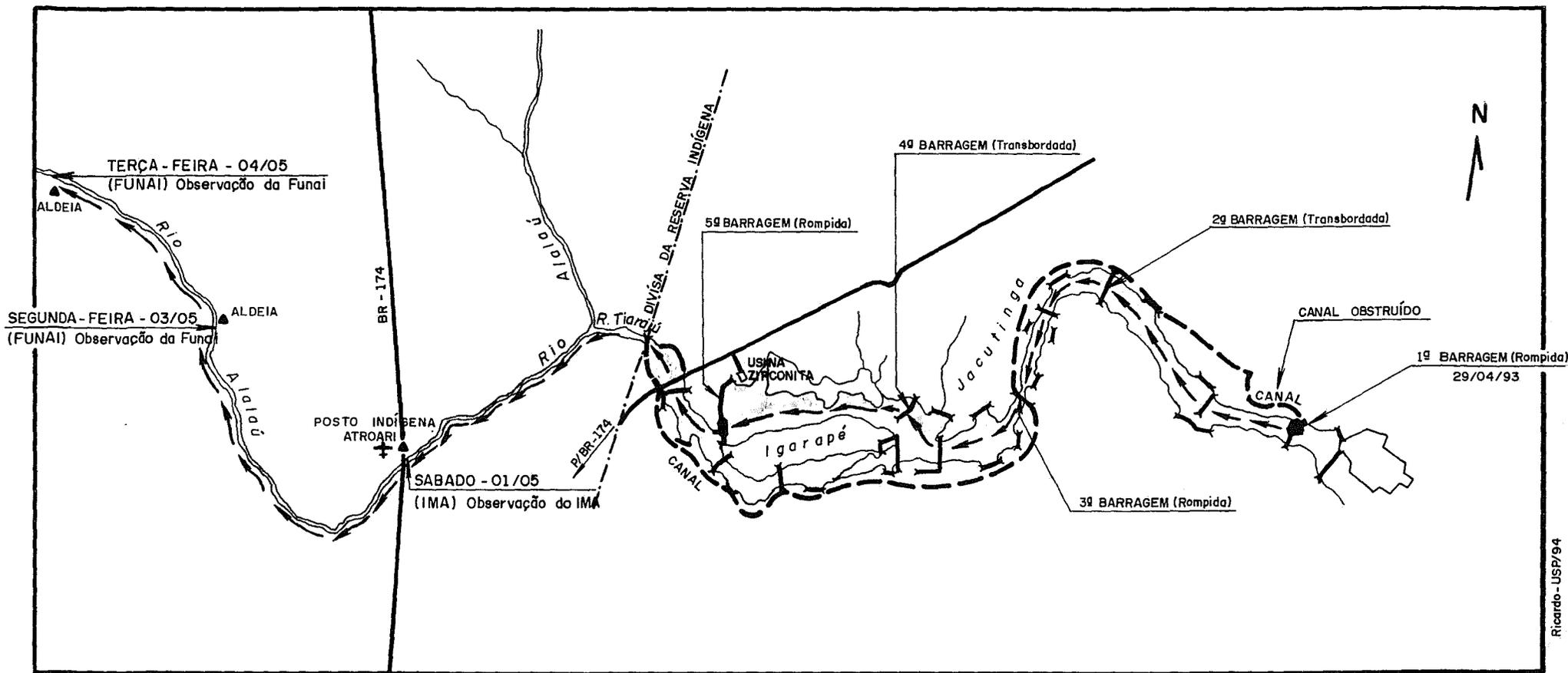
⁷⁰. Jornal "A Crítica", 02.05.1993. No processo N° 1851/89-IMA, existem dois Relatórios Técnicos sobre rompimento de barragens em Pitinga nos dias 19 de maio de 1989 e 10 de abril de 1990.

⁷¹. Jornal "A Crítica", dias 01, 06 e 11.05.1993. Jornal "Folha de São Paulo", 02.05.1993.

AMAZONAS

ESQUEMA DO ROMPIMENTO DE BARRAGENS NO PROJETO PITINGA 1993

FIGURA Nº 1



LEGENDA:

- BARRAGEM
- PERCURSO DA ÁGUA APÓS O ROMPIMENTO DA BARRAGEM
- CANAL DE DESVIO

Fonte: Adaptado a partir do Relatório do IMA - 1993.

estavam em estágio de decantação, não se encontrando em processo de lavra.⁷²

Em 1989, quando da realização de um Seminário em Pitinga, a Mineração Taboca entregou ao IMA o Plano Diretor Ambiental do Complexo Pitinga que previa a recuperação de áreas degradadas. À época já era possível perceber que a recuperação se concentrava exclusivamente nas chamadas áreas de servidão, pois na área de lavra não havia nenhuma proposta de recuperação, pois a empresa pretende realizar novas explorações para a retirada dos resíduos de cassiterita ainda existentes, estimados em 16%. Foi possível observar também que a recuperação era muito pequena comparada a dimensão do projeto e a extensão das áreas degradadas. A mesma impressão está contida num dos Relatórios Técnicos do IMA, quando faz referência a uma praga de lagarta que atingiu uma das áreas de recuperação.⁷³

No extremo leste do complexo, a empresa construiu uma hidrelétrica com capacidade de produção de 10.000kw, posteriormente ampliada para 12.000kw, inundando uma área de 70km² só de espelho d'água. Esta hidrelétrica foi ampliada com a UHE Pitinga 2, aumentando a potência instalada em 3.250KW. Existe um projeto com o RIMA já aprovado no IMA para a construção da UHE 40 Ilhas, situada a 07 quilômetros à

⁷². Relatório Técnico de Fiscalização do IMA, maio de 1993.

⁷³. Processo N° 1865 IMA, p. 250.

jusante das usinas em funcionamento, aumentando a geração de energia em 3.500 KW.⁷⁴

Outra questão ligada ao impacto ambiental de Pitinga refere-se à exploração de minerais com teores radioativos. Desde 1987, a Mineração Taboca tinha conhecimento da ocorrência de xenotima apresentando teores de radioatividade.⁷⁵ Em depoimento à CPI da Questão Energética e Mineral em 1992, tanto o Diretor da empresa como o Diretor do DNPM negaram a ocorrência desse mineral em Pitinga.⁷⁶ Porém, a xenotima não é o único mineral com teor de radioatividade explorado em Pitinga. Há também ocorrência de outros minerais com traços radioativos.⁷⁷

A ocorrência de minerais com teores radioativos em Pitinga sempre foi negada à opinião pública, tanto pelos órgãos públicos (DNPM e IMA) como pela Mineração Taboca. Entretanto, em 1992, em ofício encaminhado à CPI da Questão Mineral e Energética, o DNPM reconheceu a existência de urânio e tório⁷⁸ ocorrendo como impurezas na zirconita,

⁷⁴. Relatório de viagem à mina de Pitinga, 1989. As informações sobre a UHE Pitinga 2 e UHE 40 Ilhas foram retiradas dos Relatórios Técnicos de Engenharia das respectivas usinas elaborados por Intertechne Consultores Associados.

⁷⁵. Processo N° 880.406/80-9/DNPM.

⁷⁶. Havia, em 1992, um inquérito tramitando no Departamento de Polícia Federal, de N° 2-1203/89, referente à apreensão de 4.529k de xenotima em São Paulo, provenientes de Pitinga.

⁷⁷. Conforme comunicado da própria empresa ao DNPM em 07.03.1988. Processo N° 880.406/80-9/DNPM.

⁷⁸. A ocorrência desses dois minérios também aparece em um Relatório Técnico de Fiscalização do IMA que faz parte do Processo 1865/89-IMA, p. 199.

columbita e tantalita. Informou ainda que conforme prevê a legislação mineral vigente, a Mineração Taboca havia comunicado também à CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), que desde 1982 está fazendo o monitoramento na área da Mina com uma equipe técnica chefiada por um Físico Nuclear credenciado.⁷⁹ Ainda em 1992, as carretas que transportavam minério de Pitinga retornavam de Manaus com um estranho carregamento de minério, havendo suspeitas de que poderia se tratar de lixo atômico proveniente do Japão como parte de resíduos radioativos de minerais exportados para aquele país pela Paranapanema.⁸⁰

Quando as questões ambientais sobre Pitinga são levantadas, os órgãos públicos estaduais e/ou federais sediados em Manaus quase sempre saem em defesa da empresa mineradora, baseando seus argumentos em dois aspectos: 1) o impacto ambiental causado em Pitinga não é de grandes proporções; 2) o empreendimento gera benefícios sociais para o Estado através da geração de impostos e de empregos.

Sobre o primeiro argumento é necessário questionar o significado de um impacto ambiental de grandes proporções. Em 1993, as análises do nível de turbidez da água realizadas no dia seguinte ao acidente deram como resultados níveis cinco vezes superiores ao recomendado pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Não existe documentação do acompanhamento posterior quanto à fauna e à flora do rio nem

⁷⁹. Ofício 073/92-DNPM/AM, 04.06.1992.

⁸⁰. Jornal MIRAMIRÁ, N° 6, dezembro de 1992.

quanto ao efeito desse acidente para os índios Waimiri/Atroari. Além disso, quando ocorreram acidentes do mesmo nível em anos anteriores, a empresa se comprometeu a investir US\$100 milhões em obras corretivas e de prevenção e ao que parece não cumpriu a promessa. O que se questiona fundamentalmente é o pouco cuidado, para dizer o mínimo, que a empresa tem com o meio ambiente, como é o caso do aterro sanitário que faz parte do projeto de infra-estrutura urbana e que até fevereiro de 1994 ainda não havia sido construído adequadamente, conforme consta em vários relatórios de visitas de técnicos do IMA à área do Projeto. "Grande parte dos esgotos sanitários estão sendo lançados nas encostas em estado bruto".⁸¹

Há que se questionar, em primeiro lugar, o perigo da ocorrência de acidentes ambientais em Pitinga por atingirem tributários da bacia do rio Alalaú que banha as aldeias dos índios Waimiri-Atroari. Em segundo lugar, a falta de transparência, quer por parte da Mineração Taboca, quer principalmente por parte de órgãos públicos, em especial do DNPM e do IMA que dificultam o acesso à documentação e informações. Embora ainda timidamente, um primeiro passo foi dado para minimizar o problema com a realização de audiência pública para aprovação do RIMA do Projeto Criolita realizada em Manaus no início do ano de 1994.

No que se refere ao argumento de que o Projeto Pitinga é um grande gerador de impostos, pode-se contrapor

⁸¹. IMA - Relatório Técnico de Fiscalização de 12.02.1994.

outras questões. A tabela a seguir mostra o percentual de arrecadação do Município de Presidente Figueiredo em relação ao total de impostos arrecadados no interior do Estado.

Tabela N° 15

Percentuais de Arrecadação líquida de Impostos do Interior do Estado do Amazonas 1989-1993

Ano	P. Figueiredo %	2ª arrecadação %	Demais %	total %
1989	23,88	14,89 ¹	61,23	100,00
1990	28,03	9,82 ¹	62,15	100,00
1991	60,73	4,98 ¹	34,29	100,00
1992	56,16	3,74 ²	40,10	100,00
1993*	45,74	7,44 ³	46,82	100,00

¹Itacoatiara ²Tefé ³Maués *Exceto o mês de dezembro.

Fonte: Boletins - DAI-SEFAZ/AM, 1989-93.

Org: José Aldemir

A tabela demonstra o predomínio da arrecadação de Presidente Figueiredo sobre os demais municípios do Estado. Embora a tabela não explicita, é possível auferir que a maior parte dos impostos do Município provém de Pitinga.

A questão não se resume apenas ao quantitativo de impostos arrecadados, pois deve-se observar se o volume arrecadado corresponde ao total devido. Além disso se eles têm um correspondente qualitativo, ou seja, quais os benefícios gerados à população de Presidente Figueiredo.

Quanto ao primeiro aspecto, o volume arrecadado parece estar muito aquém do devido, em decorrência da sonegação e da inércia do Estado que não criou mecanismos de

fiscalização. Em 1991, a Associação Profissional dos Geólogos do Amazonas estimou a perda de receita por parte do Estado do Amazonas, somente no Projeto de Pitinga, da ordem de US\$ 63 milhões.⁸²

Em seu depoimento à CPI da Questão Mineral e Energética, o Diretor do DNPM-AM sustentou que o minério de Pitinga sai com nota fiscal, cabendo à Secretaria de Fazenda do Estado a responsabilidade pela fiscalização. Na mesma Comissão, o Secretário de Fazenda declarou: "A SEFAZ não fiscaliza *in loco*, pois não tem pessoal qualificado para tal. Esta responsabilidade é do DNPM que fornece os dados à SEFAZ".⁸³ Pelos depoimentos, pode-se perceber que não existe nenhuma forma de fiscalização do fisco.

Um funcionário da SEFAZ, descreveu o mecanismo de "fiscalização": "Não sabemos na verdade quanto, nem o que está sendo transportado nas carretas. Elas nunca foram paradas para serem fiscalizadas. Mesmo que parássemos as carretas e fiscalizássemos, teríamos dificuldades para identificar se o minério que a empresa diz ser cassiterita realmente o é. Então não fazemos nenhuma fiscalização. Mensalmente, um funcionário da Taboca nos telefona comunicando o número da guia e o valor correspondente que eles recolheram ao Banco referente ao imposto".⁸⁴

⁸². Alternativas de Política Mineral para o Amazonas - III Encontro dos Geólogos da Amazônia, p. 40.

⁸³. Relatório da CPI da Questão Mineral e Energética.

⁸⁴. Entrevista concedida quando da realização do trabalho de campo em janeiro de 1993.

No que se refere ao argumento de que o Projeto Pitinga é um grande gerador de impostos, há um outro aspecto, que embora subjetivo é necessário ser considerado, pois demonstra os meandros do poder numa área periférica com reflexos na espacialização.

A tabela N° 15 mostra que a participação do município de Presidente Figueiredo na arrecadação do Estado teve um percentual de aumento no ano de 1991 em relação a 1990 e em relação aos anos seguintes.⁸⁵ Esse índice foi superior ao de todo o interior do Estado e 5,7 vezes maior do que o 2° colocado, superando em valores absolutos o total de arrecadação dos demais municípios do interior. Este dado é significativo, pois houve queda da produção em Pitinga da ordem de 1.369 toneladas (Ver Tabela N° 14, página 246) e a diminuição do preço do estanho de uma média de US\$8.920 em 1990, para uma média de US\$5.644 a tonelada em 1991 (Ver tabela N° 11, página 218). O que houve, então?

Além da queda geral da arrecadação do interior do Estado, é possível que a Mineração Taboca tenha diminuído o nível de sonegação no primeiro ano de mandato do governador Mestrinho que tem estreitas e conhecidas ligações com a empresa. Parece ser esta a única justificativa, pois além da baixa dos preços e da produção de cassiterita, não houve melhoria no nível de fiscalização do fisco, conforme o

⁸⁵. Índices de crescimento da arrecadação em valores absolutos de 1990/1: Interior do Estado: 530,03%; Itacoatiara, o 2° município em arrecadação: 219,46%; Demais municípios: 247,59%; Presidente Figueiredo: 1.265,23%.
Fonte: Divisão de Arrecadação do Interior - SEFAZ/AM, 1992.

Secretário de Fazenda do Estado sustentou na CPI da Questão Mineral da Assembléia Legislativa do Amazonas.

Os dados da tabela N° 15 (página 253) mostram que participação da arrecadação de impostos do município de Presidente Figueiredo foi diminuindo gradativamente, atingindo 15 pontos percentuais em 1993, embora produção e preços tenham se mantido estáveis em relação a 1991.

Se o que aqui levantamos for verdadeiro, reforça a perspectiva da particularização do público enquanto continuação do privado, determinando as relações pelo "individualismo" e "personalismo" que tem marcado o poder no nível local nos últimos 12 anos. Neste sentido, a base das relações são pessoais, familiares e de grupos.⁸⁶

Mesmo do ponto de vista quantitativo, a geração de impostos geradas em Pitinga, e mais que isso, a geração de impostos gerados pela atividade mineradora no Estado do Amazonas está aquém da importância que o poder local tem dado a esta atividade. A mineração, ao contrário do que sustenta o discurso oficial, representa um pequeno percentual da arrecadação de tributos do Estado, como demonstra a tabela a seguir.

⁸⁶. Roberto Damatta. **A casa & a rua**, p. 85.

Tabela N° 16

Percentual da arrecadação de ICMS Normal Mineral 1991-1993

ANO	Arrecadação Total*	Arrecadação Mineral*	%
1991	259.930.655.342.71	1.736.814.552.46	0,67
1992	2.809.127.787.227.99	5.881.741.250.01	0,21
1993	60.869.199.971.54	9.137.838.43	0,02

*Moeda corrente em 31 de dezembro de cada ano.

Fonte: SEFAZ- Divisão de Arrecadação do Interior, 1991-94.

Org: José Aldemir

Além do baixo percentual, observa-se que a participação da mineração na arrecadação tem sido a cada ano continuamente decrescente, não confirmando a defesa que tem sido feita pelo Governo do Estado de que a mineração se constitui numa atividade promissora para o Amazonas.

Portanto, é preciso considerar que os Grandes Projetos, especificamente os aqui analisados, produzem um espaço que viabiliza o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social. O caso do município de Presidente Figueiredo é sintomático, pois apesar de possuir o maior percentual de arrecadação de todo o interior do Estado, a cidade que lhe serve de sede nada tem, quer do ponto de vista urbanístico, quer do social, que a identifique como tal, sendo tão pobre quanto as demais cidades do interior do Amazonas. Esta contradição deve ser a base da análise dos

Grandes Projetos na Amazônia, especialmente porque é a partir dela que o espaço é produzido.

Há uma grande distância entre os Grandes Projetos desenvolvidos na Amazônia e as populações locais. No caso específico aqui analisado, se estabeleceu um processo de destruição da natureza e das relações sociais preexistentes. Numa primeira visão, pode-se dizer que nada de positivo foi introduzido na vida das pessoas. Ao contrário, retiraram-lhes parte das condições de sobrevivência, não apenas econômica mas também social, cultural e política. "É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade".⁸⁷

Temos enfatizado em várias partes deste trabalho que esse processo não é irreversível, ou no dizer de Martins, não é unilateral. "Há uma reciprocidade de conseqüências, o que não quer dizer eqüidade",⁸⁸ mas a possibilidade da resistência. Neste sentido, o espaço é um instrumento privilegiado, pois é a partir do seu conhecimento e da sua apropriação que a população local e os que chegam podem produzir uma nova vida que, se não é necessariamente melhor, é outra vida.

⁸⁷. José de Souza Martins. **A chegada do estranho**, 63.

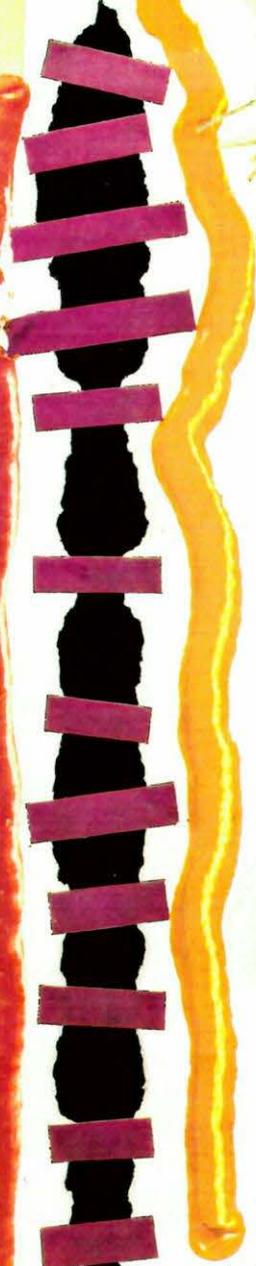
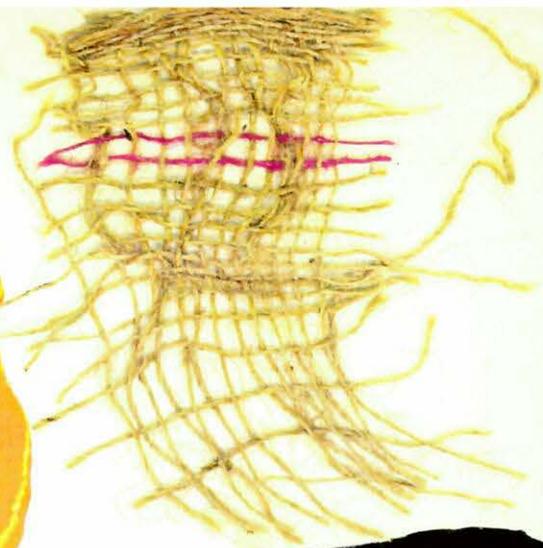
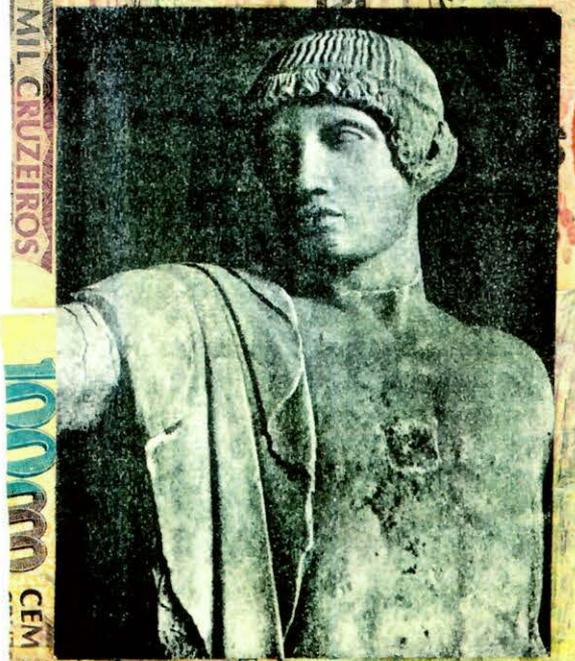
⁸⁸. *Ibid.*, p. 64.

A 4467085570 A

DEZ MIL CRUZEIROS



A 4467085570 A



1/11

11/11/94

5. O horizonte da cidade ou a cidade no horizonte do provável

Quero a harmonia secreta da
desarmonia: quero não o que
está feito mas o que
tortuosamente ainda se faz.
Clarice Lispector. *Água Viva*.

As cidades, especialmente mas não apenas na Amazônia, são lugares privilegiados de reprodução das relações sociais e se constituem bases para a realização ampliada da intervenção direta do Estado na produção do espaço e na ligação de pontos que possibilitam a expansão de novas formas de relações de produção na região. No passado como no presente, este processo não se tem realizado de forma autônoma, representando uma espacialização essencial ao desenvolvimento do capital. Tal processo não se dá isento de conflitos, pois que imbricado de múltiplos agentes portadores de diferente práticas sócio-espaciais, tornando as cidades amazônicas o lugar por excelência das lutas sociais.

Na recuperação cultural da história das cidades na Amazônia podem emergir relações sociais que não se tornaram vencedoras, revelando o virtual que não se transformou em real, mas que se colocou num determinado momento histórico como possibilidade de emersão de outros modos de vida, de outras formas de espacialização das que se tornaram dominantes. A resistência indígena em diferentes épocas, se

constituía, do ponto de vista sócio-espacial, no inconformismo com as novas relações sociais de produção que se impunham aos vários povos indígenas. Este processo é contínuo mas não linear, no tempo e no espaço refletindo múltiplas dimensões da vida no território das quais ficaram resíduos na paisagem.

Essa discussão passa pela compreensão da fronteira da Amazônia como presente, retorna ao passado para entender a origem das cidades no Amazonas e retoma o presente visando estabelecer as perspectivas do futuro. É uma tentativa de explicação da reconstituição de uma espacialidade, buscando captar o que foi e o que poderia ter sido.

5.1. A expansão da fronteira

Como já dissemos em outra parte deste trabalho, a partir da década de sessenta a Amazônia se constituiu em território privilegiado para a expansão do capital. A fronteira que se configurou a partir de então na região pode ser analisada pelas contradições que se ligam à dinâmica da mundialização, à estratégia geopolítica do Estado visando promover a integração nacional e as especificidades da própria região.

Do ponto de vista econômico, a expansão da fronteira na Amazônia é por excelência um processo de avanço do capital que se articula com relações não plenamente

capitalistas que não deixam de ser dinâmicas. Por outro lado, a fronteira pode ser vista como um horizonte no qual se revela a multiplicidade das formas de ser, sentir, agir e sonhar.

A fronteira na Amazônia tem uma dimensão sócio-espacial que, no entanto, não pode ser considerada apenas como um limite ou sucessão uniforme de fenômenos, tampouco um processo linear de ocupação, mas um conjunto de experiências e mutações múltiplas e complexas, ocorrendo em partes específicas da região, na maioria das vezes em áreas isoladas e sem articulação entre si.

Como adotar uma noção de fronteira tendo em conta as multiplicidades e as contradições da Amazônia?

A fronteira que se delineia na Amazônia difere da Zona Pioneira analisada por Leo Waibel¹ e por Pierre Monbeig,² embora tenha alguma similaridade.

A zona pioneira significa a expansão do povoamento, o deslocamento da *frontier*, a ampliação da zona povoada, com o alargamento espacial que representa o crescimento rápido da população e paralelamente a expansão da área cultivada.³

A análise de Waibel privilegiava a expansão das atividades econômicas para além do "limite da zona povoada", numa referência ao *Middle West* dos Estados Unidos cuja raiz

¹. Leo Waibel. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**, p. 279-307.

². Pierre Monbeig. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**.

³. Leo Waibel. Op. cit., p. 283/297.

teórica é Frederick Jackson Turner.⁴ Entretanto, o autor assinalou uma diferença fundamental entre o avanço da fronteira no *Middle West* americano e o caso brasileiro. No caso americano "havia apenas uma *frontier* ao longo da qual os pioneiros se deslocavam para o oeste"; no caso do Brasil há duas fronteiras: "a fronteira demográfica, que limita o sertão com a mata virgem para o oeste e a fronteira econômica, que separa o sertão a leste da região economicamente mais adiantada".

As zonas pioneiras se desenvolveram no Brasil para trás da "fronteira demográfica e em alguns casos aquém da fronteira econômica".⁵ Waibel utiliza as noções de fronteira demográfica e de fronteira econômica desenvolvidos por Arthur Neiva.⁶

Embora a referência básica de Waibel tenha como ponto de partida a expansão da atividade econômica, a sua consideração sobre a frente pioneira já apontava para uma espacialidade que considerava não apenas o deslocamento das atividades econômicas, mas outros fatores sociais. "O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Empregamos o conceito de pioneiro também

⁴. "The frontier in American History". Apud Leo Waibel, p. 281/303/305.

⁵. Ibid., p. 281/305.

⁶. Arthur Hehl Neiva. "A imigração na política brasileira de povoamento", p. 220-244.

para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual".⁷

A zona pioneira pode ser caracterizada ainda como um processo historicamente específico de ocupação de novas terras.⁸ Na Amazônia, a fronteira não pode ser compreendida apenas como um processo de ocupação demográfica, já que quase sempre as áreas em que ocorre seu avanço já estão ocupadas, sendo, por isso, uma ação de destruição das estruturas existentes. O novo que é uma das dimensões da fronteira na Amazônia significa a produção de um espaço "novo" para o capital, mas não significa necessariamente a ocupação do espaço geográfico. Na Amazônia a fronteira é lugar de destruição e de construção, de conflitos, de perdas e de ganhos, enfim, da produção contraditória do espaço e da vida.

Neste sentido, a fronteira se diferencia da zona pioneira onde o pioneiro avançava povoando, criando um novo e mais elevado padrão de vida e introduzindo melhoramentos técnicos, materiais e espirituais. Diferencia-se também da fronteira pioneira tida como um fenômeno específico de ocupação de terras novas. De certo modo, a fronteira "exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões de economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica"⁹ e da "franja pioneira,

⁷. Leo Waibel. Op. cit., p. 281-2.

⁸. Joe Foweraker. **A luta pela terra**, p. 31.

⁹. José de Souza Martins.. **Capitalismo e tradicionalismo**, p. 45.

uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas".¹⁰

Na Amazônia, a fronteira é um processo determinado a partir de relações capitalistas tendentes a se tornarem dominantes, onde o Estado produz as condições espaciais, construindo a infra-estrutura e determinando o afastamento das populações locais, como os exemplos aqui levantados dos índios Waimiri-Atroari e dos moradores do rio Uatumã, para a implantação de Grandes Projetos públicos ou privados. O Estado concede ainda incentivos e isenção fiscais. Há portanto, predominância da ação do Estado na evolução do sistema espacial, levando alguns autores a identificar a fronteira na Amazônia como uma "fronteira governamental".¹¹

A grande extensão territorial, a diversidade de formas de relações preexistentes e as que se implantam dificultam as generalizações de definição de fronteira na Amazônia. Entretanto, alguns aspectos são específicos e comuns e estão presentes na área nordeste do Estado do Amazonas, especificamente no município de Presidente Figueiredo.

Nesta área, uma das características básicas é a mineração praticada por grandes empresas como o caso da Paranapanema, pela ação do Estado visando a garantia da infra-estrutura através de grandes projetos hidroelétricos como a UHE de Balbina e a construção de estradas, BR-174 e

¹⁰. MONBEIG, Pierre, Op. cit., p. 165.

¹¹. Bertha K. Becker. **Geopolítica da Amazônia**, p. 66.

vicinal de Balbina, e pela concessão de benefícios fiscais a grandes empresas do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus que desenvolvem projetos agropecuários na área do Distrito Agropecuário da SUFRAMA ou adjacentes e mais recentemente projetos turísticos. É o segmento que se beneficia dos incentivos do Estado e que no discurso oficial é o responsável pela introdução da modernização.

Há o outro lado do processo representado pela migração dirigida, o Projeto de Colonização Uatumã e os trabalhadores na construção da Barragem, e a migração "espontânea" que se consubstancia nos pequenos agricultores e posseiros localizados especialmente nos ramais da BR. Não existe ação do Estado visando beneficiar este segmento.

No processo de avanço de fronteira os conflitos surgem e tendem a se generalizar enquanto as melhorias introduzidas são restritas, não se irradiando ao conjunto da população.

Por que os conflitos se generalizam? Porque a atuação das grandes empresas e do Estado são revestidas de estratégias modernizadoras que, ao se estabelecerem em espaços já ocupados, geram conflitos com as relações preexistentes que não são capazes de acompanhar a nova dinâmica que se lhes são impostas. O conflito decorre da coexistência do "moderno" e do "arcaico".¹² Se de um lado, é moderna a introdução da tecnologia para a produção de

¹². Regina Sader. "Migração e violência - o caso da Pré-Amazônia maranhense", p. 74.

energia, para a prospecção mineral, para a produção agropecuária e para a construção de hotéis de selva, por outro lado a metodologia de implantação e execução desses projetos se reveste de uma estratégia marcadamente arcaica de exploração do trabalho escravo, do não reconhecimento dos direitos trabalhistas, da proibição da organização sindical, do não reconhecimento do direito à posse da terra e da expulsão das populações locais, especialmente índios e posseiros. Portanto, a dualidade moderno arcaico não pode ser visto apenas em relação às novas relações sociais que chegam e as preexistentes, as primeiras como modernas e as últimas como arcaicas. A relação arcaico-moderna está no processo da produção do espaço, podendo ser modernas e arcaicas tanto as relações sociais de produção que chegam quanto as já existentes.

A atuação do Estado na Amazônia não está restrita à mediação, mas é parte de um processo responsável pela criação da infra-estrutura como os Grandes Projetos energéticos e as rodovias, ou diretamente através de empresas estatais como a ELETRONORTE, a PETROBRAS e a Vale do Rio Doce.¹³ A atuação do Estado determina a dinâmica do processo de avanço da fronteira na Amazônia, resultando na conjugação de relações capitalistas e de uma grande "variedade de intervenções políticas, legais e ideológicas

¹³. Irene Garrido Filha et alii - "Estudo da área mineradora de Carajás"; Anthony L. Hall. **Amazônia desenvolvimento para quem?**; Orlando Valverde.. **Grande Carajás: planejamento da destruição.**

levadas a efeito por uma forma particular de Estado Capitalista".¹⁴

A fronteira é múltipla em duplo sentido. Primeiro pela variedade de atividades, desde a extrativa mais rudimentar, a coleta de frutos silvestres, até a mais organizada, da agricultura em pequena escala a grandes projetos agropecuários desenvolvidos a partir de incentivos fiscais, do trabalho eventual executado por empreitadas ao trabalho assalariado, passando pelo trabalho escravo. Há ainda as grandes empresas minerais com domínio de tecnologia avançada na prospecção mineral, além do acesso ao que de mais avançado existe em comunicações. Em segundo lugar a fronteira é múltipla na sua concepção geopolítica, econômica, agrícola, mineral, de colonização dirigida e espontânea do mercado de trabalho e do mercado no seu sentido mais genérico.¹⁵ As atividades e as concepções ocorrem de forma superposta, dando à fronteira um caráter heterogêneo, reforçando a sua condição de "multifronteira".

A fronteira na Amazônia também já nasce urbana.¹⁶ Aparentemente isto não constitui nenhuma novidade, pois na expansão da fronteira em outras áreas do país este fenômeno também ocorreu, conforme assinala Monbeig na análise da

¹⁴. Joe Foweraker. Op. cit., p. 32.

¹⁵. Ernesto Renan Freitas Pinto. "Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional". In: São Paulo em Perspectiva, p. 130.

¹⁶. Bertha K. Becker. Op. cit.; Lia Osório Machado. "Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia". p. 35-51.

frente pioneira do norte do Paraná, em que a fundação urbana precedeu à colonização rural. O urbano representado pelo patrimônio tinha claramente uma função comercial e de apoio ao loteamento rural e visava atrair os pequenos agricultores. Devia ser "aprovisionado com facilidade e, para essa finalidade, são previstas a instalação nos seus arredores de hortas, pomares, pequena criação de aves e produção de leite".¹⁷ Havia uma estreita ligação entre este e o loteamento rural. Quando isso não ocorria o fracasso era eminente, especialmente naqueles em que seus fundadores tentaram adiantar-se ao surto de povoamento e não relacionaram a fundação do patrimônio num loteamento de sítios.¹⁸

A natureza do urbano descrita por Monbeig se difere do urbano na fronteira amazônica. Aqui o urbano se impõe como base inicial de um processo. A cidade surge no início e não como resultado do processo, estando associada à expansão de novas atividades e servindo como suporte destas, tanto no plano econômico quanto principalmente no institucional. Não há como na frente pioneira do norte do Paraná cidades próximas uma das outras. Na Amazônia, a fronteira nasce urbana não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pelo predomínio do urbano como estilo de vida que se estabelece e tende a predominar.

¹⁷. Pierre Monbeig. Op. cit., p. 236.

¹⁸. Ibid., p. 340.

A Política de Integração Nacional da década de setenta preconizava um processo de ocupação para a Amazônia com base em núcleos urbanos hierarquizados e interdependentes: Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis, (Figura N° 2) sob a justificativa de corrigir a "desarmonia" do habitat rural e urbano e oferecer melhores condições de vida aos migrantes.¹⁹

O modelo urbano-rural adotado pelo INCRA para colonização nas rodovias federais da Amazônia, apesar do fracasso que representou, mostra a estratégia fundamental do planejamento governamental no espaço, qual seja de fragmentá-lo, hierarquizá-lo para melhor estabelecer os mecanismos de controle.

A fronteira não pode ser considerada apenas como fronteira de recursos "definida como zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo".²⁰ A fronteira de recursos estava baseada na ideologia do "vazio demográfico" e se constituiu na estratégia institucional preconizada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975/78 para possibilitar o avanço da grande empresa capitalista.²¹ A fronteira não se estabelece

¹⁹. A Agrovila, o menor centro de povoamento; A Agrópolis, um centro de 2ª grandeza polarizando em torno de 20 Agrovilas; A Rurópolis um centro de integração micro-regional, formado pelas Agrovilas e as Agrópolis.

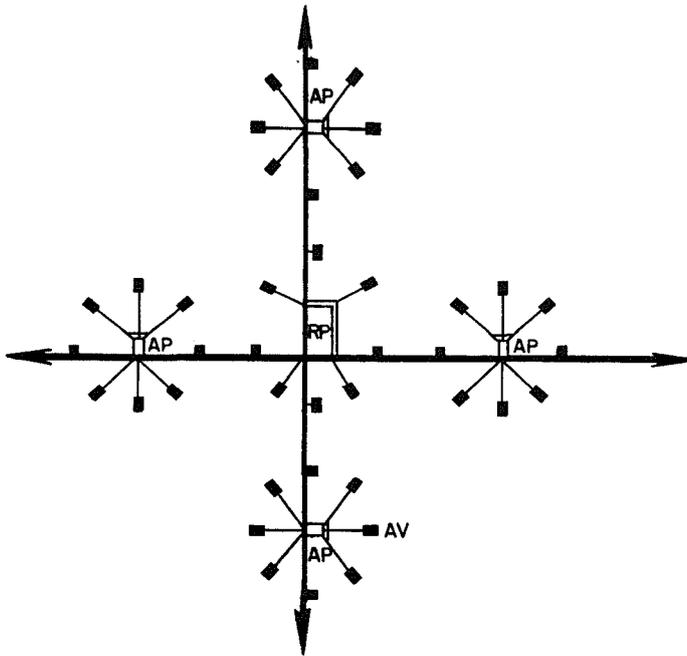
PIN. Colonização na Amazônia, p. 29.

²⁰. Bertha K. Becker. **Geopolítica da Amazônia**, p. 65.

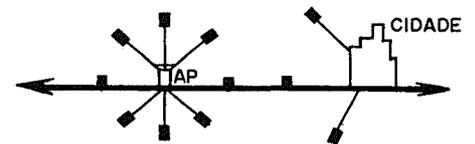
²¹. Adélia Engrácia de Oliveira. "Ocupação Humana", p. 274.

AMAZÔNIA

ESQUEMA DE PLANEJAMENTO URBANO - RURAL PARA COLONIZAÇÃO EM RODOVIAS PIONEIRAS



ESQUEMA DE PLANEJAMENTO URBANO-RURAL
TENDO POR BASE INICIAL UMA RURÓPOLIS



ESQUEMA DE PLANEJAMENTO
URBANO-RURAL, TENDO POR BASE
UMA CIDADE JÁ EXISTENTE

LEGENDA

- RP RP - Rurópolis
- AP AP - Agrópolis
- AV - Agrovilas
- Rodovias
- Estradas Rurais
- Estradas Vicinais

no vazio e não significa necessariamente melhoria das condições existentes. Ao contrário, muitas vezes cria formas de relação que excluem os antigos habitantes. A fronteira, portanto, não consiste apenas no avanço de novas relações econômicas. Ela tem outros significados sociais e políticos que se estabelecem a partir de um processo que é ao mesmo tempo destrutivo e construtivo.

Os Grandes Projetos que caracterizam o avanço da fronteira na área nordeste do Estado do Amazonas levam à destruição de rios, florestas e principalmente de modos de vida, mas contém a possibilidade de resistência. O relatório do Fórum Permanente de Debates da Amazônia, descrevendo a situação dos moradores do rio Uatumã após o fechamento da barragem de Balbina, se de um lado revolta pelo descaso como o Estado trata seus cidadãos, por outro mostra uma centelha de vida criada pelos próprios moradores. Situação similar à descrita apresenta-se na vila de Balbina, onde antigos moradores do rio Uatumã sobrevivem de "biscate" e especialmente da pesca, mas continuam resistindo. Também resistem os Waimiri-Atroari que tiveram sua população reduzida na década de setenta, seu território invadido pela barragem e pelas mineradoras, mas conseguiram permanecer com seus antigos valores e mostram uma recuperação demográfica,²² graças aos tributos que impuseram ao Governo

²². O crescimento demográfico é menor do que antes, conforme demonstrado anteriormente, utilizando dados do pesquisador Márcio Silva da UNICAMP e informações publicadas na Imprensa.

no caso da barragem e à mineradora, mesmo que estes estejam aquém dos danos causados.²³ Há o caso dos trabalhadores no projeto agropecuário Jayoro que denunciaram a existência de trabalho escravo e tiveram, pelo menos em parte, seus direitos reconhecidos pela Justiça do Trabalho, e a luta dos trabalhadores de Pitinga pela criação de um Sindicato voltado para a defesa de seus interesses. No último exemplo, o que mais chama atenção é que todo o movimento de criação do Sindicato, que durou quase um ano, se deu sem o conhecimento da empresa, apesar desta manter um rígido controle sobre o acesso à Mina, conforme descrito antes.

Portanto, a fronteira na Amazônia tem que ser vista a partir da multiplicidade de fenômenos que comporta. É um processo que se impõe pela tendência a homogeneização sem, no entanto, deixar de revelar multiplicidade de ações. As ressurgências não significam apenas uma tentativa de manutenção de um determinado modo de vida preexistente, mas é também a revelação de novos modos de vida, nos quais as relações pretéritas adquirem outros e novos significados.

A fronteira na Amazônia é um movimento no espaço que num primeiro momento se coloca como um processo destrutivo por excelência, não só da natureza como de modos de vida.

Mas como se trata de um processo social, a expansão da fronteira se constitui num movimento contraditório com

²³. José Porfírio de Carvalho. Depoimento à CPI da Questão Mineral e Energética, p. 5.

múltiplas facetas, o que lhe confere uma dimensão simultaneamente destrutiva e construtiva. A primeira aparece na explicitação das formas como o espaço é apropriado e nas desigualdades sociais, e a segunda na resistência que cria as condições para o estabelecimento de novos modos de vida que não significa o retorno ao anteriormente existente, mas a uma outra vida.

Nesses embates, os trabalhadores e os índios têm perdas e ganhos, mais perdas que ganhos, é verdade. Porém, assinalam formas de resistência não só contra os Grandes Projetos que os atingem diretamente, mas contra a ordem espacial que se estabelece.

Em trechos de dois depoimentos de moradores de Presidente Figueiredo, este aspecto parece fluir. No primeiro, um trabalhador que saiu do Maranhão, passou por Tucuruí, trabalhou em Balbina e foi despedido recentemente de uma fazenda da BR-174: "O peão não tem mais que ir pra lugar nenhum. Tem é que lutar onde está. Eu não saio mais daqui. Aliás, eu nem devia ter vindo, mas já que estou aqui vou tentar fazer minha vida aqui mesmo. Por isso, estou fazendo minha barraca, pois peão tem que se fincar no chão e não sair rodando por aí, feito um pião". No segundo depoimento, uma moradora que sempre esteve ativa em todos os movimentos sociais da cidade: "Nós estamos aqui criando raízes que se aprofundam na terra da mesma forma que as raízes das árvores que plantamos. A nossa semente é a resistência".

A resistência das pessoas em Presidente Figueiredo, tem um tempo que não coincide necessariamente com as inovações do Estado e das empresas e da maioria dos pesquisadores que tentam analisar apenas o aparente. A relação que a moradora faz com as árvores não é gratuito, pois assim com há um tempo para semear e para colher há um tempo para resistir. A resistência que aparece em Presidente Figueiredo não se difere das lutas que estão ocorrendo em outras fronteiras da Amazônia, parecendo configurar "o tempo dos primeiros encontros".²⁴

5.2. Dos aldeamentos às vilas: a urbanização das Amazonas

A produção do espaço pressupõe o movimento historicamente determinado que implica na própria produção da sociedade. Cada transformação ocorrida no processo civilizatório produz espaços diferenciados. O espaço não é um produto qualquer, mas um produto das relações concretas do homem em sociedade no transcurso de seu processo de humanização. Este processo ocorre a partir da prática sócio-espacial que o homem vai construindo ao longo do processo

²⁴. Alfredo Wagner B. de Almeida. "O tempo dos primeiros encontros", p. 22-4.

histórico. Neste sentido, as cidades da Amazônia não são apenas fenômenos localizados num espaço geográfico, mas determinações de espaço e tempo enquanto produtos históricos que ultrapassam a noção de localização e de duração para vincular-se à dimensão da história e da produção e reprodução não apenas de objetos, mas principalmente da vida.

Quando os europeus iniciaram o processo de colonização da Amazônia, a região não era um grande vazio demográfico, portanto, não estava desocupada.²⁵ A ocupação nos primeiros séculos significou "uma forma peculiar de colonização que longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-o ininterruptamente em suas populações indígenas".²⁶ A ocupação, na perspectiva do colonizador, teve início a partir do século XVII e se limitou à parte litorânea não se estendendo para o interior da região amazônica que praticamente não sofreu ação da "ocupação" portuguesa nos *seiscentos*.

A "ocupação" portuguesa se deu através dos fortes militares e das missões religiosas que mais tarde se transformaram em povoações e posteriormente algumas foram elevadas à condição de vilas.

Não se pretende aqui fazer a História na Cidade da Amazônia, mas recuperar a história das cidades na Amazônia,

²⁵. Ver a respeito Donald W. Lathrap. **O Alto Amazonas**; Antônio Porro. **As crônicas do Rio Amazonas**; William M. Denevan. "The pristine myth: The landscape of the Americas in 1492".

²⁶. Carlos de Araújo Moreira Neto. In: **Viagem filosófica ao rio Negro**, p. 17.

buscando identificar o virtual que não se tornou real e que em determinados momentos históricos se colocou como possibilidade da emergência de outras formas de produção do espaço. Por outro lado, não se abrangerá toda a Amazônia, mas uma parte dela, a que corresponde à área da antiga Capitania de São José do Rio Negro que em linhas gerais é o atual Estado do Amazonas.

A criação do que viriam a ser depois as primeiras cidades desta parte da Amazônia não ocorreu de forma autônoma ou dissociada, tampouco diferente do restante da região. O que ocorreu nesta parte da Amazônia de certo modo ocorreu em toda região e representou as determinações de Portugal enquanto estratégia de ampliação de novos mercados para os países europeus.

As primeiras tentativas de ocupação portuguesa no Amazonas ocorreram na segunda metade do século XVII, quando dois missionários jesuítas entraram em contato com os índios Tarumãs reunindo-os numa missão localizada possivelmente na foz do rio Tarumã. A missão foi abandonada em 1661, mas durante esse período serviu especialmente como ponto de apoio para os descimentos de índios, 600 no primeiro ano e mais 700 um ano depois.²⁷

Em 1660, a Ordem dos Mercês criou a missão Saracá (Silves) que se constitui no mais antigo povoamento contínuo

²⁷. André Barros. **Vida do Padre Antonio Vieira**. Apud Carlos de Araújo Moreira Neto. Op. cit., p. 16.

dos portugueses no Amazonas. A mesma ordem religiosa criou a missão Santo Elias de Jaú no baixo curso do rio Negro.

Ainda na década de sessenta, em 1669, foi criada a primeira guarnição militar portuguesa, o Forte de São José do Rio Negro, situada cerca de 18 milhas da foz do rio Negro. Esses povoamentos serviram de base à ocupação portuguesa, especialmente no vale do rio Negro, e para a exploração mais ao norte com a criação de uma missão no rio Branco pelos missionários carmelitas. Essas "ocupações" e mais o povoado Cabori também no rio Negro se constituíam nas únicas formas de povoamento português no Amazonas ao final do século XVII.²⁸

Na metade do século XVIII, durante o governo do Marquês de Pombal, (1750-77) Portugal adotou medidas que modificaram o processo de colonização na parte ocidental da Amazônia. No ano de 1755 foram criadas a Capitania de São José do Rio Negro, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e, através do Diretório,²⁹ foi abolida a administração temporal que os religiosos exerciam nas missões indígenas que passaram a ficar sob responsabilidade de administradores leigos, bem como foi determinada a transformação de aldeias em vilas e povoados. No período de cinco anos que vai de 1755

²⁸. Arthur César Ferreira Reis. **História do Amazonas**, p. 67-70. Aprígio Martins Menezes. **História do Amazonas**, p. 56.

²⁹. "DIRECTORIO que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará e Maranhaõ" (sic) foi o instrumento criado pelo governador do Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 03 de maio de 1757, ratificado pelo Rei de Portugal em 1758, estabelecendo as normas a serem observadas nas povoações dos índios do Pará e Maranhão.

a 1760, quarenta e seis missões foram elevadas à categoria de vilas em toda a Amazônia,³⁰ das quais 09 estavam localizadas na Capitania de São José do Rio Negro que contava nesta época com 11 núcleos de povoamento além das vilas.³¹ Ao término do período pombalino, a Capitania de São José do Rio Negro contava com 23 povoações e uma população não indígena da ordem de 1.476 habitantes.³²

Ao final do século XVIII, Portugal já tinha consolidado o seu domínio na Amazônia Ocidental, garantido a posse da região e praticamente definido os limites fronteiriços ao norte e a oeste existentes até hoje. A presença portuguesa era mais acentuada no vale do rio Negro e no Alto Solimões, incipiente no Baixo Amazonas e vale do Madeira e inexistente nos demais vales, como pode ser observada no Mapa n° 6 de 1778.

³⁰. Roberto Lobato Corrêa. "A organização urbana", p. 259-60.

³¹. As vilas eram as seguintes: Borba, criada em 1756, Barcellos em 1758, Moura em 1758, Serpa em 1759, Silves em 1759, São Paulo de Olivença em 1759, Ega em 1759, São José do Javari em 1759 e São Francisco Xavier de Tabatinga em 1759. Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, p. 201.

³². Recenseamento de João Pereira Caldas, no ano de 1781 da população dos lugares e vilas do Rio Negro, publicado no Boletim do CEDEAM, 2(2), p. 64-74.

ESTADO ECAPITANIAS DO GRÃO PARA

RIO BRANCO. Feito em 1778

Leguas quadradas de 20 goyá

Leguas Maritimas de 18 por cada grau

Leguas de cada lado de 10 goyá

318

323

TERRAS DOS HOLLANDEZES



Fonte: Isa Adonias
A cartografia da região Amazônica
1963

A localização dos povoados demonstra à primeira vista uma estratégia militar de Portugal em ocupar e conquistar a região. No caso da Amazônia Ocidental, a preocupação era especialmente com os espanhóis, em decorrência de não se ter estabelecido até metade do século XVIII a fronteira dos domínios da Espanha e Portugal. Por causa disso eram comuns as incursões dos espanhóis a oeste pelo Solimões e ao norte através do rio Negro onde também havia disputas com holandeses e ingleses.³³

No Alto Solimões, os primeiros povoamentos não indígenas foram criados pelos espanhóis por volta de 1689 quando estabeleceram cinco missões religiosas sob responsabilidade dos jesuítas. Após algumas tentativas infrutíferas, em 1710 os portugueses destruíram as missões e expulsaram os missionários espanhóis, entregando-as aos carmelitas portugueses. Em 1743, um viajante descreve a situação no Solimões: "Coari é o último dos seis povoados dos missionários carmelitas portugueses, cinco dos quais formados a partir dos destroços da antiga missão do padre Samuel Fritz

³³. O Tratado de Limites foi assinado entre Portugal e Espanha em 1750 e estabelecia o princípio *uti possidetis*. No que se refere a Amazônia, garantia a Portugal todas as terras "ocupadas" do Rio Amazonas à margem direita a oeste do rio Javari e à esquerda também a oeste do rio Japurá. Ao norte ficaram com a Espanha todas as vertentes que drenam para o Orinoco e a Portugal todas que drenaram para o Rio Amazonas. Antonio de Souza Carnaxide. **O Brasil na administração pombalina**, p. 106.

e compostos de um grande número de diversas nações, a maioria transplantada".³⁴

A "ocupação" portuguesa da Amazônia nos séculos XVII e XVIII não pode ser vista apenas como uma questão política de estabelecer o domínio espacial de um vasto território. Embutida na estratégia de defesa estava uma questão econômica motivada pelo mercantilismo português que colocava a Amazônia como uma alternativa para a reconstrução de "seu império asiático", perdido para outras nações européias.³⁵

As vilas criadas no século XVIII estavam localizadas em pontos estratégicos às margens do rio Amazonas ou na foz de seus principais afluentes e tinham como funções: defesa, cobrança e controle de tributos, entreposto comercial de produtos extrativos e agrícolas, base para o preiamento de índios e sede do poder temporal, representação do Estado e do poder espiritual através das missões religiosas.

As vilas também representavam para os colonizadores espaços privilegiados de expansão de um processo civilizatório com a imposição da língua portuguesa e restrições ao uso da língua geral, obrigatoriedade da freqüência à escola e o incentivo ao casamento entre soldados e índias.

³⁴. Charles-Marie de La Condamine. **Viagem pelo Amazonas**, p. 73.

³⁵. Catharina Vergolino Dias. "Sistema Urbano", p. 427.

O casamento entre soldados e índias tinha como objetivo difundir a cultura dos brancos e era persuadido pelo Diretório e considerado pelos governantes como "utilíssimos para por este modo facilitar a civilização dos índios, sendo um dos meios mais importantes para o estabelecimento desta Capitania".³⁶

Mas apesar do processo desigual de como se davam as relações, houve neste caso quase sempre um efeito contrário. "Os casamentos, que tanto persuadiu a lei de 04 de abril de 1775, têm sido pela maior parte pouco afortunados; porque em lugar de as Índias tomarem os costumes de Brancos, estes têm adotados os daquelas".³⁷ Isto mostra que a realidade está carregada de possíveis e que cada relação se estabelece numa espacialidade que não está isenta de contradições.

A espacialidade das vilas do século XVIII refletia a realidade vivenciada pelas populações da época. A captura da tartaruga se constituía numa das principais ocupações dos moradores das vilas e dos povoamentos que utilizavam a carne na alimentação e recolhiam os ovos para a retirada do óleo destinado à exportação ou ao consumo nos povoados como fonte de energia para iluminação.

Na época da coleta dos ovos, que correspondia ao período da vazante, as vilas ficavam praticamente vazias, pois as pessoas se dirigiam às praias para escavação dos

³⁶. Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, p. 201.

³⁷. Diário do Ouvidor Sampaio, p. 92.

tabuleiros, retirando os ovos e fazendo a purificação do óleo. "Numa manhã cerca de 400 pessoas estavam reunidas nas bordas do banco de areia, tendo cada família preparado seu abrigo (...) Havia grandes tachos de cobre, para o preparo do óleo e centenas de jarros vermelhos estavam espalhados pela areia".³⁸

Os quintais destinados às tartarugas para posterior consumo faziam parte da paisagem das vilas e a sua construção se constituía em alguns casos numa obrigação do poder público. Entretanto, na maioria das vezes eram as pessoas que construía este espaço. "A outra face da casa dá para um pomar não cercado onde algumas laranjeiras fornecem sombra a um viveiro de tartarugas, preparado para alojar espécimes vivos. No pátio de todas as casas se encontra um desses tanques, sempre bem provido, pois a carne de tartaruga constitui a base essencial da alimentação dos habitantes".³⁹

O espaço que ia sendo produzido refletia não apenas uma determinação externa, mas se constituía a partir das condições específicas. Obviamente estas eram apenas residuais, porém de qualquer forma o espaço produzido não estava imune a elas.

Ao final do século XVIII, as povoações estavam dispersas no sentido linear, estendendo-se na direção leste/oeste desde a foz do rio Amazonas, penetrando cerca

³⁸. Henry Walter Bates. **Um naturalista no rio Amazonas**, p. 241.

³⁹. Luiz Agassiz & Elizabeth Cary Agassiz. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**, p. 137.

3.000 quilômetros até a vila de São Francisco Xavier de Tabatinga. A direção da penetração do povoamento contrastava com a pouca densidade da ocupação portuguesa no sentido norte/sul que se limitava à "ocupação" do vale do rio Negro e à vila de Borba e ao povoado São Francisco de Crato no rio Madeira.

Durante os séculos XVII e XVIII, predominou na Amazônia a exploração das drogas do sertão e a agricultura, introduzida a partir de 1750, limitada às proximidades das margens dos rios e concentrada principalmente na parte leste da região. O domínio político de Portugal sobre a região foi garantido, no plano interno, especialmente pela posição estratégica dos fortes e dos povoados. Entretanto, não se pode dizer que até esta data tenha ocorrido a interiorização de atividades econômicas e nem que tenha ocorrido um significativo povoamento na perspectiva do colonizador.⁴⁰

Tal situação se refletia na espacialidade das vilas que se constituíam em pequenos pontos para estocagem de produtos extrativos e agrícolas. A agricultura teve um certo impulso em decorrência dos incentivos concedidos pela

⁴⁰. Pierre Gourou estima que a população, do que hoje corresponde ao Estado Amazonas, atingiu no final do século XVIII 14.749 habitantes. Pierre Gourou. "Observações geográficas na Amazônia", p. 32. Possivelmente há uma superestimação deste autor, pois segundo o Diário do Ouvidor Sampaio a população não índia da Capitania do Rio Negro em 1775 era 1.129 habitantes e o Recenseamento publicado em 1781 já referido totaliza uma população para a mesma área de 1.476 pessoas. Não existem evidências da ocorrência de crescimento tão elevado da população em apenas duas décadas.

política pombalina.⁴¹ No final do século XVIII, as vilas perdem o ímpeto como *locus* de defesa, possivelmente em decorrência do acordo diplomático celebrado entre Portugal e Espanha fixando os limites da Amazônia Lusitana. Em 1783, por exemplo, o Forte de São José do Rio Negro foi desativado, demonstrando que com a consolidação do domínio português na Amazônia algumas bases intermediárias perdem as funções de defesa.⁴²

Do ponto de vista espacial não houve mudanças significativas quanto ao surgimento de novas vilas e/ou povoados nas primeiras décadas do século XIX na Capitania de São José do Rio Negro. Na década de vinte, entretanto, houve mudanças importantes refletidas na criação e/ou supressão de vilas.

Em 1825, o Governo Imperial, através do aviso n° 283, aboliu a Junta Governativa do Rio Negro incorporando a Capitania à Província do Pará. Em 1833, para execução do Código do Processo Penal,⁴³ foi criada a Comarca do Alto Amazonas com quatro vilas que deveriam servir de sede aos termos: Barra do rio Negro (Manaus), Luséa (Maués), Teffé e

⁴¹. O principal produto de exportação na segunda metade do século XVIII foi o cacau, não havendo certeza de que fosse originado apenas de lavoura mas possivelmente era uma atividade em sua maior parte extrativista. Roberto Santos. **História Econômica da Amazônia**, p. 18.

⁴². Aziz Nacib Ab'Saber. "A cidade de Manaus", p. 25. Mário Ypiranga Monteiro. **Fundação de Manaus**, 45.

⁴³. Instrumento jurídico criado em 1832 que unificava a legislação. O Processo teve grande importância para a produção do espaço da Amazônia, pois determinava a divisão das Províncias em termos e comarca.

Mariuá (Barcellos).⁴⁴ Pelo mesmo ato as demais vilas retornaram à condição de povoado.

Em meados do século XIX, vários acontecimentos contribuíram para a modificação da paisagem da região e determinaram, em linhas gerais, o arcabouço do que viria a ser a malha urbana do Amazonas. Dentre os acontecimentos estão: a elevação do Amazonas à categoria de província em 1850, a introdução da navegação a vapor em 1853, a exploração extensiva dos seringais e o movimento revolucionário dos cabanos.⁴⁵ Quando foi instalada a Província do Amazonas em 1852 havia uma cidade, Barra do Rio Negro, capital da nova Província, 28 freguesias e 31 povoados.

Desses acontecimentos, a exploração do látex e a interiorização da navegação a vapor foram os que tiveram maior relevância na configuração da malha urbana, especialmente na Amazônia Ocidental.

A introdução da navegação a vapor, além de melhorar a comunicação decorrente da facilidade de transporte, transformou os povoados e vilas em pontos de paradas obrigatórias não apenas para desembarque e embarque de cargas, mas para tomar lenha que servia de combustível para os vapores. "Na Amazônia, (...) os transportes se fizeram por água; eles tiveram também necessidade de mudar: a navegação

⁴⁴. Gaspar Antonio Vieira Guimarães. "A evolução histórica e administrativa do Estado do Amazonas", p. 92.

⁴⁵. A revolução dos cabanos ou a Cabanagem foi a mais importante revolução popular da Amazônia ocorrida entre 1834 a 1840. Pasquale Di Paolo. **Cabanagem: a revolução popular da Amazônia.**

só se faz de dia, é preciso escalas para a noite. São precisas também outras escalas onde se possam mudar as guarnições de remadores ao longo dos rios de circulação. Essas margens se povoaram de pequenos centros; a navegação a vapor não os suprimiu, ela reclamou ao contrário um novo tipo de escala, o porto de lenha; sendo as caldeiras tocadas a lenha, de 30 a 30 quilômetros mais ou menos era preciso refazer a provisão de combustível, isto é, dizer o número de portos".⁴⁶ No Amazonas, os principais portos de lenha estavam localizados nas vilas. Dada a distância entre elas, existiam nas margens dos principais rios vários portos quase sempre nos barracões. Uns poucos se dinamizaram, mas a maioria entrou em decadência junto com a borracha, na medida que houve um refluxo da navegação a vapor.

Com a exploração do látex se intensificou a ocupação por população não indígena da parte mais a oeste da Amazônia. Nos vales dos rios Madeira, Purus e Juruá, foram criados e/ou recriados povoados visando servir de apoio a exploração do látex e que posteriormente se transformaram em vilas e mais tarde cidades, tais como: Manicoré e Humaitá no Madeira; Lábrea, Boca do Acre e Canutama no Purus; Carauari e Eirunepé no Juruá; Codajás no Solimões.⁴⁷

No período mais intenso da exploração da borracha, entre 1860 e 1920, foram sendo criadas vilas nos altos rios

⁴⁶. Pierre Deffontaines. "Como se constitui no Brasil a rede de cidades", p. 146.

⁴⁷. Agnello Bitencourt. **Chorographia do Estado do Amazonas**, p. 202-27.

à margem direita do rio Amazonas, ao mesmo tempo foi diminuindo o povoamento do vale do rio Negro que por volta de 1845 contava com apenas 18 povoados dos 32 povoados existentes no final do século XVIII. Barcellos, que teve uma grande importância em decorrência de ter sido a primeira sede da Capitania, contava em 1845 com apenas 72 habitantes, embora 50 anos antes a sua população tivesse atingido 640 habitantes. Em todo o vale do rio Negro, em meados do século XIX, não havia mais de 7.000 habitantes não indígenas, com um decréscimo de aproximadamente 20% da população em 60 anos.⁴⁸

O resultado do período da borracha na perspectiva do surgimento de novas vilas no Estado do Amazonas teve maior significado no final do século XIX, especialmente na última década. No ano de 1892, se consolidou a base da divisão municipal do Estado e estabeleceram-se os critérios para a criação de novos municípios, sendo determinada a estrutura do poder municipal e da nova divisão do Estado do Amazonas.⁴⁹ A

⁴⁸. Antonio José Souto Loureiro. **Síntese da História do Amazonas**, citando Relatório do coronel João Henriques Matos, p. 184.

⁴⁹. A lei nº 33 de 04/11/1892 estabelecia que os municípios teriam no mínimo 10.000 habitantes. Criava a estrutura do poder municipal: Superintendência (Chefe do Poder Executivo), Intendência Municipal composta por 09 membros. Dividiu o Estado do Amazonas em 23 municípios: Manaus, Itacoatiara, Silves, Urucará, Parintins, Barreirinha, Maués, Borba, Manicoré, Humaitá, Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, São Felipe do Rio Javari, Canutama, Labrea, Antimary, Moura, Barcellos, São Gabriel da Cachoeira e Boa Vista do Rio Branco.

divisão municipal criada e estruturada nesta época serviu de base para a existente hoje que de maneira geral é apenas uma derivação daquela.

A divisão municipal criada no governo de Eduardo Ribeiro (1892-1896) continha uma estratégia de hegemonia no espaço. Esse processo se estabelecia através de uma força de deslocamento de valores que tinha nas cidades e /ou vilas seu ponto de apoio. A divisão municipal estabelecida na época era uma estratégia política de consolidação do processo civilizatório cuja principal característica era a imposição. As cidades e/ou as vilas foram concebidas como o local da troca, do poder, da guarnição, mas também e principalmente propulsora de novos modos de vida.

Por exemplo, na última década do século XIX, algumas vilas do interior possuíam jornais.⁵⁰ Embora com predomínio de informações locais e regionais, estes jornais traziam notícias do Brasil e do mundo, especialmente sobre artes. É possível encontrar colunas com capítulos da novela de Eça de Queiroz "O mandarim", contos de Machado de Assis ou ainda citações de Vitor Hugo. Até 1889, o número de jornais impressos no interior e na capital ultrapassava a cem.⁵¹

⁵⁰. "O Itacoatiara" (1874), "Foz do Madeira" (1876) em Itacoatiara; "O Rio Madeira" (1881), "Commercio do Madeira" (1884), "Correio do Madeira" (1885) e "Gazeta de Manicoré" (1886) em Manicoré; "Commercio do Purus", "O Purus" e "O Labrense" entre 1886 a 1890 em Lábrea. Arthur César Ferreira Reis. Op. cit., p. 209. Além desses, existiam o "Humaythaense" (1894), "Thriumpho" (1889) em Barcelos. Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas.

⁵¹. Arthur César Ferreira Reis. Op. cit., p. 209.

A atividade desenvolvida no período da borracha deu um certo impulso na criação de vilas e povoados. Entretanto, não significou quantitativa e qualitativamente um processo de surgimento de cidades. Ao contrário, determinou a existência de poucas cidades, dispersas e com pouca importância regional em termos populacionais e econômicos. Apesar da borracha ter representado no período de 15 anos (1898 a 1912) no mínimo 20% das exportações brasileiras anualmente,⁵² os benefícios ficaram reduzidos a Belém e Manaus onde uma minoria reteve pequena parte do excedente econômico, transformando as duas cidades nas mais importantes da Região.⁵³ Manaus, por exemplo, cresceu como um centro de comércio e umas poucas indústrias de beneficiamento de produtos extrativos, mas não encontrou caminhos para transformar o capital comercial em industrial.

A existência de pequenas cidades, distribuídas de forma linear, com infra-estrutura urbana mínima, localizadas quase sempre nas margens dos rios e sem articulação entre si, decorre do tipo de atividade econômica baseada no extrativismo vegetal, com produtos destinados à exportação em estado *in natura* ou no máximo semibeneficiados. Este tipo de atividade, não contribuiu para a criação de infra-estrutura visando à transformação da matéria-prima na própria Região. Em decorrência, tampouco havia a criação de

⁵². Anuário Estatístico. Apud Roberto Santos. Op. cit., p. 290.

⁵³. Roberto Lobato Corrêa. Op. cit. p., 262.

atividades urbanas complementares à transformação da matéria-prima que exigisse concentração de mão-de-obra, o que poderia ensejar a criação de novas vilas.

A malha urbana que se foi configurando na Amazônia, especialmente no Amazonas, foi influenciada grandemente pelo extrativismo. No entanto, há um limite da atividade extrativa vegetal em decorrência da composição orgânica do capital empregado com predominância do capital variável sobre o capital constante em virtude da ausência quase total de equipamentos que se resumia ao barracão e da falta de investimentos em maquinaria. Toda a exploração estava baseada na extração da mais-valia absoluta, facilitada pela abundância de mão-de-obra, ausência de mecanismos de mediação entre patrões e empregados e das condições de isolamento a que era submetido o seringueiro. Apenas uma parte da mais-valia extraída dos seringais foi apropriada localmente ficando retida nas mãos de uma minoria privilegiada. Porém, a maior parte foi apropriada por segmentos de classe dos países importadores de borracha. A mais-valia retida localmente não foi aplicada na reprodução da atividade econômica, mas em consumo supérfluo e em obras sumptuosas. O idealismo de uma "elite" residente em Belém e Manaus era a fantasia, o capricho e a extravagância.

Nos seringais, os meios de trabalho utilizados pelos seringueiros eram quase somente seu próprio corpo. "Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também

indicadores das condições sociais nas quais se trabalha".⁵⁴ Pode-se dizer que a riqueza produzida na Amazônia na época da borracha provinha de dois líquidos: da seiva da *hevea brasiliensis* e do sangue dos seringueiros.

A forma de exploração da força de trabalho teve reflexos na espacialidade das vilas e povoados surgidos com a exploração do látex, cuja distância social dos dois principais centros urbanos da região só é comparável à distância física. Esta decorre das enormes extensões dos rios e da grande floresta. Aquela é o resultado da concentração de renda, da ganância, da riqueza para uns poucos e da miséria e morte para muitos. "O resultado foi que a renda própria dos residentes, além de muito inferior à renda interna, era obtida a um elevado custo social e humano, mal distribuída, num regime predatório da força de trabalho."⁵⁵

A maioria da população não estava nas poucas vilas existentes, mas embrenhada no interior da floresta. As vilas e as poucas cidades continuaram com as mesmas funções para as quais haviam sido criadas: representação do poder público para arrecadação de impostos, sede das missões religiosas, base para a circulação de produtos extrativos para exportação e internação de produtos alimentícios básicos que vinham de Belém e Manaus. A estreita relação com o mercado externo fez com que as vilas, especialmente as da Amazônia Ocidental, não

⁵⁴. Karl Marx. **O capital**. Volume I, Livro Primeiro, p. 144. Sobre a composição do capital, Volume IV, Livro Terceiro.

⁵⁵. Roberto Santos. Op. cit., p. 308.

conseguissem se dinamizar, alternando curtos períodos de pequena dinamicidade com longos de grande estagnação.

Após o *boom* da borracha, mais um desses períodos de estagnação se abateu sobre a região não significando, no entanto, uma crise generalizada, especialmente para a população local. Em primeiro lugar porque o ciclo da borracha não contribuiu para a melhoria do nível de renda das populações locais que eram e continuaram sendo muito pobres. Em segundo lugar, a crise provocou o refluxo de parte dos migrantes nordestinos para a região de origem, diminuindo a pressão sobre as fontes de alimentos. Finalmente houve um certo aumento de outros produtos extrativos, especialmente a castanha e a madeira que absorveu a mão-de-obra liberada dos seringais.⁵⁶

Mas há uma dimensão espacial neste processo, pois a resistência veio da população nativa (não necessariamente indígena mas, cabocla) ou dos que já haviam se fixado e se adaptado à região e tinham por isso conhecimentos sobre o espaço, conseguindo estabelecer novas formas de sobrevivência. Neste sentido, a borracha levou à destruição, mas também criou os mecanismos da resistência. Isso parece tanto mais verdadeiro quando comparado ao impacto ocasionado no interior da Amazônia e nos dois principais centros urbanos, Belém e Manaus.

Do ponto de vista da malha urbana, a crise da borracha teve reflexos significativos tanto em termos

⁵⁶. Ibid., p. 278.

quantitativos como qualitativos, não surgiram novas vilas e as existentes passaram por um processo de estagnação. No Estado do Amazonas, após a crise da borracha, vilas foram elevadas à condição de cidades⁵⁷ e foram criados e suprimidos municípios. No entanto, não havia perenidade nesses atos, pois quase sempre eram em seguida revogados. De maneira geral, a divisão administrativa do Estado em 1940 era praticamente a mesma de 1892, embora no período tenha ocorrido a criação e a extinção de vários municípios.

Na década de quarenta, a mudança mais significativa em termos da divisão municipal do Estado do Amazonas foi o desligamento dos municípios de Boa Vista e Porto Velho em decorrência da criação dos Territórios Federais.

Na década de cinquenta, por força da ação governamental para a Amazônia com a criação da SPVEA e de uma certa forma como reflexo dos investimentos realizados na década de quarenta, 16 novos municípios foram criados elevando o total para 44.

Na década de sessenta, a expansão da fronteira baseada na política de incentivo e isenção fiscais levada a efeito pelo Governo Federal estabeleceu modificações significativas na malha urbana da Amazônia. Esta política atraiu grandes empresas nacionais e estrangeiras, incentivou

⁵⁷. Em 1938, as seguintes vilas, que eram sedes de municípios, foram transformadas em cidades: Urucurituba, Itapiranga, Urucará, Barreirinha, Borba, Codajás, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Benjamim Constant, Carauari, Canutama, Santa Maria da Boca do Acre, Moura, Barcelos e São Gabriel. "Diário Oficial do Amazonas", em 31.03.1938.

projetos agropecuários, minerais, madeireiros e industriais, concomitante a um processo de produção controlada do espaço através do controle do fluxo migratório e de uma política de colonização. Os incentivos fiscais possibilitaram que empresas privadas adquirissem, a partir de subsídios, extensas áreas de terra. Além disso, o Estado também construiu a infra-estrutura básica necessária para sua instalação como estradas, portos, ferrovias e rede de comunicação.⁵⁸

A política de incentivos fiscais aplicada à Amazônia contribuiu para o surgimento de novos núcleos de povoamento que foram criados em torno dos canteiros de obra e às margens das estradas, e para o revigoração de núcleos tradicionais atingidos pela rede viária. Começou a se produzir uma rede urbana que tinha como eixo de circulação não mais o rio, mas a estrada. "Até então, em toda a história da área, os povoados maiores pertenciam à **beira**. Agora havia povoados que, sem serem da **beira** do rio, constituíam uma espécie de elemento da civilização na própria fronteira camponesa. Parece, no entanto, que com o tempo e a construção de novas estradas, os novos povoados serão vistos como pertencendo a uma **beira** de um novo tipo: a **beira da estrada**".⁵⁹

⁵⁸. Bertha K. Becker. **Amazônia**, p. 14-8.

⁵⁹. Otávio Guilherme Velho. **Capitalismo autoritário e campesinato**, p. 205.

Os rios da Amazônia serviram de vias de comunicação por onde chegaram as novas formas de relações sociais na região, da mesma forma que serviram para a fixação de bases para a "ocupação" e irradiação de novos modos de vida. Os rios também foram as vias que garantiram o domínio político em diferentes épocas, como já se viu anteriormente. O modelo de crescimento adotado para a região a partir de 1964 tentou abandonar este eixo de circulação e buscou um novo, a estrada. Foi como se a premissa do geógrafo de que "o navio desliza na água, a onda cortada fecha-se e o sulco apaga-se; a terra conserva mais fielmente o vestígio dos caminhos que desde muito cedo os homens pisaram. A estrada imprime-se no solo; semeia a vida: casas, povoados, vilas, cidades",⁶⁰ fosse aplicável a todos os lugares indistintamente.

As estradas construídas na Amazônia apresentaram resultados diferenciados. No Estado do Amazonas, a mudança do eixo de circulação da **beira** do rio para a **beira** da estrada não se deu com a mesma intensidade da ocorrida na Amazônia Oriental.

Houve apenas um pequeno impulso em meados da década de setenta até o início dos anos 80, quando da construção da BR-319, ligando Manaus a Porto Velho, cruzando com a BR-230 que cortava a parte sul do Estado. Estas estradas deram uma certa importância à cidade de Humaitá e

⁶⁰. P. Vidal de La Blache. **Principes de Géographie Humaine**, p. 231.

determinaram a transferência da sede do município do Careiro de uma área de várzea para o quilômetro 100 da BR-319.

A redivisão municipal ocorrida em 1981 contemplou a criação de novos municípios em áreas de estradas como Presidente Figueiredo (BR-174), Rio Preto da Eva (AM-10), Iranduba (AM-80). Posteriormente foi criado o município de Apuí, surgido a partir do Projeto de Assentamento Rio Juma, localizado na Transamazônica.⁶¹

As estradas AM-10 e AM-80 são as duas mais importantes do Estado e ligam a capital às cidades de Itacoatiara e Manacapuru localizadas a 280 e 80 quilômetros de distância, respectivamente. Existem mais duas estradas de pouca importância: a Estrada da Várzea, ligando Manaus a partir da AM-10 à cidade de Silves e outra a partir da BR-319 ligando a Autazes. A BR-319 está interditada e a BR-174, em precárias condições de tráfego. Em decorrência, a base da circulação no Estado do Amazonas continua sendo o rio e, de uma certa forma, permanece a estrutura de cidades criadas na época da borracha com uma "rede urbana dendrítica",⁶² tendo Manaus como o principal centro urbano.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 1991, a cidade de Manaus concentrava 47,82% da população total do

⁶¹. José Aldemir de Oliveira & Roberto Monteiro. **Políticas Públicas: Colonização no Amazonas**, p. 22-5.

⁶². Roberto Lobato Corrêa. Op. cit.

Estado, enquanto as três principais cidades do interior apresentavam juntas 11,30% da população da capital.⁶³

O modo como o grupo se organiza para produzir e atender suas necessidades não explica *per se* toda a sociedade. Também, o processo de produção não se completa e nem se encerra em si mesmo. Considerar apenas o econômico, ou mesmo colocá-lo em primeiro plano, choca-se com numerosas objeções. Estudar a sociedade a partir do ou exclusivamente com o conceito de modo de produção tomado separadamente destrói qualquer perspectiva de compreender o processo de produção da sociedade, entendendo a produção no sentido mais amplo. Esta maneira de analisar a sociedade não capta as transformações e o vivido e não abre caminho para o entendimento da vida, pois as relações sociais de produção encerram múltiplas contradições sociais, políticas e econômicas.

As cidades amazônicas foram e são produzidas a partir de contradições e de conflitos que não estão circunscritos às questões econômicas. Excluir o vivido pode ser uma forma sutil de camuflar o que o precede e o sucede. Neste sentido, a produção do urbano na Amazônia tem um componente importante que não pode ser desconsiderado enquanto configuração das cidades. As aldeias não podem ser

⁶³. População de Manaus: 1.006.585 habitantes. A seguir, as cidades mais populosas do Estado são: Parintins, 41.591 hab; Itacoatiara, 37.380 hab; Manacapuru, 36.019 habitantes, perfazendo um total de 114.990 habitantes. Fonte: Censo Demográfico 1991.

consideradas como os embriões das cidades. As missões e os povoados se constituíram a partir das aldeias, mas eram a sua negação. Os aldeamentos em muitos casos foram criados distantes das aldeias e alguns se transformaram em vilas e posteriormente em cidades.

A base econômica foi fixada a partir da exploração de recursos naturais extraídos da floresta e dos rios, tendo na mão-de-obra indígena um de seus sustentáculos. A questão que se coloca é, existe influência da cultura indígena nas cidades amazônicas?

A cultura indígena se enquadra enquanto manifestação da cultura popular sendo quase sempre vista como fazendo parte de "uma manifestação cultural dominada, invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural, invadida pelos valores dos dominantes (...) manipulada pela folclorização nacionalista, demagógica e exploradora, em suma como impotente face à dominação, arrastada pela potência destrutiva da alienação".⁶⁴

É necessário, entretanto, como sugere Marilena Chauí, cautela quanto a considerar a cultura popular apenas na perspectiva da perda. No caso da cultura indígena este aspecto parece relevante, pois apesar de sempre ter sido colocada como perdedora e não se querer aqui estabelecer parâmetros de empréstimo cultural, é possível identificar em algumas cidades amazônicas, especialmente naquelas situadas às margens dos rios, sua influência. Na alimentação: os

⁶⁴. Marilena Chauí. **Cultura e democracia**, p. 63.

vinhos de abacaba, açai, patauá, o peixe moqueado, o beiju, a carimã, a piracaia; na cestaria especialmente o panieiro; nos instrumentos de pesca, o arco e a flecha.

Mas é na habitação das pequenas cidades da Amazônia e até nas periferias das cidades maiores que há um marcante traço da influência indígena até agora pouco valorizado pelos que estudam a região. Trata-se do terreiro batido que guarda semelhança com o terreiro das aldeias indígenas. Esse terreiro faz parte da frente das casas (só identifiquei em casas de madeira) e embora pertença ao terreno não é cercado, não faz parte do quintal que só se inicia a partir da parede externa frontal da casa. Esta parte da frente da casa entre a casa e a rua é formada por uma área de terra batida, muito limpa, quase sempre com uma árvore ao centro para fazer sombra e um banco. Não é ajardinada e embora possa ser facilmente identificada como pertencendo a uma determinada casa, parece mais um espaço coletivo onde as pessoas se reúnem para conversar e as crianças para brincar.

Não localizei na cidade de Presidente Figueiredo esta forma de produzir o espaço de moradia, possivelmente por se tratar de uma área influenciada pela migração, mas é muito comum nas cidades do médio e baixo Amazonas.

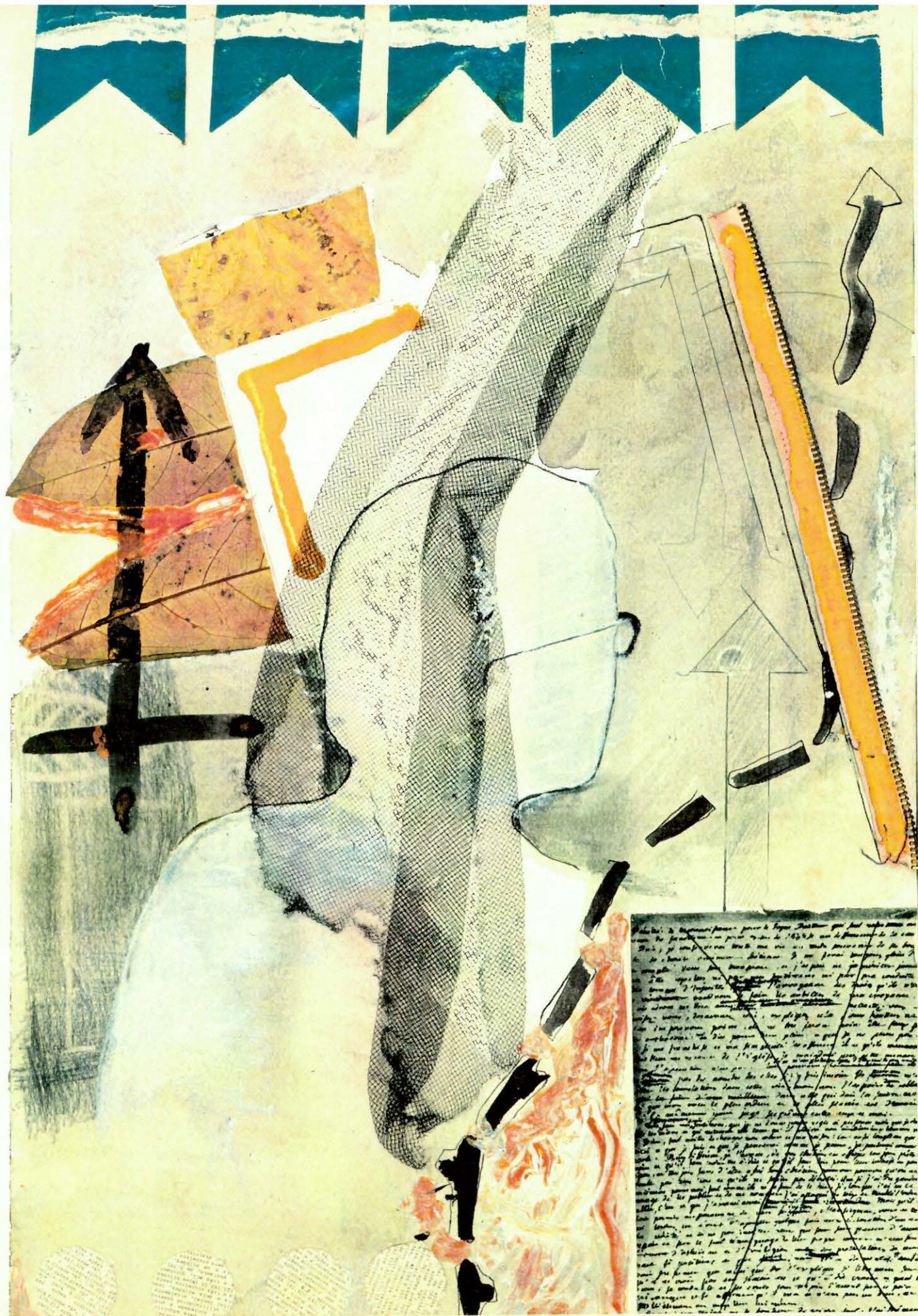
O afastamento geográfico não impediu que as cidades amazônicas sofressem a influência de um contexto cultural mais amplo, pois os homens não produzem suas culturas isoladas de todas as outras.⁶⁵ Em decorrência, nas cidades

⁶⁵. Claude Lévi-Strauss. "Raça e história", p. 36.

da Amazônia a tendência, em especial nos núcleos criados recentemente, é do enfraquecimento da influência de uma cultura local, pois o espaço urbano está sendo produzido não de forma isolada, mas a partir de um contexto maior, mesmo com certas especificidades resultantes da experiência dos que chegam e dos que estão que são sujeitos da criação.

As cidades, espaços produzidos socialmente, são produtos de uma cultura datada num determinado tempo e lugar. Na Amazônia, sejam localizadas na **beira** dos rios ou das estradas, as cidades retratam um determinado período de busca de riquezas. Ao mesmo tempo, as cidades refletem as condições específicas do lugar e dos conflitos que não podem ser considerados exclusivamente econômicos, pois têm dimensões culturais, políticas e ideológicas e retratam o vivido de quem as constrói. As cidades amazônicas, embora pequenas e com pouca ou nenhuma importância para as outras regiões do país, têm organização e estrutura que extrapolam sua dimensão específica, configurando formas e estilos que estão além da circunscrição espacial. Nelas encontram-se instituições regionais, nacionais e até internacionais, influenciando de forma direta ou indireta o cotidiano. É preciso, no entanto, conceber as cidades através de características específicas, tentando não as ver como pedaços de uma cultura mais geral, nem com a mesma dimensão e complexidade dos núcleos urbanos mais dinâmicos. Em outras palavras, as cidades amazônicas são produzidas a partir do específico, tendo dimensões gerais.

A cidade de Presidente Figueiredo e as vilas de Balbina e de Pitinga representam especificidades que refletem a configuração de um urbano em construção na Amazônia. Suas espacialidades são produzidas pela interação de fatores exógenos e endógenos. Queiramos ou não, cada um dos seus construtores, com maior ou menor relevância, está presente no espaço que produz.



1/4

Paris 11/94

6. Impressões inconclusas

Este trabalho termina aqui. Nasceu da ira, da brasa das florestas incendiadas e desejo que continue como uma árvore vermelha propagando a sua clara queimadura. Mas não somente cólera em seus ramos encontrastes, não somente suas raízes propagaram dor, mas também a força. Força sou de pedra pensativa, alegria de mãos congregadas. Trabalho comum de um homem, pão aberto, é esta a Geografia do meu canto.¹

Concluir o trabalho é como voltar as costas para o lugar em que convivemos, presenciamos e tentamos compreender a vida das pessoas e a suas ações sobre o espaço. Volta-se do lugar e por um instante ele se torna a terra da ternura. Após cinco anos o lugar de onde vou não é o mesmo lugar de onde cheguei. O velho casarão por onde a cidade se inicia não tem mais as mesmas funções, em seu lugar surgiu uma estação rodoviária. Foram construídas quadras de esporte, vários prédios públicos para abrigar creches, escolas. Estes prédios, apesar de novos, são carentes de emoções como triviais do ponto de vista estético. O ônibus não é mais da MARLIN. Existe uma nova empresa, a ARUANÃ. Agora tem cobrador e fiscal. Na aparência muita coisa mudou, mas na essência nada se transformou, tudo apenas ficou uns anos mais velho.

¹. Adaptado do poema "Aqui Termino" de Pablo Neruda. **Canto Geral.**

Após esse período de estudos na área nordeste do Estado do Amazonas, algumas certezas emergiram e muitas dúvidas permaneceram, o que já era esperado, pois de certa forma convivíamos com a perspectiva de que "nem tudo pode ser entendido e que as aparências assim como as essências são persistentemente enganosas e o real nem sempre pode ser captado".² Em parte isso decorre da grande extensão da Amazônia que dificulta, se não impossibilita, fazer generalizações válidas.

A realidade que se buscou compreender é de um lugar específico e de um homem específico, o que não quer dizer que este lugar e este homem sejam exclusivos, eles fazem parte de um contexto maior. Contudo, os eventos que os atingem têm dinâmicas próprias.

Os conflitos que ocorrem em Presidente Figueiredo de uma certa forma se produzem em outras fronteiras da Amazônia e não podem ser entendidos apenas no âmbito das relações de produção. A raiz dos conflitos está na confrontação que se estabelece de um lado pela determinação do espaço homogêneo explicitado nas práticas espaciais do Estado e das grandes empresas e, de outro, pelas práticas sócio-espaciais exteriorizadas na ação concreta dos vários agentes sociais que buscam estabelecer as condições de permanência de valores de uso. Portanto, os padrões sócio-espaciais não são apenas determinados pelo Estado e pelo capital. Estes podem ser dominantes, mas o espaço se produz a

². Edward W. Soja. *Geografias pós-modernas*, p. 299.

partir das contradições de múltiplas relações. Não há uma unidade nem uma determinação única, há uma dinamicidade nas mudanças e um caráter antagônico que norteiam a produção do espaço na fronteira.

Após mais de cinco anos de passagem e de permanência em Presidente Figueiredo, convivendo com pessoas e tentando compreender suas vidas e suas relações enquanto agentes produtores do espaço, não deixa de ser inquietante a passividade e o silêncio que domina a maioria das pessoas. Se plano teórico, isto pode ser explicado pelo predomínio do espaço abstrato sobre o espaço concreto, na concretude do lugar causa-nos uma certa perplexidade.

Por outro lado, vi pessoas em Presidente Figueiredo que apesar das duras condições de vida demonstraram grande força, cantando, dançando, festejando seus santos, dizendo versos e lutando com inacreditável força para a construção de uma nova vida. "Pode-se entender porque a cultura popular neste país constitui um arquivo, retalho da história do povo, de canções que celebram o amor e a festa e, freqüentemente, dissimulam a guerra e o luto e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura e da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna na cena da História".³

A minha conclusão (inconcussa) é que apesar de todas as dificuldades, num recanto da Amazônia, Presidente

³. José de Souza Martins. **Caminhada no chão da noite**, p. 12-3.

Figueiredo, há sementes de um processo libertador que avança em direção de um novo homem e de uma nova sociedade. Este processo se concretiza na prática e tem uma dimensão espacial como parte da construção de uma nova vida.

Tudo ia em direção a uma grande flor que me acolheu na imensidão de seu ventre. Esta flor tinha espinhos, mas eles não me feriram. Acariciaram o rosto já cansado pela jornada. Suas pétalas, tão grandes quanto o odor que exalavam, impregnaram o ambiente de incontida beleza. Esparramei-me sobre a flor e ao sossegar-me sonhei com uma viagem por rios, cachoeiras, estradas, florestas, flores e espinhos. Encontrei pessoas cujo olhar misturam cansaço, desejos, tristezas e desesperança. Encontrei armadilhas que aniquilam porque matam, mas aprimoram porque ensinam a resistir. Encontrei vida que traz a vida que leva à morte e à revivescência. Encontrei tudo no meio de nada. No começo do fim, ficou uma certeza, na Amazônia existem sonhos perdidos, mas não esperanças abandonadas e pessoas que contra todas as perspectivas ainda cultivam no olhar um rio de esperanças "loucas de pura desrazão". Esta viagem com orgulho eu fiz.

7. Bibliografia citada.

- AB'SABER, Aziz Nacib - "A cidade de Manaus". **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, 15: 18-45, out. de 1953.
- AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth Cary - **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- ALMEIDA, Alfredo B. de - "O tempo dos primeiros encontros". **Tempo e Presença**. São Paulo, 244-245: 22-4, agosto/setembro, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de - **A terra e o homem no nordeste**. 4. ed. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1980.
- ARAÚJO LIMA - **Amazônia: a terra e o homem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1945.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert - **No rio Amazonas (1859)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- ÁVILA, Frank Tadeu - "A hidrelétrica de Balbina". **Anais do Fórum de Debates sobre a Amazônia. A Amazônia Brasileira em Foco**. Rio de Janeiro, 18: 83-7, 1990.
- BACHELARD, Gaston - **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BAINES, Stephen G. - "É a FUNAI que sabe". **A frente de atração Waimiri-Atroari**. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1990.
- BATES, Henry Walter - **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. (1. ed. 1863)
- BATISTA, Djalma - **O complexo Amazônico: análise do processo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.
- BAUDELAIRE, Charles - **Pequenos poemas em prosa**. Tradução de Aurélio Buarque de Holanda. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (1. ed. francesa 1869)
- BECKER, Bertha K. - **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____ - **Estudo geopolítico contemporâneo da Amazônia**. Belém: SUDAM/BASA/SUFRAMA/PNUD, 1989. (mimeo).

BECKER, Bertha K. - "Grandes Projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia". *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 51(4): 7-20, 1989.

_____ - **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BENJAMIN, Walter - **Rua de mão única**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall - **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BITENCOURT, Agnello - **Chorographia do Estado do Amazonas**. Manaus: Typographia Palácio Real, 1926.

BRASIL, Altino Berthier - **O pajé da beira da estrada**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1986.

BRUNHES, Jean - **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. (Edição abreviada, 3. ed. francesa, 1956)

CALVINO, Ítalo - **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri - **A (Re)produção do espaço urbano: o caso Cotia**. Tese de doutorado. FFLCH/USP, 1987.

_____ - **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____ - "Espaços e tempos sociais no cotidiano". **Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ/AGB, 1993.

CHIAVENATO, Júlio José - **O massacre da natureza**. São Paulo: Moderna, 1989.

COSTA, José Marcelino M. da - "Crise, Grandes Projetos e perspectivas da Amazônia". **Cadernos do NAEA**. Belém, 9: 3-16, 1987.

CARNAXIDE, Antonio de Souza - **O Brasil na administração pombalina**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.

CARVALHO, José Porfírio F. de - **Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada**. Brasília: Edição do autor, 1982.

CASTRO, Edna Maria Ramos de - "Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção da identidade". **Cadernos do NAEA**. Belém, 10: 41-70, 1989.

- CHAUÍ, Marilena - **Cultura e democracia**. 3.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1982.
- CORRÊA, Roberto Lobato - "A organização urbana". In: **Geografia do Brasil**. Vol. 03 Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p. 255-71.
- COY, Martin - "Pioneer front and urban development. Social and economic differentiation of pioneer towns in Northern Mato Grosso". **Applied Geography and Development**. Tübingen: Institute for Scientific Co-operation, 39: 1992.
- CUNHA, Euclides da - **Á Marjem da Historia**. 6.ed. Porto: Livraria Lello & Irmão editores, 1946.
- _____ - **Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos**. Petrópolis/RJ: Vozes; Brasília: INL, 1986.
- DAMATTA, Roberto - **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- DANTAS, Marcos - "A questão do alumínio". **Amazônia Brasileira em Foco**. Rio de Janeiro: CNDDA, 14: 9-44 1982.
- DAVIS, Shelton H. - **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- DEFFONTAINES, Pierre - "Como se constitui no Brasil a rede de cidades". **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, 2(15): 299-308, 1944.
- DENEVAN, William M - "The pristine myth: The landscape of the Americas in 1492". **Annals of the Association of American Geographers**. 82(3): 369-85, 1992.
- DIAS, Catharina Vergolino - "Sistema Urbano". In: **Geografia do Brasil: Região Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. p. 425-62.
- DI PAOLO, Pasquale - **Cabanagem: a revolução popular da Amazônia**. 2.ed. Belém: CEJUP, 1986.
- ENGELS, Friedrich - **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985. (1. ed. 1845)
- FEARNSIDE, Philip M. - **A Hidrelétrica de Balbina: O faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia**. Manaus: INPA, 1990. (mimeo)
- FOUCAULT, Michel - **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 5.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

- FOUCAULT, Michel - **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- FOWERAKER, Joe - **A luta pela terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- FURTADO, Celso - **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GARCIA, Valdo - "Balbina, a história que ninguém contou". **A Crítica**. Manaus, 24 de junho de 1985.
- GARRIDO FILHA, Irene et alii - "Estudo da área mineradora de Carajás". **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 50(4): 105-63, 1988.
- GALVÃO, Eduardo - **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa em Itá; Amazonas**. São Paulo: Editora Nacional, 1955.
- GIDDES, Anthony - **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GRANOU, Andre - **Capitalismo e modo de vida**. Porto: Afrontamento, 1975.
- GUIMARÃES, Gaspar Antonio Vieira - "A evolução histórica e administrativa do Estado do Amazonas". **Diário Oficial do Amazonas**. Manaus, 07 de setembro de 1922. p. 191-209.
- GOUROU, Pierre - "Observações geográficas na Amazônia". **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 12(2): 3-78, 1950.
- HALL, Anthony L. - **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- HARVEY, David - **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARDMAN, Francisco Foot - **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HASKINS, Caryl P. - **O Amazonas que eu vi**. São Paulo: Ed. Universitário [s.d.].
- HATOUM, Milton - "Reflexão sobre uma viagem sem fim". **Revista USP**. São Paulo, 13: 61-5, março-maio de 1992.
- HÉBETTE, Jean - "Grandes Projetos e transformações na fronteira". **Espaço e debates**. São Paulo, 5(15): 78-85, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - **Raízes do Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. (Coleção Documentos Brasileiros).

IANNI, Octávio - **A luta pela terra**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

_____ - **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____ - **Colonização e contra reforma agrária**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

_____ - **Estado e capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____ - **Sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

JACOBS, Jane - **Muerte y vida de las grandes ciudades**. 2. edición. Madrid: Ediciones Península, 1973.

KOURY, Walid el & ANTONIETTO Jr., Aldo - "Mina de Estanho de Pitinga, Amazonas". In: **Principais depósitos minerais do Brasil - volume III**. 1988. Capítulo XVIII. p. 201-11.

KOSIK, Karel - **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LA BLACHE, P. Vidal de - **Principes de Géographie Humaine**. 2. édition. Paris: Librairie Armand Colin, 1936. (1^a édition 1921)

LA CONDAMINE, Charles-Marie de - **Viagem pelo Amazonas, 1735-1745**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

LATHRAP, Donald W. - **O Alto Amazonas**. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

LE COINTE, Paul - "Notice sur la carte du cours de l'Amazone". **Annales de Géographie**. Tomo 16, année 1907. p. 159- 74.

_____ - **L'Amazonie Brésilienne: Le pays - Ses habitants - ses ressources**. Notes et statistiques jusq'en 1920. Tomo I. Paris: Augustin Challamel Editeur, 1922.

LEFEBVRE, Henri - **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____ - **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.

- LEFEBVRE, Henri - **Hegel, Marx, Nietzsche ou o reino das sombras.** Lisboa: Editora Ulisseia, 1976.
- _____ - **Espacio y politica.** Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- _____ - "Estrutura social: a reprodução das relações sociais". In: **Sociologia e sociedade.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- _____ - **El derecho a la ciudad.** 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- _____ - **De L'État: Les contradictions de l'État moderne dialectique et de l'État.** Paris: União Générale D'éditions, 1978.
- _____ - **De lo rural a lo urbano.** 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- _____ - **La production de l'espace.** 3ème edition. Paris: Éditions Anthropos, 1986.
- _____ - **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.
- _____ - **Lógica formal lógica dialética.** 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LEFORT, Claude - **A invenção democrática: os limites do totalitarismo.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LÉVI-STRAUSS, Claude - **Tristes Trópicos.** Lisboa: Edições 70, 1986.
- _____ - "Raça e história". In: **Antropologia estrutural II.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- LOUREIRO, José Souto. **Síntese da História do Amazonas.** Manaus: Imprensa Oficial, 1978.
- LUCAS, Fábio - "Proposições sobre o formalismo e a literatura comprometida. **Encontros com a Civilização Brasileira**". Rio de Janeiro, 14: 87-94, agosto de 1979.
- MACHADO, Lia Osório - "Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica". **Boletim Carioca de Geografia.** Rio de Janeiro, 2-10, 1982.
- _____ - "Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia". **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos.** São Paulo: AGB, 1984. p. 35-51.

- MAREWA. **Resistência Waimiri-Atroari**. Itacoatiara-AM: Marewa, 1983.
- MAREWA. **Balbina Catástrofe e destruição na Amazônia**. Manaus: Marewa, 1987.
- MARX, Karl - **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1988.
- MARX, Karl & ENGELS Friedrich - **A Ideologia alemã (I - Feuerbach)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza - **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____ - **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____ - **Não há terra para plantar neste verão**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.
- _____ - **Escravidão em São Caetano (1598-1871)**. São Caetano-SP: CEDI, 1988.
- _____ - **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____ - **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1990.
- _____ - **A chegada do estranho**. São Paulo. Hucitec, 1993.
- _____ - **Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal, 1992.
- MEGGERS, Betty J. - **Amazônia: ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987.
- MEIRA MATTOS, Carlos de - **Brasil: Geopolítica e Destino**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- _____ - **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.
- MEISSER, Teodoro G.- "Dólares perdidos: Balbina poderá repetir Tucuruí". **A Crítica**. Manaus, 22 de setembro de 1984.

- MENEZES, Aprígio Martins - **História do Amazonas**. Manaus, Almanack, 1896. Boletim de Pesquisa do CEDEAM. Manaus, 4(7): 1985. (Edição fac-simile)
- MESQUITA, Zilá- **Antenas, redes e raízes da territorialidade**. Tese de doutorado. FFLCH/USP, 1992.
- MONBEIG, Pierre - **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MONTE, Paulo Pinto - **Etno-história Waimiri-Atroari** (1663-1962). Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1992.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga - **Fundação de Manaus**. 3. ed. Rio de Janeiro, Conquista, 1971.
- MOREIRA NETO, Carlos Araujo. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues - **Viagem filosófica ao rio Negro**. Belém: Museu Goeldi, [s/data].
- NEIVA, Arthur Hehl - "A imigração na política brasileira de povoamento". **Revista Brasileira dos Municípios**, 2(6): 220-244, abril-junho de 1949.
- NETO, Miranda - **O dilema da Amazônia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.
- NIMER, Edmon - **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de - "Ocupação Humana". In: Salati, Eneas et alii. **Amazônia: desenvolvimento integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983. p. 144-327.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de - **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas/SP: Papyrus, 1897.
- OLIVEIRA, Francisco de - **Elegia para uma re(li)gião**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, José Aldemir de & MONTEIRO, Roberto - **Políticas Públicas: Colonização no Amazonas**. Manaus: Universidade do Amazonas; Comissão Pastoral da Terra, 1991. (mimeo).
- PINTO, Ernesto Renan Freitas - "Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional". **São Paulo em Perspectiva**. 6(1-2): 127-133, janeiro/junho 1992.
- _____ - "O Brasil mais esquecido". **Teoria & Debate**. São Paulo, (24): 16-20, 1994.

- RAFFESTIN, Claude - **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, Arthur César Ferreira - **História do Amazonas**. 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. (1. ed. 1931)
- PORRO, Antônio - **As crônicas do Rio Amazonas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.
- RODRIGUES, William Antônio - "Relatório preliminar de reconhecimento pelos rios Uatumã e Urubu". **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, 159: 1045-72, nov-dez de 1960.
- SADER, Regina. "Migração e violência - o caso da Pré-Amazônia maranhense". **Revista Terra Livre**. São Paulo, 6: 65-76, 1988.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de - **Diário da viagem, que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do rio Negro, fez o Ouvidor ...** Lisboa: Typografia da Academia, 1866.
- SANTOS, Breno Augusto dos - **Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- SANTOS, Milton - **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____ - **Redescobrimo a natureza**. São Paulo: USP, 1992.
- SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos - **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SCHILLING, Paulo R. - **O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati**. São Paulo: Global, 1981.
- SCHWADE, Egídio - **Calha Norte: Waimiri-Atroari - uma experiência ilustrativa**. Manaus, 1987. (mimeo).
- _____ - "Le prix des grands projets em Amazonie: l'extermination des Waimiris-Atroaris". **Recherches Amérindiennes au Québec**, 20(2): 5-20, 1990.
- _____ - "Waimiri-Atroari: A história contemporânea de um povo na Amazônia". In: **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992. p. 366-392.

- SCHWADE, Egídio - **BR-174: Uma história de sangue e rapinagem.** Série de artigos inédita. Pres. Figueiredo-AM, maio de 1994.
- SCHWADE, Egídio & SCHWADE, Doroti - **Observações e propostas para o relatório do Grupo de Trabalho Waimiri-Atroari.** Setor de documentação do CIMI Norte I. Manaus: 1985. (mimeo).
- SEEGER, Anthony & CASTRO, Eduardo Viveiros de - "Terras e territórios indígenas". **Encontros com a Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro, 12: 101-14, 1979.
- SILVA, Márcio - **Taxa de crescimento da população Waimiri-Atroari cai nos últimos quatro anos.** UNICAMP, 1991. (mimeo).
- SINGER, Paul & SZMRECSÁNYI, Tamás - "Perspectiva atual do problema", In: **Dinâmica da população.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 275-288.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SODRÉ, Muniz - **A máquina de Narciso: a televisão, indivíduo e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 1990.
- SOJA, Edward W. - **Geografias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SOUZA, Márcio - **O empate contra Chico Mendes.** São Paulo: Marco Zero, 1990.
- TUPIASSU, Amilcar Alves - "Os Grandes Projetos da Amazônia e a questão regional - nacional do Brasil". **Cadernos do NAEA.** Belém, 9: 149-63, 1987.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - **Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas 1758-1761.** Manaus: Universidade do Amazonas, 1983. (Edição *fac-simile*).
- VELHO, Otávio Guilherme - **Capitalismo autoritário e campesinato.** São Paulo: Difel, 1976.
- VALVERDE, Orlando - **Grande Carajás: planejamento da destruição.** Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília: Universidade de Brasília, 1989.
- VESENTINI, José William - **A capital da geopolítica.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

WAIBEL, Leo - **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WAGLEY, Charles - **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos Trópicos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

DOCUMENTOS E RELATÓRIOS:

AMAZONAS - IMA - Processo 1865/89. Mineração Taboca Infra-estrutura Urbana da Vila de Pitinga. Manaus: IMA, 1989.

AMAZONAS - Secretaria de Estado da Economia, Fazenda e Turismo. Manaus: SEFAZ/CA - Divisão de Arrecadação do Interior. Boletins de arrecadação, 1988-1992.

AMAZONAS - Secretaria de Estado da Economia, Fazenda e Turismo. Produção Mineral e Energética do Estado do Amazonas. Manaus: SEFAZ, março de 1992.

AMAZONAS - IMA - Relatório Técnico de Fiscalização. Manaus: IMA, maio de 1993.

Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Manaus: Anais de 1981.

Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Questão Mineral e Energética. Manaus: 1992.

Anais do III Encontro dos Geólogos da Amazônia. Associação Profissional dos Geólogos do Amazonas. Manaus, 29 a 30 de maio de 1991.

BERMUDES, Eloy C. et alii - **Situação do rio Uatumã à jusante da hidroelétrica de Balbina**. Manaus: INPA, 1989. (mimeo)

BRASIL - Banco da Amazônia S/A. O BASA e o desenvolvimento da Amazônia. Belém: Departamento de Estudos Econômicos (DESEC), 1968.

BRASIL - Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL Folha SA.20 Manaus e SA.21 Santarém, Rio de Janeiro, 1978, volume 18 e 19.

BRASIL - Departamento Nacional de Produção Mineral. Processo N° 880.406/80-9/DNPM. Manaus: DNPM, 1980.

BRASIL - Departamento Nacional de Produção Mineral. Código de Mineração e Legislação Correlativa. Brasília: Divisão de Fomento da Produção Mineral, 1987.

- BRASIL - Departamento Nacional de Produção Mineral. Diagnóstico do Setor Mineral no Amazonas. Manaus: DNPM, junho de 1992. (mimeo)
- BRASIL - Departamento Nacional de Produção Mineral. Of. N° 073/92-DNPM/AM. Manaus: DNPM, 04 de junho de 1992.
- BRASIL - Gabinete Civil da Presidência da República. Av. N° 278/84. Brasília: Presidência da República, 05 de julho de 1984.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Relatório "Operação de busca" da expedição do Padre Giovanni Calleri. João Américo Peret. Brasília: FUNAI, 11 de dezembro de 1968.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Síntese histórica do grupo Waimiri-Atroari. Elaborado pela antropóloga Olga Cristina Ibanez-Novion-Processo 3929/FUNAI. Brasília: FUNAI, 1981.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Processo 3929/FUNAI. Brasília: FUNAI, 1981.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Angela Maria Baptista. Relatório de viagem à área indígena Waimiri-Atroari. Brasília: FUNAI, 17 de junho a 04 de julho de 1981. (datilografado).
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Memo N° 10/82-AGESP/Coordenadora da CPA. FUNAI, s/local.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Radiograma N°223-1 ADR de 19 de janeiro de 1982.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Radiograma N°286-1 ADR de 22 de janeiro de 1982.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Informação N° 010/DGO-82. Brasília: FUNAI, 26 de janeiro de 1982.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Informação 051/DF/DGI/82, Brasília: FUNAI, 17 de março de 1982.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio. Memo 97 1ª DR/84. Manaus: FUNAI, março de 1984.
- BRASIL - Fundação Nacional do Índio & Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A. Waimiri-Atroari. Brasília: FUNAI/ELETRONORTE, 1987.
- BRASIL - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse preliminar do censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, v.6, p. 1-47, 1991.

- BRASIL - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico - 1991 - Amazonas. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- BRASIL - Ministério da Agricultura: Programa de Integração Nacional. Colonização na Amazônia. Brasília: PIN, 1972.
- BRASIL - Ministério das Minas e Energia - DNPM - Sumário Mineral. Brasília: v. 12, 1992.
- BRASIL - Ministério das Minas e Energia - DNPM - Sumário Mineral. Brasília: v. 13, 1993.
- BRASIL - Ministério da Minas e Energia. E.M. 91/1984. Brasília: DNPM, 26 de junho de 1984.
- BRASIL - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Ação governamental na Amazônia: subsídios ao zoneamento ecológico e econômico e ao plano de desenvolvimento da Amazônia. Belém: SUDAM, dezembro de 1990.
- BRASIL - Superintendência da Zona Franca de Manaus. Atividades industriais; perfil das empresas, sediadas na Amazônia Ocidental, com projetos aprovados pela SUFRAMA. Manaus: SUFRAMA, 1989.
- CIMI Norte I. Balbina um caso de polícia. Manaus, 1989.
- CEDI/CONAGE. Empresas de mineração e terras indígenas na Amazônia. São Paulo, 1988.
- Fórum Permanente de Debates da Amazônia. Balbina 3 anos depois. Manaus, maio de 1992. (mimeo).
- INPA/ELETRONORTE. Inventário Florestal da UHE de Balbina. Departamento de Silvicultura Tropical-INPA. Manaus: Convênio INPA/ELETRONORTE, setembro de 1983. (mimeo).
- INTERTECHNE Consultores Associados - Relatório Técnico de Engenharia da UHE Quarenta Ilhas. Curitiba: 1989.
- INTERTECHNE Consultores Associados - Relatório Técnico de Engenharia da UHE Pitinga 2. Curitiba: 1989.
- Mineração Taboca S/A - Relatório de Impacto Ambiental Projeto Criolita. Manaus: Geoconsultoria S/C Ltda, s/d.
- Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo e PLAN CONSULT. Plano Preliminar de Desenvolvimento. 2 volumes, 1991.
- PROMINER Projetos Ltda. Relatório de Impacto Ambiental Mineração Horboy Clays Ltda. São Paulo: 1991.

Relatório do 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Goiânia: 1989.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - Boletim de Pesquisa do CEDEAM. Manaus: 2(2), 1983.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Monitoramento Ambiental do Rio Uatumã (Jusante da UHE-Balbina). Manaus: Convênio ELETRONORTE/FUA/CCA, junho de 1993. (mimeo).

WEEKS, Desmond - Update on the Rio Uatumã and its inhabitants seven months after the opening of Balbina dam. Field trip 8 a 22 september, 1989. (mimeo)

LEIS E DECRETOS:

AMAZONAS - Imprensa Oficial, Diário Oficial do Amazonas. Manaus, 31 de março de 1938.

AMAZONAS - Emenda Constitucional N°12 de 10 de dezembro de 1981, determinou a criação de novos municípios.

AMAZONAS - Decreto 6.158 de 25 de fevereiro de 1982, estabeleceu os limites dos municípios do Amazonas.

AMAZONAS - Decreto 8.748 de 02 de julho de 1985, considerou os municípios novamente instalados.

BRASIL - Decreto 63.952/68 de 31 de dezembro de 1968, criou o ENERAM.

BRASIL - Decreto-lei N° 1.106 de 16 de junho de 1970, criou o PIN-Plano de Integração Nacional.

BRASIL - Decreto 67.113 de 26 de agosto de 1970, regulamentou o PIN.

BRASIL - Diário Oficial da União de 01 de julho de 1985 - Lei complementar N° 49 de 26 de junho de 1985, disposições sobre a instalação de novos municípios.

BRASIL - Decreto 85.898/81 de 14 de abril de 1981, considerou de utilidade pública para fins de desapropriação a área a ser inundada pelo reservatório de Balbina.

JORNAIS, REVISTAS E BOLETINS:

Boletim VIDA É. Informativo do CDDH/CNBB. Manaus, maio de 1993.

Boletim Informativo Paranapanema 25 ANOS. São Paulo, 1987.

Boletim Informativo de Pitinga. Assessoria de Comunicação Social da Mineração Taboca S/A. Pitinga-AM, dezembro de 1991, Ano VII. N° 42.

Boletim Informativo de Pitinga. Assessoria de Comunicação Social da Mineração Taboca S/A. Pitinga-AM, fevereiro de 1992. Ano VII. N° 43.

ELETRONORTE. Usina Hidrelétrica de Balbina, Balbina-AM, outubro de 1979.

ELETRONORTE. Usina Hidrelétrica de Balbina, Balbina-AM, outubro de 1985.

ELETRONORTE. Boletim Informativo. Desvio do Rio. [s/local] 31 de outubro de 1985.

-ELETRONORTE. A maravilhosa viagem da luz até a sua casa.

-ELETRONORTE. Estação de piscicultura.

-ELETRONORTE. Centro de Proteção Ambiental.

-ELETRONORTE. Vamos conhecer nossa usina.

ELETRONORTE. Jornal Corrente Contínua. Número especial sobre Balbina. [s/local], maio de 1986.

ELETRONORTE. Jornal Corrente Contínua. Encarte Especial - Usina Hidrelétrica de Balbina. [s/local] dezembro de 1990.

Balbina poderá repetir o fenômeno de Tucuruí. **A Crítica**. Manaus, 22 de setembro de 1984.

Balbina ameaçada de desativação. **A Crítica**. Manaus, 11 de junho de 1985.

Balbina vai feder e não suprirá de energia a capital. **A Crítica**. Manaus, 30 de junho de 1986.

Cadernos de Editais. **A Crítica**. Manaus, 08 de maio de 1986.

Floresta destruída: ELETRONORTE revela o pecado de Balbina. **A Crítica**. Manaus, 19 de março de 1989.

Porta para a Zona Franca: Amazonas chegará até o Caribe por rodovia. **A Crítica**. Manaus, 08 de maio de 1989.

Estrutura faraônica foi montada em Balbina. **A Crítica.** Manaus, 24 de fevereiro de 1991.

Descoberta jazida de creolita(sic) no Pitinga. **A Crítica.** Manaus, 15 de fevereiro de 1992.

Balbina pode desalojar famílias. **A Crítica.** Manaus, 25 de fevereiro de 1992.

Municípios recebem Cr\$222 bilhões. **A Crítica.** Manaus, 16 de janeiro de 1993

Empresas investem US\$50 mil para "limpar" Balbina. **A Crítica.** Manaus, 14 de março 1993.

Acidente na mina do Pitinga polui rio dos Waimiri. **A Crítica.** Manaus, 01 de maio de 1993.

Acidente torna o rio impuro. **A Crítica.** Manaus, 02 de maio de 1993.

Lixo de Balbina polui o rio Uatumã. **A Crítica.** Manaus, 02 de maio de 1993.

Mineração Taboca será multada por causa de acidente. **A Crítica.** Manaus, 06 de maio de 1993.

FUNAI espera relatório para punir Paranapanema. **A Crítica.** Manaus, 11 de maio de 1993.

Ministro manda DRT fiscalizar a fazenda Jayoro. **A Crítica.** Manaus, 16 de maio de 1993.

Diretor da Pororoca indiciado na PF por trabalho escravo. **A Crítica.** Manaus, 02 de junho de 1993

Greve paralisa produção de estanho em Pitinga. **A Crítica.** Manaus, 02 de outubro de 1993.

Paranapanema admite falha no Pitinga. **A Crítica.** Manaus, 08 de outubro de 1993.

Balbina precisa de Cr\$192 bi para não atrasar obras. **Jornal do Comércio.** Manaus, 14 de janeiro de 1984.

Preço muito alto por um retorno muito baixo. **O Liberal.** Belém, 31 de agosto de 1988.

FUNAI apura impacto em reserva. **Folha de São Paulo,** 02 de maio de 1993

Polícia Federal investiga trabalho escravo no Amazonas. **Folha de São Paulo,** 12 de maio de 1993

Indicadores econômicos - cotação de metais no mercado internacional. **Folha de São Paulo**, 1991- 1993. Caderno Dinheiro.

Asfalto na BR-174, polêmica ambiental. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, julho de 1991.

Roubo prejudica estudo de antigos povos da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1991.

O TURISTA. Ano 10, n. 17. Manaus: Paxeco Comunicação. Manaus, janeiro de 1991.

Jornal MIRAMIRA, Ano I N° 4, junho/julho de 1992. Manaus, (CIMI, CDDH, CPT, PJ).

REVISTA EFICAZ. Revista da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas. Número Especial do 1° Seminário Nacional sobre os Minerais e sua Fiscalização na Nova Constituição. Manaus, 20 a 25 de agosto de 1990.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

